

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

GISMÁRIO FERREIRA NOBRE

**DILEMAS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM
TERRA NA RELAÇÃO COM O ESTADO E A SOCIEDADE:
ENTRE A AUTONOMIA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO**
O caso de Sergipe

Salvador
2008

N754d Nobre, Gismário Ferreira
Dilemas do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra na
relação com o Estado e a sociedade : entre a autonomia e a
institucionalização : o caso de Sergipe / Gismário Ferreira Nobre. –
Salvador, 2008.
240f. ; il.

Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós -
Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2008.

Orientador: Prof. Dr. Antônio da Silva Câmara

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST –
Institucionalização - Sergipe. 2. Movimentos sociais rurais -
Autonomia. 3. Igreja e problemas sociais. I.Título.

CDU 316.44:332.2.021.8(813.7)

GISMÁRIO FERREIRA NOBRE

**DILEMAS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM
TERRA NA RELAÇÃO COM O ESTADO E A SOCIEDADE:
ENTRE A AUTONOMIA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO**
O caso de Sergipe

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação
em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Federal da
Bahia, como requisito parcial à obtenção do título
de Doutor.

Área de concentração: Sociologia

Orientador: Prof. Dr. Antônio da Silva Câmara

Salvador
2008

GISMÁRIO FERREIRA NOBRE

**DILEMAS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM
TERRA NA RELAÇÃO COM O ESTADO E A SOCIEDADE:
ENTRE A AUTONOMIA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO**
O caso de Sergipe

BANCA EXAMINADORA

Orientador. Prof. Dr. Antônio da Silva Câmara
Universidade Federal da Bahia

Prof^a. Dr^a. Alicia Ruiz Olalde
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof^a. Dr^a. Guiomar Inez Germani
Universidade Federal da Bahia

Prof^a. Dr^a. Sylvia Maria dos Reis Maia
Centro Universitário da Bahia

Prof^a. Dr^a. Lídia Maria Pires Soares Cardel
Universidade Federal da Bahia

Salvador _____ de _____ de 2008.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais:

José Ferreira Nobre (*in memorian*) e Tereza Vivalda Nobre, exemplos de dignidade e
determinação

Aos meus sogros:

Linda Zavaris e Nelton Zavaris pelo apoio constante e irrestrito

A companheira

Theresa Cristina presença sempre marcante nessa caminhada

Aos meus filhos:

Nelton e Teresa pela espera, paciência e compreensão

As irmãs e irmãos:

Maria Ivanilde, Maria das Dores, e Maria Ferreira, José Celino, Osmário, Vandinho

pelo apoio, incentivo e confiança.

Ademário e Antônio (*in memorian*).

A Fátima e Kátia pelo incentivo.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos especiais ao professor Antônio da Silva Câmara, mais que um orientador nessa fase do doutorado, foi o grande incentivador do mergulho nas ciências sociais desde o mestrado nos anos 80, do século passado. A concretização dessa tese divido, sobretudo com ele, pela sua confiança e apoio constante.

Agradecimentos também em especial é para a professora Anete Brito Leal Ivo pois, além de fazer a ponte para esse doutorado esteve presente no momento inicial como orientadora.

Agradecimentos especiais a todos os companheiros do MST de Sergipe, representados por João Somariva Daniel e Acácia Feitosa Daniel, pelo apoio operacional da pesquisa de campo, documental e jornalística e sobretudo pela confiança no acesso às instâncias internas do movimento, compartilhando ao longo de 15 anos de momentos de luta, reflexão, sonhos e dilemas.

Agradeço às professoras Ruthy Nádia Laniado, Maria da Graça Druck, Maria do Rosário Gonçalves de Carvalho, Iracema Brandão Guimarães, e aos professores Edson Farias, Severo Sales pela contribuição teórica traduzida nesse trabalho.

Aos professores da banca de qualificação, pelas críticas e incentivo, Guiomar Inês Germani e Sylvia Maria dos Reis Maia.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB, pela bolsa concedida para o curso de doutorado.

À Escola Agrotécnica de São Cristóvão e à Universidade Federal de Sergipe - UFS pelo apoio operacional à pesquisa.

Ao INCRA, ao Centro Dom José Brandão de Castro, a CUT/SE, DIEESE/SE e Antônio José Góis (Goisinho) pelas informações prestadas e documentos disponibilizados.

A Dora e Reinaldo, da secretaria do curso de pós-graduação em ciências sociais da UFBA, pelo apoio.

A Flávia Rodrigues de Santana (Flavinha) pela tabulação da pesquisa de campo e assessoria técnica.

Finalmente, meus agradecimentos também são extensivos a Marcos Cezar do CECAC, Fernando do Gaiger e ao professor José Juliano

RESUMO

Essa tese analisa as relações entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Estado (conflito, diálogo e parcerias), explorando a relação contraditória entre a autonomia do sujeito social e a institucionalidade democrática. Objetiva essa investigação compreender a formação desse movimento social como sujeito coletivo em meio às suas complexas relações com o Estado, ou seja, em que medida sua participação em distintos contextos de confrontos institucionalizados alterou o seu sentido de liberdade e autonomia condicionado pela vivência institucional; identificar elementos da democratização da relação base/direção, em oposição à cultura predominante na sociedade na qual prevalecem relações autoritárias hierárquicas, o clientelismo e mecanismos abertos e/ou velados de cooptação que se reatualizam. Portanto, com base em estudos e pesquisas, dividiu-se essa tese em quatro capítulos, além das considerações finais. O primeiro capítulo enfoca as origens das concepções do MST. Procurou-se identificar as matrizes ideológicas nas quais se referencia o MST. Também recupera o processo de discussão e redefinição da natureza do Estado *pari passu* à afirmação da sociedade civil. O segundo capítulo versa sobre o duro caminho do MST em Sergipe na busca da autonomia. Nesse processo procurou-se compreender sua relação com setores da igreja, da CUT e do PT bem como os mecanismos tradicionais de institucionalização dos movimentos sociais no campo adotado, tanto pela igreja católica quanto pelo estado. O terceiro capítulo refere-se à caminhada ascendente do MST na busca da afirmação da sua identidade, procurando identificar sua participação nos novos canais de mediação institucional. O último capítulo objetiva contextualizar a luta dos sem-terra no complexo quadro de polarização ideológica entre o PT e o PFL e de cooptação dos movimentos sociais. E por fim as considerações finais onde procuramos estabelecer o grau de correspondência entre a hipótese e os resultados da pesquisa.

Palavras Chave: MST, autonomia, institucionalização.

ABSTRACT

THIS THESIS EXAMINES THE RELATIONSHIP BETWEEN THE MOVEMENT OF LANDLESS RURAL WORKERS (MST) AND THE STATE (CONFLICT, DIALOGUE AND PARTNERSHIPS), EXPLORING THE CONTRADICTIONARY RELATIONSHIP BETWEEN THE AUTONOMY OF THE SOCIAL SUBJECT AND DEMOCRATIC INSTITUTIONS.

This research aims to understand the formation of this social movement as a collective subject among their complex relations with the State, which means, to what extent their participation in different contexts of institutionalized confrontation changed the meaning of freedom and autonomy influenced by the institutional experience; identify elements of the democratization of the base/administration relationship, as opposed to the predominant culture in the society in which authoritarian hierarchical relationships prevail, and the patronage mechanisms, open and/or concealed, of cooptation that are constantly updated. Therefore, based on studies and research, this thesis is divided into four chapters, besides the final considerations. The first chapter focuses on the sources of conceptions of the MST. It was sought to identify the ideological matrix in which the MST are inspired. This also recovers the process of discussing and redefining the nature of the State *pari passu* to the assertion of civil society. The second chapter is about the hard path of the MST in Sergipe in the search for autonomy.

In this process it has been tried to understand their relationship with sectors of the church, the CUT and the PT as well as the traditional mechanisms of institutionalization of social movements in such field, used by both the Catholic Church and the State. The third chapter refers to the upward path of the MST in the search for affirmation of their identity, and seeks to identify their participation in the new channels of institutional mediation.

The final chapter aims to contextualize the struggle of the landless in the complex framework of ideological polarization between the PT and the PFL and cooptation of social movements.

And at last the Final Considerations which seek to establish the degree of correspondence between the hypothesis and the search results.

Keywords: MST, autonomy, institutionalization.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1	49
Figura 2	52
Figura 3	54
Figura 4	55
Figura 5	62
Figura 6	69
Figura 7	72
Figura 8	74
Figura 9	76
Figura 10	78
Figura 11	79
Figura 12	80
Figura 13	82
Figura 14	83
Figura 15	84
Figura 16	85
Figura 17	85
Figura 18	86
Figura 19	109
Figura 20	114
Figura 21	127
Figura 22	128
Figura 23	131
Figura 24	132
Figura 25	133
Figura 26	134
Figura 27	136
Figura 28	144
Figura 29	149

Figura 30	154
Figura 31	154
Figura 32	168
Figura 33	175
Figura 34	187
Figura 35	188
Figura 36	190
Figura 37	191
Figura 38	193
Figura 39	194
Figura 40	196

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	140
Quadro 2	145
Quadro 3	147
Quadro 4	169
Quadro 5	171
Quadro 6	179
Quadro 7	181

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	173
----------------	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	157
Gráfico 2	157
Gráfico 3	157
Gráfico 4	170
Gráfico 5	174
Gráfico 6	197
Gráfico 7	198
Gráfico 8	198
Gráfico 9	199
Gráfico 10	200
Gráfico 11	200
Gráfico 12	201
Gráfico 13	201

LISTAS DE SIGLAS

- ABC** - Santo André, São Bernardo e São Caetano/SP
- ACASE** - Associação de Cooperação Agrícola do Estado de Sergipe
- ACO** - Ação Católica Operária
- AEASE** - Associação dos Engenheiros Agrônomos de Sergipe
- ALBA** - Alternativa Bolivariana dos Povos das Américas.
- ALCA** - Associação de Livre Comércio das Américas
- ANCA** - Associação Nacional de Cooperação Agrícola
- ANPRU** - Associação Nacional dos Produtores Rurais
- ASSOCENE** - Assessoria à Organização de Cooperativas do Nordeste
- ATES** - Programa Regional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
- BB** - Banco do Brasil
- BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BIRD** - Banco Mundial
- BNB** - Banco do Nordeste do Brasil
- BNCC** - Banco Nacional de Crédito Cooperativo
- BOC** - Bloco Operário/Camponês
- CDES** - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
- CDJBC** - Centro Dom José Brandão de Castro
- CECAC** - Centro de Capacitação Canudos
- CECUT** - Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores
- CEDRS** - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CEF** - Caixa Econômica Federal
- CEFAC** - Centro Comunitário de Formação em Agropecuária Dom José Brandão de Castro
- CEFET** - Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe
- CEPROL** - Comissão Estadual do PROCERA/LUMIAR
- CGT** - Central Geral dos Trabalhadores (1946)
- CGTB** - Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (1929/34)
- CGU** - Controladoria Geral da União
- CHESF** - Companhia Hidrelétrica do São Francisco,

CLOC - Coordenação Latino-Americana das Organizações do Campo

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

CMDS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável

CMS - Coordenação de Movimentos Sociais

CNA - Confederação Nacional da Agricultura

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNDRS - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CESEP - Centro Sergipano de Educação Popular

CETRESE - Centro de Treinamento

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

COHIDRO - Companhia de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos do Estado de Sergipe

COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

COMDEC - Conselho Municipal de Desenvolvimento Comunitário

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento da Agricultura

CONCLAT - Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CONDEC - Conselho de Defesa Civil

CONDEM - Conselho de Desenvolvimento Municipal

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar

CONTACAP - Programa de Apoio à Gestão de Organização de Pequenos Produtores

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

COOPAME - Cooperativa Mista de Estância,

COOPERAGRESTE - Cooperativa Mista do Agreste

COOPERGLORIA - Cooperativa Mista de Glória

COOPERTAL - Cooperativa de Assistência Técnica

COOPERTREZE - Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze

COOPRASE - Cooperativa Regional dos Assentados de Reforma Agrária do Sertão de Sergipe
Ltda

CPDC - Coordenação de Programa de Desenvolvimento de Comunidade no Ministério do Interior.

CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

CPMI da Terra - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Reforma Agrária e Urbana

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CREA/SE - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Sergipe

CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

CSC - Corrente Sindical Classista

CSUB - Central Sindical Única Brasileira (1935)

CUT - Central Única dos Trabalhadores (1983)

DCE - Diretório Central dos Estudantes

DEAGRO - Departamento agropecuário do Governo do Estado de Sergipe

DELIS - Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos

ECO - Conferência Internacional de Meio Ambiente

EJA - Programa de Educação de Jovens e Adultos

ELZN - Exército Zapatista de Liberação Nacional

EMATER-SE - Empresa Agropecuária de Extensão Rural de Sergipe

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMDAGRO - Empresa de Desenvolvimento Agropecuário

ENERA - Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária

ENFF - Escola Nacional Florestan Fernandes

EPT - Equipe Pastoral da Terra

FAO - Programa das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FAPESE - Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FEACOM - Federação das Associações Comunitárias de Pequenos Produtores de Porto da Folha

FETAGs - Federações dos Trabalhadores da Agricultura

FETASE - Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Sergipe

FETRAF - Federação de Trabalhadores da Agricultura Familiar

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

FRAJC - Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

FSM - Fórum Social Mundial

FSP - Folha de São Paulo

FUMAC - Fundo Municipal de Apoio Comunitário

FUMAC-P - Fundo Municipal de Apoio Comunitário (Piloto)

FUNRURAL - Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural

FUP - Federação Única dos Petroleiros

FUS - Frente Única Sindical (1934)

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião e Pesquisa

ICM - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERRA - Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa na Reforma Agrária

JOC - Juventude Operária Católica

JUC - Juventude Universitária Católica

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOM - Lei Orgânica Municipal

MAPAS - Monitoramento Ativo da Participação da Sociedade

MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado,

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEB - Movimento de Educação de Base

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MEPF - Ministério Extraordinário de Política Fundiária

MIRAD - Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento

MNU - Movimento Negro Unificado

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTD - Movimento dos Trabalhadores Desempregados

MTS - Movimento Tendência Socialista

MUT - Movimento Unitário dos Trabalhadores (1945)

NEPA - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alfabetização

NMS - Novos Movimentos Sociais

ONG - Organização Não - Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PA - Projeto de Assentamento de Reforma Agrária do INCRA

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAC - Projeto de Apoio Comunitário

PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PAS - Posto de Atendimento à Saúde

PCA - Plano de Consolidação do Assentamento

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PCPR - Projeto de Combate à Pobreza Rural

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDRI - Programa de Desenvolvimento Rural Integrado

PDS - Partido Democrático Social

PEA - Plano Emergencial do Assentamento

PFL - Partido da Frente Liberal

PIB - Produto Interno Bruto

PIN - Programa de Integração Nacional

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PND - Programa Nacional de Desestatização

PNP - Programa Nacional de Publicização

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNP - Programa Nacional de Publicização

PPA - Plano Plurianual

PPS - Partido Popular Socialista

POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PRA - Plano de Recuperação do Assentamento

PRHOCASE - Promoção do Homem do Campo de Sergipe

PROCANOR - Programa Especial de Apoio às Populações Pobres da Zona Canavieira do Nordeste

PROCERA - Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária

PROEX/UFS - Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Sergipe

PROHIDRO - Programa Emergência e Aproveitamento dos Recursos Hídricos

PRONAF - Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PRONESE - Projeto Nordeste em Sergipe

PROQUERA - Projeto de Qualificação para Jovens e Adultos Não Graduados em Nível Superior vinculados a Assentamentos de Reforma Agrária no Nordeste

PRORURAL - Programa de Assistência ao Trabalhador rural.

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste.

PRRA - Plano Regional de Reforma Agrária de Sergipe

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSF - Programa de Saúde Família

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT - Partido dos Trabalhadores

PUA - Pacto de unidade e Ação (1960)

PUC - Pontifícia Universidade Católica

PUI - Pacto de Unidade Intersindical (1953)

PV - Partido Verde

SACI - Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania

SAGRI - Secretaria da Agricultura e Irrigação do Governo de Sergipe

SAI - Serviço de Atendimento a Invasões.

SAR - Serviço de Assistência Rural

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECAD - Secretaria de Educação Continuada.

SEED - Secretaria de Estado da Educação do Governo de Sergipe

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SINDIMINA - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Minerais

SINTESE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe

SORAL - Serviço de Planejamento da Arquidiocese de Teresina e Piauí

SORPE - Serviço de Orientação Rural de Pernambuco

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TCU - Tribunal de Contas da União

TFP - Tradição, Família e Propriedade
TST - Tribunal Superior do Trabalho
UDR - União Democrática Ruralista
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFG - Universidade Federal de Goiás
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS - Universidade Federal de Sergipe
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UnB - Universidade de Brasília
UNESCO - Programa das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF - Programa das Nações Unidas para a Infância
UNIJUÍ - Universidade de Unijuí/RS
UPDC - Unidade de Coordenação de Programas de Desenvolvimento de Comunidade
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I - AS ORIGENS DAS CONCEPÇÕES DO MST	29
1.1 - Recorte do debate clássico/contemporâneo na relação estado/sociedade civil.	31
1.2 - Movimentos Sociais: forma de expressão das tensões internas da sociedade civil	38
1.3 - A Concepção de Mundo do Movimento dos Sem-Terra	49
1.4 - A Utopia/Autonomia em Questão: O desafio permanente do MST face os riscos de institucionalização.	56
CAPÍTULO II - O DURO CAMINHO DO MST EM SERGIPE NA BUSCA DA AUTONOMIA (1985-1994)	66
2.1 - Um olhar sobre o MST em Sergipe: origem e relação com o movimento popular e sindical	75
2.2 - Os Velhos Mecanismos de Enquadramento das Organizações Camponesas: sindicalismo, cooperativismo e associações	88
2.2.1 - O Assistencialismo da Igreja Católica	90
2.2.2 - O clientelismo político	96
CAPÍTULO III - A CAMINHADA ASCENDENTE DO MST EM SERGIPE: A BUSCA DA AFIRMAÇÃO DA SUA IDENTIDADE (1995 - 2002)	104
3.1 - Estado e sociedade civil na década de 1990	104
3.2 - Os conselhos gestores: novos mecanismos de controle social	116
3.3 - Uma resposta à institucionalização: a retomada das ocupações, marchas e protestos na trajetória do MST	125
3.4 - O início das parcerias entre o Estado e o MST	136
3.4.1 - Convênios de serviços.	138
3.4.1.1 - Convênios de Assistência técnica: Projeto Lumiar	138
3.4.1.2 - Convênios na área de educação: o PRONERA	141
3.4.1.3 - Outros convênios: Serviços Topográficos, elaboração de PDAs, assistência jurídica, Capacitação etc	146
3.4.2 - Convênios de infra-estrutura.	146

CAPÍTULO IV - O MST EM SERGIPE: 2003 - 2007

(CAMINHANDO NO FIO DA NAVALHA)	148
4.1 - O neoliberalismo social petista	149
4.2 - Os mais recentes mecanismos de participação social na implementação de políticas públicas em Sergipe: O caso dos Territórios e Conselhos de Desenvolvimento Rural.	158
4.3 - O aprofundamento do processo de desresponsabilização do Estado: principais convênios entre o INCRA/MST no âmbito do II PRRA	165
4.3.1 - Convênios de Infra-estrutura.	167
4.3.2 - Convênios na área de serviços: assistência técnica e outros serviços de apoio ao produtor assentado e de educação.	171
4.3.2.1 - Programa de Assistência Técnica - ATES	172
4.3.2.2 - O trabalho dos setores de educação e de formação do MST e os convênios na área de educação	176
4.4 - O impasse na reforma agrária em Sergipe	183
4.5 - A Voz da Base – o sentimento de autonomia e a utopia presente nos sonhos e expectativas dos assentados	197
4.5.1 - Sonhos e expectativas dos assentados	197
4.5.2 - Inserção dos assentados na estrutura orgânica do MST	199
4.5.3 - Grau de confiança dos membros de base no movimento para alcançar seus sonhos	201
 CONSIDERAÇÕES FINAIS:	 203
 ANEXOS	 226

INTRODUÇÃO

Essa tese analisa as relações entre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Estado (conflito, diálogo, parcerias), explorando a relação contraditória entre a autonomia do sujeito social e a institucionalidade democrática.

Partimos da hipótese de que o MST representa o primeiro e principal espaço de mediação não-institucional autônomo dos interesses dos sem terra frente ao Estado e aos partidos políticos. No entanto, à medida que ele vem paulatinamente executando determinadas políticas públicas, de fato, corre o risco de institucionalizar-se.

O objetivo central dessa investigação é compreender a formação desse movimento social como sujeito coletivo em meio às suas complexas relações com o Estado. Procurou-se, por um lado, compreender em que medida a participação do MST em distintos contextos de confrontos institucionalizados alterou o seu sentido de liberdade e autonomia condicionados pela vivência institucional; por outro lado, buscou-se identificar elementos de democratização da relação base/direção em oposição à cultura predominante na sociedade na qual prevalecem relações autoritárias e hierárquicas. Em suma, intenta-se analisar a construção de espaços autônomos de organização dos trabalhadores sem terra face ao contexto sócio-político no qual sempre prevaleceu o clientelismo e mecanismos abertos e/ou velados de cooptação.

Algumas idéias chaves (pressupostos) orientam a análise: a) a dimensão política constitui-se da variável crítica fundamental nesse estudo porque determina as capacidades e potencialidades dos agentes transformarem-se em sujeitos sociais; b) a política brasileira estruturou-se assentada em um Estado, cuja distribuição dos benefícios das políticas públicas sempre foi mediada por relações de poder local, oligárquico no passado e atualizadas no presente. (Contra tais práticas defrontam-se os movimentos sociais com maior ou menor capacidade de resistência); c) na atual conjuntura encontra-se, portanto, uma disputa pelos recursos e pela gestão das políticas públicas para além do controle social (fiscalização das mesmas).

O tratamento da questão agrária no Brasil quase sempre foi qualificador de uma democracia restrita e da natureza de um projeto de desenvolvimento nacional desigual e autoritário. Para Anete Ivo (2002) a hegemonia de um pensamento social centrado sobre as classes trabalhadoras urbanas, dificultou a compreensão do papel de outros atores sociais igualmente importantes na formação da sociedade brasileira, como os trabalhadores rurais. Segundo a autora, alguns processos recentes como o

esgotamento do pacto corporativo do Estado nacional desenvolvimentista; a crise do sindicalismo; a formação de um espaço público ampliado no contexto da redemocratização do país (que resultaram mesmo da ação desses atores em luta) projetou novos atores na cena política; capazes de inovar as formas de fazer política; de construir novas arenas de negociação, fazendo emergir na prática uma nova pedagogia política na construção de projetos alternativos.

Investigar o papel do MST na formação de um novo espaço público, que envolve novas formas de mediação da sociedade civil com o Estado, faz confluír duas vertentes dos estudos sociológicos: a sociologia política, porque os movimentos sociais expressam uma vitalidade da sociedade civil contemporânea, e a sociologia rural, pela importância política que o campesinato sempre desempenhou no processo de luta de classes.

A reforma agrária é a problemática que sempre aglutinou os movimentos sociais no campo, porque raízes históricas geraram a contradição fundamental da sociedade brasileira - a concentração da propriedade fundiária cuja luta se reveste de um grau de radicalismo e violência que não tem precedentes nos movimentos sociais urbanos. Para Martins (1981), o campesinato brasileiro é a única classe social que, desde a proclamação da República, tem uma reiterada experiência direta de confronto militar como em Canudos, no Contestado, e, de outro modo, em Trombas e Formoso. A luta pela reforma agrária desenvolvida pelas Ligas Camponesas e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), hoje, reencarnada pelos movimentos de luta pela terra, com ênfase no MST, insere-se nesse processo de resistência contra o monopólio da terra e pelo estabelecimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

O Brasil das últimas duas décadas do século XX e no início do século XXI expressa no plano da prática social uma situação paradoxal: a confluência de dois processos históricos distintos – aquele resultante da luta pela democratização da terra conduzida pelos movimentos sociais rurais; e aquele que se origina dos dispositivos normativos neoliberais que colocam no plano da subjetividade dos atores sociais uma relação contraditória entre autonomia/utopia dos movimentos e a vivência institucional com riscos de cooptação por agentes públicos.

Durante as décadas de 1980 e 1990 a relação desses movimentos, com o Estado sofreu alterações. Os anos de 1980 foram marcados pela ascensão desses movimentos, e por um posicionamento combativo, de confronto com o Estado. A partir do início dos anos de 1990, diante da crise de diversos movimentos populares de massas e da emergência de novos movimentos sociais (ecológico, gênero, etnia, sexualidade) os “velhos” movimentos sociais rurais foram adaptando-se e reatualizando-se; diante das novas temáticas em evidência foram respondendo de forma diferenciada

à participação nos novos espaços de institucionalidade democrática, criados em distintas esferas de governo e objetivando a consecução de diversas políticas públicas.

Segundo a CNBB hoje, nos movimentos sociais há duas tendências: por um lado, existem aqueles que se burocratizam e se institucionalizam perdendo a capacidade de mobilização e formação de seus quadros e de suas bases. Por outro lado, para além da atual crise política, há os que apostam no processo de mobilização consciente das massas como força renovadora para o país. Essa capacidade de ascensão encontra-se na “autonomia e na crítica dos movimentos sociais e das pastorais em relação ao governo e em relação aos partidos políticos. Nesse contexto, situam-se as recentes ocupações do MST, manifestações do MTD (Movimentos dos Trabalhadores Desempregados) e do movimento estudantil”¹.

Essa tese compreende o período que vai do início da transição democrática até a atualidade, por constituir-se numa conjuntura de institucionalização do processo democrático (com reatamento das relações entre o Estado e sociedade civil, após mais de duas décadas de ditadura militar).

O marco referencial desse processo foi estabelecido pela Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) também denominada “Constituição Cidadã”. Dentro dos novos dispositivos criados por ela e em outras leis orgânicas, a participação e a descentralização aparecem como novos paradigmas institucionais da relação entre governo e sociedade. A idéia de descentralização (art. 198 e 204) reforça o caráter democrático e refaz o pacto federativo na gestão administrativa, trazendo consigo uma específica recuperação das idéias de participação e cidadania que valorizam a sociedade civil.

No plano internacional, surge um novo discurso social de entidades multilaterais e governamentais de caráter neoliberal que também envolve uma concepção de políticas públicas descentralizadas, todavia, alterando radicalmente os fundamentos anteriores quando por trás do apelo à participação comunitária (capital social) e às diversas formas de mobilização popular opera-se mecanismos de fortalecimento do mercado e de desresponsabilização do Estado para com as necessidades sociais. No caso brasileiro, o marco referencial dessa mudança foi a Reforma Administrativa do Estado de 1995, coordenada e justificada pelo ministro Bresser - Pereira (1998 e 1999).

No âmbito científico, ocorreram mudanças de referenciais teórico-metodológicos explicativos, como expressão da crise das grandes teorias macrosociais e da teoria do conflito em favor da ênfase em fenômenos microsociais e na valorização da subjetividade e da construção do consenso, que tem alterado drasticamente a maneira de abordar e interpretar a realidade social, os conceitos utilizados e

¹ Análise de Conjuntura da 17ª Reunião da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, realizada em Brasília nos 27 a 29 de setembro de 2005.

os próprios objetos de estudo. Assim, desapareceu das abordagens teóricas e dos discursos políticos a oposição entre os atores, instaurando-se formalmente a era do diálogo e da negociação; que embora aparentemente se coadune com o espírito participativo, anteriormente referido, na prática, são funcionais às redefinições das relações entre Estado e sociedade, no sentido de institucionalização dos organismos da sociedade civil. Se, para os segmentos organizados da sociedade civil, a participação significa a democratização da ação pública sob o crivo do controle social, para os agentes estatais, ao contrário, esse conceito articula a rápida e drástica transferência de responsabilidade do Estado de prestar serviços públicos à sociedade civil para organismos privados, que atuariam sob o controle das agências públicas, operando-se, assim a inversão total do objetivo inicial. Os movimentos sociais são deslocados de sua função precípua de caráter reivindicativo, de pressão e fiscalização, enredando-se em uma complexa “teia de aranha” na execução de programas governamentais sem o suporte do aparelho estatal.

No meio rural, a ofensiva ideológica neoliberal desdobra-se em uma completa descaracterização da tradicional agricultura camponesa com base no momento em que se forjou o conceito de agricultura familiar, dissimulando a marcante diferenciação interna entre os produtores, assemelhando os pequenos camponeses e os médios proprietários, tratando-os como empreendedores rurais; em uma tentativa do Estado de reverter o potencial disruptivo dos movimentos sociais classistas, mediante ações afirmativas de inserção num mesmo programa creditício, de forte apelo social, mas, na prática reproduz um tratamento profundamente diferenciado, que se opera sem visibilidade.

A delimitação espacial da pesquisa é o Estado de Sergipe, ressaltando-se as especificidades da política local em face do referido contexto. A delimitação temporal circunscreve-se a três fases da conjuntura política nacional e seu rebatimento no Estado.

A primeira fase corresponde à chamada transição democrática, cujos contornos políticos aparentemente seriam definidos no processo constituinte, que se desdobra nas regulamentações posteriores como, por exemplo, a Lei Agrária de 1993. Do ponto de vista dos movimentos sociais, o forte desse processo é a luta pelo reconhecimento de direitos materializados em políticas públicas e, portanto, a arena privilegiada é o legislativo que canaliza todas as energias políticas, tanto no Congresso Nacional, quanto nos legislativos estaduais, embora com menor intensidade.

A segunda fase, a da Reforma Administrativa, será comandada pelo executivo federal mediante o Ministério da Administração e Reforma do Estado. O combate à pobreza é operado pelo Programa Comunidade Ativa, por meio da Secretaria executiva especial, coordenada pela primeira

dama Ruth Cardoso, também denominado de Comunidade Solidária. No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a partir de 1999, o governo leva ao máximo a idéia de descentralização da gestão pública para o âmbito municipal mediante o DELIS - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável que se coaduna com o processo de implementação da municipalização de políticas sociais, como saúde e educação. E o aspecto que mais interessa ressaltar desse processo é que o governo passa a priorizar a sociedade civil, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) na execução dessas ações, constituindo o chamado terceiro setor.

Na terceira fase, a partir de 2003, o governo Luis Inácio Lula da Silva (LULA) vai exacerbar o processo participativo ao realizar o planejamento ministerial com base nas conferências municipais, estaduais e nacionais que empolgaram os movimentos sociais, como no caso da proposta do II Plano Nacional de Reforma Agrária. Mediante a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA implantou-se a estratégia de desenvolvimento territorial que procura superar a visão localizada, para desenvolver uma ação integrada, envolvendo atores governamentais e não-governamentais de diversos municípios.

O conceito de território não se confunde com o de espaço geográfico, pois além das condições naturais também se leva em conta o ambiente sócio-cultural, a capacidade organizativa e a existência de redes públicas e privadas as quais ampliam as possibilidades de valorização da produção e do capital social existente. Procura-se superar uma das distorções mais marcantes na leitura da realidade brasileira, expressa na dicotomia cidade versus campo.

Nesse contexto, fora das grandes cidades onde as relações políticas tradicionais de submissão ainda não foram superadas, estabelece-se, então, um clima favorável para as inversões de valores. Em nome da descentralização, parceria, co-responsabilidade e “empoderamento”, o Estado paulatinamente vem realizando a transferência de obrigações e compromissos para os movimentos sociais e entidades não-governamentais. Ao mesmo tempo, concentra recursos do Tesouro e direciona a atuação da máquina pública na retomada do crescimento econômico, apoiando assim, o grande capital industrial e financeiro e, em particular, o setor exportador do agronegócio.

Nessa tese buscou-se superar a dicotomia entre sujeito (movimento social) e a estrutura (determinantes históricos, econômico-sociais), articulando a dimensão sociopolítica e cultural da participação dos movimentos sociais com o espaço político-institucional. Procura-se entender se os instrumentos de democratização de políticas públicas são geradores de oportunidades de participação para os trabalhadores sem terra. Nessa pesquisa, privilegiou-se a dimensão sócio-política, elegendo-se como unidades de análise: a) o MST como representação dos interesses de grandes parcelas do

campesinato sergipano frente ao Estado e outros segmentos da sociedade civil; b) os espaços de mediação institucional de negociação, de gestão e de controle de políticas; c) as parcerias na execução de políticas públicas.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é analisado enquanto espaço político autônomo de organização, mobilização, formação da subjetividade sócio-política e de construção de identidade de determinados segmentos populares rurais.

Esse movimento social foi privilegiado por sua representatividade junto a ampla base social de acampados e assentados no Estado; pelo princípio de autonomia, expresso em sua carta de fundação, ser reiteradamente reafirmada perante o estado e partidos políticos; pelo papel político que desempenha na busca de alianças com outros movimentos sociais do campo e da cidade, e por articular bandeiras de luta e traçar conjuntamente estratégias e táticas de pressão e negociação com o Estado; enfim, por combinar interesses específicos de cada segmento envolvido com a construção de um projeto popular e democrático para o Brasil. E, sobretudo, por seus dilemas na relação com o Estado: ora resistindo, ora participando dos mecanismos de mediação das políticas públicas; ora reivindicando a ação governamental, ora assumindo para si a execução dessa tarefa.

Em Sergipe, reproduz-se as alianças construídas em escala nacional pelo MST, o que pode ser verificado em dois âmbitos: o da articulação com outros Movimentos Sociais no Campo, que se dá com associações e sindicatos de trabalhadores rurais mais combativos, cooperativas e pastorais; e o da articulação mais ampla que atualiza a clássica aliança operário-camponesa, estendendo-se para os movimentos populares e para os novos movimentos sociais.

Nessa segunda dimensão, a trajetória do MST foi analisada *pari passu*, enfocando-se a constituição de duas matrizes políticas representadas no movimento sindical pela CUT, e no âmbito partidário pelo PT, que se irmanavam no projeto de organização e conscientização autônoma da classe trabalhadora na perspectiva socialista. Todavia, o MST, a CUT e o PT defrontar-se-ão com um novo campo institucional, diante do qual tomarão posições distintas, com conseqüências sociais e políticas, em termos de representatividade junto à sociedade civil e em relação interna com a respectiva base social. Nessa tese analisa-se em que medida o aceno da institucionalização passou a fazer parte da cultura política e da prática social constituindo-se em um dilema para essas organizações.

O foco desse estudo é o MST na relação direta com o Estado mediante os novos mecanismos de mediação criados, como os conselhos gestores de políticas de desenvolvimento rural e parcerias na execução de determinados programas de governo voltados para os assentados da reforma agrária, com ênfase: nos convênios de infra-estrutura, assistência técnica e educação.

Foram utilizadas fontes primárias e secundárias de pesquisa, dentre essas últimas, privilegiaram-se os estudos relativos aos programas especiais de políticas públicas bem como os novos mecanismos de mediação do Estado constantes na literatura, em particular, os estudos sobre a realidade sergipana e a pesquisa jornalística. Dentre as fontes primárias foram utilizadas diversas técnicas combinadas: a pesquisa documental mediante entrevistas com os principais atores políticos selecionados por meio de uma amostragem qualitativa intencional, observação participante oportunizada pela vivência pessoal como um dos atores da Reforma Agrária, enquanto articulador do território do Alto Sertão Sergipano, guardando a devida vigilância epistemológica.

Por fim, para captar a opinião da base social do MST foi realizada uma pesquisa de campo² no período entre novembro de 2006 e fevereiro de 2007. A técnica de pesquisa foi a entrevista estruturada. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados formulário com questões fechadas e abertas (em anexo).

O tamanho da amostra, totalizando trezentos e onze pessoas, corresponde a aproximadamente dez por cento das três mil e duzentas famílias dos projetos de reforma agrária do Alto Sertão Sergipano. Levou-se em conta como critério de seleção dos entrevistados, o fato de serem assentados em áreas criadas tomando-se por base a luta do MST.

O processo analítico das informações coletadas articulou o tratamento qualitativo com o quantitativo, viabilizado por meio de um suporte técnico para a elaboração de um programa de banco de dados, EPI INFO, realizando análises estatísticas simples com base na categorização das respostas objetivas e subjetivas captadas das falas dos entrevistados.

A tese está estruturada em quatro capítulos. O capítulo I discute os conceitos básicos que configuram o campo de estudos sobre os movimentos sociais e a relação entre Estado e sociedade civil na contemporaneidade, procurando resgatar e recuperar o processo de discussão e redefinição da natureza do Estado *pari passu* à afirmação da sociedade civil. Procurou-se identificar as matrizes ideológicas nas quais se referencia o MST. Os movimentos sociais no campo são tratados enquanto um campo da análise da sociedade civil na perspectiva da luta de classes.

O Capítulo II aborda os mecanismos tradicionais de institucionalização dos movimentos sociais no campo adotado, tanto pela igreja católica quanto pelo estado. E analisa a fase inicial do MST, com ênfase em Sergipe (1985-1994), procurando compreender sua relação com setores da igreja, da

² Dado ao vulto da pesquisa e com o intuito de viabilizar a mobilização de recursos humanos e a logística da mesma, a realização da coleta de dados foi articulada com outra pesquisa na área coordenada pela professora Theresa Cristina Zavaris Tanezini da Universidade Federal de Sergipe. Contou-se com uma equipe de 15 a 28 estudantes em cada uma das doze viagens, totalizando 45 universitários de diversos cursos.

CUT e do PT, seguida dos sucessivos rompimentos na busca da sua autonomia e constituição enquanto sujeito coletivo no frágil processo da democracia brasileira.

O Capítulo III trata da etapa de afirmação da identidade do Movimento no estado de Sergipe no contexto das políticas neoliberais hegemônicas pelo PSDB no plano nacional e estadual (1995-2002), procurando identificar sua participação nos novos canais de mediação institucional.

O IV capítulo enfoca os dilemas do MST no contexto atual (2003-2007), marcado no plano estadual pelo acirramento do confronto com o governo do PFL, fechando os canais de negociação. Com a eleição de Lula, a proximidade político-ideológica das lideranças Sem Terra com integrantes das forças petistas no governo federal cria-se novos canais de negociação, diálogo e parcerias.

Nas considerações finais, à luz dos fatos analisados, procuramos estabelecer a correspondência entre a hipótese e os resultados empíricos da pesquisa. Nesse tópico procuramos também avaliar a influência exercida pelos clássicos do socialismo na tentativa de compreender a contribuição específica dos seus principais teóricos na concepção ideológica do MST.

Em anexo, expomos o modelo do questionário adotado na pesquisa de campo e um conjunto de tabelas que expressam os resultados da mesma.

CAPÍTULO I

AS ORIGENS DAS CONCEPÇÕES DO MST

As concepções do MST têm suas raízes nos ideais que moveram as revoluções socialistas do século XX, com início na Rússia em 1917, e desdobramento em outras experiências históricas.

A questão central do debate no final do século dezenove e das primeiras décadas do século XX, diz respeito justamente à capacidade da classe trabalhadora em constituir-se como sujeito histórico. Esse tema foi uma questão permanente na reflexão sociológica tanto clássica quanto contemporânea.

Nas análises atuais, no entanto, com o esgotamento do ciclo revolucionário e a crise dos modelos de sociedade, originários dessas revoluções, essa questão central entrou praticamente em desuso, no bojo da chamada crise dos paradigmas que afetou as teorias macrossociais voltadas para as sociedades globais. Os autores pós-modernos passaram a dedicar-se aos fenômenos microssociais e à subjetividade, o que alterou drasticamente a maneira de abordar e interpretar a realidade social, os conceitos utilizados e os próprios objetos de estudo.

Concernente à hegemonia do capital e do pensamento único, todavia, sentimo-nos provocados a resgatar dessa discussão, determinados conceitos e categorias analíticas envolvidas, pelo que representa para o nosso objeto de estudo, e por entendermos que o marco conceitual e paradigmático que se situa no campo do materialismo histórico e científico, ainda se constitui em fonte imprescindível para a compreensão da realidade em que vivemos.

Portanto, embora essa reflexão coloque-se na contramão das análises pós-modernas, negadoras da teoria do conflito, consideramos que hoje, mais do que em qualquer outra época, o impulso da destruição social, que sempre marcou a essência da lógica do capital torna-se visível. Como refutar que o capitalismo objetivamente aumenta a extensão e intensidade da exploração do trabalho? Como ignorar, em meio ao espantoso crescimento da produtividade, a proliferação estarrecedora das terceirizações, o vertiginoso processo de informalização das relações e de precarização do trabalho?

O capitalismo em sua fase atual, sob novas formas, reafirma a natureza exploradora do sistema que o Manifesto Comunista evidenciava há mais de um século e meio. Como negar que hoje no Brasil, os ricos são mais ricos (conforme dados recentes do IBGE em 2008: 10% dos mais ricos controlam 75% da riqueza) e em menor contingente; e os pobres mais pobres e em maior número?

A proletarianização, corroborando o Manifesto, alastra-se nas antigas profissões nobres, ou liberais, assalariando-as. O capital substitui o trabalho masculino pelo feminino, volta a explorar a mão de obra infantil e reintroduz práticas similares às do trabalho escravo, desfaz-se das antigas habilidades profissionais, por novas. A expansão das “classes médias” regride, com massas crescentes dessas camadas e da burguesia levadas à falência pela competitividade capitalista (concentração e centralização do capital). O emprego transforma-se em privilégio, minados pela pauperização, os salários são rebaixados e o desemprego vira uma realidade permanente. O proletariado industrial decresce em número relativo, mas a proletarianização e a marginalização social crescem sem cessar, confirmando a tendência crescente da pauperização e polarização das classes sociais. Além disso, a informalidade aumentou muito, desagregando social e culturalmente a classe trabalhadora. Nesse oceano de informalidade, de reestruturação produtiva e globalização os trabalhadores são obrigados a redirecionarem sua ação política. O neoliberalismo fragilizou e pulverizou a tradição de luta do movimento sindical: os operários que foram expulsos do ciclo de produção industrial e para sobreviverem engajaram-se em atividades informais não pertencem mais *stricto sensu* à classe operária.

Ao contrário do que fazem crer os ideólogos da burguesia, a história não chegou ao fim, por isso, a utopia socialista esboçada pelos formuladores do materialismo científico, seguida pelos seus intérpretes mais proeminentes, ainda se constitui em referência fundamental da *práxis* de parcelas significativas dos movimentos sociais.

O MST é um dos movimentos que se mantém fiel à tradição socialista. Ao acompanharmos sua trajetória, nos damos conta de que, a cada dia, ele reafirma valores e princípios dessa tradição, conforme está expresso reiteradamente nas resoluções dos seus congressos, encontros, documentos básicos, veículos de comunicação, discursos das lideranças. Embora desenvolva uma ação política centrada nas contradições de classes, sua agenda de luta vem se ampliando no sentido de incorporar questões ligadas ao gênero, meio ambiente, cultura e políticas afirmativas; demandas estas que são tratadas pela chamada corrente dos “Novos Movimentos Sociais”. Para o MST o confronto com o latifúndio, a luta pela conquista da terra caminha *pari passu* com a luta pela garantia de direitos das mulheres, ambiental, cultural, simbólico, étnico.

A reflexão desse capítulo encontra-se disposta em quatro partes: recorte do debate clássico/contemporâneo na relação estado/sociedade civil; movimentos sociais: forma de expressão das tensões internas da sociedade civil; concepção de mundo dos Sem Terra; autonomia/utopia dos movimentos sociais.

1.1 RECORTE DO DEBATE CLÁSSICO/CONTEMPORÂNEO NA RELAÇÃO ESTADO SOCIEDADE CIVIL.

Hegel sustentava que na sociedade moderna a vida social dividia-se em duas esferas distintas: a sociedade civil, lugar das relações de produção e reprodução social, e o Estado, esfera onde essas relações são articuladas e recompostas.

A expressão *societas civilis* surgiu originalmente com a tradução para o latim do conceito *koinonia politike*, utilizado por Aristóteles. A definição clássica na qual Estado e sociedade aparecem fundidos, se referia a uma “comunidade pública ético-política” de iguais, e cujos parâmetros de convivência se fundam na existência de um *éthos* compartilhado por todos os membros da comunidade social (ARATO, 1995).

Desde a tradição greco-romana, o espaço político tem o significado de local no qual podem participar aqueles que são considerados cidadãos: a *Polis* grega, a *Civitas* romana, ou, no contexto de emancipação política da burguesia, o Burgo. Na verdade, a chamada sociedade civil é uma expressão institucional de certa ordem de relações sociais, no caso, a ordem burguesa (IASE, 2006).

Hegel nomeia a sociedade civil como a esfera das relações econômicas que se situa entre a família e o Estado: o reino dos indivíduos atomizados e particularistas, enquanto o Estado centralizado seria a esfera da universalização, ou seja; a sociedade civil é a esfera da vida coletiva de caráter privado – que funciona com base nos interesses particulares dos indivíduos. E, por isso, lugar da atividade econômica, da reprodução social e da sua regulamentação jurídico-administrativa em que os indivíduos se distinguem em grupos ou massas particulares e desenvolvem hierarquias, posições ou condições sociais (estados, ordens, grupos) diferentes e desiguais. Hegel também a denominava como sociedade pré-política – aquela que os naturalistas tinham nomeado de estado da natureza: reino da dissipação, da miséria e da corrupção física e ética.¹

Em oposição à sociedade civil, o Estado racional hegeliano é, em si mesmo, e por si mesmo: o deus terreno, o sujeito da história universal, o momento final do espírito objetivo. Os seus membros não atuam com base no privilégio nem com base em um princípio particular, a exemplo da sociedade

¹ Thomas Hobbes em sua obra *Leviatã* em 1651 (2000) e John Locke nos *Dois Tratados sobre o Governo Civil* em 1690 (2002) ao formularem a teoria clássica do Estado tomaram como ponto de partida das suas análises o estado da natureza. Hobbes considerava que numa situação onde não há validação das leis naturais a tendência objetiva é que as relações sociais acabem se desaguando num verdadeiro estado de guerra (situação em que o homem está completamente submetido a outro homem, ao seu poder absoluto). Isto foi traduzido na expressão “o homem é lobo do homem”. Em oposição a Hobbes, o estado da natureza de Locke não é anárquico nem mau por princípio embora apresente distorções; não é por si mesmo, originariamente um estado de guerra.

civil, mas com base no dever: e o dever para os indivíduos é o de levar uma vida universal. O Estado é definido como a máxima expressão do *ethos* de um povo, como o ponto de escape da barbárie e da guerra de todos contra todos – representa o domínio da razão sobre as paixões e da reflexão sobre o instinto, significa um momento positivo na formação do homem civil².

Entretanto, o postulado idealista de Hegel acerca do Estado – o homem moderno dividido entre o indivíduo concreto que luta pelo seu interesse particular (*bourgeois*) e o homem abstrato da esfera pública, que age por interesses gerais ou universais (*citoyen*) foi contestado por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Para estes, o caráter dessa universalidade é puramente formal: a noção do Estado enquanto representante da “vontade geral” não passa de aparência encobrindo os verdadeiros interesses de classes.

O método adotado por esses dois teóricos assimilou de maneira crítica a filosofia alemã, especialmente a dialética hegeliana (superando o seu idealismo); a crítica anticapitalista contida no programa político dos socialistas utópicos franceses (opondo-lhes o socialismo científico) e a economia política clássica liberal inglesa (superando o materialismo mecanicista e o viés burguês), formulando uma explicação da sociedade por meio do materialismo histórico.

Na Sagrada Família e na Ideologia Alemã Marx e Engels observam que à medida que a propriedade privada se emancipou da comunidade, o Estado alcançou uma existência particular, ao lado e fora da sociedade civil. Para eles, o Estado não pode ser compreendido como entidade em si, uma vez que tem a sua gênese nas relações sociais concretas e na sociedade civil; tampouco está acima dos conflitos de classes, ao contrário, está profundamente envolvido neles. Na concepção marxiana, o homem não é mau por natureza como pensava Locke, não é “lobo do próprio homem” (HOBBS), nem está maculado pelo pecado original do pensamento religioso (ROUSSEAU).³ As contradições da sociedade resultam da divisão do trabalho e, por conseguinte, da existência de classes sociais, que fazem perpetuar as desigualdades entre proprietários e não proprietários.

² Antes de Hegel outros filósofos teorizaram sobre o Estado, para os quais: o fim do estado é a justiça (Platão), o bem comum (Aristóteles), a felicidade dos súditos (Leibniz), a liberdade (Kant, etc.).

³ Outra matriz em foco é a concepção de Estado contida no “Contrato Social” de Jean Jacques Rousseau escrito em 1757 (2003). Este filósofo via o estado da sua época como criação do rico para assegurar posição como classe dominante, um estado que embora se apresentasse como do interesse de todos, na verdade, estava predestinado a preservar a desigualdade. Em oposição a Locke, que considerava a sociedade civil como um acordo entre iguais, Rousseau via a formação da sociedade civil como o produto da voracidade do homem. Acreditava que a sociedade civil baseada na competição, no comércio, na troca e no interesse pessoal, necessariamente levaria à corrupção da sociedade, a menos que contasse com a presença de uma força compensadora sustentada por um contrato social. Por isso, foi um ardente defensor da intervenção do Estado na sociedade como meio de prevenção da desigualdade uma vez que considerava que os homens estavam divididos em classes com interesses opostos, portanto, seriam guiados por esses mesmos interesses e não pelo bem da sociedade como um todo.

Se para Hegel as contradições manifestadas na sociedade civil são superadas pelo Estado, na concepção marxista, ao contrário, o Estado não passa do reflexo dessas contradições. Coutinho afirma:

A grande descoberta de Marx e Engels no campo da teoria política foi a da afirmação do caráter de classe de todo fenômeno estatal; com isso, ele deixava claro que o Estado – cuja universalidade havia sido tão enfaticamente afirmado por Hegel – tem sua gênese e explicação nas contradições imanentes da sociedade como um todo. Em Marx, o Estado é visto a partir da sociedade civil, enquanto em Hegel esta última é apresentada como um momento particular do Estado. A gênese do Estado, para Marx, reside na divisão da sociedade em classes: o Estado só existe quando e enquanto existir esta divisão, a qual provém, por sua vez, do modo como se apresentam as relações sociais de produção; e a função do Estado é precisamente a de conservar e reproduzir esta divisão em classes, assegurando que os interesses particulares de uma classe se imponham como se fossem os interesses universais da sociedade (COUTINHO, 2006, p. 32).

No Prefácio à Introdução à Crítica da Economia Política, Marx, ao se referir ao roubo de lenha e a situação dos camponeses do Mosela fez a seguinte afirmação: “Não é a vontade dos homens que dá ao Estado a sua estrutura, mas sim a situação objetiva das relações entre os homens. Não é o aparelho jurídico que explica a sociedade burguesa, como queria Hegel; ele é apenas uma superestrutura e a sociedade burguesa encontra a sua explicação na relação de propriedade” (MARX, 1977, p. 24).

O pensamento de Marx e Engels desdobrou-se no final do século dezenove e nas primeiras décadas do século vinte em duas vertentes: a dos marxistas revolucionários, fundadores dos partidos comunistas (V. I. Lênin, Leon Trotsky, Rosa de Luxemburgo, Antônio Gramsci); a segunda, representada pelos chamados fundadores do oportunismo moderno, os ex-sociais democratas (Karl Kautsky, E. Bernstein, entre outros).

Em Estado e a Revolução, escrito por Lênin em 1905 (1979), na fase democrático-burguesa da revolução russa, está posta a doutrina marxista do Estado burguês. Por meio da análise histórica das condições econômico-sociais da Rússia, Lênin desenvolveu a idéia de que o Estado burguês, apesar de todas as suas instituições democráticas, é, nas sociedades capitalistas, controlado diretamente pela classe burguesa; sua função principal é, mediante a coerção, assegurar os interesses da classe dominante: o Estado é produto e manifestação da irreconciliabilidade dos antagonismos de classe. A democracia burguesa, afirma ele, é uma democracia para uma minoria insignificante, uma democracia para os ricos onde os capitalistas não somente controlam as instituições políticas da sociedade, mas estruturam as instituições de um modo que garanta aquele controle.

Lênin, como Marx, estava interessado na transformação da realidade social; a questão dos movimentos sociais era central na luta dos trabalhadores, enquanto *práxis* social revolucionária. Deixada aos seus próprios recursos, escrevia Lênin, a classe trabalhadora seria incapaz de desenvolver qualquer

concepção da missão histórica que Marx lhe atribuía. Ele argumentava que a abolição da burguesia como classe, exigia um Estado operário todo-poderoso, pronto para eliminar aquele grupo, coercitivamente. Ele defendia de modo categórico o partido enquanto vanguarda da classe trabalhadora. Pensava que a revolução era capaz de arrastar o proletariado e os camponeses (que constituíam o povo), para promover (em termos definidos por Marx e Engels) o processo de transição da sociedade burguesa para o socialismo via a ditadura do proletariado. Esta tarefa exigiria a aliança operário-camponesa, pois essas eram as duas únicas classes solidárias que poderiam ser unificadas mediante ação de um partido de vanguarda. Esse partido necessitava de uma organização de novo tipo: devia ser organizado e centralizado como um exército, com todo o poder e autoridade residindo no seu comitê central.

Rosa de Luxemburgo (eminente representante do pensamento e da ação social-democrata na Europa) em sua obra *Reforma ou Revolução* (1970) e na polêmica com Lênin em *Partido de Massas ou Partido de Vanguarda* (1981), todavia, foi radicalmente contrária a essa concepção leninista. Embora ela tivesse apoiado a revolução, alertou, ao mesmo tempo, contra a ditadura bolchevique acusada de abolir todas as formas democráticas, inclusive a retirada gradual do poder dos *soviets*, colocando-os nas mãos do Comitê Central do Partido, que resultou na destruição de todas as tentativas de construção de um Estado democrático dos trabalhadores.

Grande parte das abordagens, que exaltaram a participação das massas por meio dos movimentos sociais no processo de construção de uma nova realidade social, tem suas origens nos fundamentos teórico-filosóficos de Rosa Luxemburgo. Ao contrapor a capacidade das massas para compreender as contradições da ordem existente e seu desenvolvimento complexo, Rosa Luxemburgo fornece todo o quadro analítico que sustentará a importância da ação das massas, expressa por meio de movimentos sociais auto-organizados. Na sua percepção, a revolução deve surgir com a crescente prática política do povo e estar subordinada ao controle da atividade política da classe operária, ou seja, deveria ser obra da classe, e não em nome dela, obra das massas e não de suas lideranças. Rosa de Luxemburgo acreditava na criatividade das massas e na sua autonomia, respeitava sua espontaneidade e também seu direito de cometer erros e de aprender com os mesmos. A política socialista e o socialismo deveriam emergir de um movimento comum, voluntário e consciente de todos os desprivilegiados: não seria a tentativa desesperada de uma minoria em moldar o mundo à força, de acordo com o seu ideal, mas, a ação da grande massa dos milhões de homens do povo.

As preocupações sobre o papel da vanguarda proletária (o partido) e a relação com as massas (objeto de dura polêmica entre Lênin e Rosa de Luxemburgo) foram também constantes nas obras do

pensador italiano Antônio Gramsci. Nos escritos políticos (2004) e nos Cadernos do Cárcere (2001, 2006 e 2007) se coloca numa posição intermediária entre o “basismo” e o “dirigismo partidário”.

Esse clássico do paradigma marxista do pós - segunda guerra mundial exerceu grande influência nas análises das lutas e movimentos populares realizadas na América Latina nos anos de 1970 e 1980. O seu pensamento insere-se em um significativo corpo teórico sobre a luta de classes.

Para Carnoy (2004), Gramsci ao considerar que os próprios trabalhadores são capazes de desenvolver a consciência de classe, conferiu à massa dos trabalhadores muito mais crédito do que Lênin. Gramsci, assim como Lênin, via o partido político como instrumento de elevação de consciência e de educação junto à classe trabalhadora e de desenvolvimento das instituições de hegemonia proletária. Para Gramsci, a classe trabalhadora, como a burguesia antes dela, é capaz de desenvolver em suas fileiras seus próprios intelectuais orgânicos. Mediante o Partido Comunista, a classe operária deve adquirir a consciência de sua autonomia e de sua personalidade histórica tanto no plano espiritual como organizativo.

E o que é o Estado para Gramsci? “O Estado é a organização econômico-política da classe burguesa. O Estado é a classe burguesa em sua concreta força real” (GRAMSCI, 2004). Em outro trecho do mesmo escrito, ele dizia o seguinte: “a palavra ‘Estado’ assusta os anarquistas, já que estes vêem no Estado apenas o princípio ‘imutável’ da autoridade”. Já os socialistas distinguem no Estado dois aspectos. “Para os socialistas, o Estado é o aparelho do poder político, mas é também um aparelho de produção e de troca” (GRAMSCI, 2004, p. 284).

Para o autor, o “Estado sempre foi o protagonista da história, já que é em seus organismos que se concentra a potência da classe proprietária; é no Estado que a classe proprietária se disciplina e se constrói como unidade, acima dos dissídios gerados pela concorrência, com o objetivo de manter intocada a condição de privilégio na fase suprema da própria concorrência, ou seja, na fase da luta de classe pelo poder, pelo predomínio na direção e no disciplinamento da sociedade” (GRAMSCI, 2006, p. 258).

Para Gohn (1997), uma das principais questões debatidas no trabalho de Gramsci pelos analistas que se utilizam de seu referencial diz respeito à autonomia do movimento popular em relação ao Estado. Dentre estas indagações destacam-se: como pensar a autonomia, a partir de Gramsci, sem cair no discurso dos anarco-autonomistas?

Gramsci enfatizou de forma muito mais aguda que os teóricos os quais o precederam, o papel da superestrutura na perpetuação das classes e na promoção do desenvolvimento da consciência de classe. O foco da sua análise concentra-se nos aspectos ideológicos, enfatizando a consciência como elemento chave no processo de transformação social: “a luta econômica não pode ser desligada da luta

política e nenhuma das duas pode ser desligada da luta ideológica” (GRAMSCI, 2004, p. 293). Em outra passagem da mesma obra, disse: – “se for retirada do proletariado sua consciência de classe, teremos muito movimento, mas movimento de marionetes!” (GRAMSCI, 2004, p. 177).

Sua originalidade como marxista fundamenta-se na abordagem que faz a respeito da complexidade das relações que permeiam o Estado e a sociedade civil no atual estágio de dominação da burguesia. Gramsci ressaltou os mecanismos ideológicos de dominação da burguesia ampliando o conceito de Estado. Enriqueceu o referencial teórico marxista mediante formulação de novos conceitos, tais como, bloco histórico (ou bloco no poder), construção de hegemonia, intelectuais orgânicos. A compreensão desses elementos da superestrutura é a chave para a compreensão dos fenômenos da dominação de massas. Gramsci sofreu pessoalmente as conseqüências da derrota das organizações sindicais e partidárias autônomas do operariado socialista, na Itália da sua época.

Na perspectiva gramsciana, o foco da discussão, a respeito da nova configuração do Estado, nos marcos da sociedade industrial é a superestrutura, que se torna uma variável essencial, em vez de secundária, na compreensão da sociedade capitalista. A força verdadeira do sistema capitalista não reside na violência da classe dominante ou no poder coercitivo do seu aparelho de Estado, mas na aceitação por parte dos dominados de uma concepção de mundo que pertence aos seus dominadores.

Ele [Gramsci] considerou que na sociedade ocidental os obstáculos a tal consciência eram muito mais formidáveis do que Lênin imaginava: não era simplesmente a falta de um entendimento de sua posição no processo econômico que impedia os trabalhadores de compreender o seu papel de classe, nem era somente as instituições ‘privadas’ da sociedade, como a religião as responsáveis por manter a classe trabalhadora longe da autoconsciência, mas era o próprio Estado que estava encarregado da reprodução das relações de produção. Em outras palavras, o Estado era muito mais do que o aparelho repressivo da burguesia; o Estado incluía a hegemonia da burguesia na superestrutura (CARNOY, 2004, p. 91).

A noção de Estado ampliado que Gramsci introduziu no debate se constituiu numa das principais inovações da sua teoria. Para Carnoy, Gramsci não parece ter estabelecido uma única e absoluta teoria do Estado, porém, claramente o viu de maneira diferente de Marx ou Lênin. Ao introduzir o conceito de aparelho de hegemonia, ampliou o conceito marxista-leninista do Estado⁴.

⁴ Conforme COUTINHO, 2006, p. 36, o Estado em sentido amplo comporta duas esferas principais: a sociedade política, que Gramsci também chama de Estado em sentido estrito ou de Estado-coerção (formado pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar) e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc.

Outro conceito chave do pensamento gramsciano para a compreensão do processo de dominação capitalista é o conceito de sociedade civil. Gramsci estava preocupado em compreender como a classe dominante fazia valer seus interesses sobre a classe dominada. A sociedade civil é definida como o complexo das relações ideológicas e culturais e da vida espiritual e intelectual; não pertence à dimensão estrutural. Para Coutinho, há uma diferença essencial entre os conceitos de sociedade civil em Gramsci e em Marx. Este identifica sociedade civil com base material, com a infraestrutura econômica, enquanto para aquele, a sociedade civil “não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura” (COUTINHO, 2006, p. 31).

Na concepção de sociedade civil merece ressaltar o conceito de hegemonia que também ganha lugar de destaque. A hegemonia significa o predomínio ideológico da classe dominante sobre a classe subalterna na sociedade civil. A disputa entre as classes pela hegemonia tem lugar predominantemente na órbita da sociedade civil, completando-se no plano da sociedade política (estado). Para Gramsci a mudança social é um processo gradual, portanto, a tomada do poder por uma nova classe deverá ser precedida por um longo processo de transformação da ordem dominante.

A revolução comunista não pode ser realizada por meio de um ‘golpe de mão’, isto porque mesmo que uma minoria revolucionária conseguisse, pela violência, assenhorar-se do poder, essa minoria seria derrubada, no dia seguinte, pela retaliação das forças mercenárias do capitalismo [...] a maioria não organizada permitiria que fosse massacrada a nata da potência revolucionária, que fossem desencadeadas todas as paixões perversas e a barbárie suscitada pela corrupção e pelo ouro capitalista (GRAMSCI, 2004, p. 304).

Para Evelina Dagnino (2000), a ênfase dada por Gramsci à sociedade civil como terreno da luta política, concebida como uma “guerra de posições”, ao invés de uma “guerra de manobras” (ataque frontal ao Estado) desempenhou papel decisivo para novas direções das esquerdas na América Latina. Implicando não somente uma revisão do papel até então atribuído ao Estado, como também uma ampliação do terreno político e da pluralidade das relações de poder.

Essa é a razão pela qual a hegemonia torna-se um conceito crucial no sistema gramsciano. A “guerra de posição” é a luta pela consciência da classe operária. Essa hegemonia proletária confrontaria a hegemonia burguesa em uma guerra de posição – de trincheiras se movimentando para frente e para trás em uma luta ideológica pela consciência da classe trabalhadora – até que a nova superestrutura tivesse sitiado a antiga, incluindo o aparelho do Estado.

1.2 MOVIMENTOS SOCIAIS: FORMA DE EXPRESSÃO DAS TENSÕES INTERNAS DA SOCIEDADE CIVIL

Segundo Ilse Scherer Warren (1987), na sociologia acadêmica o termo **movimentos sociais** surgiu com Lorenz Von Stein por volta de 1840, quando este defendeu a necessidade de uma ciência da sociedade que se dedicasse ao estudo do movimento proletário francês, do comunismo e do socialismo emergentes. No entanto, para ela, a contribuição de Marx para a análise dos movimentos sociais de libertação das classes socialmente oprimidas foi uma das mais ricas já realizadas.

Na perspectiva *marxiana*, o conceito movimento social é utilizado em acepções amplas para largos períodos históricos: as guerras, os movimentos nacionalistas, as ideologias radicais libertárias e religiosas, referindo-se aos processos de mudança e transformação social. Ou seja, trata-se de um conceito que não diferencia movimento social, do movimento político.

O conceito de organização em Marx permanece ainda limitado às seguintes situações: organizações profissionais, clubes jacobinos, conspirações secretas de pequenos grupos, organização jornalística. Era isto que existia no seu tempo. Como disse Coutinho (2006), Marx, portanto, não pôde conhecer – ou não pôde levar em consideração – os grandes sindicatos, englobando milhões de pessoas, os partidos políticos operários e populares legais e de massa, os parlamentos eleitos por sufrágio universal direto e secreto, os jornais proletários de imensa tiragem. Não pôde, em suma, captar plenamente uma dimensão essencial das relações de poder em uma sociedade capitalista desenvolvida.

Em carta dirigida a F. Bolte, em 23 de novembro de 1871, Marx refere-se à questão dos movimentos da seguinte forma:

[...] dos movimentos econômicos isolados dos operários, nasce em toda parte, um movimento político, isto é, um movimento da classe, tendo por objetivo conquistar a satisfação dos seus interesses de uma forma geral, uma que seja válida para o conjunto da sociedade. Se, de um lado esses movimentos pressupõem certa organização prévia, não é menos certo que representem por sua vez, um meio para o desenvolvimento dessa organização (MARX, 1985, p. 266).

Em *Miséria da Filosofia*, Marx fornece subsídios para uma teoria sobre os movimentos sociais quando analisa a divisão do trabalho na sociedade, remetendo diretamente à análise das forças sociais as quais atuam na sociedade e no interior do Estado, como os movimentos sociais organizados. Marx refere-se à questão dos movimentos sociais nos seguintes termos: “Não digais que o movimento

social exclui o movimento político. Não existe, jamais, movimento político que, ao mesmo tempo, não seja social” (MARX, 1976, p. 166). No Manifesto inaugural e nos estatutos provisórios da Internacional dos trabalhadores em 1864, Marx afirma: “a emancipação econômica das classes trabalhadoras é, portanto, o objetivo primordial a que todo movimento político deve subordinar-se como meio” (MARX, [1985], p. 322).

Portanto, a concepção de movimento social está associada à luta de classes – a classe em movimento. Antes de Marx, os fisiocratas, historiadores e filósofos sociais burgueses já faziam referência às classes sociais e à luta entre elas, com base no processo histórico que se desenrolou na Europa, que inaugura o Estado moderno absolutista, durante a idade moderna (século XVI a XVIII). Nessa época, a aristocracia feudal e o clero começam a dividir a cena com outros segmentos sociais como a burguesia mercantil, a qual sofre intenso processo de diferenciação interna: financeira, manufatureira (alta, média e baixa ou pequena). Porém, na doutrina marxista, o conceito de classe distingue-se das demais teorias, uma vez que Marx e Engels não estavam interessados apenas na descrição da sociedade em abstrato, mas nas transformações histórico-concretas das estruturas sociais em seu conjunto nas diversas formações sociais. Para eles, a sociedade moderna européia surgida das ruínas da sociedade feudal, ao invés de abolir os antagonismos de classes, estabeleceu novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta.

Marx, embora reconhecesse o papel revolucionário que teve a burguesia na luta contra a aristocracia feudal, privilegia em suas análises o papel da classe trabalhadora como sujeito da transformação da sociedade. Apesar de mencionar os movimentos ludistas dos quebradores de máquinas, sua atenção estará direcionada para os trabalhadores ingleses organizados nas *trade unions* (sindicatos). O movimento cartista inglês reivindicava reformas nas condições de trabalho (diminuição da jornada de trabalho) e direitos políticos (sufrágio universal), inaugurando a chamada questão social. Tornava-se uma força organizada que radicalizava cada vez mais suas bandeiras e formas de luta rompendo a dependência política da burguesia, transformando-se no final da década de quarenta do século XIX num movimento revolucionário. O amadurecimento político do movimento operário conduziria à efêmera, mas intensa experiência da Comuna de Paris em 1871, que instituiu um governo popular democrático na capital francesa, duramente reprimida pelo exército. A partir de 1838, entravam na cena política de forma autônoma, os trabalhadores ingleses os quais se organizavam nas *trade union*, que se desdobra no processo revolucionário concreto dos movimentos insurrecionais do proletariado na Europa de 1848, que representaram a

luta de classes no bojo da revolução democrático – burguesa alemã, contra o absolutismo prussiano⁵. Para Engels, em 1885:

Foi precisamente Marx quem primeiro descobrira a grande lei da marcha da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas, quer se processem no domínio político, religioso, filosófico ou qualquer outro campo ideológico, são na realidade apenas a expressão mais ou menos clara de lutas entre classes sociais e que a existência, e portanto também os conflitos entre essas classes são, por seu turno, condicionados pelo grau de desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e pelo seu modo de troca (ENGELS, 1978, p. 12).

A percepção marxiana/engelsiana vai enfatizar a divisão da população em duas grandes classes assentadas diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção – a burguesia e o proletariado, que eram compreendidas como as únicas classes revolucionárias da sociedade: a primeira, porque não poderia existir sem revolucionar constantemente os meios de produção e, com eles, as relações sociais; a segunda, porque é a única capaz de libertar toda a sociedade da opressão e exploração burguesa⁶. Esperava-se que o capitalismo gerasse uma polaridade de posições de classe, destruindo todas as posições intermediárias (proprietários fundiários, pequena-burguesia e campesinato) que seriam gradualmente absorvidas por uma ou outra das duas grandes classes antagônicas. A burguesia converteu “o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem da ciência em trabalhadores assalariados”. Ou seja, a lei do movimento do capital conduziria amplos segmentos do proletariado à pauperização, impondo ao Estado burguês a necessidade de uma coerção permanente sobre os trabalhadores, o que levaria a luta de classes a assumir a forma de guerra civil⁷. Marx focava o olhar para o papel que o proletariado poderia desempenhar na revolução socialista, mas, à sua época, era a burguesia quem representava o papel de classe universal a quem toda a sociedade reconhecia e identificava como sua direção política e como portadora do interesse geral.

⁵ Os autores do materialismo histórico percorreram caminhos distintos. No caso de Engels, o início da trajetória foi o contato direto com o mundo do trabalho da produção capitalista nas fábricas e participando das organizações operárias. O aprendizado político de Marx inicia-se com setores pequenos burgueses que defendiam idéias liberais da revolução francesa e o introduziram no debate sobre a sociedade, nas fontes filosóficas dos séculos XVII e XVIII: Rousseau, Voltaire e outros. Um fato que os une nessa trajetória é a Gazeta Renana, através da qual eles acompanharam a revolução industrial em curso, as manifestações nacionalistas, as lutas pela independência na Europa e nas colônias americanas e na difusão dos valores liberais burgueses decorrentes das idéias da Revolução francesa. A reflexão de Marx e Engels se funda na própria práxis como atores políticos integrantes do movimento revolucionário dos trabalhadores. Eles contribuíram no processo de organização e crescimento da consciência de classe do proletariado, confrontando-se diretamente com a elite aristocrática ou burguesa e sofrendo a violência da censura, do exílio constante e da repressão militar: na Liga dos Justos (de 1840) para a qual escreveram o famoso Manifesto do Partido Comunista de 1848; na Associação Internacional dos Trabalhadores de 1864; na curta, mas, intensa experiência de governo popular na Comuna de Paris em 1871 etc.

⁶ O termo proletariado significa o conjunto dos trabalhadores assalariados destituídos da propriedade dos meios de produção, por isso mesmo, obrigado a vender diariamente sua força de trabalho como uma mercadoria qualquer.

⁷ Essa posição vai estar expressa nas obras que Marx publicou em conjunto com Engels: a Sagrada Família em 1844 (2003), a Ideologia Alemã em 1845/6 (1979) e o Manifesto Comunista em 1848 (1998). Nestas obras os autores vão enfatizar a divisão do trabalho como fonte da separação entre campo e cidade – entre o capital e a propriedade fundiária

Essa visão dos autores do Manifesto Comunista deu-se dentro de um contexto específico do processo de desenvolvimento do capitalismo na Europa. Porém, o próprio Marx reconhecia que essa divisão de classes não se aplicava de maneira pura nem mesmo na Inglaterra (berço do capitalismo), onde a estrutura de classe foi obscurecida pelo desenvolvimento de camadas médias e intermediárias. O crescimento da técnica e a racionalização da grande produção, ao mesmo tempo em que engendraram um desemprego orgânico, acabaram freando a proletarização da pequena burguesia. Em obras posteriores, Marx e Engels enfatizarão outras classes e frações de classe, demonstrando a complexidade da estrutura social então vigente⁸.

Interessa ressaltar nesse trabalho como o campesinato aparece na estrutura de classes e qual o seu papel na luta política nesse referencial teórico metodológico. Os grandes proprietários de terra e grandes camponeses, apesar de suas tendências feudais, eram considerados burgueses; a pequena burguesia e os camponeses (pequenos proprietários, arrendatários, jornaleiros, parceiros) eram considerados como classes em transição. Em O 18 Brumário, Marx analisa as dificuldades para a constituição do campesinato em classe “para si”.

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam uma das outras e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um parlamento, quer através de uma convenção. Não podem representar-se, têm que ser representado. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva (MARX, 1978, p. 116).

Para Marx, os camponeses franceses não se constituíam enquanto classe consciente e revolucionária porque embora vivessem em condições semelhantes, não estabeleciam entre si relações multiformes: o seu modo de produção os isolava uns dos outros, ao invés de criar um intercâmbio mútuo. A unidade de produção tinha como pilar a pequena propriedade, por isso não permitia o avanço da divisão do trabalho, a aplicação de métodos científicos e não criava nenhuma variedade de

⁸ De Marx: a Luta de Classes na França de 1848-1850, escrita em 1850 (s/d) e o 18 Brumário de Luis Bonaparte em 1852 (1978); de Engels: Guerras Camponesas na Alemanha em 1850 (1975) e O Problema Camponês na França e na Alemanha em 1894 (1981).

talento e relações sociais. Na medida em que produziam basicamente para sua própria subsistência, as relações de troca que estabeleciam eram muito mais com a natureza do que com a sociedade. Esse isolamento os tornava incapazes de fazer valer seus interesses de classe. A isso se refere uma das passagens dessa obra que se tornou famosa: “uma pequena propriedade, sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia e algumas dezenas de aldeias constituem um departamento. A grande massa da nação francesa era, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas” (MARX, 1978, p. 115).

O campesinato desarticulado constitui uma “classe em si”, mas não uma “classe para si”, porque lhe faltava os elementos, os quais, na atualidade, qualificamos como um movimento social: identidade, articulação nacional, auto-representação política, cultura; para escapar dos mecanismos de cooptação do estado. Hoje, os estudiosos dos movimentos sociais como Scherer Warren (1987), retomam esses elementos como constitutivos na caracterização dos movimentos sociais: projeto/ideologia, *práxis*, identidade, organização.

Marx e Engels atribuíram à aliança operário-camponesa, a forma de libertar o campesinato da sua espantosa condição de miséria e dependência política. Os limites impostos pela forma específica de inserção dos camponeses na produção embora sejam vistos como limitantes, não impede na visão dos autores, que possam desempenhar um papel importante na transformação social:

Quanto maior for o número dos camponeses a que possamos poupar a queda efetiva no proletariado, e que possamos ganhar já para o partido como camponeses, mais rápida e facilmente será levada a efeito a transformação social. Não é de nosso interesse ter que esperar, para que esta transformação, o desenvolvimento completo do capitalismo em todos os lugares até suas últimas conseqüências, que caíam vítimas da grande exploração capitalista até o último pequeno artesão e o último pequeno camponês (ENGELS, in GRAZIANO DA SILVA; STOLCKE, 1981, p. 75).

O estudo das classes na perspectiva marxista conduz ao conhecimento das forças motrizes da sociedade e dos dinamismos sociais na medida em que elas estão permanentemente em movimento, em lutas mobilizadas (ação coletiva); tem um conteúdo específico e concreto de acordo com o momento histórico ao qual se referem, sendo, portanto: categoria histórica – conceito analítico e fenômeno real filosófico e econômico.

Gramsci adotará esse mesmo referencial analítico para tentar compreender a realidade do campesinato italiano. O camponês sempre viveu fora do domínio da lei, sem personalidade jurídica, sem individualidade moral:

Conservou-se como um elemento anárquico, o átomo independente de um tumulto caótico, refreado somente pelo medo da polícia e do diabo. Não compreendia a organização, não compreendia o Estado, não compreendia a disciplina; paciente e tenaz no esforço individual de extrair da natureza escassos e magros frutos, capaz de enormes sacrifícios na vida familiar, era selvagemmente impaciente e violento na luta de classes, incapaz de propor-se um objetivo geral de ação e de persegui-lo com perseverança e luta sistemática (GRAMSCI, 2004, v. I, p. 266).

A questão central das suas preocupações funda-se na necessidade vital de dar forma adequada à organização camponesa que se encontrava numa situação difusa. Para Gramsci, “os operários fabris e os camponeses pobres são as duas energias da revolução proletária”. Portanto, “todo trabalho revolucionário só tem probabilidade de êxito quando se funda nas necessidades vitais e nas exigências culturais dos operários fabris e dos camponeses”. Para ele, era indispensável que os líderes do movimento proletário e socialista compreendessem isso. Ou seja, era necessário que compreendessem “a urgência do problema de dar a essa força incoercível da revolução a forma adequada à sua psicologia ainda difusa”. Organizados, os camponeses tornar-se-iam “elemento da ordem e do progresso; abandonados a si mesmos, impossibilitados de desenvolver uma ação sistemática e disciplinada, tornar-se-iam um tumulto informe, uma desordem caótica de paixões exasperadas até a barbárie mais cruel dos sofrimentos inauditos que se estão delineando de modo cada vez mais terrível” (GRAMSCI, 2004, v. I, p. 268-270).

De acordo com IASE (2006), a contradição objetiva é o terreno que torna possível a ação das classes, mas é somente a própria ação que pode superar a contradição. Nesse percurso a consciência de classe vai se formando. Marx afirma na *Miséria da Filosofia* em 1847, que “a dominação do capital” primeiro transforma a massa da população em trabalhadores e depois cria para essa massa “uma situação comum, interesses comuns” (MARX, 1976, p. 136). “Essa massa é já uma classe diante do capital, mas não o é para si mesma”. O caminho que leva essa massa à condição de classe para si é a luta, ou seja, a ação de classe. Significa dizer que a classe é resultante não só da posição a qual o trabalhador ocupa diante da propriedade e das relações sociais de produção, como também resulta dos fatores de natureza subjetiva (ação e consciência).

Entre as décadas de cinquenta e setenta do século passado, os movimentos sociais ganham visibilidade no mundo acadêmico ocidental, enquanto fenômeno histórico notadamente na área das Ciências Sociais. Gurvitch (1982) também vai afirmar a valorização da subjetividade no tratamento das classes pelo marxismo. Ao lado do econômico, isto é, do papel que a classe desempenha na produção, o autor ressalta a tomada de consciência de classe, o mental e o ideológico; enfim, a consideração da classe como sujeito histórico criador do futuro da sociedade.

Ainda que sob uma perspectiva de análise distinta, começou-se a introduzir categorias marxistas na análise dos movimentos sociais. Nesse período, as teorias que orientaram a produção a respeito, foram a dos paradigmas europeus, predominando, até os anos setenta, do século XX, a vertente marxista. Os franceses Manuel Castells e Alain Touraine exerceram forte influência na Europa e América Latina, defenderam respectivamente a criação e supremacia de uma “Sociologia dos Movimentos Sociais”. Para o primeiro autor, o movimento social é definido como “sistemas de práticas sociais contraditórias, isto é; controvertem a ordem estabelecida com base nas contradições específicas”; para o segundo, como “ação conflitante de agentes das classes sociais, lutando pelo controle do sistema histórico”. Ambos enfatizaram as contradições do sistema capitalista e evidenciaram o papel dos movimentos sociais como força motora para controverter a ordem social vigente.

O que seria necessário resgatar do conceito de Touraine? Que os Movimentos Sociais encontram-se inscritos no coração da luta de classes pelo comando da sociedade, de sua historicidade, ou seja, pela produção de si própria. O autor tornou mais transparente a definição ao afirmar que os Movimentos sociais “são forças centrais que lutam umas contra as outras para dirigir a produção da sociedade por ela mesma, a ação de classe pela direção da historicidade” (TOURAINÉ, 1978, apud AMMANN, 1991, p. 16).

A principal determinação do movimento popular assim concebido é a classe social. A categoria movimento popular refere-se a um sujeito social e político, a uma vontade coletiva que tem nas classes sua determinação principal. Camacho afirma que o movimento popular se constitui quando converge dinamicamente as suas lutas pela transformação do Estado e pelos termos da ordem social, tratando de destruir o sistema de dominação e exploração. É a passagem das lutas corporativas às lutas políticas, quando diz que uma característica comum entre os movimentos populares e aqueles que não o são, reside em sua condição de manifestações da sociedade civil frente à sociedade política. É enfático ao afirmar que o projeto político do movimento popular, ou mesmo as reivindicações políticas mais localizadas dos movimentos populares questionam por sua própria natureza o regime de dominação, levando-os a se oporem às classes dominantes. Por essa razão, os movimentos são expressão das classes antagônicas à classe dominante e, sobretudo, põem-se contrário às instâncias políticas, condições adequadas aos interesses dominantes.

Podemos dizer, então, que os movimentos sociais classistas têm duas grandes manifestações: por um lado, expressam interesses dos grupos hegemônicos; e, por outro lado, expressam os interesses dos grupos populares. Este segundo tipo são os que conhecemos como movimentos sociais populares: movimentos operário, camponês e de classes médias.

A partir de 1980, contudo, o paradigma marxista perdeu a centralidade que tinha nos anos anteriores. Na Europa em função das novas modalidades de ação coletiva em vários países, novas idéias foram formadas sobre essa problemática, incrementando uma produção acadêmica sobre esse fenômeno.

Para Iase (2006), dois fatores se combinam para produzir este efeito no reino das formulações acadêmicas e teóricas, assim como no universo da formulação política: por um lado, o profundo processo de reestruturação que o capital empreendeu entre os anos de 1980 e 1990 que mudou a face da atividade produtiva e culminou com a passagem da subordinação formal para a subsunção real do trabalho ao capital; por outro lado, o desmonte da URSS e o conseqüente fim do chamado “socialismo real” no Leste europeu. Seguindo o raciocínio do autor, a combinação destes fatores foi acompanhada de um recrudescimento no mundo acadêmico da chamada crise de paradigmas, cujo principal alvo era o marxismo. Essa onda que ganhou impulso nos anos de 1980 assumiu a forma de uma “quase unanimidade” na década de 1990. Se em um primeiro momento tratou-se de “rejuvenescer”, o marxismo com contribuições como as de Gramsci, agora a questão era se o marxismo continuava ou não um paradigma aceitável para compreender a realidade e orientar a ação própria das classes trabalhadoras.

Na Alemanha, Habermas, filósofo da segunda geração da Escola de Frankfurt, mudou os rumos da Teoria Social Crítica, afastando-se do paradigma marxista e aproximando-se do paradigma da sociologia compreensiva, retomando a hermenêutica. Em suas obras de 1976 e 1985, ele construiu algumas premissas, desenvolvidas posteriormente na Teoria da Ação Comunicativa (1999), um dos fundamentos da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, nos anos 1980, que influenciaria, sobremaneira, os estudos na América Latina e Brasil. Foi Clauss Offe (alemão, da terceira geração da Escola de Frankfurt, discípulo de Habermas) quem designou a onda dos novos movimentos sociais a partir dos anos 1960: de estudantes, mulheres, pela paz, ecologia, de meio ambiente, antinucleares, como um novo paradigma da ação social.

A França, a Itália e a Espanha passaram a ser os países produtores de estudos de ponta sobre os movimentos sociais (como tema central de investigação) que ocorreram com base nos dois referenciais teórico-metodológicos básicos: a dos neomarxistas e a dos Novos Movimentos Sociais - NMS. O próprio Touraine e Castell acabam refazendo suas posições teóricas e se incorporando na segunda corrente ao lado de figuras como E. Hobsbawm, E. P. Thompson e G. Rude. Eles passaram da exaltação dos movimentos sociais à negação das suas potencialidades transformadoras, embora não negassem sua importância.

Esses autores, já nos anos de 1970, foram se afastando da primeira vertente e reforçando a segunda. A Teoria da Ação Social passa a focar em outros atores que consideram mais importantes: os estudantes, as mulheres, os antinucleares, os grupos de solidariedade. A sistematização dessa Teoria teve como ponto de partida a crítica ao paradigma tradicional, para a análise dos movimentos sociais nos anos de 1960: o paradigma marxista, clássico ou ortodoxo. Passam a representar a corrente dos “Novos Movimentos Sociais”; essa corrente culturalista irá fundamentar as ações coletivas enfocando a lógica da construção de identidades mediante ações contestatórias e manifestações político-culturais, com raízes nos micro-fundamentos das relações cotidianas, isto é, em torno de identificações sócio-culturais específicas⁹. Para essa corrente, o trabalho e as classes deixam de ter centralidade, ou seja, a luta de classes não parecia ser agora o único motor da história. Outro argumento usado pelos ideólogos da mesma, é o de que a concepção da política e dos conflitos sociais apenas em termos de classes significou por muito tempo uma espécie de renúncia, a compreender uma parte fundamental do funcionamento de nossa sociedade. Por outro lado, tais abordagens criticam os estudos centrados em projetos universalistas, alegando que os movimentos sociais operam com base em demandas específicas. Isso tudo acabou produzindo a impressão de que o referencial de análise marxista é insuficiente e absolutamente inadequado para articular a objetividade e a subjetividade, “produzindo a maior defensiva teórica que o pensamento marxista já sofreu em toda a sua história” (IASE, 2006, p. 35).

A teoria dos NMS atenta para o presente, para este lugar e agora. Para mudar a ordem das coisas, a força estaria no próprio ator e não no entrechoque de contradições estruturais. Conforme Nobre (2006), os principais articuladores de teorias fundadas no discurso dos agentes, na ação dos indivíduos são Habermas e Foucault, que defendem a importância de resgatar-se do discurso, a fala dos que lutam contra todas as formas de opressão; assim como denunciar, falar publicamente dos focos particulares do poder. Esses pressupostos foram assimilados por lideranças intelectualizadas que participam dos NMS, particularmente aqueles organizados em torno de questões de raça e gêne-

⁹ Maria da Glória Gohn (1997, p.15) ao abordar os paradigmas dos movimentos sociais e a sua influência na América Latina, classificou esse debate do seguinte modo: na Europa, ao falarmos sobre paradigmas, temos de usar o plural porque há duas abordagens teóricas bem diferenciadas: a marxista e a dos Novos Movimentos Sociais. Cada uma delas se subdivide em uma série de correntes teórica explicativas. A marxista centra-se no estudo dos processos históricos globais, nas contradições existentes e nas lutas entre as diferentes classes sociais. As categorias básicas construídas por seus analistas são: classes sociais, contradições, lutas, experiências, consciência, conflitos, interesses de classes, reprodução da força de trabalho, Estado etc. As noções e conceitos desenvolvidos são: experiência coletiva, campo de forças, organização popular, projeto político, cultura política, contradições urbanas, movimentos sociais urbanos, meios coletivos de consumo [...] O paradigma dos Novos Movimentos Sociais parte de explicações mais conjunturais, localizadas em âmbito político ou dos micro-processo da vida cotidiana, fazendo recorte na realidade para observar a política dos novos atores sociais. As categorias básicas deste paradigma são: cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política etc. Os conceitos e noções analíticas criados são: identidade coletiva, representações coletivas, micro-política do poder, política de grupos sociais, solidariedade, redes sociais, impactos das interações política etc.

ro. Os movimentos passam a ser definidos como organismos os quais “transitam, fluem e acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais” (Habermas) ou também, como formas não-institucionais autônomas de ação coletiva¹⁰.

Contra a tendência de colonização sistêmica, Habermas aponta na Teoria da Ação Comunicativa a proliferação de movimentos sociais de resistência, tais como os movimentos estudantil, ecológico e de minorias étnicas; eles estariam ocupados com as tarefas defensivas de impedir o avanço da lógica sistêmica em direção ao mundo da vida, preservando formas de interação comunicativamente reguladas. Para Habermas, a utopia de uma sociedade do trabalho perdeu a sua força persuasiva. Nesse sentido, ele compartilha com Horkheimer e Adorno, com a questão da perda do potencial emancipatório da classe trabalhadora. Habermas desloca a categoria trabalho (razão instrumental e forças produtivas) como lugar da emancipação, e vê na evolução das estruturas normativas, o caminho para a evolução social.

Desde a publicação da Teoria da Ação Comunicativa, a emancipação social passou a ser delineada em termos de aproveitamento dos potenciais comunicativos liberados na modernidade. Nessa teoria, o conceito de esfera pública é bastante discutido, revelando-se um importante instrumento analítico.

A possibilidade de romper com a rotina de funcionamento do sistema parlamentar exige a mediação de uma prática política não-institucional, mas direcionada às instituições. É nesse sentido que o autor [Habermas] atribui um papel fundamental à esfera pública política, vale dizer, às redes de comunicação não-institucionais que se situam à margem do núcleo do sistema político. E que sejam capazes de identificar os problemas sociais com a sensibilidade e a linguagem específicas dos próprios atingidos, articulá-los fora das estruturas governamentais e inseri-los na pauta das deliberações políticas institucionalizadas em vista da modificação de situações fáticas consideradas injustas (GONÇALVES DA SILVA, 2008, p. 14).

Assim, na perspectiva habermasiana, os caminhos para se alcançar a emancipação da classe trabalhadora não se dão por meio de revoluções. Na *práxis* comunicativa de Habermas a resolução do conflito passa pela negociação mediante o convencimento.

Dentre os teóricos da chamada terceira geração da Escola de Frankfurt, Axel Honneth é uma das figuras mais proeminentes; desde 2001 ele é diretor do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. Para Denílson Werle (2008), a teoria crítica de Axel Honneth identifica na Teoria da Ação Comunicativa de Habermas um déficit sociológico; os diferentes modelos da teoria não teriam levado devidamente em consideração a dinâmica dos conflitos sociais, ou seja, no conceito de ação comunicativa, a

¹⁰ A ascensão das Organizações Não-Governamentais – ONGs, nos anos 1980, sobretudo nos 1990 fizeram alguns analistas deslocarem as atenções dos movimentos sociais para esse novo fenômeno social que esteve meio oculto durante a fase de apogeu dos movimentos sociais no terceiro mundo.

dimensão do conflito teria ficado em segundo plano. Habermas estaria ignorando o fundamento social da teoria crítica, ou seja, o conflito social¹¹.

No debate sociológico do início do século XXI, para muitos autores, o conceito de classes, luta de classes e movimentos sociais se diluiu e perdeu seu significado original no marxismo. Revalorizam-se as teorias da estratificação social que tiveram sua origem em Marx Weber que estabelece uma distinção clara entre classes (produção/renda), status (consumo) e partido (política). Essa vertente se desenvolveu com a sociologia norte-americana em meados do século XX, chegando-se, hoje, a uma completa confusão dos fenômenos e dos conceitos sociológicos, que resultou em um tratamento vago, confuso e eclético. A maioria dos estudos atuais são apenas descrições taxonômicas negando a necessidade de análise estrutural da sociedade. O conceito de classe social passou a ter a significação igual a agrupamentos discretos, simples estratos ou camadas estatísticas hierarquizadas (da distribuição de renda, educação, status) que tem nos extremos: camadas superiores e inferiores e também grande número de classes médias. Nessa perspectiva, as descrições empíricas de padrões sócio-econômicos tornaram-se independentes de qualquer compreensão histórica, da visão das classes como sujeito social se separando completamente da análise do conflito, da luta de classes. Nesse sentido, o movimento social deixa de ser visto no âmbito acadêmico como classe em movimento. Todavia, as greves, as marchas, os protestos, bloqueios de rodovias, as ocupações (de prédios públicos, terrenos urbanos, propriedades rurais improdutivas) não cessam. Seus integrantes manifestam nas ruas a indignação e a resistência contra todo tipo de desigualdade, discriminação, de destruição ambiental, todas as formas de violência; e expressam seus sonhos, suas expectativas e utopias de inclusão social, de melhores condições de vida e trabalho, por um projeto de desenvolvimento popular e democrático e de construção de um novo mundo possível, exigindo um tratamento analítico pelas ciências sociais.

¹¹ Mas para Werle a teoria crítica de Honneth, não rompe com o idealismo, ao contrário, a sua teoria vai ser construída tomando como pressuposto categorias que já estava presente nos primeiros trabalhos de Hegel, a de que a luta social tem uma gramática moral. Ou seja, a identidade dos indivíduos, formada no processo de socialização, se funda em valores, vínculos e obrigações intersubjetivas dados na eticidade. Um dos temas centrais da obra desse autor é a importância das relações de reconhecimento e da luta por reconhecimento para a compreensão da dinâmica das relações e conflitos sociais. A idéia básica é a de que os indivíduos e grupos só podem formar suas identidades quando estas forem reconhecidas intersubjetivamente pelos demais nas relações sociais, nas práticas e instituições de uma comunidade. Assim, a realização da autonomia e a auto-realização dos indivíduos dependem do reconhecimento e da valorização positiva dos demais membros das comunidades em diferentes dimensões da vida: no âmbito privado do amor e da amizade, na esfera da solidariedade social e no campo das relações jurídicas. Quando não há esse reconhecimento ocorre um fato reconhecimento, desdobra-se uma luta por meio da qual os indivíduos e grupos não – reconhecidos procuram restabelecer ou criar novas condições inter-subjetivas de reconhecimento (WERLE, 2008, p. 50).



Figura 1 – Bloqueio na BR-101, Muribeca/Se. Reivindicação da desapropriação da Fazenda Boi Bravo.
Fonte: Jornal da Cidade, 22/06/2007.

1.3 A CONCEPÇÃO DE MUNDO DO MOVIMENTO DOS SEM-TERRA

[...] fomos buscar nos pensadores clássicos de várias matrizes algo que pudesse contribuir com nossa luta. Lemos Lênin, Marx, Engels, Mao Tsé-Tung, Rosa Luxemburgo. De uma forma ou de outra, captamos alguma coisa de todos eles. Sempre tivemos uma luta ideológica e pedagógica dentro do movimento de combater rótulos. Se Lênin descobriu uma coisa que pode ser universalizada na luta de classes, vamos aproveitá-la; se Mao Tse-Tung, naquela experiência de organizar uma revolução camponesa, descobriu coisas que podem ser universalizadas ou aproveitadas, vamos assimilar [...] O próprio Evangelho, não como uma religião mas como uma doutrina, também tem uma influência sobre nossos valores, nossa cultura, na forma de ver a mística, na forma de ver diferente [...] Nos abastecemos também em James Petras e Marta Harnecker e em muitos outros (STÉDILE, 2005, p. 59-60).

Os fundamentos da concepção de mundo do MST têm como matriz referencial o pensamento marxista clássico, como deixa antever a citação feita pelo líder dos Sem Terra, João Pedro Stédile. Contudo, como ele mesmo chamou a atenção, as referências teóricas do Movimento não são vistas como questões dogmáticas a serem seguidas. Para o MST, não importa a opção partidária ou o credo religioso de cada um, todos podem participar trazendo consigo suas crenças, esperanças e sonhos.

O MST nasceu como um movimento camponês e se define enquanto um movimento de caráter social, sindical, de massas, popular, político e, sobretudo, autônomo. Tem como bandeiras três reivindicações prioritárias: a terra, a reforma agrária e mudanças gerais na sociedade.

O princípio da autonomia sempre se constituiu numa das principais preocupações do MST. Aliás, sua origem se fundamenta justamente na necessidade de forjar uma organização que fosse autô-

noma da igreja, de partidos ou de qualquer outra instituição. O MST surgiu como uma recusa às propostas que significassem qualquer tipo de controle e manipulação no processo de organização e mobilização, buscando autonomização das lutas sociais no campo e articulação entre as mesmas.

Na luta pela terra, dois movimentos sociais desempenharam papel preponderante na concepção do MST: as Ligas Camponesas e a Comissão Pastoral da Terra - CPT. Das Ligas Camponesas, o MST herdou a inspiração da radicalidade, usada no seu método de ocupação como estratégia para se conquistar a terra. Ou seja, desde o início, o MST já tinha clareza que “a luta se conquista na rua através de uma forte pressão popular e não apenas com a lei” (numa referência à bandeira da “reforma agrária na lei ou na marra”, empunhada pelas Ligas Camponesas). Da CPT, herdou o trabalho pastoral de caráter ideológico expresso pela Teologia da Libertação.

A escolha do próprio nome do Movimento já se deu em meio a um grande debate: “fizemos uma reflexão no sentido de que deveríamos resgatar o nosso caráter de classe. Somos trabalhadores, temos uma sociedade com classes diferentes e pertencemos a uma delas” (STÉDILE, 2005, p. 47).

Entre os objetivos propostos busca-se construir uma sociedade alicerçada no ser humano, primando pelos valores de solidariedade, igualdade e justiça social. Desde as primeiras articulações conduzidas pela CPT, que culminou com as primeiras reuniões regionais: Medianeira (PR) e Goiânia (GO), em 1982, Chapecó (SC) e Belo Horizonte (MG), em 1983, a questão da autonomia polarizava a discussão. No encontro de Goiânia, por exemplo, esse foi o principal debate ideológico, centrando-se em torno da concepção da organização que se queria construir. Duas percepções políticas estavam em jogo: a primeira, era favorável à criação de uma espécie de comissão interna de sem-terra vinculada à própria CPT; a segunda, que a se impôs, era favorável à constituição de um movimento autônomo em relação à igreja, aos partidos políticos e ao Estado¹².

A questão da autonomia envolve também uma relação complexa com os intelectuais de esquerda. Uma das características do MST é ter sua direção formada basicamente de sem-terra. Dentre os dois tipos de intelectuais orgânicos (na concepção gramsciana), o Movimento privilegia os oriundos das suas próprias fileiras de luta, em detrimento aos intelectuais vindos de fora: que embora comprometidos com a causa, são aceitos na condição de apoiadores ou amigos do MST (sem qualquer poder de direcionamento) gerando, em alguns casos, rompimento.

¹² Conforme Stédile, Daniel Rech, da própria CPT, foi uma das pessoas que se posicionaram de forma mais contundentemente contra primeira proposta. “Ele teve a percepção política de que era importante os trabalhadores rurais sem terra terem sua própria organização. Ele conversava muito com o professor José de Souza Martins. Acho que ele sacou que, se tivesse sido formada uma comissão de sem-terra dentro da CPT, já teria nascido com um caráter muito vinculado à Igreja. Foi muito importante a idéia de que os trabalhadores rurais sem terra deveriam se organizar de forma autônoma. Se esta idéia não tivesse sido vitoriosa, não teria surgido o MST. Ou surgiria mais tarde, em outras circunstâncias” (STÉDILE, 2005, p. 46/47).

Apesar do seu caráter sindical, não possui registro no Ministério do Trabalho nem estatuto ou regimento interno: nenhum dos seus integrantes é filiado ou associado, pode fazer parte do movimento o militante urbano, o estudante, o técnico, o padre ou qualquer um que queira lutar pela reforma agrária; isto é, a ninguém é solicitado apresentar atestado de profissão. E, ainda, na sua composição participa não só o chefe de família, como também a mulher, a criança, o jovem e o idoso.

Do ponto de vista organizativo, o MST procura fugir do modelo verticalizado e burocrático de organização sindical, estruturando-se de maneira horizontal e descentralizado; ou seja, é uma organização bastante peculiar: não tem estatuto como é o caso dos sindicatos e dos partidos políticos e a orientação política se dá mediante um conjunto de orientações, normas e princípios defendidos nas suas reuniões, encontros e congressos deliberativos. Ninguém pode representar a organização somente pelo fato de compor as instâncias, isto é, as decisões não podem acontecer por decretos e, sim, pelo resultado da vontade consciente, da representatividade e da participação da base organizada em seus diversos encontros.

Sua estrutura interna está estreitamente vinculada ao controle do espaço geográfico. Ao combinar o local de moradia com o local de organização e de trabalho, torna-se orgânica, enraizada em um determinado lugar: “conhecer e dominar o espaço geográfico é ter poder”. Tal estruturação funciona tanto nos assentamentos como nos acampamentos: para o MST o assentamento não se constitui numa organização à parte e independente; é, simplesmente, uma extensão do processo anterior de ocupação, ou seja, representa apenas a continuidade do movimento interno do desenvolvimento da luta. Essa característica de territorialização tem sido discutida por Bernardo Mançano Fernandes e Ariovaldo Umbelino Oliveira.

As lideranças em diferentes níveis compõem a espinha dorsal da estrutura orgânica, mas, a referência maior é a organização e não o nome das pessoas que as torna exposta e bastante vulnerável a qualquer ação repressiva. Trata-se de uma organização que se baseia em instâncias de decisão coletiva, para evitar a concentração de poder em poucas mãos. Embora se constitua enquanto movimento de massa, sua estrutura é considerada flexível e dinâmica. Isso permite o acesso à participação de um maior número de pessoas: “ninguém é filiado ou associado, participa quem quiser lutar”. Sua estrutura foi pensada de modo que cada assentado possa se tornar um dirigente. Para Ademar Bogo (2003), as tarefas devem ser distribuídas entre o maior número possível de militantes para não sobrecarregar de tarefas alguns poucos dirigentes nas direções, coordenações, setores, coletivos e grupos de bases.

Os setores – são coletivos de pessoas que pesquisam, estudam, planejam e organizam as atividades correspondentes à área de atuação. São eles: o setor de frente de massas, encarregado de

comandar as ocupações e mobilizações; o setor de educação; o setor de comunicação (cuida do jornal, da revista, da produção de programas de rádio); o setor de produção (atende aos que já receberam terra e acompanha a produção, o crédito, o mercado) e os setores de saúde, de gênero, de direitos humanos.

Destaca-se, ainda, o setor de formação que tem por objetivo desenvolver e garantir a unidade política e



Figura 2 – Valdinei Nascimento Silva (Ney), coordenadora estadual do setor de formação.

ideológica do MST. Há também o coletivo de relações internacionais que cuida da relação do MST com organizações de outros países. Mas, a força interna no MST está no núcleo de família, ou brigadas: a cada dez famílias deve se formar um grupo para discutir os problemas do acampamento ou assentamento. Na sua concepção organizativa, nada pode substituir a mobilização e a luta de massa. É ela quem altera a correlação de forças e que conscientiza o povo. “Nada é mais superior e importante do que o povo organizado na base. Afinal, a nossa força real só existe se o povo estiver consciente e se mobilizar rumo a um mesmo objetivo” (MST, Documento básico, 2005).

Segundo João Pedro Stédile, outra orientação que também se aprendeu com as experiências passadas é a de que qualquer movimento camponês que restringir sua luta a aspecto corporativo, sindical, estará fadado ao fracasso. Conforme citação abaixo:

O MST só conseguiu sobreviver porque conseguiu casar os interesses particulares, corporativos, com os interesses de classe. Se tivéssemos feito um movimento camponês apenas para lutar por terra, esse movimento já teria terminado [...] O caráter político do movimento – sempre esteve presente, desde o início da organização. Tivemos a compreensão de que a luta pela terra, pela reforma agrária, apesar de ter uma base social camponesa, somente seria levada adiante se fizesse parte da luta de classes. Desde o começo sabíamos que não estávamos lutando contra um grileiro. Estávamos lutando contra uma classe, a dos latifundiários. Que não estávamos lutando apenas para aplicar o Estatuto da Terra, mas lutando contra um Estado burguês. Os nossos inimigos são os latifundiários e o Estado, que não democratiza as relações sociais no campo, não leva o desenvolvimento para o meio rural. Esse Estado está imbuído de interesses de classe (STÉDILE, 2005, p. 35-36).

O MST é uma organização diferente dos movimentos camponeses históricos que apenas lutavam por terra. A reforma agrária não se restringe à luta pela terra mas também envolve um conjunto

de políticas públicas que garantam as condições de produção, de melhoria de renda e de vida dos assentados, ligando-se com um modelo de desenvolvimento de caráter popular e democrático. A luta pela reforma agrária protagonizada por esse movimento, a cada dia vem ganhando uma maior dimensão política e social quando se articula com a luta contra o Estado e a necessidade da construção de um projeto popular para o Brasil. Essa condição é justificada tendo em vista que hoje se vive um período de “disputa de projetos políticos e a reforma agrária está no centro desta disputa, pois no atual modelo ela já não cabe e deixou de ser prioridade dentro das políticas estratégicas da classe dominante” (MST, Documento Básico).

Para cumprir tais tarefas, o MST engaja-se na construção de alianças, hoje, traduzidas por alguns autores, no conceito de redes, que articulam os movimentos sociais reforçando a organização e as lutas dos trabalhadores rurais no país, no continente e no mundo. Seja por meio do Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, da Coordenação Latino-Americana das Organizações do Campo (CLOC) e da Via Campesina internacional.

Nesse sentido, queremos resgatar o que significou o 5º Congresso Nacional do MST em termos da reafirmação dos seus valores, princípios e compromissos de luta. Os congressos nacionais do movimento, no geral, se constituem em espaços privilegiados de atualização dos objetivos, concepções e linhas programáticas e estratégicas. É neles também onde se atualiza a conjuntura que aponta as tendências, nível de acúmulo, crise e desafio.

Esse Congresso intitulado Reforma agrária: Por Justiça Social e Soberania Popular! ocorreu em Brasília entre os dias 11 e 15 de junho de 2007, com a participação de cerca de dezoito mil trabalhadores sem terra de vinte e quatro estados do Brasil e cento e oitenta representantes internacionais de movimentos e entidade amigas do MST (representando 21 organizações camponesas de trinta e um países).

O objetivo principal do Congresso foi discutir os rumos da reforma agrária e o enfrentamento ao neoliberalismo, ao imperialismo e ao agronegócio¹³. O evento inaugura uma nova fase histórica na

¹³ Para a viabilização desse evento foi montada uma verdadeira operação de guerra, foi erguida uma “cidade de lona” nos 31.000 metros quadrados em áreas do estacionamento e o entorno do estádio Mané Garrincha, nas proximidades do Ginásio Nilson Nielson, local onde aconteceram as plenárias e debates. Segundo o Jornal Estado de São Paulo do dia 13 de junho de 2007, o governo de Brasília disponibilizou cinquenta caminhões-pipa e vinte caixas d’água de mil litros para abastecer o acampamento e duzentos banheiros químicos. Centenas de pessoas se incumbiram de montar, em uma semana, barra transformadas em grandes dormitórios, cozinhas e refeitórios. Para a coordenação do evento cerca de 1500 pessoas participaram diretamente das atividades do congresso nas tarefas de infra-estrutura e organização e nas atividades de saúde, educação, cultura, mística, etc. Além disso, foi instalada uma escola itinerante para os 15600 sem terrinha que participaram do congresso. A brigada da cultura com 35 grupos foi responsável pela animação da mística e do teatro nos intervalos dos debates. Estes números quando comparados com o nível de participação em congressos anteriores, dão uma dimensão da força e da representatividade que ostenta o Movimento: ao primeiro congresso realizado em 1985, compareceram 1.500 delegados; ao segundo, em 1990, foram quatro mil; ao terceiro, em 1995, seis mil; ao quarto, em 2000, doze mil. Conforme o balanço do último congresso, o número de “sem terrinha” se equiparou ao número de todos participantes do 1º Congresso do MST.

trajetória de luta pela reforma agrária. Segundo a resolução do mesmo, o projeto pelo qual o Movimento lutou mais de vinte anos se “esgotou”.

Desde cedo o MST percebeu que a luta pela reforma agrária somente seria levada adiante se fizesse parte da luta de classes. No momento atual, a luta de classes desenrola-se em condições bem mais difíceis: você se depara não mais com o latifúndio tradicional que caracterizava o inimigo anterior, mas, com o grande capital financeiro associado a outras frações do capital, ao próprio latifúndio que nunca foi tão forte e articulado e contra um governo que nunca foi tão “benevolente”. Ao fazer essa leitura, o Movimento apontou para um tipo de enfrentamento mais radical e político com o Estado, sem poupar nenhuma esfera.



Figura 3 – Manifestação do MST em frente a Praça dos 3 Poderes durante o 5º Congresso

A Carta do Congresso estabeleceu dezoito compromissos dentre os quais se destacam: a construção de um projeto popular para enfrentar o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro; o combate implacável ao agronegócio e ao latifúndio; a preservação do meio ambiente; a defesa dos direitos já conquistados; a eliminação do analfabetismo e o ensino público e gratuito para todos.

Tal como a Carta, os documentos do MST ressaltam que a reforma agrária e o projeto popular de desenvolvimento da agricultura estão condicionados à transformação da sociedade em todos os segmentos. Para isso, o MST reforça o processo de construção de alianças mais amplas das forças progressistas do país. O 5º Congresso também concluiu que se “esgotou” o ciclo da suposta revolução democrática a qual teve início no final da década de 1970 (criação do PT, da CUT e do

próprio MST). Todavia, a CUT e o PT se amoldaram às regras do jogo institucional do Estado burguês e se afastaram completamente dos princípios que lhes deram origem¹⁴. Por isso, o evento marcou um ponto de inflexão em relação às expectativas anteriores dos movimentos populares, que se empolgaram com a chegada de LULA à presidência da República, acreditando em possibilidade de mudanças. Apesar disso, mantém o diálogo com partidos políticos de esquerda e atores políticos que apóiam a reforma agrária, no aparelho do Estado nos três níveis de poder, e permanece adotando a tática de negociação e pressão. Diante do recuo dos seus antigos aliados, o MST se volta para reforçar os laços com outros movimentos

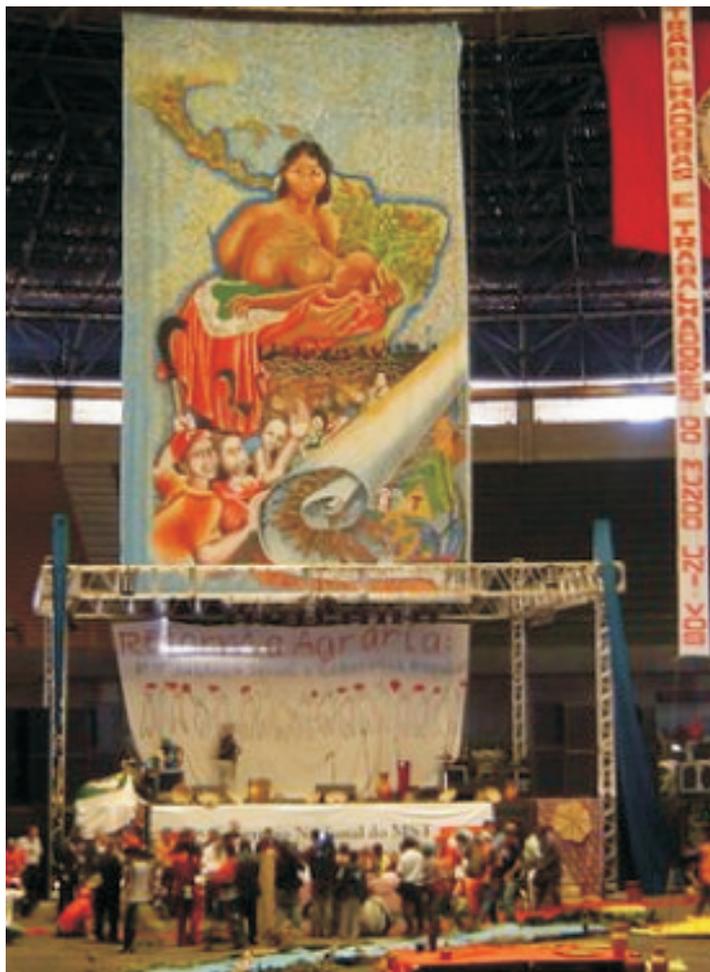


Figura 4 – Plenário do 5º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, julho 2007.

sociais: Consulta Popular (1997), Coordenação de Movimentos Sociais (2003) e no Fórum Social Mundial, por acreditar que essa transformação não pode se dá num só país, se engajando na luta “Por um Novo Mundo É Possível”.

Uma das palavras de ordem que podia ler-se em uma das faixas de maior destaque pendurada dentro da grande plenária era a seguinte: Trabalhadores de todo o Mundo uni-vos!

A frase remete para um dos princípios fundamentais que norteia o MST desde a sua fundação: a unidade e solidariedade entre os povos (tal como está inscrita no Manifesto Comunista). Fiel ao legado marxista, a mensagem revelada nas conferências, nas palavras de ordem, nas faixas, nas moções de solidariedade, na marcha, na mística, na carta aos brasileiros, nos bonés, nas camisetas, nas bandeiras mostrou um MST menos pragmático e mais inclinado pelas questões de ordem política e ideológica.

¹⁴ A respeito dessa trajetória do PT ver o brilhante trabalho de Iasi (2006) “As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e o consentimento”.

Com certeza, diante da correlação de forças na América Latina, realizamos nosso 5º Congresso no momento mais oportuno da história. Oportuno, porque estamos presenciando em todo o mundo a intervenção do imperialismo através das guerras; porque vivenciamos o Estado burguês manter os privilégios e a defesa dos interesses das elites; porque vemos o governo brasileiro manter uma política econômica de continuidade, que segue à risca as regras neoliberais, que faz reformas e projetos que beneficiam o capital financeiro internacional em detrimento dos direitos dos trabalhadores, conquistados historicamente através da luta ao longo de muitas décadas [...] Por isso, companheiras e companheiros, nosso 5º Congresso será um marco na história da classe trabalhadora. Um marco contra o imperialismo, contra as políticas neoliberais, contra as transnacionais (MARINA DOS SANTOS, dirigente nacional do MST no discurso de abertura do 5º Congresso, 2007).

Durante esse evento renderam-se homenagens a todos os militantes da Reforma agrária e revolucionários que, em outras épocas, nos 500 anos de opressão no Brasil, na América Latina e também no mundo, “tiveram a coragem, a dignidade, a grandeza e a firmeza ideológica de se manterem no meio do povo e foram obrigados a entregar sua própria vida para defender o sonho da sociedade livre e soberana”. Aprovou-se, ainda, a necessidade de fortalecer a articulação dos movimentos sociais do campo, e a necessidade de contribuir para a construção de todos os mecanismos possíveis de integração popular Latino – Americana, mediante ALBA - Alternativa Bolivariana dos Povos das Américas. A Carta-Compromisso finaliza, conclamando: “o povo brasileiro para que se organize e lute por uma sociedade justa e igualitária” [...] (Boletim especial do Jornal Sem Terra, 2007).

Dentre as mensagens de saudação ao Congresso evidenciam o reconhecimento de autoridades nacionais e internacionais, ao papel desempenhado pelo MST nessa luta pela transformação social, entre as quais destacamos:

Aqui, nas montanhas do Sudeste mexicano, há gente que os quer, que os admira e que aprende com vocês; há gente que sabe que não se renderam. Há quem sabe que as nossas lutas têm o mesmo destino: o de liberdade e de justiça para nossa terra. Subcomandante Marcos, em nome do Exército Zapatista de Liberação Nacional (ELZN)

O Movimento Sem Terra é a genuína expressão da justa luta por um mundo melhor, sem exclusão e sem exploração. É também um dos mais organizados em suas ações e profundos em suas concepções (Fidel Castro)

1.4 A UTOPIA/AUTONOMIA EM QUESTÃO: O DESAFIO PERMANENTE DO MST FACE OS RISCOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO.

Em toda a história do Movimento, de enfrentamentos quase sempre difíceis, sofremos muitas baixas. No entanto, pior que a morte física, é a fragilidade ideológica. Nossos inimigos sabem que a arma mais eficaz para nos derrotar é a morte de nossos valores, a

morte da crença em nossa profunda solidariedade, de nossa dedicação integral à construção de um novo mundo para as próximas gerações. Não tenhamos dúvida: podem nos tirar tudo, menos os valores socialistas e humanistas. Por isso, precisamos reforçar nossa firmeza ideológica, sem deixar nenhuma brecha para o vírus do capitalismo [...] Quanto mais qualidades humanas e valores tiverem nossas ações, nossas atitudes, nossa revolucionária ação coletiva, tanto maior e mais próxima estará nossa vitória (MARINA DOS SANTOS, dirigente nacional do MST, no discurso de abertura do 5º Congresso, 2007).

A citação em epígrafe levanta a seguinte questão, que considero central nesse tópico: Por que recuperar o conceito de utopia/autonomia nesse começo de um novo milênio quando se fala em diluição das classes e na pouca visibilidade dos movimentos populares classistas, em detrimento dos novos movimentos sociais que se coadunam com o perfil da classe média? Por que não acreditar na tal idéia do fim do trabalho, das ideologias e da história?

As contradições estruturais do capital assumem, cada vez mais, uma dimensão insuportável. A barbárie deixou de ser uma possibilidade concreta para tornar-se a própria forma de ser da civilização. O “que Schumpeter apreendeu, de forma ingênua, como sendo ‘destruição criativa’, passou a ser determinado cada vez mais, no decorrer do século XX, pela lógica da produção destrutiva, capaz de impedir – e obstruir – o desenvolvimento do processo civilizatório” (ALVES, 2003). A civilização do dinheiro e do capital transforma tudo em mercadoria – a terra, a água, o ar, a vida, os sentimentos, as convicções.

O termo utopia, em sua origem, significava, literalmente, o não-lugar, o lugar inexistente, referia-se a um espaço imaginário. Com o colapso do socialismo real, reforçou-se mais ainda o estereótipo da utopia como coisa visionária, como algo inalcançável por não guardar nenhuma relação com a realidade.

A alienação do homem é um fato inquestionável, não como determinação econômica, mas, enquanto determinação ontológica. A alienação do homem e em geral, toda relação do homem consigo mesmo só se realiza e se expressa em sua relação com os demais homens, perspectiva da forma geral fetichizada da produção do homem e que penetra todas as suas relações. Está relacionada com “a forma fetichizada das coisas do mundo e da vida de nossos dias”, fundamentação material prática das relações do indivíduo consigo mesmo, a chave de sua perturbação encontra-se no que constitui sua raiz: o trabalho, seu projeto, apresentando-se ao indivíduo como algo que lhe é estranho, como um poder independente do produtor. No final do século XIX, chegava-se aos extremos da alienação capitalista, liberando enormes forças de transformação revolucionária. “Compreender o que é o prazer, a dor, a angústia e a alienação contribuirá neces-

sariamente e num plano de grande significação à emancipação do homem “ (Carta de Marx à Freud em 1882).¹⁵

Apesar do luto filosófico pelos rumos tomados pela civilização, apesar do contexto culturalmente empobrecedor no qual a lógica implacavelmente calculista e quantificada do mercado invade todas as esferas da vida humana; e onde os valores morais, estéticos e afetivos cedem lugar, cada vez mais, às conveniências mensuráveis de ordem material, a utopia, ainda se constitui em um ingrediente imprescindível para se compreender os dilemas do mundo contemporâneo.

A atualidade do marxismo se evidencia exatamente na compreensão do referencial teórico-metodológico. Para Stephen Eric Bronner (1997), o marxismo representa ainda uma quantidade imensurável de sonhos sem uso, de conteúdo inacabado da história, da natureza não vendida no mundo-potencial humanista, que a investigação crítica precisa esclarecer. A subjetividade está presente no marxismo porque este acredita no sujeito como ator histórico. Sem utopia revolucionária, como dizia Lênin, não há prática revolucionária. Conforme Eric Fromm, o potencial do homem para Marx é um potencial dado; a história é a história da auto-realização do homem. Para Marx, o homem só é independente [...] “se afirma sua individualidade como homem total em cada uma de suas relações com o mundo, vendo, ouvindo, sorrindo, provando, sentindo, pensando, querendo, amando – em resumo se afirma e exprime todos os órgãos de sua individualidade” se não é apenas livre de, mas também livre para (apud, FROMM, 1983, p. 45).

Diante da mercantilização universal, não podemos sucumbir à cultura da desesperança que nos rodeia. O ser humano foi condenado a uma solidão terrível. Nessa fragmentação, a própria ética separou-se da religião e do processo de construção do ser humano. A esperança se renova exatamente, no grito, na indignação e no ódio dos oprimidos na relação com esse mundo caótico. Para Eduardo Coelho (1990), um traço, que deve caracterizar o ser humano ainda não embrutecido pela própria fraqueza ou pela realidade, é a liberdade que ele se reserva de opor ao evento defeituoso, à situação decepcionante, uma força contraditória. Segundo Michael Löwy (2000), isso implica necessidade da revisão da teoria revolucionária, desde os socialistas utópicos aos grandes revolucionários, passando

¹⁵ Até mesmo o comportamento psíquico inconsciente do indivíduo (alienação mental) tem causas sociais. Marx reconhecia a necessidade e uma ciência dos fenômenos psíquico, materialista e objetiva, que com métodos específicos pudesse indagar o conteúdo real e prático das idéias e os sentimentos ainda mesmo quando eles não fossem conhecidos pela consciência. O estado subjetivo e psicológico originário da consciência antecipadora é descrito como um clarear, um impulso e um desejo de sair do estado de existência dado no agora, para entrar num momento de rejuvenescimento da história. É através da consciência antecipadora ou o ainda não consciente como instância de vida psíquica onde se manifesta e se produz os sonhos para frente, isto é, sonhos repletos de conteúdos de consciência utópica.

pelos marxistas heréticos do século XX, entre os quais se inclui Ernst Bloch (1855-1977)¹⁶ que trata a utopia como força criadora e subversiva: não no sentido abstrato do termo, mas, no sentido construtivo de reconstrução da sociedade, baseada nos valores de igualdade, dignidade humana, fraternidade e liberdades. Ou seja, a imaginação utópica se alimenta de fatores objetivos produzidos pela realidade empírica que se torna responsável pelo fato dessa imaginação não ser um “simples sonho, abstratamente utópico”, e, sim, uma “imaginação utópica concreta” (BLOCH, 1966).

Para Arno Munster (1994), Bloch extraiu o máximo que pôde do método marxiano. O ainda-não-ser categoria fundamental da filosofia blochiana da *práxis* – baseia-se na teoria das potencialidades imanes do ser que ainda não foram exteriorizados, mas, que constituem uma força dinâmica a qual projeta o ente para o futuro. Imaginando, os sujeitos astuciam o mundo. O futuro deixa de ser insondável, para se vincular à realidade como expectativa de libertação e desalienação. No seu modo de ver, o futuro não é uma elaboração mecânica do presente nem emerge de uma série de etapas ou estágio, derivados linearmente do passado; está aberto, trata-se de um futuro historicamente determinado. Está associado ao conceito de juventude e de tempo de mudanças.

Fala-se não em “sonhos noturnos” que se relacionam ao passado (numa referência aos sonhos de Freud) e sim, em “sonhos diurnos” – lugar de nascimento do desejo e da imaginação, sempre orientado para o futuro; desejo de algo que ainda não é, mas, que tem a qualidade de antecipar um futuro. Para Munster, a “consciência antecipadora” de Bloch constitui o fenômeno subjetivo decisivo onde se manifesta a “pré-aparição utópica, a camada e o ponto de irrupção da esperança na referência do homem ao futuro”. Mas, para que o psíquico subjetivo se abra aos conteúdos da consciência antecipadora, é necessário que surja um “sinal de mudança, um *novum* capaz de romper a apatia da vida cotidiana e anunciar um tempo novo”. No mesmo sentido, para Paulo Freire (1992), a esperança aparece no devaneio e a felicidade é vista como a forma das coisas por vir.

O conceito de esperança, como necessidade ontológica, está associado à *práxis*, a esperança precisa da prática para tornar-se ‘concretude histórica’. Para Bloch, o sonho, sem a ação se torna

¹⁶ Bloch foi um dos principais representantes do chamado marxismo ocidental, que tinha como grandes expressões Antônio Gramsci, Georg Lukács, Herbert Marcuse (1976), entre outros. Ele rompeu com a vulgarização do marxismo e recuperou sua dimensão crítica-utópica, trabalhando principalmente a questão da consciência, da utopia, da transformação social. Os escritos filosóficos do jovem Marx constituem base para o pensamento de Bloch. A crítica costuma repetir que o Bloch do Espírito da Utopia, é um místico singular, que mistura hereticamente cristianismo, judaísmo e socialismo. J. Habermas (1980), contemporâneo de Bloch e da mesma Escola de Frankfurt definiu a utopia de Bloch de anti-científica. Para Freitag e Rouanet (1980, p. 53) Habermas ao ignorar o conceito capital do excedente utópico de Bloch, de fato, está contestando é o direito do marxismo de buscar na própria dinâmica a lei imanente do desenvolvimento social. E conclui, o fato é que Habermas ao ter feito uma opção unilateral pelo conhecimento com sua teoria da comunicação, ficou limitado no campo da linguagem e da cultura.

no mais infeliz sentido da palavra um simples sonho, uma utopia no sentido pejorativo da palavra. Entretanto para Bloch uma coisa é reconhecer esse destino, outra é não procurar modificá-lo, curvar-se a ele. A hesitação medrosa de pensamentos tímidos não muda a miséria, nem vos fará livres. Para Bronner, a utopia de Bloch “deixa de existir como ‘lugar nenhum’, e passa a ser visto como o ‘outro’ para a história real. É um elemento constitutivo de toda a atividade humana e, ao mesmo tempo, histórica. Manifesta-se na busca de sentido, na emoção dos esportes, no desejo de amor, no devaneio, na admiração da criança e na experiência de leveza diante de uma autêntica obra de arte” (BRONNER, 1997, p. 81-82).

O otimismo presente na ontologia da obra de Bloch nunca escarneceu do pessimismo de Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985). O presente, para Adorno, é uma ameaça de barbárie, enquanto para Bloch (1966), uma reserva de possíveis utópicos, de abertura para o futuro. Uma única idéia o preocupava: o sonho da vida melhor. Bloch foi o filósofo marxista que mais explorou a dimensão teológica do processo histórico. Seu pensamento se volta para a superação do marxismo vulgar de viés economicista, e se orienta no sentido da valorização de uma filosofia social onde o materialismo dialético se entrelaça com elementos místico, religioso, metafísico, teológico. Ele viveu uma época contra-revolucionária sem precedentes, a materialidade e a subjetividade da classe operária encontrava-se em profundas transformações e as revoluções se converteram numa bárbara utopia. De acordo com Munster (1994), Bloch jamais perdeu a esperança de que os gérmenes utópicos ativos nessas revoluções, um dia desabrochariam e anunciariam uma nova época messiânica da humanidade, capaz de liberar as cadeias da opressão e da exploração, para triunfar uma nova ética e relações de fraternidade entre os homens. Sua filosofia de protesto impregnada de fé no homem, em sua capacidade de libertar-se e realizar suas potencialidades, foi em linguagem secular, um novo e radical passo à frente na tradição do messianismo profético. Sua crença, de que a emancipação humana pressupõe uma nova forma de interação com a natureza do ponto de vista de sua subjetividade reprimida, é hoje lugar-comum no movimento ecológico.

Para Bloch, o mundo é um vasto campo de possibilidades ilimitadas de vontades; de práticas transformadoras e manifestações de subjetividades humanas. O universo em que vivemos é essencialmente incompleto, por isso, susceptível de complemento. A mania de querer o melhor continua presente no homem (mesmo quando as circunstâncias históricas o impedem e oprimem) porque ele ainda não é o que poderia ser e porque o mundo não atingiu sua autenticidade. O homem é impelido, assim, ao esforço permanente de transcender a alienação presente, em busca de uma pátria de identidade.

Paulo Freire desenvolve concepção semelhante à de Bloch, concernente à esperança como necessidade ontológica. “Não sou esperançoso por pura teimosia, mas, por imperativo existencial e histórico”. A esperança se nutre, paradoxalmente, do próprio desencanto e desesperança das pessoas com esse mundo desencantado. Para o autor, “não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que visa, assim, espera vã” (FREIRE, 1992, p. 11).

Rui Babiano (2000) afirma que pela própria definição, a utopia terá de ser erguida, passo a passo, combate a combate, com base em uma infinita atração pelo que não existe, olhando sempre cada experiência como paragem da viagem interminável. Não como nostalgia do passado, mas como invenção do futuro. Não como arquitetura de cidades perfeitas, mas como navegação num cosmos de inquietude e incógnita. Para Konder (1999), sem o espírito utópico tendemos a permanecer prisioneiros dos horizontes limitados da realidade já constituída, dos conhecimentos já adquiridos. Renunciando a audácias inventivas, tendemos a nos mediocrizar. A utopia, dentro de certos limites, é imprescindível para fortalecer a nossa capacidade e ampliar o campo do pensável. O que significa ampliar o campo do possível.

Encontram-se muitos elementos dessa perspectiva utópica concreta nos documentos do MST ou nas reflexões dos seus intelectuais orgânicos, embora sem referências explícitas a Bloch. Entretanto, Löwy e, sobretudo, Paulo Freire, bem como os autores da teologia da libertação (Frei Betto e Leonardo Boff), fundamentam a concepção de mundo e o projeto do Movimento. Para o MST a “fonte da mística é a prática social na busca da realização da utopia” (BOGO, 2003, p. 329).

Para Rosely Salete Cardart (2004), a pedagogia do MST brota da luta social. Nada é impossível de mudar e quanto mais inconformada com o atual estado de coisa, mais humana é a pessoa. O Movimento historicamente vem formando o sujeito social de nome Sem-Terra. E o princípio educativo desta pedagogia é o próprio movimento que educa para uma postura diante da vida, que é fundamental para identidade de um lutador do povo: os processos de transformação são os que fazem a história.

Construir a utopia social de nossa época implica como disse Löwy, aprender com todas as experiências históricas de luta desenvolvida pelos trabalhadores, desde a Comuna de Paris de 1871, passando pelas revoluções de 1789, de 1917, de 1949, de 1959, entre outras. O MST também tem a prática costumeira de reverenciar os seus mártires e todos aqueles que lutaram por um mundo melhor ou que lhes serviram de fonte de inspiração, faz parte “da pedagogia do exemplo”. Essa reverência também está presente nos nomes de batismo dos acampamentos e assentamentos de reforma agrária,

na grande maioria, se referenciam nos “lutadores do povo”. A memória coletiva é fundamental para a construção de uma identidade, para compreensão do sentido da história e da percepção de ser parte dela, não apenas como resgate de significados, mas como algo a ser cultivado e produzido (CALDART, 2004, p. 58)

Para Löwy, as novas utopias revolucionárias que aparecerão no século XXI, serão também inspiradas pela prática e reflexão dos movimentos sociais dos últimos anos. Numa referência a Bloch, essa nova cultura planetária: uma cultura da solidariedade e da esperança, libertária e emancipadora, socialista e democrática não é ape-



Figura 5 – Marcha em direção à Praça dos Três Poderes e à embaixada americana para protestar contra o imperialismo, durante o 5º Congresso. Brasília – 2007.

nas um “sonho acordado”, uma utopia concreta, uma imagem de desejo. Forja-se no bojo de um amplo movimento mundial, de uma vasta mobilização de luta e de protesto manifestada nas ruas pelos protestos antiglobalização de Seattle, Nice, Washington, Estocolmo, Barcelona, Gênova, Florença, Porto Alegre; nas marchas pela Paz mundial e contra o imperialismo, durante a recente invasão do Iraque; nas ocupações dos Sem Terra. A nova cultura da esperança se renova nas discussões e iniciativas concretas de economia popular e solidária para enfrentar o desemprego estrutural e contrapor às relações de exploração capitalistas, formas cooperativas de trabalho. São passos, embora considerados ainda incipientes, mas promissores, para a invenção de uma nova cultura da humanidade. O Fórum Social Mundial representa nas suas diversas edições, antes de tudo, uma recusa: o mundo não é uma mercadoria!

Ilse Scherer Warren (1987) destaca quatro pontos centrais nos movimentos sociais nos anos de 1980: a necessidade de organização e da comunidade de interesse de classe; a exigência de uma vanguarda para o movimento; o desenvolvimento de uma consciência de classe e de uma ideologia autônoma; uma proposta ou um programa de transformação social.

Todos os pontos identificados pela autora estão presentes na práxis do MST que reafirma valores, princípios e compromissos do socialismo revolucionário e humanista. O princípio da utopia entrelaça a mística com os ideais revolucionários os quais moveram os sonhos de diversas gerações de lutadores e se ligam indissociavelmente à luta pela autonomia e pela inclusão social. Busca-se transformar as pessoas mais pobres dentre os pobres; mais desenraizadas e desestruturadas dentre os excluídos ou marginalizados do país, em militantes orgulhosos que recuperam sua dignidade dentro de um processo de construção da identidade, individual e coletiva, reforçado por um constante investimento em educação, um dos pilares na luta pela reforma agrária.

[...] da raiz que nasce de uma coletividade que descobre um passado comum e se sente artífice do mesmo futuro. O sem-terra é um desenraizado que começa a criar raízes no tempo de acampamento, com a vivência da organização e a percepção da necessidade do movimento. Raízes que o tornam membro de uma grande família, de se sentir irmão ou irmã, de descobrir em si, como sujeito coletivo, a convicção de dizer com orgulho: somos sem terra, somos do MST (CALDART, 2004, p. 53).

Com uma imensa base social, dispersa em todo o território nacional de dimensões continentais, o MST se colocou um enorme desafio de pôr em prática esses princípios: a unidade política, a disciplina, a crítica e autocrítica, a direção coletiva, a formação de quadros e a democracia de base no seu cotidiano.

Para o MST, a terra, o capital e a educação estão no mesmo patamar de importância. É necessário lutar contra as três cercas: a do latifúndio, a do capital e a da ignorância. Para Stédile, o movimento defende o acesso ao conhecimento para que os camponeses pobres desse país possam libertar-se da ignorância, da escuridão, da humilhação, da opressão. Libertar-se de sempre depender de alguém para lhes dizer qual o melhor caminho. Retomando Caldart (s/d), ao longo da própria luta pela terra, ocorre a experimentação de novas sociabilidades e de novas formas de produção, fazendo avançar a consciência utópica da base social. “É o desafio permanente de quebrar, pelas novas relações de trabalho, pelo jeito de dividir tarefas e pensar no bem-estar do conjunto das famílias, e não de cada uma pôr, a cultura individualista em que estamos mergulhados”. No MST, os sem-terra se educam tentando construir um novo sentido para o trabalho do campo, novas relações de produção e de apropriação do resultado do trabalho, que já começa no acampamento, e continua depois, em cada

assentamento que vai sendo conquistado, por meio de diferentes formas de cooperação desenvolvidas. As pessoas se humanizam ou se desumanizam, se educam ou se deseducam, mediante trabalho e relações sociais que estabelecem no processo de produção material de sua existência. É a dimensão da vida que mais profundamente marca o jeito de ser de cada pessoa. O trabalho, que gera a produção necessária, para garantir a qualidade de vida social, identifica o Sem-Terra com a classe trabalhadora. O processo de consciência de classe em si transformada em classe para si, se dá na evolução da luta pela terra, em luta pela reforma agrária, dentro de um novo jeito de fazer o desenvolvimento do campo e da transformação social.

Além da própria vivência na organização, da luta e das novas relações sociais, o MST investe no desenvolvimento da consciência por um amplo programa de formação não apenas de seus quadros dirigentes, mas da sua militância em geral¹⁷.

Para Maria da Glória Gohn (2003), a autonomia dos movimentos sociais na passagem do século XX para o XXI, tem uma característica distinta da década de 1980, ressaltando o novo padrão de relação sociedade e Estado, por meio das novas instâncias de mediação institucionais surgidas no bojo do processo de democratização da sociedade brasileira,

Que os movimentos construíram um entendimento sobre a questão da autonomia diferente do que existia nos anos 80. Atualmente, ter autonomia não é ser contra tudo e todos, estar isolado ou de costas para o Estado, atuando à margem do instituído; ter autonomia é, fundamentalmente, ter projetos e pensar os interesses dos grupos envolvidos com autodeterminação; é ter planejamento estratégico em termos de metas e programas; é ter a crítica, mas também a proposta de resolução para o conflito que estão envolvidos; é ser flexível para incorporar os que ainda não participam, mas têm o desejo de participar, de mudar as coisas e os acontecimentos da forma como estão; é tentar sempre dar universalidade às demandas particulares, fazer políticas vencendo os desafios dos localismos; ter autonomia é priorizar a cidadania: construindo-a onde não existe, resgatando-a onde foi corrompida. Finalmente, ter autonomia é ter pessoal capacitado para representar os movimentos nas negociações, nos fóruns de debates, nas parcerias de políticas públicas (GOHN, 2003, p. 17).

Praticamente, todos os elementos, a partir dos quais a autora define a autonomia de um movimento social na atualidade, são identificados na práxis do MST. Ademar Bogo reflete sobre os

¹⁷ Enquanto João Pedro Stédile trava o debate ideológico na sociedade representando o movimento contra os críticos ou no esclarecimento da opinião pública, ao ocupar espaços na mídia e também sustenta o debate acadêmico com publicações sobre a questão da reforma agrária; outros dirigentes como Adelar Pizetta e Ademar Bogo estão à frente do projeto de formação da militância, desde os cursos promovidos pelo setor específico, como escrevendo sobre “O MST e a Cultura (2000), O Vigor da Mística (2002), Arquitetos de Sonhos (2003), Teoria da Organização (2005) etc, e a distribuição sequenciada das inúmeras Cartas de amor e cartas filosóficas (de uma página) dirigidas aos militantes. Inúmeros anônimos sustentam uma produção considerável em meios de comunicação social – Jornal e Revista Sem Terra, site, agenda anual, coleções de cartilhas dos diversos setores, programas de rádio etc. O setor de cultura se aperfeiçoa no teatro do oprimido” diretamente com Augusto Boal e em técnicas teatrais para multidões. Marcha e formação se confundem.

pilares da revolução cultural em marcha¹⁸, dos quais destaca-se sua concepção de “autodeterminação” e “utopia”:

A utopia é o pilar do combustível que alimenta esta revolução. Os passos dados emanam energia que incentivam a seguir em frente. A razão desse caminho está na causa consciente que se gestou coletivamente. Sendo assim, a energia como vontade e satisfação vem da própria realização. O fazer se torna ânimo, que estende sobre os construtores da utopia seu manto de unidade e possibilita o entendimento e a doação de mais esforço – ou até a vida se preciso for -, para chegar ao local imaginado e desejado. Com esse alimento, os construtores da causa utópica, que jamais se realiza na totalidade, entendem-se a si próprios e buscam na confiança mútua, acreditar também nos outros e na causa [...] Somente a utopia coloca à frente como horizonte maior, tendo a mística como energia real e imediata, consegue dar sentido a coerência e mantê-la sem vacilos e titubeios, batendo-se de frente com o oportunismo, a corrupção econômica política, ideológica e moral que leva sempre e inevitavelmente à cooptação pela direita (BOGO, 2000, p. 87).

Para o autor, a autodeterminação é a condição fundamental para poder “construir e constituir-se neste caminho na existência presente. Também está relacionada com a auto-sustentação das organizações populares para “caminhar com as próprias pernas”, ao invés de escorarem-se nos ombros de ONGs, significando que possuem pouca autonomia. “De certo modo, as ONGs assumiram as funções anteriormente cumpridas pelas agências estatais, o que permitiu aos governos nacionais a redução da sua responsabilidade pela promoção do bem estar da população” (PETRAS, 1999, p. 72 apud BOGO, 2000, p. 73).

O MST também não está isento desses riscos, que fazem parte dos seus dilemas, com diferentes respostas aos mesmos nos diversos estados (cujas direções estaduais têm relativa autonomia em suas decisões); em alguns, recusa-se a participar de instâncias de mediação ou o faz com relutância; noutros participa e assume parcerias; nas instâncias nacionais, a reflexão coletiva evidencia inquietações, dúvidas e críticas. Essa tese procura justamente chamar a atenção para os riscos de institucionalização que representam, sobretudo, as parcerias na gestão/execução de políticas públicas.

¹⁸ Outros pilares da revolução cultural são: a inter-relação entre as espécies/os desequilíbrios ecológicos, a continuidade histórica/memória que se herda e se transmite ao futuro, a arte de fazer o belo/estética, a linguagem, a imaginação, o cuidado e a luta de classes.

CAPÍTULO II

O DURO CAMINHO DO MST EM SERGIPE NA BUSCA DA AUTONOMIA (1985-1994)

No Brasil, a retomada da mobilização social nos anos oitenta do século XX está associada à resistência contra o regime autoritário; os atores políticos buscavam afirmar sua independência em relação à ditadura militar. Para Sader (1988), Martins (1981), Grzybowski (1987), Medeiros (1989), a capacidade do Estado autoritário de controlar os movimentos populares esgotou-se a partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980. Uma nova dinâmica política e social emerge no bojo da crise do regime militar, materializada nas greves operárias do ABC, nas manifestações estudantis, na disseminação de comunidades eclesiais de base, na articulação nacional de movimentos populares urbanos, na criação do sindicalismo combativo. Nesse período, os operários do ABC paulista constituíram-se na vanguarda da luta dos trabalhadores. A região transformou-se no maior foco de conflitos sindicais em nível mundial. Essas lutas fortaleceram o campo político-ideológico do movimento operário-popular.

A transição para a democracia burguesa no país, ainda sob controle militar, denominada como distensão, atestava a crise de legitimidade da ditadura. Surgia, pela primeira vez, uma esquerda independente, com grande força de massas. Em torno dos movimentos sociais, articulou-se uma ampla rede de associações de base, grupos de assessorias, ONGs, igreja, profissionais liberais, sindicatos, partidos e organizações empresariais, que deixaram um legado importante para os anos 1990.

O PT, a CUT e o próprio MST são resultados dessa notável dinâmica da sociedade civil que então se confundia com o próprio terreno dos movimentos populares; era vista como o momento “socialista” da vida social, o momento “virtuoso”.

Segundo o Manifesto de fundação do PT (1980), este partido teria nascido da vontade dos trabalhadores de se organizarem como força política autônoma; era a real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Com ele, inaugura-se uma nova compreensão do fenômeno da sociedade civil no Brasil. O caráter de classe, que assumiu no ato da sua criação, o credenciou como pólo aglutinador e expressão político-partidária dos setores populares.

Surge de baixo para cima, fenômeno radicalmente novo a atestar a pujança alcançada pelos movimentos populares, em particular, o crescimento do peso social da classe operária industrial. O seu

5º Encontro Nacional em 1987 apontou o seguinte caminho: para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, será necessária uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e apoderar-se do Estado. Segundo o Manifesto, o PT rejeita a formulação de uma alternativa nacional e democrática, que o PCB defendeu durante décadas, e coloca claramente a questão do socialismo; pois o uso do termo nacional, nessa formulação, indica a participação da burguesia nessa aliança de classes – burguesia que é uma classe que não tem nada a oferecer ao nosso povo.

Para o PT, a tentativa de manter nos eixos a transição conservadora teria sido frustrada, principalmente, pela mobilização sindical e popular e pela oposição do PT e da CUT, da posição de intransigência frente à política de cooptação e subordinação que o PMDB e as elites queriam impor (IASI, 2006, p.445). No plano político mais geral, o PT se pronunciou contra a prorrogação do mandato do então presidente José Sarney, pelo combate à ação do imperialismo, pela ruptura com o FMI e o não pagamento da dívida externa.

Quanto ao movimento sindical, apesar das evidentes tentativas de cooptação de parcelas das lideranças dos movimentos, por grupos e partidos de orientação liberal e conservadora, “cresceu a taxas inéditas em relação a outros períodos históricos e ganhou, sobretudo, em capacidade de autonomia em relação aos partidos e ao Estado” (WEFFORT, 1986). Os metalúrgicos de São Bernardo do Campo assumiram o papel de vanguarda, por representarem os setores de ponta da economia; além do mais, o sindicato, que cresceu com a indústria automobilística, vinha desenvolvendo uma trajetória diferente das demais entidades sindicais. Seus congressos de 1974, 1976 e, sobretudo, 1978, pronunciavam-se contra a legislação sindical e pela defesa de uma efetiva liberdade e autonomia dos sindicatos, assentado na ampla participação das bases. As comissões de fábrica foram a base fundamental do processo de organização, o qual resultou na greve de 1979 envolvendo cerca de 210 mil metalúrgicos do ABC e se ampliou para outras regiões do país. Essa força coletiva projetou uma liderança operária nacionalmente, apesar da repressão com base na Lei de Segurança Nacional.

A articulação sindical, que era aglutinada na chamada Intersindical, deu origem a duas grandes correntes do movimento: a Unidade Sindical composta pelos sindicatos que iriam formar a CGT (com apoio da ampla base da CONTAG) e, posteriormente, a Força Sindical e, o bloco liderado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo o qual fundaria posteriormente a CUT¹. A Conferência

¹ Estas centrais sindicais nascem à revelia da legislação sindical da década de 1940, herdada da Carta de Trabalho de inspiração fascista que enquadrava a organização dos trabalhadores numa estrutura sindical vertical, instaurando a mediação direta do Estado com a base social na perspectiva de acordos de colaboração de classes.

Nacional das Classes Trabalhadoras – CONCLAT foi uma declaração de autonomia com relação a essa matriz corporativista que impedia a articulação orgânica entre diferentes categorias profissionais.

O sindicalismo cutista manteve-se numa atuação combativa, concebendo o sindicato como parte de um conflito que opunha diferentes classes sociais, incentivando as oposições sindicais no meio rural.

Nos anos 1980, os movimentos construíram um entendimento sobre a questão da autonomia de “costas” para o Estado, ou seja, atuando à margem do instituído. Em resposta à violência institucional do regime militar, o discurso dos movimentos sociais é de oposição e negação ao potencial do Estado, de atuar como indutor das demandas. Para Virginia Fontes [2005], enfatizava-se a “autonomia” e “sacralizava-se” a fala imediata de cada grupo (ou organização social). Enaltecia-se uma atuação “de costas” para o Estado e operava-se uma identificação entre forma de governo e Estado, na qual a recusa da ditadura passava a constituir-se, simultaneamente, numa recusa da luta no âmbito do Estado.

Com as mudanças no quadro político institucional do país, no entanto, sobretudo a partir de 1982 (eleições para governadores) e, posteriormente, com a implantação da Nova República (1985) e a promulgação da Constituição de 1988, parcelas consideráveis dos movimentos organizados, foram alterando sua prática; passaram a negociar e interagir com o Estado e os partidos políticos. A criação de organizações autônomas representava uma ameaça aos grupos dominantes os quais temiam alterações nos padrões tradicionais de cidadania regulada. Os setores populares eram induzidos a permanecerem no terreno de suas reivindicações específicas:

[...] a concepção de autonomia passava a expressar a ‘autonomia’ de uma enorme variedade de grupos organizados em torno de demandas específicas. E não a autonomia de classe que fosse capaz de construir uma contra-hegemonia, nos termos definidos por Gramsci, isto é, uma visão de mundo para além dos interesses específicos e corporativos (FONTES, [2005] p. 25).

Os trabalhadores do campo estavam sintonizados com a efervescência que caracterizava a ação sindical urbana. As campanhas trabalhistas dirigidas pela CONTAG resultaram em dissídios coletivos e greves massivas de bóias-frias. Os conflitos de terra apoiados pela CPT eclodiram em diversos pontos do Brasil, sobretudo, nas áreas de expansão da fronteira agrícola. A importância dessas lutas só tem paralelo quando comparada às greves do ABC.

O MST surge no bojo desse processo de articulação, mobilização e autonomização das lutas sociais na cidade e no campo. Sua origem faz parte desse contexto de renovação das práticas políticas e sociais que se desenvolveram entre o final da década de setenta e nos anos oitenta do século XX. Ele só foi possível porque a luta pela reforma agrária somou-se à luta pela redemocratização do país.

O final da década de 1980 já sinalizava uma situação nada fácil para a classe trabalhadora: a CUT, por exemplo, na sua 7ª Plenária Nacional avaliou que a “linha de greve” não tinha chegado a lugar algum; esta autocrítica levaria a reformular sua estratégia de ação a partir dos anos 1990 em direção ao chamado sindicalismo propositivo ou sindicato cidadão.

Dois fatores conjunturais da maior importância incidem nos rumos da esquerda a partir de 1990: a derrota eleitoral para Collor e o desmonte do bloco socialista com base na crise da URSS. Estava em curso também, um intenso processo de reestruturação produtiva do capital. Naquele momento, o MST ainda era um movimento em formação, com debilidades. Na linguagem de João Pedro Stédile (2005), “foi como se o movimento tivesse perdido o pai ainda jovem, porque não tinha maturidade suficiente para compreender o momento histórico que vivia”. Foi o “batismo de fogo”; estava em jogo a própria sobrevivência do movimento. Daí, o lema do 2º Congresso, em 1990, “Ocupar, Resistir, Produzir”, traduzindo a singularidade do momento.

O governo Collor adotou uma atitude “olímpica” e “arrogante”, sobretudo, com relação aos segmentos combativos. O alvo do seu discurso, “os descamisados”, visava a atingir o indivíduo atomizado e não organizado; sob o pretexto de combater os chamados “marajás”, imprimia-se ao discurso um tom moralista e faccioso para encobrir a opção econômica de integração da economia nacional aos mercados internacionais, via desnacionalização. Representou um retrocesso no processo participativo, especialmente no campo onde promoveu a mais brutal desestruturação: a prática da intervenção centralizada nos mercados agrícolas, que foi forjada a partir de 1930, no período dos dois governos Vargas, e foi reforçada no regime militar, constituindo um gigantesco setor público agrícola, foi completamente desmontado nos anos de 1990, seguindo os princípios do Consenso de Washington. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA foi extinto e as empresas estaduais de pesquisa e assistência técnica foram completamente desmontadas.

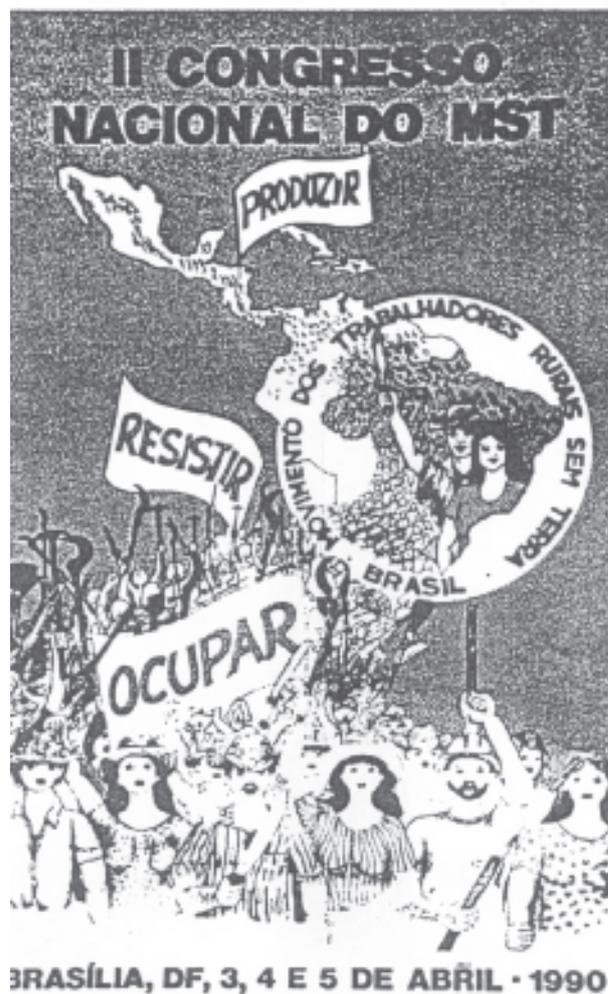


Figura 6: Cartaz com *slogan* do 2º Congresso.

No plano da reforma agrária, os movimentos sociais no campo, praticamente não conseguiram nenhuma conquista. Além do mais, segundo dirigentes do MST, o governo Collor estava determinado a reprimir e acabar com o movimento, a qualquer custo. Para Ademar Bogo:

[...] a repressão era tamanha, que em alguns lugares já não se conseguia fazer reuniões, nem se identificar como membro do MST, pois a polícia estava orientada para prender ou reprimir qualquer mobilização. Nos despejos, a polícia incendiava tudo, prendia as lideranças e não deixava acampar nem em beira de estradas, pois dispersava todos os ocupantes. Quando se conseguia acampar, a repressão era tanta que os latifundiários envenenavam as águas dos córregos e rios, para que os problemas aumentassem ainda mais. Paralelamente, havia uma contrapropaganda organizada pelos latifundiários, e incentivada pelo Governo, divulgando que os assentamentos eram verdadeiras favelas e não produziam (BOGO, 2003, p. 68-69).

Do ponto de vista ideológico, a matriz do ideário neoliberal era a mesma definida no Consenso de Washington e já aplicada em outros países (México, Argentina, Chile). O Brasil foi o último Estado da América Latina a adotar o receituário neoliberal graças, principalmente, à resistência dos setores populares, na década de 1980. O discurso era o da “modernidade” e nele estavam a redução do Estado, o fim de subsídios, a plenitude das leis do mercado, as privatizações, a desregulamentação do trabalho e a flexibilização dos direitos sociais. O projeto político, que estava mal definido na chamada transição democrática da Nova República, é esboçado mais claramente com Fernando Collor de Mello e aprofundado por Fernando Henrique Cardoso. A reforma do Estado foi concebida dentro desse modelo neoliberal. Os seus traços constitutivos estão condensados basicamente em duas direções: a privatização e a mercantilização que sinalizavam para a desresponsabilização do Estado em face da sociedade.

Com o *impeachment* de Collor, o processo de implantação do projeto neoliberal foi desacelerado, mas não sofreu interrupção. Com a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND), as privatizações já tinham sido deslançadas. As implicações desta política neoliberal tiveram impactos importantes no processo de desmobilização e desorganização da classe trabalhadora. Por esse motivo, serão os estudantes “caras pintadas” e não o movimento operário e popular que tomarão a iniciativa das ruas, pelo *impeachment*. Seu vice, Itamar Franco, assume o governo nesse contexto complexo, de descompasso entre as demandas da sociedade e as respostas do Estado, e de mal-estar institucional, econômico e social. Durante a revisão constitucional de 1993, o Governo tentou, sem sucesso, mediante a emenda 56, tirar o caráter constitucional do monopólio do petróleo, propondo mudar a amplitude do artigo 177 da Constituição.

O governo Itamar atua de forma ambígua, com forte discurso de priorização do “social” e de combate à fome e à “miséria”, mas, na prática dá continuidade ao projeto de “modernização” do

período Collor de Melo. O discurso pela defesa de um projeto autônomo e independente ocorre, simultaneamente, com a continuidade das privatizações, a exemplo, da Companhia Siderúrgica Nacional. “Na sua primeira variante, reencontra-se, no plano simbólico, com o seu passado; na segunda, que é a essencial, insere-se no universo e no fluxo dos interesses dominantes” (ANTUNES, 2004, p. 22).

Esse interregno será palco de avanços limitados na problemática agrária, resumindo-se à regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária em 1993. Os movimentos sociais do campo, sobretudo, CONTAG e MST marcharam juntos com a CNBB e outras entidades no 1º Grito da Terra Brasil em 1994, que reivindicava extensão do crédito rural para os pequenos produtores, a exemplo, do Programa Especial de Crédito nas áreas de Reforma Agrária - PROCERA.

Além da conjuntura política favorável, a origem do MST está associada ao contexto sócio-econômico do final da década de 1970 e início de 1980. O crescimento agrícola do período militar, sobretudo, a partir da década de 1970 é marcado por um intenso processo de mecanização e industrialização da agricultura brasileira, a denominada modernização dolorosa. Tal processo intensificou a concentração fundiária, gerando um fosso profundo ao separar setores da agricultura tidos como modernos daqueles considerados arcaicos, tendo por consequência a expropriação de setores camponeses de seus meios de produção, resultando no crescente êxodo rural e no inchamento das grandes cidades. É essa a base social que gera o MST.

O seu embrião foi gestado nas lutas camponesas apoiadas por setores da igreja católica e luterana. O marco da sua caminhada é a ocupação da gleba Macali, em 1979, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. A conquista dessa área foi de extrema importância para as vitórias que seguiram adiante: Burro Branco e Aldarico Azevedo (SC); Anoni e Cavernoso (PR); Cachorrinha (MG) e Castilhos e Primavera (SP).

Nesses encontros discutia-se bastante o caráter do movimento: surgiam idéias que o vinculavam ora à CPT, ora ao sindicato. No entanto, ao longo do seu percurso histórico foi prevalecendo a tendência de que era preciso fortalecer e consolidar a luta, por meio de uma organização própria a qual estivesse sob o controle político dos trabalhadores rurais sem terra. Essa tendência era decorrente, por um lado, das limitações da CPT que era subordinada à Igreja Católica e, por outro lado, pela natureza do próprio sindicalismo rural, o qual mantinha uma prática imobilista e atrelada ao Estado.

O MST nasceu no I Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra em Cascavel (PR), em 1984. Trata-se de um evento histórico pois além de fundar o MST, foi lá onde se definiu o que deveria

ser a organização: concepção, princípios, estrutura, objetivos e a sua própria razão social². Outra marca forte desse Congresso foi a sua decisão política de não se iludir com a Nova República, como aconteceu com o restante da esquerda.

Era o começo da Nova República; o MST estava então, recém nascido. O movimento pelas “Diretas já”, o qual reuniu milhões de pessoas, acabava de ser duramente golpeado com a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral. Mas, para o MST, o fim da ditadura não significava a eliminação dos conflitos sociais. Por isso, não se iludiu com a Nova República.

As discussões do 1º Congresso em 1985 chamavam a atenção para os limites da transição democrática - “Sem reforma agrária não há democracia!”. O 1º Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), inspirado nas promessas de Tancredo Neves e anunciado pelo seu sucessor, José Sarney, resultou em um redundante fracasso: da meta anunciada de 1,4 milhões de famílias que seriam assentadas em cinco anos, apenas 6% foi executada. Logo, a percepção de que a reforma agrária não seria consequência do cumprimento da legislação vigente, nem de planos estatais, levará o movimento a formular sua bandeira de luta: “ocupação é a única solução”.

Esse Congresso constituiu-se em um marco histórico importante porque inaugurou um novo ciclo da trajetória do Movimento e lançou as bases para a sua ampliação em todo território nacional. De acordo com relato de Bernardo Mançano Fernandes (2001), dentre os discursos, o mais aclamado foi o do então presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva que assumiu o compromisso de ajudar a acabar com a miséria do povo brasileiro e com o latifúndio, construindo uma política de apoio aos agricultores familiares. A presença do líder operário, bispos, arcebispos, vice-presidente da Contag, representantes de outros segmentos da sociedade civil organizada, e de autoridades públicas comprometidas com a causa da reforma agrária, indicaria a disposição do MST em construir uma aliança do campo democrático-popular, contrariando a idéia “autonomista” numa perspectiva anarquista.



Figura 7: Cartaz com *slogan* do 1º Congresso.

² Para João Pedro Stédile, ao invés da expressão sem-terra, não se usou o termo camponês para definir o movimento por se tratar de um conceito mais sociológico e acadêmico do que de ordem popular, que não reflete a realidade do homem do campo.

A Carta Magna de 1988 prometia enterrar os entulhos do autoritarismo, mas contraditoriamente, representou um grave retrocesso na luta pela Reforma Agrária. Apesar do intenso processo de mobilização social, o que prevaleceu foram os acordos estabelecidos pelos representantes da elite. O texto constitucional refletiu a disputa de hegemonia contemplando avanços, em alguns aspectos, e recuos, em outros; ou seja, a Constituinte foi um processo duro que envolveu mobilizações e contra mobilizações de campos definidos de forças políticas defendendo seus interesses. Com os obstáculos institucionalmente criados, a reforma agrária foi juridicamente congelada no texto constitucional. Apesar de apoiada por 1,2 milhões de assinantes que subscreveram a Emenda Popular, a Reforma Agrária foi superada pela ação da União Democrática Ruralista - UDR, que comandava a bancada parlamentar ruralista. A Constituição ao dispor no inciso II, do artigo 185, que a chamada propriedade produtiva não é susceptível de desapropriação; ao restabelecer o prévio pagamento em dinheiro da indenização das benfeitorias e ao se omitir no restabelecimento do critério para fixação do preço justo, afirmando a lógica do mercado, na prática, inviabilizou qualquer tentativa de mudança profunda na estrutura fundiária. No que concerne o revés na Constituição de 1988, é bem verdade que o governo dispõe desde a promulgação do Estatuto da Terra (1964), de mecanismos legais para cumprir o ordenamento constitucional. Isso, no entanto, não se realiza, seja por omissão do Poder Executivo ou por conta dos entraves do Poder Judiciário, que zela pelo direito dos grandes proprietários. Diante disso, restou aos segmentos sociais excluídos do direito à terra a opção da ocupação³.

Miguel Baldez (2002), eminente estudioso do direito agrário, defensor da linha do “direito achado na rua”, ressalta três características da ocupação que considera positiva: em primeiro lugar, trata-se de uma ação criativa, de caráter coletivo e não um ato individual, como quer o direito burguês (nessa ação, os trabalhadores descobrem-se como sujeitos coletivos); em segundo, é uma ruptura do contratualismo, essência do regime burguês de venda e compra, e, por último, diz respeito a uma quebra do conceito de propriedade privada, em perfeita consonância com o direito constitucional o qual pressupõe a função social da posse. O próprio Superior Tribunal de Justiça, no julgamento de sentenças impetradas contra integrantes dos sem-terra, já reconheceu que a associação de pessoas cuja finalidade é pressionar o Governo a pôr em prática um programa de reforma agrária, expressamente prevista na Carta Magna, não é antijurídica e que a ocupação de terra visando à reforma agrária não caracteriza crime contra o patrimônio. A “pressão popular é própria do Estado de Direito Democrático”⁴.

³ Segundo o Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa (FERREIRA, 1980) o termo ocupação, em sentido jurídico, é o ato de apoderar-se alguém, legalmente, de coisa móvel (ou semovente) sem dono, ou porque ainda não foi apropriada, ou por haver sido abandonada. E é este o sentido que os sem-terra pretendem dar à sua ação.

⁴ Marx ao se referir ao roubo de lenha dos camponeses de Mosela, procurava justamente enfatizar a relação da propriedade e o direito burguês, conforme referência no capítulo anterior.

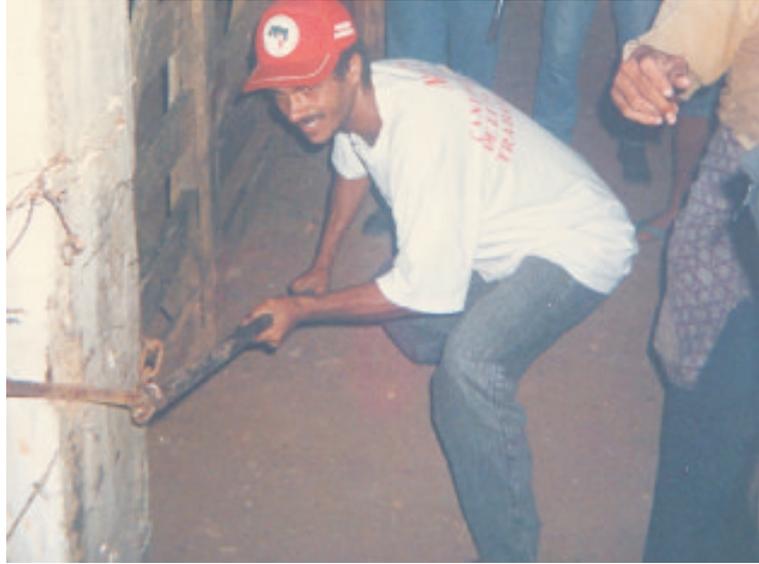


Figura 8 – Ocupação – a negação do direito burguês de propriedade

A especificidade do MST foi construída no enfrentamento direto com o Estado e os grandes proprietários rurais, por meio das ocupações de terra. Ao priorizar esse instrumento de pressão, o movimento recuperou a tradição de combatividade que caracteriza a história dos movimentos sociais no campo. Todavia, esse método de ação passou, paradoxalmente, a sofrer severas críticas dos seus próprios aliados, sobretudo, o sindicalismo rural, por ser considerado autoritário, inadequado, inoportuno e paralelo. Essas críticas, no fundo, tinham como principal objetivo, desqualificar e descredenciar esse movimento social, que por sua radicalidade despontava como principal protagonista da luta pela reforma agrária. As discordâncias estavam no modo de entendimento da forma de organização do Movimento e das táticas de luta: o embate referia-se a uma questão estrutural. “O MST não é uma organização de apoio à luta dos sem-terra. Ele é a luta. Por essa razão, não é uma instituição ou entidade de fora dos processos, que existe para ajudar a organizar as famílias na ocupação dos latifúndios. De fato, as famílias são o MST por estarem organizadas no Movimento” (FERNANDES, 2001, p. 104-105).

Ao se romper importantes elos da articulação entre os mediadores, em função das diferenças políticas, o MST passou a disputar com outras forças sociais o capital político acumulado nesses anos de luta. Em contrapartida ao seu crescimento, aos poucos, o raio de alianças que havia sido construído anteriormente, foi se estreitando. Com relação ao PT, o MST nessa fase manteve uma posição de apoio por acreditar no caráter classista do mesmo e também pela proximidade da proposta da reforma agrária.

2.1 UM OLHAR SOBRE O MST EM SERGIPE: ORIGEM E RELAÇÃO COM O MOVIMENTO POPULAR E SINDICAL

A origem do MST no Estado de Sergipe é fruto da conjugação de três fatores virtuosos: o ambiente de mobilização popular na Nova República; a realização do 1º Congresso do Movimento (1985) e o apoio de sindicalistas e religiosos ligados à Diocese do município de Propriá.

Com a Nova República, a sociedade civil, após duas décadas de um regime autoritário e centralizado, passou a reivindicar direitos sociais, por longo tempo, reprimidos. Surge um conjunto de movimentos populares em torno da luta pela anistia, por direitos sociais, contra o racismo e outras formas de discriminação. Os trabalhadores articulados em nível nacional realizaram enfileiramentos em escala sem precedentes: faziam eco às mobilizações salariais dos operários do ABC e de outras regiões do país, empolgados com o novo sindicalismo e as conquistas políticas obtidas do regime. O auge desse processo de mobilização ocorre com as eleições diretas para governadores e a campanha Pró-Diretas para a presidência da república. O PT nasceu nesse contexto de ascensão dos movimentos de massa.

Nas eleições de 1982 o partido indicou o nome de Marcélio Bonfim para governador do estado e vários outros nomes para deputado federal e estadual, dentre estes últimos, o do atual governador Marcelo Deda⁵. No rastro do PT surgiu a CUT - Central Única dos Trabalhadores no I Congresso Estadual no Campus Universitário - UFS, em 11 de agosto de 1984. Esse conclave contou com a participação de 62 delegados, representando nove categorias entre sindicatos e oposições sindicais.

Os sindicatos urbanos estavam praticamente nas mãos de “pelegos”, pois o que existiam eram oposições sindicais e associações em formação (químicos, petroquímicos, jornalistas). Também, registrava-se a presença do movimento estudantil. O grosso da representação confundia-se com a força dos trabalhadores rurais, sobretudo, do Pólo Sindical do Baixo São Francisco, com o apoio da Igreja, que era constituído pelos STRs de Poço Redondo, Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha, Monte Alegre, Gararu, Nossa Senhora de Lourdes, Itabi, Graccho Cardoso, Ribeirópolis e Propriá.

A CUT só foi capaz de constituir-se naquele momento pela ação deste Pólo Sindical. Manoel Dionízio da Cruz, João Rodrigues e sua irmã Madalena Rodrigues que compuseram a primeira diretoria da CUT projetaram-se nesse trabalho sindical.

⁵ Em 1985 Marcelo Deda foi indicado para disputar a prefeitura de Aracaju e no pleito de 1986 foi eleito como o deputado estadual mais votado do estado de Sergipe com 33 mil votos. Estes votos garantiriam também a eleição do deputado Marcelo Ribeiro. Outro nome bem votado foi Antônio José Góis (Goisinho), bancário e ex-militante do PCB; atuava como Secretário de Formação da CUT e no CEIS - Centro de Estudos e Investigação Social, ONG que funcionava numa das salas do Instituto Histórico onde a CUT e o PT inicialmente faziam suas reuniões. O CEIS assessorou a ocupação da Coroa do Meio, fato de maior repercussão na época.

Não por acaso, a Comissão Pró-CUT tinha como presidente, Manoel Dionízio da Cruz do STR de Poço Redondo e integrante do Pólo Sindical. Este sindicalista juntamente com João Rodrigues de Santana, do Sindicato de Nossa Senhora da Glória irão fazer parte da recém direção executiva da CUT, na condição de vice-presidente e tesoureiro, respectivamente. Isto evidencia o peso que os trabalhadores rurais tiveram naquele processo inicial de articulação do movimento sindical no estado. Naquele momento, a linha política que prevaleceu no sindicalismo foi a corrente CUT pela Base que se mantém na direção até meados da década de 1990, numa ampla aliança a qual envolvia outras forças⁶.



Figura 9: De barba e camisa azul, Manoel Dionízio da Cruz, presidente do STR de Poço Redondo, um dos fundadores do MST, CUT e do PT no estado no 2º Encontro do MST, 1989 – Nossa Srª da Glória.

Com a crise do Plano Cruzado estouraram inúmeras passeatas, assembléias e atos públicos. Além dos petroquímicos, os mineiros também começavam a despontar no cenário sergipano (em agosto de 1986 realizaram uma greve que durou vinte e nove dias). Essa participação foi acompanhada *pari passu* pelos bancários, têxteis, professores, petroleiros e os médicos; estes últimos realizaram uma greve que durou cerca de trinta dias. Embora a questão salarial ocupasse o centro das reivindicações, as denúncias contra as péssimas condições de trabalho em escolas, hospitais e postos de saúde tornar-se-iam constantes nas páginas dos jornais. A luta do movimento sindical também passava pelo questionamento do controle do Estado sobre as organizações dos trabalhadores e pela necessidade

⁶ O presidente Rômulo Rodrigues, o Secretário Geral, Edmilson José Santos Araújo e o próprio Manoel Dionízio da Cruz eram apoiados por José Novaes, de Vitória da Conquista (BA), num momento em que se delineavam as correntes internas da central, que mais tarde, ficariam visíveis. Esse grupo permaneceu à frente da Central até 1991.

da democratização das relações base *versus* diretoria do sindicato. O processo de discussão e promulgação da Constituinte foi outro marco político importante⁷.

Segundo Cintra (1999, p. 54), o primeiro grande ato público pela reforma agrária aconteceu no dia 21 de outubro de 1985, em Aracaju, organizado pelo Comitê de Apoio. Esse evento reuniu cerca de 5.000 agricultores em frente ao Palácio do Governo. O Comitê de Apoio à Reforma Agrária foi criado em julho de 1985 que, enquanto entidade suprapartidária, possuía cerca de quarenta entidades e era coordenada por setores do PT ligados à Universidade Federal de Sergipe, o qual se constituiu no principal mediador junto às instituições envolvidas na luta pela terra, até quando foi extinto em 1988.

No campo popular, conforme Maria Luiza Souza (s/d), iniciava-se a articulação entre os diversos movimentos culminando, em 1987, com a realização do I Encontro dos Movimentos Populares de Sergipe. Esse evento reuniu diversas entidades: Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua; Movimento dos Sem Teto (de grupos do Bairro América); Centro de Defesa dos Direitos Humanos (de Propriá); a Juventude de Comunidades Eclesiais de Base; Associações de Moradores (do Bairro América, Taiçoca, Sol Nascente); Associações dos Artesãos do Nordeste de Propriá; Associação e Proteção Ambiental – ASPAM; Grupos de Jovens e Consciência Negra (de Própria); Ação Católica Operária - ACO, entre outras. Deste evento participaram diversos grupos de trabalhadores rurais: Grupo Oco do Pau (São Cristóvão), Associação dos Trabalhadores Organizados na Luta (Nossa Senhora da Glória), MST - Grupo de Porto da Folha, MST - Acampamento Nova Esperança. Este primeiro encontro desdobrou-se na criação de uma entidade articuladora, o CESEP - Centro Sergipano de Educação Popular (em junho de 1988). A articulação urbana-rural continuou a ser perseguida nos dois encontros estaduais dos Movimentos populares que ocorrem, respectivamente, em 1989 e 1990, e que apontaram para a criação da comissão Pró-Central de Movimentos Populares.

No campo, os assalariados da região canavieira do Baixo Cotinguiba estimulados pelos sindicatos combativos promoviam campanhas salariais e greves pelo cumprimento dos direitos trabalhistas e denunciavam a existência de cemitérios clandestinos. Na região do São Francisco começava a ocorrer conflitos entre proprietários e posseiros em função dos quais vai surgir a CPT e o próprio MST.

Na região do sertão do São Francisco, a construção da hidrelétrica Xingó desarticulou atividades seculares ligadas à agricultura de vazante, sequeiro e à pesca artesanal. As relações de produ-

⁷ A respeito desse processo de mobilização dos trabalhadores urbanos no estado de Sergipe, ver os trabalhos: História de Sergipe: República (1889-2000), do professor Ibarê Dantas (2004) e as dissertações de mestrado Sindicatos no Setor Público em Sergipe: O caso da Educação de Maria Izabel Ladeira Silva (1997) e Ação Político-Sindical dos Petroleiros Se/Al nos anos 1980 de Maria da Conceição Almeida Vasconcelos (1999).

ção reproduziam a dependência dos camponeses em relação aos latifundiários tradicionais, resultando em precárias condições de vida. Datam dessa época, conflitos envolvendo diversos segmentos: os índios Xocós e o fazendeiro que se apropriou das suas terras na Ilha de São Pedro e Fazenda Caiçara (1979), no município de Porto da Folha; os atingidos pelos projetos da Codevasf, que entrariam na Justiça contra o Estado, exigindo preços justos pelas terras desapropriadas; os posseiros da Fazenda Santana dos Frades, descendentes afros, que entraram em conflito com a empresa Seragro-Serigy, e a comunidade Quilombola de Mocambo, em Porto da Folha (1994).

Com a desapropriação da Fazenda Santana dos Frades (1977) e das terras da Ilha de São Pedro (1979) e a divulgação do Plano Nacional de Reforma Agrária (1985), os conflitos foram ampliados. Em 1985, Barra da Onça em Poço Redondo; Morro do Pato em Nossa Senhora da Glória. 1986: Várzea da Quixaba em Tobias Barreto, Borda da Mata em Canhoba, Pedras Grandes em Poço Redondo, Morro do Chaves em Própria, Ilha do Olho em Porto da Folha. 1987: São Clemente em Poço Redondo, Monte Santo em Gararu, Fazenda Betume em Neópolis. 1988: Fazenda Betânia em Lagarto. 1989: Santana do Cruiri em Pacatuba, Priapu e Pau Torto em Santa Luzia do Itanhy, Tingui em Malhador.

Os conflitos que ocorreram até 1987 contaram com o direcionamento da pastoral da Diocese de Propriá. A partir de 1988, o MST torna-se o principal articulador dos mesmos. O divisor de águas é o conflito de Monte Santo.



Figura 10: Acampados da fazenda Monte Santo na Praça Olímpio Campos a espera da negociação com o governo (12/04/1988).

O 1º Congresso Nacional dos Sem-Terra em Curitiba é outro marco histórico importante porque se constituiu no ponto de partida para a implantação do MST no Estado. Em processo de rompimento com a Igreja Católica, João Rodrigues de Santana – o popular João Sessenta – fez a mediação junto à direção nacional do Movimento. A delegação presente no Congresso – inclusive membros da pastoral⁸ – é apoiada pela CPT da Bahia, pois a idéia da criação do MST não agradava a Diocese de Propriá. A comissão executiva do Movimento no Estado ficou sob a responsabilidade do grupo de Nossa Senhora da Glória: o presidente do STR – João Rodrigues e sua irmã Madalena, Sinval, Walter, entre outros. Os militantes, ligados à Igreja e à CUT pela Base, tinham sérias restrições ao MST: os primeiros, o considerava um “movimento marxista”, enquanto a referida corrente cutista, ao contrário, o rotulava de “movimento reformista”.



Figura 11 – Madalena (de camisa azul), ao seu lado Adelmo, e outras lideranças do Movimento na audiência com o INCRA/MIRAD para discutir a desapropriação da Monte Santo (1988).

O MST se apresenta publicamente no I Encontro Estadual dos Sem Terra (1987), no qual foi eleita a nova coordenação, constituída por dirigentes conhecidos por José Pipio, Papudinho, Guido Preto, Adelson, entre outros. Estas lideranças eram da área de influência do Frei Roberto da paróquia de Graccho Cardoso, simpatizante do MST. Para um líder dos Sem Terra, “Frei Roberto” desempe-

⁸ Com elaboração dessa tese pretendeu contribuir com o resgate da memória coletiva da trajetória do MST no estado, todavia apesar da tentativa junto a vários militantes do Movimento não se conseguiu resgatar os participantes da delegação presente a esse evento histórico. A não ser informações desencontradas sobre o seu número entre 09 e 15.

nhou um papel fundamental naquele momento. [O Frei] “dizia que estava há cerca de dez anos no sertão, participando de reunião em reunião e não acontecia nada”. Ainda, em 1987, fora deslocado do MST de Santa Catarina, para ajudar a equipe de Sergipe, João Somariva Daniel⁹.

No Encontro de Itabi foi aprovada a transferência da Secretaria que funcionava informalmente na sede do STR de Nossa Senhora da Glória para Graccho Cardoso. Essa decisão encontrou resistência por parte do grupo de Glória, mas, o MST não cedeu à pressão.



Figura 12 – Posse da comissão executiva do MST no 1º Encontro Estadual dos Trabalhadores Sem Terra em Itabi-SE, 1987. Em pé Daniel, de camisa branca, Zé Roberto e Zé Pipiu sentados.

O terceiro fator, preponderante para a implantação dos Sem Terra, foram as lutas sociais protagonizadas pela Diocese de Propriá que tinha à frente o bispo redentorista Dom José Brandão de Castro.

Com o Concílio Vaticano II (1962/63) e as conferências episcopais latino-americanas de Medellín (1968) e Puebla (1979), a questão política emerge e o tema da libertação ganha conteúdos concretos, dando a formação a uma igreja vinculada aos novos desafios históricos. Isto implicou numa

⁹ Sua permanência no estado perdurou até o final de 1989 quando após várias prisões e sob ameaças freqüentes é transferido para Mato Grosso do Sul.

ruptura com a concepção tradicional do catolicismo. Medellín representou uma ruptura com a Igreja pré 68 à medida que assumiu uma posição clara e solidária pelos pobres da América Latina. Uma década depois, Puebla recupera o tema da pobreza e da libertação dos oprimidos. Nesse sentido, é possível afirmar, como disse Marta Vieira Cruz (1992), “[...] pós - Medellín e Puebla a Igreja no Brasil redefine os termos de sua solidariedade para com os pobres. E rearticula novas alianças, desta feita não só com a ‘cultura’, a ‘raça’ e as classes até então hegemônicas, mas com um outro tipo de aliança que abrange pobres e marginalizados visando a uma nova concepção de universalidade” [...] A teologia da libertação, que surgiu pouco antes de Medellín, tem suas raízes nesse período. Nesse contexto e sob a inspiração da teologia da libertação surge um momento político – religioso fundado na “opção preferencial pelos pobres e que se encontra presente nos sindicatos rurais, nas comunidades eclesiais de base (no meio rural e urbano), na pastoral da terra” (CRUZ, 1992, p. 161 e 177).

Ao lado da ação implementada pela ala conservadora representada pelo bispo Dom Luciano Cabral foi se afirmando outra linha pastoral, embasada numa prática de compromisso e transformação social. Considerado de perfil paternalista à época de sua nomeação, Dom José Brandão, converteu-se posteriormente à tendência progressista. O ponto de ruptura é o conflito de Betume, em 1975, a partir do qual a Diocese passou a assumir uma postura clara e solidária com os oprimidos. Este conflito foi marcado por extrema violência pela forma como foram expulsos os camponeses da terra e submetidos a indenizações irrisórias. Segundo Marta Vieira Cruz (1992, p. 116), o estopim dar-se-á em razão da carta enviada pelo bispo Dom José Brandão ao Ministro do Interior Rangel Reis Veloso, denunciando as indenizações injustas feita aos trabalhadores pela CODEVASF. Até então, a hierarquia eclesiástica da diocese era favorável ao governo militar.

A criação da Equipe Pastoral da Terra (EPT) incentivada por Dom José Brandão marca o momento dessa conversão. Dentre os seus membros, destacam-se as figuras das irmãs Ermínia e Marize, Raimundo Eliete Cavalcante, Raimundo Oliveira, Michel Dessy (Guido Branco), Manoel Dionísio da Cruz, Adelmo de Itabi, Ciene, Deildes, Carlos e representantes do Movimento de Educação de Base da CNBB, e Frei Enoque Salvador de Melo que era vigário geral e atuava com certa autonomia. Esta equipe pastoral também ajudou a criar o referido Pólo Sindical da Região do São Francisco.

A trajetória inicial do MST, contudo, é marcada não apenas por circunstâncias virtuosas. Os Sem Terra para construir o seu próprio espaço e tê-lo sobre seu controle, também geraram divergências, inclusive, entre os próprios membros da Diocese de Propriá e com os sindicalistas ligados à CUT. As diferenças de concepção entre os diversos partidos de esquerda acabavam se refletindo nos rumos dos movimentos sociais.

Desde a criação da CUT em 1983, já começavam a se explicitar as divergências entre as lideranças sindicais rurais. Questões como filiação ou não da entidade a uma Central sindical era objeto de disputas entre os grupos, pois cada um tinha a sua respectiva central: CUT ou CGT ou CSC - Corrente Sindical Classista. Expressão disso é o fato de que dois dos principais integrantes do Pólo Sindical, STRs de Poço Redondo e de Porto da Folha passariam a integrar centrais sindicais diferentes: o primeiro, à CUT e o segundo, ao CONCLAT/CGT. Estas entidades vão acabar disputando, entre si, o controle do movimento social agrário provocando “feridas” que até hoje se mantêm abertas.

Com a ocupação da Barra da Onça, em 1985, as divergências foram explicitadas em três grupos: o de Poço Redondo – liderado por Manoel Dionízio da Cruz e Raimundo Eliete (ligado à CUT pela Base); o de Glória, sob a direção de João Sessenta (afinado com o MST) e o grupo de Porto da Folha sob o comando do Frei Enoque Salvador. As lideranças sindicais de Nossa Senhora da Glória e Poço Redondo, ao romperem com o estilo pastoral da Igreja, passariam a fazer uma mobilização mais politizada com o objetivo de difundir a idéia da “transformação social” e do “socialismo” pela via da reforma agrária (SILVA; LOPES, 1996).



Figura 13 – Rubens Bispo, presidente do STR de Poço Redondo e Michel Dessy (Guido Branco), de chapéu, assentado da Barra da Onça, ligado à diocese de Propriá, uma das figuras históricas na construção do MST.

A ocupação da Fazenda Monte Santo, em 1987, representou o último esforço de atuação conjunta na luta pela terra, apesar do agravamento das divergências. Para João Daniel, o problema

maior estava na dependência dos trabalhadores ao Comitê de Apoio à Luta pela Reforma Agrária e na persistência do pessoal da igreja em querer manter o MST como parte da sua estrutura. Havia muitas dúvidas sobre o papel de cada organização envolvida na luta pela reforma agrária. A única clareza para o MST é que era preciso construir uma forte organização de massa, autônoma e dirigida pelos próprios trabalhadores.



Figura 14 – Ocupação da Fazenda Monte Santo, da Equipe Pastoral da Terra em conjunto com o MST.

Na época, o trabalho pastoral da Diocese de Propriá atravessava uma grave crise. Em 1985, com a doença de Dom José Brandão, ele renunciou ao cargo de bispo diocesano. A proposta oficialista da Igreja para sua substituição recaiu na figura de Dom José Palmeira Lessa – ex-bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro (da ala conservadora). Dom José, prevendo que com a ascensão do seu substituto, a tendência era a de crescimento do conservadorismo, sugeriu a criação da CPT. Em 1987, esta proposta materializou-se coordenada pelas irmãs, conhecidas por Ermínia e Marize, integrariam posteriormente as agentes conhecidas por Gorete, Margareth e Inês.

Para uma ex-integrante da CPT, no início, Dom Palmeira Lessa “não botou as mangas de fora”, manteve os projetos nas mãos da Pastoral da Comunicação, do MEB e da própria CPT. Porém, quando menos se esperava, tentou modificar tudo o que foi feito anteriormente, centralizando os recursos na esfera da própria diocese, quebrando o pacto de relativa autonomia que a CPT desfrutava na relação com a Diocese de Propriá.

Ao mesmo tempo, no seu flanco esquerdo, a CPT ressentia-se das disputas que minavam a sua base social. No curso da luta – a CUT, o PT e o MST (em fase de gestação) – começam a disputar a hegemonia no movimento social agrário. Essa crise se arrastou durante toda existência da

CPT. Em 1995, não suportando as pressões da ala conservadora e face às disputas internas e à ausência de Dom José Brandão, ela é extinta¹⁰.

O ponto de cisão entre a CPT e o MST é a ocupação da Fazenda Cruiri (1989). Esta ocupação foi definida no 3º Encontro Estadual (janeiro de 1989), quando o Movimento posicionou-se pela necessidade de fazer ocupações massivas, inclusive, em regiões fora da área de atuação da Diocese de Propriá. Após várias ações de despejos na Fazenda Monte Santo, os sem-terra se retiraram daquela frente de luta, integrando-se na Fazenda Cruiri. Esse fato selou a ruptura entre as duas organizações por diferenças de método.



Figura 15 – Laboratório na Fazenda Cruiri.

Cruiri foi a maior ocupação da Fazenda já empreendida pelo MST até aquele momento. Reuniu cerca de um mil trabalhadores dos acampamentos de vários municípios: Lagarto, Propriá, Gararu, Santa Luzia do Itanhy, Aquidabã, Muribeca, Malhada dos Bois, São Francisco, Japoatã, Pacatuba. Mediante esta ocupação conseguiu-se negociar a desapropriação de mais sete áreas em litígios: Morro do Chaves, Monte Santo, Pontal, Paiaiá, Praiapu e Pau Torto. A partir da forte repercussão dentro e fora do Estado, o MST credenciou-se como porta-voz da luta pela Reforma Agrária, passando a conduzir diretamente as reivindicações e negociações que antes eram articuladas por deputados, pelo Comitê de Apoio ou pela Diocese.

¹⁰ Dom José, pelos idos de 1988, retornou à Minas Gerais para o convívio dos seus familiares até o seu falecimento. No lugar da CPT surgiu o Centro Dom José Brandão de Castro em homenagem a sua luta. O Centro inicia suas atividades em 1996 na região do Baixo São Francisco Sergipano e as expandiu para outras regiões oferecendo assessoria aos trabalhadores (as) rurais. Os restos mortais de Dom José Brandão só foram transladados para a Arquidiocese de Aracaju em 21/12/2006.



Figura 16 Audiência para tratar da desapropriação da Fazenda Monte Santo - Madalena Santana (MST) Manoel Hora (INCRA) e Marcelo Ribeiro (MIRAD).

O método de ocupação empregado pelo MST não é assimilado pelos setores ligados à Diocese de Propriá nem pelos demais atores envolvidos na luta pela reforma agrária.

Por outro lado, um membro da direção do MST questiona o alinhamento entre o Superintendente do Incra, Manoel Hora, a advogada da Pastoral, Angélica (irmã do mesmo) e o Comitê de Apoio (alinhado com a Diocese e Frei Enoque) para não reforçar as ações do MST. Em três reuniões do Comitê, na sede do sindicato dos bancários, no ano de 1986, essas pessoas não se comprometeram com a solicitação de apoio feita pelo Movimento sob a alegação de que tal apoio pudesse atrapalhar a campanha ao governo do estado¹².

O presidente da FETASE, José Felix Neto (membro do ex-Comitê de Apoio) chegou a participar da comissão que viajou à Brasília. Junto com José Guido (Guido Preto), da direção estadual do MST e Geraldo dos Santos, presidente do STR de Pacatuba, foram para uma audiência com o

Para uma ex-integrante da CPT – com a chegada de João Daniel em Sergipe, a condução da luta pela terra foi tomando outros caminhos:

O MST não respeitava os métodos da CPT. Queria impor os seus métodos de fora para dentro. O apoio que queriam não era para pensar e agir de forma conjunta sobre a condução das lutas, mas, para receber caridade. As divergências também aconteciam porque os trabalhadores não participavam da discussão sobre a ocupação. Nem todos os trabalhadores sabiam como ia ser a ocupação, mas, apenas uma pequena parcela da direção tinha conhecimento da mesma. Além do mais a CPT trabalhava com a idéia de posse e não de acampado, ou seja, tratava de outra estratégia na medida em que a luta pela posse envolve outros direitos¹¹.



Figura 17 – José Guido da comissão estadual do MST.

¹¹ Conforme entrevista que me concedeu no dia 03.10.2007.

¹² Conforme entrevista que me concedeu no dia 20.04.2007.

Ministro da Agricultura, Íris Rezende, com o intuito de tratar da desapropriação do imóvel Cruiri. Mas o representante da Federação, ligado ao governador João Alves Filho, por duas vezes candidato a deputado pelo PFL, não queria ver seu nome identificado com ocupações de terra. Com a intensificação dos conflitos, retirou-se do processo de mediação. Para Silva e Lopes (1996, p. 78), o presidente da Federação passou a fazer declarações em programas de rádio, afirmando que a sua entidade era contrária às ocupações, chegando mesmo a admitir o uso da força policial e a violência dos proprietários para a retirada dos trabalhadores das áreas ocupadas.

Essa fase de radicalização dos conflitos estendeu-se até 1989 quando estava em discussão o projeto popular para o Brasil. Com a vitória eleitoral que consagrou Fernando Collor de Mello à Presidente da República, e João Alves Filho a governador do estado, pela segunda vez, há um nítido refluxo do movimento operário e popular.

A repressão era intensa. As pessoas não podiam sequer usar o boné, camiseta, ou bandeira para não se identificar com o MST. O trabalhador era visto pelas pessoas de forma discriminada e os militantes eram tratados como “invasores”. A ocupação da Fazenda Monte Santo (1987) organizada pela CPT e apoiada pelo MST já sinalizava a situação difícil que viria. Essa ocupação sofreu 11 ações de despejos; lá tam-



Figura 18 – João Samariva Daniel, liderança estadual do MST.

bém se inicia a retaliação às lideranças dos Sem Terra, a exemplo da prisão de João Daniel.

Em 1989, na ocupação da Fazenda Tinguí, este mesmo líder é novamente preso junto com outros companheiros de direção: Zenaide Sande, José Roberto e Dimas Pereira. Os trabalhadores foram conduzidos à penitenciária estadual de Nossa Senhora de Glória, acusados de portarem armas como revólveres, pistolas e até escopetas, além de foices, facões e enxadas. Os dirigentes do Movimento eram vistos como “forasteiros” que “saem do seu lugar de origem para criar problemas no Estado dos outros”, conforme trecho da matéria jornalísticas a respeito da ocupação da Fazenda Tinguí:

Foi uma invasão tipicamente fabricada com o agravante que os fabricantes vieram de fora, de São Paulo, com a tarefa específica e exclusiva de aliciar pobres trabalhadores rurais [...] os aliciadores, chamados de líderes rurais, dessa invasão sem motivo e criminosa [...] são gente citadina do Sul do País, e já foram apelidados de mãos lisas (Jornal da Manhã, 15.02.1989 apud CINTRA, 1999).

“Mãos lisas” ou “mãos grossas” era um tipo de brincadeira usado no início da organização dos sem-terra, para diferenciar o camponês ou trabalhador rural que pegava na enxada dos demais trabalhadores ou militantes. Tratava-se de notícias plantadas com o intuito de indispor a população para criar um clima de animosidade contra os sem-terra.

Na verdade, por trás da (des)informação o que de fato interessava à imprensa era escamotear a natureza do conflito social. Não era interessante para a mídia expor as raízes do problema agrário que desencadeava essas lutas. O conflito é fruto das contradições de um processo de concentração da terra, dos meios de produção, e do fruto do trabalho, criando, assim, uma sociedade extremamente desigual e excludente, como as duas faces de uma moeda: num dos lados, você tem uma minoria de famílias oriundas da oligarquia agrária que monopoliza os setores de produção, serviços, meios de comunicação e o poder político; noutro lado, encontra-se a maioria esmagadora da população vivendo em estado de absoluta pobreza.

Tal situação está patente no diagnóstico sobre a situação da população rural evidenciada no II PRRA - Plano Regional de Reforma Agrária do INCRA (2006). O quadro revelado tem a dimensão de um verdadeiro “apartheid social” ou de um imenso “abismo social”. Salvo algumas experiências pontilhadas do setor considerado dinâmico da agricultura sergipana, encontra-se espalhado por todo o espaço rural uma massa camponesa, sem apoio de políticas públicas e que se reproduz com baixos níveis de produtividade, eficiência e renda, bem como com precárias condições de vida e de trabalho. Enquanto no setor urbano metade dos empregados possui carteira assinada, no campo, a proporção dos assalariados rurais restringe-se ao alarmante índice de 7,37%. O índice de Gini de 0,84 denuncia um estado de absoluta concentração da terra. Hoje, cerca de treze mil famílias de sem terra estão acampadas em barracos de lonas espalhados em todo o estado.

Quando se leva em conta a realidade dos assentamentos de reforma agrária, a situação não é diferente. Conforme dados do I Censo Nacional da Reforma Agrária, elaborado pelo INCRA (1996), os Projetos de Assentamentos - PAs – sofrem sérios problemas de infra-estrutura básica. Cerca de 50% dos assentamentos não possuem abastecimento d’água sequer para o consumo humano; destes, apenas 16,48% possuem água tratada. Em 94% dos PAs era sentida a ausência de manutenção de estradas vicinais que se interligam à rede viária estadual e somente 53,4% possuíam energia elétrica. Com relação à habitação – 32% dos assentados ainda residiam em casas de taipa. A situação das escolas e da saúde é igualmente gritante: as unidades escolares estão ausentes em cerca de 90% dos assentamentos; além do mais, é comum escolas funcionarem em galpões improvisados que acabam também se transformando em espaços de reuniões, salas de aulas e área de lazer. E o que é pior:

46,45% dos assentados são analfabetos e 11,63% possui alfabetização incompleta. A inexistência dos serviços de atendimento de saúde em unidades básicas e telefonia pública é verificada em 93% dos PA's. Onde existem os postos de saúde é comum encontrá-los fechados, sem equipamentos e medicamentos, e o Programa de Saúde Família (PSF) também deixa a desejar.

A situação de desigualdade social se traduz em exclusão política. Os setores subalternos não têm conseguido libertar-se do jugo da dominação. A subalternidade dos camponeses desdobra-se em múltiplas faces com relações pessoais de assistencialismo e clientelismo, dada principalmente a realidade de extrema insegurança e pobreza que é antítese dos processos autônomos de organização camponesa.

2.2 OS VELHOS MECANISMOS DE ENQUADRAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS: SINDICALISMO, COOPERATIVISMO E ASSOCIAÇÕES

O processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro especialmente, no Nordeste, é resultante: de um lado, de estruturas agrárias tradicionais baseadas no latifúndio, na monocultura de exportação e na super-exploração do trabalho que se combina; do outro lado, com uma cultura política patrimonialista e fisiológica oriunda das antigas oligarquias.

Essa característica do processo histórico marcou profundamente não apenas a identidade da formação social, a estrutura de classes e o Estado, mas, em grande medida, a dinâmica da luta de classe.

Foi com base nesta fundamentação política que o Partido Comunista Brasileiro - PCB, influenciado pelas elaborações da Internacional Comunista, formulou a estratégia da revolução nacional-burguesa que consistia na aliança dos setores da burguesia nacional e progressista contra o latifúndio e o imperialismo na direção do socialismo. Para o PCB, o campesinato se constituía na “pedra de toque” do movimento comunista internacional. A aliança operário/camponesa, materializada no BOC - Bloco Operário/Camponês (1927) fazia parte da estratégia de acúmulo de forças para derrotar o “feudalismo”.

Conforme Nobre (1990), essa fase de luta da organização dos trabalhadores, que remonta ao Estado Novo, se caracterizou pela resistência de todo movimento operário ao controle do estado. O PCB se empenhou na construção de canais de articulação horizontal, as chamadas organizações paralelas: CGTB - Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (1929); FUS - Frente Única Sindical (1934); Central Sindical Única Brasileira (1935). A partir de então, só foram possíveis novas rearticulações com o fim do Estado Novo, quando foi criado o MUT - Movimento Unitário dos Trabalhadores (1945) e a CGT - Central Geral dos Trabalhadores (1946). Essa tática do PCB de

criação de entidades paralelas era complementada pela ocupação dos espaços dentro dos sindicatos oficiais, no sentido de “romper” a estrutura sindical por dentro, sem, contudo, desligar-se do Ministério do Trabalho. Entre 1945-1950, com a decretação da ilegalidade do PCB e da CGT, bem como a cassação dos comunistas dos sindicatos oficiais, o PCB mudou a sua orientação e sustentou a crítica mais radical ao modelo corporativista e a sua base de sustentação – o imposto sindical – adotando por sua vez uma política de organização de sindicatos paralelos.

A partir de 1950 o PCB, no entanto, ainda na ilegalidade, retomou a sua tática dual de participação no sindicalismo legal e na formação de pactos intersindicais: PUI - Pacto de Unidade Intersindical (1953) e PUA - Pacto de Unidade e Ação (1960) que deram origem à Central Geral - CGT. Entre (1962-1964) que é de vigência do CGT - Comando Geral dos Trabalhadores, o PCB já controla a boa parte dos sindicatos reconhecidos, os vários órgãos de cúpula sindical, além das organizações paralelas.

A visão do PCB era a de que a organização autônoma dos trabalhadores não implicava necessariamente rompimento com a estrutura sindical oficial, sua participação na política nacional; daí, porque vai atuar dentro de um jogo de alianças com o governo populista. Se a sua concepção geral a cerca da organização sindical era democrática, a sua política concreta face à estrutura sindical que se consolidava, foi se alterando em função das alianças conjunturais, o que não seria sem conseqüências para o movimento camponês. As articulações estaduais, regionais e nacionais entre as diferentes formas de representação dos trabalhadores resultaram, em 1954, na criação da ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (sob influência do PCB).

O objetivo da ULTAB era congregar as associações de trabalhadores já existentes, organizar novas associações ou sindicatos, promover a unidade entre as mesmas e dar assistência jurídica. O balanço das organizações camponesas realizado durante a I Conferência nacional da ULTAB, em 1959 (SP), registrou a existência de 122 organizações independentes, isto é, não subordinadas à Confederação Rural Brasileira (entidade patronal dos grandes proprietários rurais) e a presença de 09 associações de caráter estadual. Essas associações e “sindicatos livres” representavam cerca de trinta e cinco mil trabalhadores de acordo com Sigaud (1979).

Diversamente das Ligas, os sindicatos coordenados pela ULTAB adotaram a tática da negociação para conseguir conquistas parciais para o proletariado rural. Essa definição tática do movimento sindical rural, fundamentalmente distinta e até oposta a que chegaram as Ligas no início dos anos 60, deveu-se à concepção que tinha o PCB, a respeito da estratégia da revolução brasileira, baseada numa ampla aliança para por fim ao “feudalismo” e implementar uma revolução de caráter democrático-burguesa.

Essa estratégia do PCB, a partir de meados da década de 1950 e, especialmente, no início dos anos 60, acabou se tornando um dos fatores decisivos para que se afirmasse uma estrutura sindical de inspiração fascista, um modelo ideológico (o corporativismo) negador e neutralizador da luta de classes.

A doutrina corporativa implantada no Brasil, no bojo da nova ordem inaugurada com a revolução de 1930 materializou-se na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT mediante Decreto Lei 5.45 de 01.03.1943 que incluiu todas as normas referentes à questão sindical.

Esta doutrina substituiu a noção de classes pela da corporação e juntou num mesmo ramo de produção, patrões e trabalhadores denominados de empregadores e empregados (embora representem grupos sociais distintos, devem estar unidos por laços de solidariedade, harmonia e colaboração). O arcabouço sindical será completado com o estabelecimento de um único modelo de vida associativa (o estatuto padrão): o enquadramento sindical, a supressão do princípio de pluralismo sindical, a criação do imposto sindical, pedra angular do assistencialismo.

O empenho do Estado na criação de sindicatos representou a resposta legal às reivindicações das diversas categorias de trabalhadores do campo, antes regidas separadamente pelo Código Civil e pela CLT. Isto possibilitou a superação dos obstáculos institucionais para reunir numa única entidade – o Sindicato – a representação do conjunto dos trabalhadores rurais, facilitando o controle social do movimento camponês. No Nordeste, as cartas sindicais liberadas pelo Ministério do Trabalho foram concedidas prioritariamente ao PCB e setores da Igreja Católica que embora atuassem com orientação ideológica diferentes, ambos tinham o interesse de deslocar as lideranças das Ligas, isolando-as politicamente.

2.2.1 O assistencialismo da Igreja Católica

A Igreja Católica se constituiu na força de principal expressão junto ao movimento social agrário, entre as décadas de sessenta e meados de oitenta (1960-1985). A Doutrina Social Cristã expressa nas encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) de João XXIII, bem como no Concílio do Vaticano II (1962/63) marca historicamente uma propositura de diálogo com o mundo.

O Novo Catecismo elaborado depois deste Concílio já indicava que a terra deveria ser entregue ao homem para garantir-lhe condições de vida. Começa-se a falar numa certa socialização da terra: “a terra foi entregue aos homens para que cuidasse dela, dominasse sobre ela e dela tirasse as condições de vida”.

O ideário da Igreja visava à humanização do sistema capitalista e à derrota do comunismo na busca de criar um mundo de justiça. Era notável a preocupação da Igreja face aos acontecimentos da América Latina. Segundo Cruz (1992), por duas vezes na década de sessenta do século XX, o papa João XXIII fez dramático apelo aos bispos latino-americanos, para que difundissem a doutrina social da Igreja e estimulassem os governantes a realizarem urgentes reformas estruturais, objetivando o equacionamento dos graves problemas sociais. Era preciso fazê-lo antes que comunistas fizessem-no. Isto colocava em questão os interesses da igreja que iria elaborar sua resposta aos problemas sociais do mundo moderno, baseada numa oposição ao liberalismo o qual submetia os homens das “classes inferiores” a uma situação de infortúnio e ao marxismo materialista que estimulava a luta de classes. Dentre as propostas negadoras da ordem capitalista e positivista estaria a abolição do lucro privado, do trabalho assalariado e a defesa da paz social. A idéia central era buscar uma sociedade a qual pudesse conciliar os antagonismos de classe, repudiando toda e qualquer ação do proletariado revolucionário; a classe operária só existia sob o aspecto da classe mais sofredora. A sociedade idealizada seria alcançada pela realização experimental de utopias sociais, em pequenas escalas nos moldes das organizações corporativas propostas pelos socialistas utópicos¹³, que radicalizaram a crítica da propriedade privada e do sistema de exploração capitalista e avançaram em reformas sociais, nas formas de organização da classe trabalhadora, para defenderem seus direitos trabalhistas – as *trade unions* (sindicatos) e nas formas de organização da produção sem a exploração do trabalho – as cooperativas. Os anarquistas, a partir de Proudhon, também partiriam da crítica à propriedade privada, para defender uma sociedade igualitária sem classes, sem partidos políticos e sem estado.

É com base naquela doutrina social que a Igreja vai elaborar a sua resposta aos problemas sociais da época. A Arquidiocese de Natal, sob a direção de Dom Eugênio Sales, por meio do Serviço

¹³ Em oposição ao capitalismo selvagem e à luta de classes, os socialistas utópicos defendiam a necessidade de se construir um modelo alternativo de sociedade fundada na harmonia social. Charles Fourier (1772-1837) colocou em destaque uma idéia básica para a evolução do corpo social: “o associacionismo”. Suas obras descreveriam a visão de um núcleo populacional funcionando basicamente como uma cooperativa cujo objetivo era garantir aos seus aderentes um mínimo vital de subsistência na produção da unidade organizada sobre a exploração da terra. Os capitalistas nesses falanstérios ou colônias socialistas seriam os responsáveis pelo financiamento das atividades econômicas da comunidade em troca de juros compensadores embora limitados. Robert Owen (1771-1858) propôs uma realização concreta de sua utopia num lugar real – New Lamarck (Escócia) – onde montou uma fiação transformada em associação comunitária em 1813, uma espécie de precursora das cooperativas. Ao lado dessa comunidade de trabalho projetou uma reforma urbanista apresentando condições de higiene, assistência social, escolas, parques e pomares, com casas dotadas de aquecimento central e cozinha coletiva que contrastavam com as condições das comunidades operárias no resto da Inglaterra. Ele procurava demonstrar em sua home colonie ou sociedade comunista modelar que a indústria não precisava ter como base o trabalho barato e brutalmente explorado. Ao defender um sistema corporativo trabalhou pela idéia do sindicalismo tendo fundado em 1833 uma confederação geral das profissões que foi precursora das “Trade Unions” inglesas. Seus discípulos (owenistas) fundaram o movimento cooperativo (sociedades de produção e consumo) que iriam adquirir novo impulso no século XX, a exemplo, do Movimento Cooperativista de Mondragón (País Basco) que se constitui na principal experiência internacional mais bem sucedida.

de Assistência Rural - SAR (organização beneficente) promoveu as primeiras ações junto ao campesinato. Para a diocese, a luta pela reforma agrária passava pela organização nos sindicatos. Em 1961, a CNBB mediante declaração “A Igreja e a Situação do Meio Rural Brasileiro”, conclamou todo o clero a ampliar a experiência do Rio Grande do Norte para os demais estados brasileiros.

Tal diretriz motivou a criação do SORPE - Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (1961), ligado à Arquidiocese de Recife e Olinda, o SORAL - Serviço de Planejamento da Arquidiocese de Teresina e Piauí (1961) e a Equipe de Sindicalização Rural da Paraíba (1962). É neste período que toma impulso o sindicalismo católico por meio de ações da JUC Juventude Universitária Católica, JOC – Juventude Operária Católica e outras entidades.

Com a criação de sindicatos, pretendia-se combater as Ligas Camponesas, não apenas como representante do campesinato, mas, a Ligas enquanto portadora de um projeto de organização politicamente autônomo (embora legalizada pelo Código Civil). As Ligas, a partir da ocupação do Engenho Galiléia (PE), ampliavam sua influência pelo país inteiro, colocando em “perigo” o sistema de poder das oligarquias agrárias ao pregar a bandeira da reforma agrária na lei ou na marra. Era, portanto, necessário enquadrar a organização autônoma dos camponeses, canalizando-a para dentro do aparato institucional, no sentido de garantir o seu controle direto e absoluto. A função educadora do sindicato aparecia nitidamente: dar aos camponeses e trabalhadores rurais uma unidade ideológica sob a tutela do Estado.

É nesse contexto, que em Sergipe se coloca a discussão do sindicalismo rural pela Igreja Católica. São duas as marcas históricas do movimento sindical no campo: o primeiro deles é marcado pela figura de Dom José Vicente Távora, bispo diocesano de Aracaju; o segundo marco histórico do movimento sindical no campo em Sergipe é caracterizado pela atuação da Diocese de Propriá, criada em 1960, pelo Papa João XXIII, que teve o seu primeiro bispo, o redentorista Dom José Brandão de Castro.

A primeira fase da inserção da igreja no campo dar-se-á a partir de 1961 mediante a ação do Movimento de Educação de Base - MEB, sob a direção do arcebispo de Aracaju Dom José Vicente Távora. Esta ação era justificada em função da necessidade de contornar os graves problemas sociais e a desordem que reinava no campo. As cartas sindicais liberadas pelo Ministério do Trabalho seriam concedidas prioritariamente a estes setores da igreja. O MEB assumiu a hegemonia deste processo de organização, contribuindo para um modelo de sindicato em que predominava o caráter assistencialista. Inicialmente, implementou uma ação voltada para a educação de base, privilegiando os conteúdos escolares. Posteriormente, priorizou o trabalho de formação com ênfase no sindicato. Em 1962, foram

reconhecidos os primeiros sindicatos: Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores, Itaporanga da Ajuda, Aquidabã, Simão Dias, Campo do Brito, Lagarto, Laranjeiras e Japaratuba.

Em 1963, é criada a FETASE - Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Sergipe. Seu primeiro presidente era do Sindicato de São Cristóvão¹⁴. Com o golpe militar de 1964, o movimento sindical rural de Sergipe atravessou diversas dificuldades, originadas pela destituição das diretorias, prisão de líderes sindicais, bem como pela excessiva intervenção das autoridades do Ministério do Trabalho, que só foi sustado após a suspensão da intervenção da FETASE. Mas, apesar da repressão, o número de sindicatos indicava a intensificação da criação dos mesmos. Em 1974 eram 39 STRs; em 1981 eram 65 (DANTAS, 2004, p. 210). Para Ibarê Dantas, a Igreja Católica de Sergipe mesmo marcada pela divisão, foi uma das instituições que mais resistiu ao golpe. Enquanto o arcebispo Dom José Távora insistia em implementar seus trabalhos voltados para o social, o bispo auxiliar de Aracaju, Dom José Luciano Cabral Duarte, cada vez mais integrava-se “ao *staff* do governo federal”, inclusive como membro do Conselho Federal de Educação, buscava harmonizar a Igreja com a orientação militar.

O sindicato teria como objetivo a defesa no âmbito civil e político; a cooperativa estaria mais voltada para a situação econômica. Em 1968, o bispo auxiliar Dom Luciano José Cabral Duarte buscando cada vez mais harmonizar a Igreja com a orientação militar, criou a PRHOCASE - Promoção do Homem do Campo – como resposta ao problema da terra.

O processo de colonização visava, por um lado, à quebra das correntes migratórias; por outro lado, ao esvaziamento dos movimentos sociais de luta pela terra, especialmente, a partir da ameaça das Ligas Camponesas que espriavam por todo o nordeste, organizando foreiros e moradores contra a expulsão dos engenhos, como consequência da modernização da atividade canavieira.

Com a ajuda financeira do Estado e de instituições estrangeiras, a PRHOCASE durante os seus quinze anos de existência ajudou a criar várias cooperativas e a implantar diversas colônias agrícolas, com o objetivo de distribuir entre os camponeses pobres, para evitar as tensões sociais no campo. Entre as décadas de 1960 e 1980 foram criadas as cooperativas: Camurupim, Coopame-Cooperativa Mista de Estância, Cooperagreste – Cooperativa Mista do Agreste, Jardim e Cooperglória.

¹⁴ A CONTAG, em 1963, foi instituída como legítima representante dos interesses do conjunto dos trabalhadores desconstruindo por completo a herança das lutas passadas que se caracterizava pela “comunicação mútua entre as singularidades”. Tal mudança na direção do movimento social agrário se refletiria nas bandeiras de luta. Embora a reforma agrária fosse mantida enquanto horizonte estratégico, tacitamente, se evitaria o acirramento dos conflitos em torno da posse da terra. Para os pequenos produtores apontava-se a necessidade imediata de conquistarem a regulamentação dos seus contratos de arrendamentos e parceria e para os pequenos proprietários a necessidade de conseguirem crédito e assistência técnica através do cooperativismo.

Com o apoio do Estado e de instituições ligadas à Igreja foram implantadas diversas colônias agrícolas nos municípios de Santo Amaro das Brotas, Divina Pastora, Arauá, Umbaúba, Malhador, Itabaiana, Riachuelo, Pedrinhas, Areia Branca, Campo do Brito, Pirambu e Nossa Senhora da Glória.

As cooperativas tinham prioridade nos projetos de colonização. Neste caso, o Estado se encarregava do fornecimento de recursos financeiros para a aquisição das terras, bem como para a produção (sempre com taxas de juros subsidiadas), além dos mecanismos específicos de crédito oficial subsidiado, também eram alvos prioritários das agências oficiais de assistência técnica. Em termos fiscais, as cooperativas são beneficiadas pela isenção tanto do ICM (imposto sobre a circulação de mercadorias) nas operações entre associados e a cooperativa, como do imposto de renda.

Da mesma forma que a estrutura sindical, a legislação cooperativista se origina no período varguista. Esta legislação se caracteriza pela centralização e subordinação ao aparelho de Estado. A intervenção do Estado dá-se ao nível da sua organização administrativa interna, financeira e enquanto instrumento de controle político e social.

A legislação atual sobre o cooperativismo eliminou os dois maiores obstáculos, à expansão capitalista das cooperativas, enquanto empresas. A lei 5.764 de 1971 concede uma série de vantagens econômicas a cooperativas, por intermédio do BNCC, valendo-se de mecanismo tais como taxas de juros reduzidos e prazos mais favoráveis.

Com essa lei, as cooperativas puderam efetuar operações com terceiros, bem como associar-se a empresas (não cooperativas), “orientando-se de acordo com os imperativos a rentabilidade. Em segundo lugar, e contrariamente à sua doutrina original – igualdade entre os associados, sistema democrático de participação e gestão uma minoria pôde apoderar-se legalmente do controle diretivo e administrativo de uma cooperativa de forma quase perpétua: a legislação atual só exige a renovação de um terço dos diretores, a cada três anos” (BURSZTYN, 1984, p. 54).

Na primeira metade dos anos 1980, assistimos às últimas iniciativas particulares de colonização cooperativa. Nesse período as colônias fundadas pela PRHOCASE foram emancipadas e a entidade extinta. O Estado em resposta à extensão dos conflitos sociais que começavam a colocar em evidência a estrutura conservadora de poder no campo, a partir do final da década de 1970 implementou diretamente a criação de cooperativas de colonização.

Em 1978, o governador Augusto do Prado Franco implantou o Projeto Fazenda Sergipe, no sul do estado, tomando como referência as experiências exitosas da Igreja. Na década de 1980 esse processo foi intensificado, sendo implantadas cerca de trinta colônias agrícolas, financiadas pelo PROTERRA e POLONORDESTE, Projeto Sertanejo.

Além dessas ações do Estado e da Igreja houve também algumas iniciativas isoladas ainda que sob a forma de criação de núcleos de colonização sem qualquer articulação entre si. A Coopertreze – Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze é sempre citada como a principal iniciativa desse período, passando a ocupar o cenário sergipano no auge das discussões sobre políticas de desenvolvimento agrícola. Sua implantação, no final dos anos sessenta, inaugurou um ciclo de colonizações dirigidas que acabou se transformando na principal promotora da colonização agrícola. Com recursos do Banco do Brasil e outras instituições financeiras, comprou diversas propriedades e instalou diversas colônias: Nova Descoberta e Lagarto e Boquim (1970/75); Quebrada I, em Salgado (1974); Carcará, em Lagarto (1976); Quebrada II e III em Salgado (1976 e 1979).

Neste período não há registro de nenhuma intervenção fundiária do INCRA no Estado. Este órgão realizou sua primeira intervenção na área de Reforma Agrária, em 1981, como consequência da luta dos posseiros de Santana dos Frades, desapropriando parte da fazenda, objeto do conflito. Em 1984, mediante o instrumento de compra da outra parte da referida fazenda, criou-se o segundo Projeto de Assentamento - PA. Em 1984, o INCRA administrou os recursos do PROCANOR, que resultou em Sergipe na compra de terras para a criação de 09 colônias. A pressão dos latifundiários aliada à falta de sensibilidade dos governos militares só permitiria a onerosa colonização em áreas de fronteiras agrícolas.

Essa fase do processo de institucionalização da luta camponesa, a partir dos primeiros anos da década de 1960, quando os camponeses introduziam-se na cena política brasileira em Sergipe, os movimentos sociais no campo não tiveram qualquer repercussão. A estratégia da aliança desenvolvida pelo Estado, em parceria com a Igreja, com vistas à implementação do sindicalismo e do movimento cooperativista inviabilizou completamente a possibilidade de surgimento das Ligas Camponesas no Estado. O trabalho de massas de maior visibilidade era efetuado pelo MEB através dos programas radiofônicos e da sindicalização dos camponeses.

A *práxis* das lideranças camponesas refletiu necessariamente o modelo de organização implantado, cujo produto final resultou numa ação a qual se caracterizou pela completa negação da luta de classes e pela colaboração com o Estado e com a classe dominante. O próprio conceito de camponês, que era carregado de um forte conteúdo classista, é abolido. Estes camponeses são levados a se reconhecerem enquanto trabalhadores rurais e deveriam ser assistidos pelos órgãos governamentais, a fim de superar seu estágio de subdesenvolvimento.

A eficácia da parceria Igreja/Estado, tanto via sindicato como via cooperativa, é inquestionável. As Ligas Camponesas, por exemplo, não conseguiram se implantar no estado de Sergipe. O próprio

PCB que mesmo tendo certa atuação no estado, também não conseguiu exercer nenhum nível de influência no campo¹⁵.

Esse processo histórico constitui-se em um verdadeiro pesadelo, ou seja, como a “sombra” de um “morto” se mantém vivo, até hoje, moldando a *práxis* dos movimentos sociais no campo. O MST não está isento dessa herança. Mudam-se os governos, os programas e os discursos, mas, não se altera a qualidade da ação política. O assistencialismo e o clientelismo político se reatualizam baseado em um “novo” discurso, em “novos” atores e em “novos” programas focados como sempre, nas carências sociais.

2.2.2 O clientelismo político

A repressão direta e brutal justificada em função da ordem e da segurança nunca foi uma solução permanente. Busca-se, simultaneamente, construir uma legitimidade que justifique a presença do Estado. O abrandamento do controle direto exercido pelo aparato repressivo, deu-se à medida que se iniciou e se afirmou o controle ideológico igualmente direto. A ideologia da integração baseava-se na idéia de que não seria possível a estabilidade e a segurança, enquanto se perdurasse bolsões de miséria e subdesenvolvimento.

A década de 1970 é marcada por um deslocamento do vetor das ações do Estado, no sentido de atacar, se não o problema agrário, ao menos os pontos de estrangulamento do desenvolvimento agrícola. Delgado (1985) faz referência a três aspectos que sobressaem e marcam uma das fases do desenvolvimento rural no final dos anos 60 e da década de 70: a) inicia-se com vigor um processo de mudança na base técnica da agricultura brasileira com a consolidação integrada dos complexos agroindustriais; b) intensa urbanização e rápido crescimento do emprego não agrícola; c) a relevância que assume o crédito rural como principal veículo articulador dos interesses rurais e urbanos, em torno do projeto de desenvolvimento de cunho modernizador.

Além da política de fomento ao cooperativismo como forma de desenvolver o espírito empresarial na mentalidade dos camponeses, esse momento caracteriza-se também pela concessão farta de crédito e subsídios aos produtores por meio da participação significativa do tesouro nacional, como fonte originária dos recursos e atuação do Banco do Brasil como agente repassador. Contudo, este

¹⁵ Em 20 de fevereiro de 1976 foi desencadeada pelo Exército a chamada “Operação Cajueiro” onde foram presos 25 membros do Partido, considerados subversivos sob a alegação de que estavam organizando os camponeses para a luta. Dentre os prisioneiros figuram os nomes de Milton Coelho de Carvalho, Carlos Alberto Menezes, Wellington Dantas Mangueira Marques, Antônio José de Góis (Goisinho), entre outros.

padrão de financiamento do setor agrícola que prevaleceu até o final dos anos setenta, praticamente se esgotou no final da década, dado o colapso ocasionado pela crise do petróleo e a elevação das taxas de juros americana, que repercutiu profundamente no país, agravando o ambiente macroeconômico.

Leite (1999) quando incorpora as análises de Beskov (1999) sobre a distribuição do crédito, concluiu que a concessão dos recursos ocorreu de forma concentrada com características perversas. Houve uma concentração entre os produtores, em favor dos maiores; entre os produtos, em favor dos mais dinâmicos; entre as regiões, em favor das mais desenvolvidas. Esta política discriminatória para com os camponeses resultou no abandono das terras aos milhares a cada ano; ou seja, resultou na expropriação e na transformação desses camponeses em assalariados ou bóias frias, bem como no crescente êxodo rural.

Finalmente, destacam-se a assistência técnica e a extensão rural, como instrumentos de implantação das políticas agrícolas, que eram aplicadas sob forma de pacotes tecnológicos, específicos para cada área e cada tipo de produtor. Como faces de uma mesma moeda, a extensão e a assistência técnica definem-se como processos de educação informal que objetivam mudanças das condições sócio-econômicas e culturais vigentes na agricultura. A criação dos serviços de extensão rural no Brasil teve sua origem na primeira metade do século passado, com o advento da II Guerra Mundial. O estado foi compelido a desenvolver a produção agropecuária, para responder às pressões crescentes de alimentos e matérias primas da demanda interna e externa. O Nordeste, pela suas carências estruturais, foi a região que primeiro incorporou as idéias extensionistas, alinhando-se a partir de 1964, ao modelo de modernização conservadora, patrocinado pelo governo militar, com o intuito de modernizar a agricultura para exportação de excedentes. Nessa fase, os objetivos se estruturam em termos de difusão de tecnologia e fortalecimento da empresa agrícola. Surgiam grandes lavouras de soja, de trigo e desenvolvia-se a grande empresa pecuária, ancorada pelo crédito subsidiado.

O sistema de assistência técnica tinha como público – meta, os médios e grandes produtores, por serem considerados os mais aptos para atender às exigências bancárias de garantias reais, para a concessão do crédito, além de apresentar melhores condições de resposta à tecnificação proposta, como previa o modelo em vigor.

Os programas especiais de desenvolvimento inserem-se neste quadro em que o Estado visa à criação de novas formas de acumulação de capital (e de legitimidade). O governo militar, para manter seu projeto de dominação, criou vários programas de integração social direcionados para a cidade e o campo. A estratégia era transformar as unidades camponesas em agricultura capitalista, sem afetar a estrutura arcaica circundante (BURSZTYN, 1984, p. 29).

Uma das primeiras iniciativas da ditadura militar, em termos do planejamento, ocorreu em 1970 por meio do PIN (Programa de Integração Nacional). Ainda neste ano, mediante Portaria nº. 114 do Ministério do Interior foi criada a CPDC (Coordenação de Programa de Desenvolvimento de Comunidade). A CPDC era o órgão encarregado da coordenação em âmbito nacional dos programas de desenvolvimento de comunidade. A ineficiência desses programas levou o Estado a intensificar sua ação de planejamento, já por volta de meados da década de 1970, consubstanciados nos Planos Nacionais de Desenvolvimento - PND (1972/74, 1975/79). Apareceram os PDRIs (POLONORDESTE) e o Projeto Sertanejo. Extinta a CPDC, criou-se em 1973, a UPDC (Unidade de Coordenação de Programas de Desenvolvimento de Comunidade).

Com o advento da Lei Complementar nº 11/71, a Previdência Social é estendida aos trabalhadores e empregadores rurais por meio do PRORURAL - Programa de Assistência ao Trabalhador rural. Com a implementação desse novo sistema, o FUNRURAL foi transformado em autarquia federal subordinado ao Ministério do Trabalho. O Mobral e o Projeto Rondon, que assumiram a ação comunitária, como básica em suas operações, estão dentro desse contexto. As áreas de moradia foram identificadas como necessárias para ação da política social. É nesse sentido que, em 1975, criou-se o Programa de Centros Sociais Urbanos, cuja finalidade era promover a integração social nas cidades mediante desenvolvimento de atividades comunitárias. A política social passou a se definir também em nível de programas emergenciais, como o sopão, o mingau, as sacolas de mantimentos, o leite.

Na década de 1980 integrando o III PND (1980/84) surgem outros programas especiais (PROCANOR, PROHIDRO, PROJETO NORDESTE) que irão ampliar as experiências de colonização. Estes programas foram implementados, ao longo das últimas décadas, pelos governos estaduais em parceria com o governo federal e instituições financeiras bilaterais, com o objetivo de modernizar a agricultura, combater a seca, a pobreza e elevar outros indicadores sociais no meio rural.

Os estudos desenvolvidos por Cruz (1992), Novaes (1994), Pinto (1997), Vargas (1999), Neves (2005), são bastantes críticos com relação aos resultados atingidos pelos mesmos. Na visão destes autores, esses programas foram implementados de cima para baixo, apresentados em forma de pacotes, sem levar em consideração a opinião da população beneficiária. Os recursos canalizados pelos mesmos eram repassados a título de concessão e não como uma política pública, e a vasta rede de instituições envolvidas na sua execução, freqüentemente se perdiam nas atividades-meio. Na prática, avesso ao discurso focado na publicidade “falaciosa”, o que se escondia era a verdadeira intenção do estado; aprofundar o processo de fragmentação das orga-

nizações camponesas e cooptar suas lideranças por meio do uso da máquina pública como instrumento eleitoral¹⁶.

As relações políticas baseadas no apadrinhamento, nas velhas práticas autoritárias e no clientelismo revelam o meio sobre o qual a elite dominante reproduz sua hegemonia. Para Ibarê Dantas, o clientelismo é uma relação assimétrica marcada pela troca de favores, isto é, implica toda relação política assimétrica constituída pela proteção do chefe sobre sua clientela, que resulta em submissão, apoio e prestação de serviços. Encontra-se incorporado às máquinas políticas através das quais se dão as trocas de favores e o empreguismo. Concorre ainda para a preservação do clientelismo, o poder pessoal dos chefes políticos, num ambiente onde o judiciário ou a promotoria não se fazem atuantes no sentido de assegurar a cidadania, mediante o exercício pleno dos direitos civis e políticos.

O Estado de Sergipe serviu até de laboratório para a implementação daqueles programas, em resposta à extensão dos conflitos sociais que começava a colocar em evidência a estrutura conservadora de poder no campo. A partir do início da década de 1980 com o apoio do governo federal, o governador João Alves Filho e Antonio Carlos Valadares, passaram diretamente a implementar a criação de cooperativas de colonização. Já em 1978, o governador Augusto do Prado Franco, tomando como referência as experiências da igreja consideradas exitosas, implantou o Projeto Fazenda Sergipe, no sul do estado.

O PFL, que sucedeu o PDS de Augusto do Prado Franco, passou doze anos consecutivos à frente do Palácio dos Despachos (1982-1994), e caracterizou-se pela dura repressão combinada com a estratégia de uso da máquina pública, como instrumento de reprodução do poder, via clientelismo e controle do movimento social agrário.

O governador João Alves Filho era pessoa de confiança do regime ditatorial. Em 1978, foi prefeito biônico de Aracaju, indicado justamente por essa relação de confiança. Conhecia profundamente os métodos de dominação adotados pelos militares. No seu primeiro mandato, proporcionou dois “trens da alegria” em tempos de campanha eleitoral. O primeiro, em julho de 1985, e o outro em julho de 1986. Ibarê Dantas estima que ao todo foram contratados cerca de 8.000 funcionários. Era o último lote de contratações dentro do processo de inchamento da máquina administrativa a qual pro-

¹⁶ O Programa EMERGÊNCIA, por exemplo, criado em 1979 para amenizar os efeitos da grande seca do nordeste (1979-1983) tinha como o único objetivo conter a onda de “saques” a supermercados nos municípios atingidos. Em Sergipe, este programa chegou a alistar cerca de 35 000 flagelados em 25 municípios. Segundo Vargas (1999, p. 107) o EMERGÊNCIA foi considerado uma das mais desastradas ações do governo. O alistamento e as obras foram estabelecidos, na maioria dos casos, pelos prefeitos o que resultou em privilégios de afilhados e parentes que não trabalhavam e nem sempre eram necessitados, bem como na execução de benfeitorias em propriedade particulares ou em obras desvinculadas dos propósitos de combate à seca.

vinha do governo passado. Resultado, em menos de um quinquênio, o quadro de funcionários públicos estaduais pulou de trinta mil para a casa dos cinquenta mil (DANTAS, 2004, p. 233).

O governador fez seu marketing político como “tocador de obras” ou “João das Águas”. O projeto que marca o seu governo (nos três mandatos exercidos) é o “Chapéu de Couro” implantado com recursos do PROHIDRO em 1982, incorporando posteriormente ações do Projeto NORDESTE, parte integrante do III PND. Como disse Vargas, é por isso que as ações do PROHIDRO e do Projeto NORDESTE no Estado de Sergipe não são facilmente diferenciadas.

O Projeto NORDESTE, apesar de ter sido elaborado pelo regime militar, foi criado no contexto da Nova República mediante Decreto nº 91 178 de 01.04.85, passado a ocorrência do longo período de seca (1979-1983).

Dos seis programas do Projeto NORDESTE, o PAPP - Programa de Apoio à Pequena Produção foi praticamente o único que funcionou. Nas discussões iniciais o PAPP deveria complementar o I PNRA no Nordeste. Foi eleito como prioritário com o objetivo de erradicar a pobreza absoluta do semi-árido, organizar os pequenos produtores em cooperativas e executar a reforma agrária.

Novaes (1994, p. 67) chama atenção para o aspecto que interessa destacar nesse trabalho. O PAPP diferenciou-se dos programas similares anteriores, justamente pela retórica da participação de comunidade e de inclusão das organizações de representação dos trabalhadores, nas instâncias de decisão e de implementação descentralizadas. A participação dos camponeses se daria por meio do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (federação e sindicatos), cooperativas locais e associações comunitárias de pequenos produtores rurais. Essas organizações iriam participar de todas as fases do Programa: estudo, análise, programação, execução, acompanhamento e avaliação através de um conselho municipal paritário para discutir, avaliar e decidir sobre os projetos a serem desenvolvidos no município, contando com um agente comunitário do governo para a mobilização das comunidades.

Dentre as organizações camponesas, privilegiou-se explicitamente o Movimento Sindical o qual rejeitava a ação organizativa dos agentes comunitários para criação de novas associações. Os STRs faziam parte de comissões políticas em instâncias municipais, estaduais e regionais cabendo apenas a eles o papel de organizador de comunidades.

Um aspecto específico do processo de cooptação neste Programa, foi a vultosa soma dos recursos disponibilizados, o que despertou interesse sem precedentes no meio sindical. Conforme Novaes (1994, p. 58), as FETAGs passam a receber 15% do FAC (linha organização e capacitação) para mobilização, melhorias de infra-estrutura e contratação de pessoal: prédios foram reformados, o

quadro de pessoal ampliado, o setor jurídico constituído, e apareceram equipamentos públicos comunitários e veículos para o trabalho sindical. As Federações passam a desfrutar de um padrão financeiro jamais visto. Em alguns casos, conseguiram orçamento superior às secretarias estaduais de agricultura.

Em Sergipe, com o PAPP foi se formando um capital político significativo garantindo a reprodução de dirigentes e correntes sindicais, como é o caso José Felix Neto, um dos fundadores da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, durante cerca de vinte anos esteve à frente da entidade¹⁷.

A FETASE com os recursos do PAPP contratou funcionários, advogados, assessores e equipou sua sede social. Com João Alves Filho à frente do Ministério do Interior, conseguiu o financiamento para a construção do seu Centro de Treinamento - CETRESE. Em troca, o presidente da entidade foi candidato a deputado pelo PFL por duas vezes, numa das quais arregimentou os votos suficientes para galgar a suplência e viabilizar as candidaturas do seu correligionário político, o governador João Alves Filho, eleito mandatário do Estado. Dando seqüência ao mecanismo de troca de favores e lealdades, José Félix, conforme uma das suas assessoras, recebeu das mãos do governador um lote empresarial no Projeto de Irrigação Califórnia.

Com a chegada de Collor de Mello à presidência da República, o PAPP deixou de financiar a Federação que entrou em uma crise profunda, tendo que demitir quase todos os funcionários existentes. Segundo ex-assessores e dirigentes entrevistados, José Félix Neto, alegando dificuldades financeiras colocou a própria Federação na Justiça para reivindicar supostos direitos trabalhistas com ganhos de causa.

Nem mesmo os sindicatos ligados à CUT escaparam à lógica do Programa. No início, tinham uma visão crítica do PAPP por considerarem um programa assistencialista e planejado com o objetivo “premeditado” de “atrelar o sindicalismo combativo”, “dar migalha para desviar a atenção da verdadeira reforma agrária”, “reeditar o FUNRURAL” e transformar os dirigentes sindicais em “funcionários do governo”. No entanto, logo depois se deram conta de que também podiam acessar o Programa. O argumento era o seguinte: “como se tratava de recursos públicos, portanto, também tinham o direito de disputá-los”. Procuravam convencer a sua base sindical de que o PAPP podia ajudar a “melhorar a organização dos trabalhadores”. O discurso sofre alteração nesse processo com a palavra luta sendo substituída pela palavra projeto.

O trecho seguinte do depoimento de um sindicalista da CUT dá a dimensão da eficácia dessa política sindical:

¹⁷ O primeiro presidente da FETASE (Valdemir) teve seu mandato interrompido com o golpe e substituído por um interventor.

Penso que há um equívoco no movimento sindical. O certo seria nós nos reorganizarmos, cobrarmos do Estado e denunciarmos. Nós estamos fazendo o contrário. Hoje o Estado está a salvo das denúncias. Quem está sendo denunciado é o movimento sindical. Para se ter idéia, eu estive agora num sindicato que tem seis mil associados, e estavam quites com o movimento sindical somente 60 companheiros. Há um ano atrás, nós tínhamos 4% dos associados do Estado do Ceará que quitavam seu Sindicato. Hoje (janeiro de 1989) não chega a mais de 2%. Qualquer corte nos recursos (do PAPP), o sindicato também se acaba. [...] Isso para nós é um erro grave. Hoje, como dirigente, eu sei quanto é que isso custa (Sindicalista cutista – Ceará, apud NOVAES, 1994, p. 82).

Para Novaes, no final do governo Sarney não havia como disfarçar as relações entre governos dos Estados e federações dos trabalhadores rurais que estariam se tornando um apêndice da máquina governamental. O funcionamento do PAPP repercutiu diretamente na organização sindical. A presença dos mencionados recursos e a ação de seus técnicos reforçou certas lideranças em detrimento de outras como foi dito, e especialmente, criou critérios de diferenciação interna entre pequenos produtores, baseado no fracasso/sucesso econômico dos projetos.

O PAPP viabilizou-se em Sergipe, consolidando o anterior programa estadual, denominado Chapéu de Couro, espécie de guarda-chuva que abrigava todos os demais projetos e captava todas as fontes de recursos dos programas especiais do governo federal e bancos internacionais, dando ênfase ao semi-árido e, por conseguinte, à política hídrica. Sergipe foi escolhido para testar as metas do Projeto NORDESTE, recebendo aporte financeiro desde 1982 pelo fato de ter no Chapéu de Couro um programa integrador.

A unidade de administração do Projeto Nordeste em Sergipe - PRONESE foi estruturada em 1985 com sede própria, escritório regional e corpo técnico suficientes para a execução de suas metas em todos os segmentos previstos. Visava a atender 30 000 famílias rurais, em 42 municípios sergipanos mediante apoio operacional e técnico da Empresa Agropecuária de Extensão Rural - EMATER/SE e do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Após esta primeira fase de implantação do Programa, seguiram-se duas outras. Na segunda fase, O PRONESE passou a condicionar a liberação de projetos comunitários à criação de associações. No mesmo sentido, as agências bilaterais e os órgãos oficiais de fomento à agricultura, também vão ressaltar valores associados à “comunidade”, à “participação” e ao “associativismo”, como parâmetros balizadores do desenvolvimento social. O Banco do Brasil e o Banco do Nordeste iriam criar departamentos de cooperativismo e associativismo, para operacionalizar os programas de geração de emprego e renda, adotando o esquema de repasse do crédito aos camponeses, através de suas associações locais. Os PDRIs foram agendados em um plano de organização único que condicionaria a sua liberação à participação da comunidade na busca de resgatar “o sujeito ativo” em cada agricultor. Todavia jamais foi estimulada a articulação horizontal entre elas, mantidas na relação vertical direta com o Estado.

José Franco Azevedo encontrou em pesquisa que fez sobre o processo de criação das associações no município de Nossa Senhora da Glória, os seguintes resultados:

[...] 45% das associações foram fundadas por incentivo ou exigência de órgãos públicos de assistência técnica e de instituições financeiras, com o objetivo de facilitar a implantação de programas governamentais de desenvolvimento rural. 15% receberam incentivos de políticos partidários do município, com interesses eleitoreiros, através de benefícios para os agricultores com políticas assistencialistas. Já 5% foram fundadas por influência de religiosos, objetivando a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares. MST e a FETASE orientaram a fundação de 17,5% das associações para reivindicar a posse da terra, enquanto 15% declararam que a criação da associação se deu por iniciativa da própria comunidade e 2,5% não souberam informar como aconteceu a criação da entidade (AZEVEDO, 2006, p. 48).

Ao incentivar a criação dessas associações, o Estado foi reforçando os laços clientelísticos existentes com o poder local. O estímulo passava pelo financiamento com recursos não reembolsáveis de investimentos e empreendimentos que seriam “identificados”, “selecionados”, “solicitados”, “planejados”, “executados”, “fiscalizados” e “controlados” pelas comunidades rurais. Com isso, acabava-se também transferindo para essas comunidades, determinadas responsabilidades que antes pertenciam ao estado executar.

Essa segunda fase do programa, no início dos anos noventa, correspondeu à expansão dessas associações. Este ciclo se encerra, em 1994, com a derrota de João Alves Filho à frente do governo do estado.

Com relação ao MST, o período entre 1990 e 1994 foi justamente o mais difícil da sua história. Era propósito de João Alves Filho destruir a qualquer custo a organização dos sem-terra, desencadeando um processo de perseguição sem precedentes de suas lideranças. Em 1990, João Daniel voltou para Mato Grosso do Sul e só retornaria dois anos mais tarde.

A Secretaria do MST, que desde o final de 1988 funcionava em Própria, foi transferida para Aracaju e passou a funcionar nos moldes de uma ONG. Nesse período, a coordenação do Movimento, no estado, recebeu a cobertura da liderança nacional Jaime Amorim e Zenaide Sande que passam a representar o estado na coordenação nacional do Movimento. O núcleo diretivo anterior dispersou-se. Contudo, a conquista do Assentamento Moacyr Wanderley no município de São Cristóvão, em 1993, simbolicamente, representou um passo significativo porque sinalizaria a continuidade da luta. Neste assentamento, o mais próximo da capital, foi instalado o CECAC - Centro de Capacitação Canudos, em homenagem aos 100 anos da luta de Antônio Conselheiro, que se tornará uma referência não apenas no estado, mas também na região Nordeste até hoje. Resistência e autonomia são as palavras que traduzem esta fase da trajetória do MST; usando os termos de Rosely Salette Cardart, a pedagogia do exemplo.

CAPÍTULO III

A CAMINHADA ASCENDENTE DO MST EM SERGIPE: A BUSCA DA AFIRMAÇÃO DA SUA IDENTIDADE (1995-2002)

Esse capítulo aborda a trajetória ascendente dos sem-terra, compreendida entre 1995 e 2002. Este período se caracteriza pela hegemonia política do PSDB tanto na esfera federal quanto estadual.

Embora se trate de uma conjuntura marcada por políticas neoliberais, para o MST no estado Sergipe, foi um momento interessante da sua trajetória uma vez que marca seu renascimento e territorialização, após doze anos de hegemonia do PFL. O “ascendente” está associado justamente a esse momento de superação do Movimento, diante da longa crise que atravessou na fase anterior de implantação.

Para Bernardo Mançano Fernandes, a territorialização é um dos aspectos do MST que o diferencia dos demais movimentos sociais, pois a luta não acaba na conquista da terra, como ocorre com a maioria dos movimentos os quais lutam pela terra, que o autor chama de movimentos isolados. Os sem-terra organizados no MST constituem um movimento sócio-territorial, porque a cada assentamento conquistado é apenas uma fração do território que estimula novas lutas. É ao conjunto de conquistas que ele chama de territorialização, à medida que multiplicam-se os assentamentos como comunidades de novo tipo.

O lugar social revela-se como conquista das condições essenciais para o próprio movimento em transformação. O lugar social é fundamental para a própria reprodução do espaço social que o produz, pois é onde se desenvolvem as experiências as quais permitem conquistar o espaço social e transformá-lo. Nesse processo, as lutas avançam como forma de organização social (FERNANDES, 1996, p. 23).

O texto está subdividido em quatro tópicos: estado e sociedade civil na década de 1990; os conselhos gestores como novos mecanismos de controle social; uma resposta à institucionalização: a retomada das ocupações, marchas e protestos na trajetória do MST e o início do processo de parcerias entre o Estado e o MST.

3.1 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NA DÉCADA DE 1990

Com a ascensão de FHC à presidência da República (1995), o projeto neoliberal no Brasil retoma o ímpeto da época de Collor. Ao tempo em que manteve uma política econômica em conformidade com os interesses do capital global, por outro lado, resgatou, “com plumagem nova, seu solene

traço repressivo”. Assim, desnudou-se o verdadeiro significado do Governo FHC. Como disse Ricardo Antunes (2004), o governo que ascendeu falando em social-democracia, revela-se neoliberal, implementa sem o aventureirismo de Collor, mas com ‘competência’ e ‘racionalidade’ burguesa, o mesmo projeto neoliberal do Fernando das Alagoas.

Criticava-se duramente o caráter intervencionista do Estado, exigindo-se a redução do seu tamanho para dar condição ao livre funcionamento do mercado. Partia-se do pressuposto de que existia uma antinomia entre mercado e Estado. Este era considerado um “estorvo” para a dinâmica a ser impulsionada. De acordo com Luis Carlos Bresser Pereira (1998), então ministro do MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado, a crise definia-se: como uma crise fiscal, como uma crise do modo de intervenção do Estado, e como uma crise da forma burocrática pela qual o Estado era administrado.

Com o objetivo de debelar essa crise e conferir aos governantes, mais governabilidade e mais governança, o receituário econômico apontava para a necessidade de implementar uma rigorosa disciplina fiscal com cortes nos gastos públicos, que fosse acompanhada de um processo de privatização, liberalização da economia e flexibilização das relações de trabalho, por meio das reformas tributária, trabalhista e previdenciária. O alvo das privatizações eram as empresas estratégicas. Uma das primeiras medidas do Governo FHC foi remeter ao Congresso Nacional cinco emendas, alterando a ordem econômica na nossa Constituição: a quebra do monopólio estatal do petróleo (privatização por dentro da Petrobrás), das telecomunicações, da navegação de cabotagem e do gás; avançando, assim, na privatização das áreas de energia elétrica, siderurgia, petroquímica, telecomunicações e mineral.

A reestruturação produtiva e as políticas neoliberais mudaram o perfil das empresas e a composição das classes trabalhadoras no Brasil. Entre 1995 e 1998, houve cerca de 1.500 processos de aquisição e fusão, com a participação majoritária do capital estrangeiro, ou seja, aproximadamente 20% a 30% do PIB brasileiro passaram para outras mãos.

No campo, o Programa de Apoio à Agricultura Familiar - PRONAF abria linhas de crédito rural. Ao mesmo tempo em que este programa significava uma conquista dos movimentos sociais de caráter popular, representava também uma vitória dos segmentos de pequenos e médios produtores articulados ao agronegócio, conforme estudos que demonstram a concentração desses recursos, direcionada para regiões e produtos agrícolas vinculados aos complexos agroindustriais¹.

¹ A pesquisa realizada pelo IBASE (1999) sobre o PRONAF revela um dado bastante preocupante sobre a tendência deste crédito especial para agricultura familiar, ao evidenciar sinais de concentração que ocorre à semelhança do que vem acontecendo com o crédito convencional. Segundo este instituto, de 1995 a 1998, foram beneficiados 958.995 agricultores familiares ao nível nacional; no entanto, os estados do Rio grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina e Bahia, sozinhos, se apropriaram de 80,4% dos recursos liberados, concentrados-se basicamente nas culturas de milho, soja e fumo dos agricultores integrados à agroindústria (consolidados) em detrimento dos agricultores periféricos para quem o PRONAF deveria dar mais atenção.

Com relação à política agrária, ocorreu um profundo esvaziamento orçamentário do INCRA, ao tempo em que se atendia ao Banco Mundial, promovendo a reforma agrária de mercado, por meio do programa piloto Cédula da Terra; este seria institucionalizado pela Lei Complementar número 93, de fevereiro de 1998, passando a adotar a denominação de Banco da Terra.

O neoliberalismo fragilizou e pulverizou a tradição de luta do movimento sindical. A reação do governo à greve dos petroleiros em 1995, sob a direção da FUP - Federação Única dos Petroleiros, abriu caminho para a quebra do monopólio da Petrobrás e de outras empresas estatais. Coube ao Tribunal Superior do Trabalho - TST dar o respaldo jurídico para que o governo militarizasse o confronto e o convertesse no primeiro embate decisivo, para viabilizar o seu projeto. Conforme Antunes (2004), era preciso quebrar a organização dos petroleiros – e com eles, o novo sindicalismo – para passar sobre o conjunto dos trabalhadores, o servil e submisso neoliberalismo dos trópicos. Dos anos 1990 em diante, o Brasil entra em sintonia com o resto do mundo, concernente ao declínio do movimento popular e sindical. O movimento sindical urbano, que era a espinha dorsal da mobilização e da representação dos trabalhadores, passa a viver em crise permanente. Não só as condições de trabalho se deterioram como os campos se misturam; “aquela clareza de que havia dois campos, um dos trabalhadores e outro dos empresários se perdeu”.

A mistura dos campos de classe teve na política de “parceria”, (termo em voga para esconder o caráter de colaboração de classes entre patrões, governo e empregados que prevalece nas relações atuais) sua maior expressão no sindicalismo e nas organizações não governamentais. O projeto neoliberal elegeu como seu maior inimigo o sindicalismo combativo e reivindicativo. Como disse Antunes, sua expectativa, era instaurar o sindicalismo de envolvimento e cooptação, o chamado “sindicalismo de empresa”. Na linguagem de Luiz Filgueiras (2005), é o mesmo que o sindicalismo “propositivo” ou de “resultado”.

Os dirigentes sindicais do ABC deixaram de lado a política de um sindicato de massas convertendo-se ao sindicalismo de cúpula e de participação nos fóruns tripartites, afastando-se dos princípios do sindicalismo combativo, centrado na preparação do trabalhador, para o confronto de classe. Dessa forma, o sindicalismo cutista afastou-se do MST e buscou, cada vez mais, a parceria com o governo. Como o poder de negociação do sindicato viu-se reduzido, os dirigentes sindicais optaram pelo sindicalismo de “consertação social”. Ao longo da década de 1990, em vários momentos eles explicitaram isso, fosse atuando em prol da criação das câmaras setoriais, com objetivo de reduzir impostos, preços e garantir a estabilidade no emprego, fosse mediante apoio ao programa de demissões voluntárias e aposentadorias sem reposição de vaga. Além disso, ocorreram outras ações em

consertação com o Estado e as empresas, tais como: banco de horas, participação no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e no acordo da Reforma da Previdência do Governo FHC, em 1996, quando o então presidente da CUT aceitou a idéia da aposentadoria por tempo de contribuição, em vez de tempo de serviço.

Diante dessa mudança de rumo, os sem-terra perdiam um aliado histórico das lutas de massa, inviabilizando o clássico projeto da aliança operário-camponesa². O PT sofreu as influências desse contexto de contra-reforma, oscilando entre a resistência ao neoliberalismo e o reforço à luta institucional. Ao mesmo tempo em que ainda lutava contra o receituário e a pragmática neoliberais, aumentava sua imersão e mesmo sujeição aos calendários eleitorais, atuando no leito da institucionalidade e abandonando o terreno das lutas sociais. O ponto de inflexão dessa trajetória foi a eleição de 1989, na qual o PT passou a privilegiar os acordos via parlamento em detrimento das lutas. Nas eleições seguintes (1994, 1998 e 2002), o Partido foi conquistando municípios e estados importantes e paulatinamente foi sendo absorvido pela institucionalidade burguesa. O processo eleitoral foi “domesticando” o Partido e seus dirigentes e rebaixando a qualidade programática. De “partido de esquerda contra a ordem foi, pouco a pouco, metamorfoseando-se em partido dentro da ordem”.

Para César Benjamin (2003), o crescimento institucional do PT não se traduzia e nem se refletia em avanço das reformas sociais e políticas. Criou-se assim, uma dinâmica que descolou o crescimento do PT do processo de transformação da sociedade brasileira. O passo definitivo para a descaracterização do Partido é a campanha de filiação massiva pela internet, afastando, assim, o Partido de sua base original, afastando esta última das decisões, já que as instâncias de deliberação estão completamente esvaziadas; e, por outro lado, a formação política tornou-se absolutamente secundária. De acordo com Filgueiras (2005), o Partido foi se transformando politicamente e se burocratizando, e gerou emprego, prestígio e proximidade com o poder econômico.

Sua relação com os movimentos sociais quando não é de cooptação é de indiferença e omissão. Praticamente, sem militância, sem bases organizadas e sem auto-estima, aceitou as regras do jogo e passou a operar num terreno completamente minado pela elite dominante – o campo institucional. Apesar do distanciamento do Partido que se completa com a desarticulação da secretaria agrária, o MST mantém o diálogo com os parlamentares comprometidos com a causa da reforma agrária.

Enquanto o PT e parcelas do sindicalismo da CUT acreditavam demasiadamente no caminho participacionista e na via das negociações, FHC respondeu com confrontação dura e militarizada com

² A respeito, ver Valter Venturini, Revista Sem Terra, ano III, n 11, 2000, p. 50-57 e Marcelo Badaró, entrevistado In: DEMIER, Felipe As transformações do PT e os rumos da esquerda, 2003.

relação, sobretudo ao MST, o qual passou a ser tratado pelo governo e pela justiça como caso de polícia e não como uma questão de justiça social. Criminalizava-se a organização, para depois reprimi-la e destruí-la. A Reforma Agrária, pelo seu papel naquela conjuntura, tornou-se uma luta estratégica, uma vez que o Governo FHC estava determinado a destruir o MST, seu principal inimigo político capaz de fazer-lhe sombra. O objetivo central do governo era “quebrar as pernas” do Movimento para isolá-lo das demais organizações do campo e disputar o apoio da opinião pública. Conforme Ademar Bogo (2003), o ataque se deu em todas as dimensões da luta. Na justiça, centenas de militantes e dirigentes gastavam grande parte do seu tempo respondendo a processos arquitetados por delegados e juízes. Auditorias eram forjadas para questionar a idoneidade do movimento, enquanto principal portador da luta pela reforma agrária, com o objetivo de enfraquecer os laços do MST, com órgão e grupos sociais no Brasil e no exterior. Os acordos negociados com o governo eram automaticamente descumpridos e, em outras situações, simplesmente, o governo negava-se a negociar.

A ofensiva sofrida por ocasião dos episódios largamente difundidos pela mídia, do massacre de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, em 1996, chocou a sociedade brasileira e a comunidade internacional, que instituiu o 17 de abril como dia mundial da luta camponesa.

Em agosto desse mesmo ano, o ministro Extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann, rompeu negociações com o MST e anunciou que não aceitaria “invasões”, desqualificando o movimento como interlocutor legítimo. O governo apostava que, com a sua reação enérgica de usar a força da lei contra as ocupações, prendendo e processando os “transgressores”, haveria um recuo por parte do movimento. De acordo com os porta-vozes do Planalto, o movimento “ultrapassou o limite da legalidade” e, por isso, suas ações seriam reprimidas com ações policiais e judiciais. O governo não podia transigir e permitir que a “invasão” de prédios se tornasse uma prática no País. Isso poderia se transformar em um péssimo exemplo para os outros movimentos os quais passariam a fazer a mesma coisa. Jamais a imprensa conservadora utilizou a expressão ocupação de terras, passando para a população a idéia de que os sem-terra não passavam de baderneiros, bandidos, subversivos, fascistas e que o seu intento seria provocar uma ruptura institucional para implantar a revolução socialista no Brasil.

Na tentativa de romper o isolamento em que se encontrava no enfrentamento a FHC, o 3º Congresso Nacional do MST realizado em 1995, apresentou como slogan: Reforma Agrária, Uma Luta de Todos! Com esse consigna, o movimento buscava discutir amplamente a gravidade do contexto sócio-político da época e apontar as estratégias de ação, na perspectiva da acumulação de forças – espécie de “guerra de posição” selando a paz com seus antigos aliados, os setores progressistas da igreja católica.



Figura 19 – Cartaz do 3º congresso.

Além das ocupações, o MST em resposta à repressão e ao terrorismo de Estado, promoveu longas caminhadas voltadas para a sensibilização da opinião pública, e intensificou sua articulação com outros segmentos organizados da sociedade civil, da cidade e do campo. Por outro lado, evoluiu em nível nacional para a criação do Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (1995). O MST participou desde então de iniciativas importantes de mobilização popular da CNBB, como o Grito dos Excluídos que tinha como lema: Trabalho e terra para viver (1996); Queremos justiça e dignidade (1997); Aqui é o meu país (1998).

Em 1997, o INCRA fechou com o MST, um dos mais importantes acordos da história recente dos conflitos de terra no país. Com o acordo, se desmontaria o maior acampamento de trabalhadores sem-terra no Brasil, de cerca de sete mil pessoas, montado na fazenda Santo Antônio, em Itaquiraí, em Mato Grosso do Sul, e seriam assentados nas fazendas Santa Rosa e Jatobá.

A Marcha pelo Brasil promovida pelo MST e por dezenas de organizações populares – Igreja, sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais – que estiveram reunidos na Consulta Popular por um Projeto para o Brasil, em Itaipu (SP), no final de 1997, reuniu cerca de 100 mil pessoas em Brasília, em outubro de 1998. O seu objetivo era chamar a atenção da sociedade para a gravidade dos problemas nacionais; denunciar a corrupção, questionar as privatizações das empresas estatais, defender o não pagamento da dívida externa e ser contra o Fundo Monetário Internacional - FMI. Essas iniciativas, além de incidir sobre a pauta política nacional, sempre colocaram a reforma agrária como estratégia central de um novo projeto de desenvolvimento de caráter popular e democrático.

Contudo, para Paoli e Telles (2000), Dagnino (2002) e Nogueira (2004), na década de 1990 houve uma clara inflexão em relação à década anterior no padrão de relação entre Estado e Sociedade Civil. Ao longo dos anos 1990, a sociedade civil passaria a ser o ambiente propício para

uma participação convertida em movimento de maximização de interesses, e/ou de colaboração governamental, isto é, seria não um campo de lutas ou oposições, mas um espaço de colaboração e de ação construtiva. A linguagem de protesto, emancipação e construção de consensos e hegemonias divulgada anteriormente, é substituída por um discurso mais pragmático e direcionado para a busca de espaços alternativos.

Conforme expressão de Marco Aurélio Nogueira, a sociedade civil assim concebida,

seria um espaço diferente do Estado, não necessariamente hostil a ele, mas seguramente ‘estranho’ a ele, um ambiente imune à regulações ou a parâmetros institucionais públicos – um lugar, em suma, dependente bem mais de iniciativa, empreendedorismo, disposição cívica e ‘ética’ do que de perspectiva política, organização política e vínculos estatais (NOGUEIRA, 2004, p. 59).

Em nome da ampliação dos espaços de participação da sociedade civil, difundida pelo governo, paradoxalmente, foi o Estado quem avançou no controle sobre as classes populares. Os movimentos sociais irão se dirigir muito mais para a gestão de políticas do que para a oposição política. De acordo com o autor, o discurso por eles referenciado,

Abandonará a fronteira do Estado como campo de lutas de emancipação para se concentrar numa idéia de Estado como espaço de regulação, elaboração e implementação de políticas. Haverá menos antagonismo e mais consenso racional, menos democracia política e mais deliberação democrática (NOGUEIRA, 2004, p. 59).

Na academia, como vimos antes, o processo não foi diferente: uma parcela da produção sociológica da época, com influência significativa nos novos movimentos sociais, passou a criticar as abordagens, que de uma forma ou de outra, procuravam encontrar um ponto de ligação entre movimentos sociais e luta de classes. O debate sobre esta relação entrou em desuso no bojo da chamada crise dos paradigmas, que afetou as teorias macro-sociais voltadas para as sociedades globais. Por extensão, a discussão sobre autonomia de classe, na perspectiva da “capacidade de construir uma contra-hegemonia, outra visão de mundo para além dos limites corporativos e do terreno do estrito interesse, passava a expressar a autonomia de uma enorme variedade de grupos organizados em torno de demandas específicas” (FONTES, [2005], p. 29).

No caso específico do campo, o conceito de agricultura familiar muito difundido na literatura contemporânea, sobretudo nos programas oficiais de desenvolvimento rural, que dialogam com os movimentos sociais da elite rural, ou do agronegócio (CNA), se desprende da tradição acadêmica que privilegiava o enfoque teórico da pequena produção camponesa, para se enquadrar dentro dos novos

critérios propostos por organismos internacionais – FAO 1995/1996 e incorporado pelo governo federal, como estão explicitados nos documentos oficiais, mencionados sobre o PRONAF (1995) e do Novo Mundo Rural (1999). O modelo que se quer aproximar é o dos *farmers* americanos.

A agricultura familiar não é um conceito homogêneo, pelo fato de comportar enormes diferenciações internas, dada à complexidade do universo agrário. Segundo Leite (1992), citado por Rosa (s/d), deve-se ressaltar três categorias quanto à conceituação do pequeno produtor: o pequeno proprietário, quando se faz o corte analítico pelo tamanho da área; o pequeno produtor familiar, quando se faz o corte pelo emprego da força de trabalho e o pequeno produtor, quando se faz o corte pela renda.

A CONTAG, no seu VI Congresso em 1995, definiu os produtores de economia familiar como àqueles que exploram parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro, ocupante, pescador artesanal, extrativista, agregado, pequeno garimpeiro e comodatário. Os critérios de definição levam em consideração as condições relativas às formas de ocupação e utilização da terra, sobretudo o emprego permanente da mão-de-obra exclusivamente familiar.

A caracterização da agricultura familiar da FAO (1996), em oposição à agricultura patronal, enfatiza o caráter articulado entre o trabalho e a gestão; a direção do processo produtivo assegurada diretamente pelo agricultor e sua família; trabalho assalariado complementar, diversificação da produção. A definição conceitual de agricultor familiar, no debate atual, rompe com a tradição acadêmica que enfocava teoricamente a pequena produção camponesa, e com a tradição política, ao desconstruir o caráter de classe do campesinato, identificado com os ‘pobres do campo’. O agricultor familiar passa a ser visto como empreendedor rural, inclusive abrangendo os produtores que possuem até dois empregados permanentes (a partir da pressão dos sindicatos rurais patronais representados pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA que derrota a proposta da CONTAG), além da flexibilização do tamanho da área para até 500 hectares. O caráter empreendedor é ressaltado pelos diversos organismos INCRA/MIRAD, PNUD/ONU, SEBRAE e agentes financeiros.

Diante da heterogeneidade da agricultura familiar, Carlos E. Guanzirolli (2000 e 2001) procurou classificar e caracterizar as diversas categorias desse universo de agricultores, nos seguintes tipos: consolidados (tipo A), intermediários (tipo B) e a grande massa dos periféricos (tipo C). Em 2001, ele classifica em quatro tipos diferentes: tipo A (os capitalizados); tipo B (em processo de capitalização); tipo C (em processo de descapitalização) e tipo D (os completamente descapitalizados).

Por outro lado, o enfoque da pluriatividade que acompanha outras abordagens teóricas da agricultura familiar, conforme Maria José Carneiro (1998), Sérgio Schneider (1999), José Graziano Silva e C. Campanhola (2000), José Eli Veiga (2000) e outros, ao diluir as fronteiras entre o mundo rural e o urbano criaram a categoria do trabalhador “rurbano”.

Recentemente, autores como Horácio Martins de Carvalho, Bernardo Mançano Fernandes, Ariovaldo Umbelino Oliveira e outros, vêm se contrapondo à tendência do pensamento único, que se tentou forjar na academia e no Estado, a partir dessa noção elástica de agricultura familiar. Estes autores vêm recuperando a significação teórica do conceito de campesinato, a partir de um diálogo com os movimentos sociais no campo de caráter popular.

Essa diversidade sócio-econômica dos agricultores familiares se reflete no campo político da sua representação, com implicação na sua identidade e na configuração dos movimentos sociais rurais. Os diversos segmentos se vêm representados por distintos movimentos, do campo popular da sociedade civil (sindical, sem-terra, pequenos agricultores, cooperativista, associativista etc) ou até mesmo por notórias entidades de cunho patronal como a CNA, no âmbito sindical ou em cooperativas.

Apesar da conjuntura desfavorável para a classe trabalhadora, o MST mais uma vez, avaliou que era necessário preservar a sua autonomia. Conforme assinalou Virginia Fontes (2005), a característica mais importante desse movimento foi a defesa da sua autonomia diante do Estado e dos partidos políticos e, mais especificamente, não aceitar a condição de tornar-se um braço executivo social do PT, nem aceitar o PT como seu braço executivo político.

Na contra corrente desse processo analisado pelos estudiosos acima, a estratégia de ação do movimento e sua coerência política, podem ser avaliadas pelos resultados da pesquisa, realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião e Pesquisa - IBOPE em março de 1997, para captar a opinião popular sobre a Reforma Agrária e o MST, veiculada pela imprensa. Segundo o IBOPE, a ocupação de terras foi aprovada por 85% dos entrevistados; além do mais, 74% consideraram a política de ocupação como importante instrumento de luta para chamar a atenção do governo e da sociedade; 94% disseram que o MST deve lutar pela reforma agrária; 77% consideram o MST como um movimento legítimo e 88% pensam que o governo deve confiscar as terras improdutivas e distribuí-las.

No segundo mandato de FHC, a política agrária sofreu uma forte inflexão no sentido de se ajustar ao contexto neoliberal. O documento oficial do Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento – MIRAD, intitulado “Novo Mundo Rural e a Nova Reforma Agrária” (1999), detalha as diretrizes calcadas na descentralização, que foi implementada com rapidez e grande intensidade. O PROCERA e o Lumiar são extintos. Reformula-se a estrutura do INCRA, transformando as superintendências em agências, com gerentes regionais, privatizando e terceirizando o processo de reforma agrária, de acordo com os preceitos de mercado, formatado no Programa Novo Mundo Rural.

Os objetivos das medidas de caráter reformista visavam à formatação de um modelo institucional para viabilizar o projeto político chamado Novo Mundo Rural, a partir do qual as ques-

tões relativas à reforma agrária passam a ser concebidas não mais como objeto de política econômica, e sim, como objeto de política social compensatória. Era uma espécie de compensação social aos efeitos perversos das políticas neoliberais. Para os pobres desorganizados em condições de miséria, cestas básicas; para os sem-terra, Banco da Terra, Cadastro pelo Correio, todas de caráter individual, com o objetivo de esvaziar o processo de ocupação e amenizar a luta de classes no campo, mediante a extinção progressiva do instrumento da desapropriação de latifúndios.

Para o ministro Raul Jungmann, o INCRA seria transformado num órgão “modelo” de como tocar a coisa pública. “É o primeiro órgão a incorporar todas as mudanças da reforma administrativa que foi promovida desde o início pelo presidente FHC – disse o ministro” [...] “Vamos tirar as pessoas de Brasília, dos gabinetes, das capitais e das repartições.” Para o ministro, o “novo” INCRA seria criado dentro de uma concepção descentralizada. Deveriam ser criados dois segmentos: uma área estratégica e outra operacional. A primeira teria a função de planejar a reforma agrária e fazer a interseção, por exemplo, com os governos estaduais. A segunda, de executar o que foi planejado.

Entre outras mudanças previstas estariam a criação do agente de inclusão social que trabalharia nos assentamentos. O objetivo seria agilizar o programa de reforma agrária. Pretendia-se, com isso, que as famílias assentadas passassem em três anos, da condição de assentados, para a de Agricultor familiar, com acesso ao crédito do PRONAF. Por outro lado, esperava-se que o processo de desapropriação de terra, que levava mais de um ano para ser concluído em relação à parte administrativa, fosse encurtado para apenas dois meses. Tais ações viriam acompanhadas de uma série de outras iniciativas no campo institucional, como a proibição de vistorias por dois anos em terras ocupadas e a proibição do acesso ao crédito para assentados os quais participassem de ocupações de terra ou de prédios públicos. Além do mais, procedeu-se uma ampla investigação nas cooperativas do MST, através da CPI, CGU, como forma de promover cortes na liberação de recursos para Convênios. As denúncias veiculadas pela mídia e outros meios de comunicação procuravam mostrar para a sociedade que o MST estava desviando dinheiro da reforma agrária para manter as atividades políticas do movimento. O presidente FHC decidiu endurecer com os sem-terra, a decisão era de não receber “em hipótese alguma” qualquer integrante do MST.

O presidente da CPT, Dom Tomás Balduino, fez duras críticas à decisão do governo de criar um departamento na Polícia Federal, especificamente para reprimir os sem-terra. Para ele, a iniciativa do governo tem por objetivo “criminalizar” a reforma agrária o que, em seu ponto de vista é extremamente perigoso. “Daqui a pouco vamos ter vergonha de falar em reforma agrária que está virando um caso de polícia, de segurança nacional” (FSP, 06.05.00). FHC admitiu, inclusive, o uso do Exército

para efetuar a repressão. A necessidade do confronto era justamente transformar o MST em “bode expiatório”. O clima de “guerra civil” foi objeto de matéria editorial:

[...] O Movimento dos trabalhadores rurais Sem-Terra, o MST, cresceu entre duas margens de clara visibilidade: uma, a teimosia do País e dos seus dirigentes em não fazer a reforma agrária; outra, o espaço aberto na mídia, em lugar das centrais de trabalhadores, principalmente a CUT que além da força própria, tem representação política e eleitoral. O MST tomou o lugar da CUT, dando relevo à questão da terra, substituindo uma discussão de décadas seguidas, na área do movimento sindical urbano, como contraponto do capital [...] Quem lembra de 1996, em Porto Seguro, quando o Presidente da República fez uma visita e topou com um pequeno grupo do MST? [...] De lá para cá o MST tem sido a estrela principal da contestação, com suas ocupações, confrontos, vencendo de longe, a UDR, de triste memória, que atuou com destaque na Constituinte para evitar a reforma agrária [...] O MST deixou de ocupar apenas terras para ocupar condomínio de apartamentos, repartições públicas, estradas, numa escalada crescente que não dá idéia de como vai parar [...] O MST, que não quer conduzir suas reivindicações pela via política, como fizeram os operários de São Paulo, há 20 anos, desafiam as autoridades as regras vigentes. [...] O Brasil está vendo ruir os valores que deram alicerce ao seu arcabouço jurídico. Daí para a ruptura democrática é um salto (FSP, transcrito pela Gazeta de Sergipe, p. 2/A de 04.05.2000).

O editorial de importante jornal nacional reconhece a visibilidade alcançada pelo movimento, mas há claramente uma censura ao fato do MST não se enquadrar nas regras da “institucionalidade democrática”.

Coube a CNBB, através de Dom Tomas Balduino, intermediar uma audiência com o presidente FHC ou com a equipe econômica, para restabelecer as relações depois de mais de um ano de interrupção. O encontro, no Palácio do Planalto, reuniu na mesma mesa, FHC, D. Chemnello, o MST, o Movimento dos Atingidos pelas Barragens - MAB, o MPA, os ministros da Justiça, José Gregori, e do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, no gabinete presidencial, durante duas horas.

O IV Congresso Nacional do MST (2000) com o lema “Por Um Brasil Sem Latifúndio!” era a resposta política à intransigência do governo. Os quase 12 mil delegados do MST voltaram para seus estados com o compromisso de ocupar mais terras, de travar guerra contra o latifúndio no país, de “infernizar” a vida do governo e até ocupar o poder, con-



Figura 20 – Cartaz do 4º Congresso.

forme Jaime Amorim. A bandeira de luta estava sintonizada com a campanha “repartir a terra multiplicar o pão”, promovida pelo Fórum Nacional da Reforma Agrária e Justiça no Campo. Esta campanha arrecadou milhares de assinaturas para pressionar os parlamentares a aprovarem a Emenda Constitucional que visava a limitação do tamanho da propriedade da terra no Brasil, ao máximo de 35 módulos fiscais.

Reforçava-se a articulação do MST com as pastorais sociais da CNBB e sua participação nos gritos dos excluídos: “Brasil, um filho teu não foge à luta” (1999); “Progresso e vida, pátria sem dívidas” (2000), que também ganhava uma versão latino-americana. Este último tema suscitou o questionamento do pagamento da dívida externa brasileira e dos acordos firmados com o FMI, culminando com a realização do Plebiscito Contra o Pagamento da Dívida Externa, em 2000, o que se repetiu dois anos depois com o Plebiscito contra a Associação de Livre Comércio entre as Américas - ALCA e a instalação da base militar americana na base de Alcântara; essas iniciativas se constituíram em uma intensa campanha pedagógica de esclarecimento e de motivação política das bases sociais de inúmeras entidades, em torno de questões-chaves para o futuro do país. Foram mais de dez milhões de participantes de velhos e novos movimentos sociais. Estes plebiscitos tiveram significado para além da simples votação; realizaram-se em um contexto de diálogo, de informação, de esclarecimento, de debate e de motivação para a responsabilidade dos cidadãos, testando instrumentos constitucionais de democracia direta, de iniciativa autônoma da sociedade civil.

No plano internacional, o MST começou a se articular desde a conferência paralela da sociedade civil na ECO 92, por meio da Via Campesina (1993), da edição latino-americana do grito dos excluídos, na segunda metade da década do século XX, e nos movimentos anti-globalização nas várias edições do Fórum Social Mundial, a partir de 2001, os quais colocaram no centro das preocupações do desenvolvimento, a dimensão social em oposição ao Fórum Econômico Mundial - um dos promotores do modelo neoliberal. As manifestações preparatórias do Fórum Social Mundial têm reunido, em várias regiões do País, centenas e milhares de pessoas em torno de duas vertentes: o protesto contra a onda excludente do neoliberalismo e um veio de esperança, no sentido de acreditar que um outro mundo é possível.

Retomando Virginia Fontes (2005), dava-se passos largos na superação das demandas específicas dos grupos, organizados para construção da autonomia de classe, capaz de construir uma contra-hegemonia. Apesar dessas experiências de democracia participativa e de articulação nacional e internacional de “velhos” e “novos” movimentos sociais em uma perspectiva anti-neoliberal e anti-imperialista, o MST se coloca diante do dilema da institucionalidade.

No plano da gestão, a Reforma de 1995, estabeleceu que o Estado, para conviver com as condições de globalização, precisaria modificar sua institucionalidade e abrir-se para a sociedade civil, conclamando-a a compartilhar serviços e responsabilidades. A crise de confiança dos cidadãos em seus governos só poderia ser recuperada à proporção que os serviços do Estado fossem descentralizados e os cidadãos, *empowered*, investidos de poder para controlar socialmente os serviços. Por meio do Programa Nacional de Publicização (PNP) e da Lei 9.790/1999 (conhecida como lei das ONGs), o governo transferiria para o setor público não-estatal, o chamado terceiro setor, a produção de serviços, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle. Para Bresser Pereira (2002), a existência de um espaço público não-estatal entre o Estado e o mercado, entre o Estado e a sociedade, permitiria “a constituição de um círculo virtuoso de caráter democrático”. Essa parceria institucional conferiria às chamadas organizações sociais uma “suposta modalidade de propriedade que transitaria entre o privado e o estatal, construindo a esfera do público não estatal”. O espaço público não estatal teria um papel de intermediação, podendo facilitar o aparecimento de formas de controle social direto e de parceria, que abrissem novas perspectivas para a democracia.

Numa visão mais crítica, Marco Aurélio Nogueira (2004) refere-se ao ativismo civil como um novo mecanismo que funcionaria, como uma espécie de fonte geradora de energia, com a qual se neutralizaria as maldades do sistema político.

3.2 OS CONSELHOS GESTORES: NOVOS MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL

A partir de meados dos anos 1990, inicia-se uma nova trajetória dos movimentos sociais no país, a fase da chamada institucionalização da participação. A Constituição de 1988 foi o marco legal que possibilitou a articulação entre dois elementos básicos os quais constituíram o processo de redemocratização do estado brasileiro: a descentralização político-administrativa e o incentivo às práticas locais de participação. Essa descentralização permitiria uma maior aproximação entre governo e sociedade, abrindo brechas para uma maior democratização do processo participativo local de decisão quanto ao orçamento público. Estaria associada à possibilidade dos cidadãos de controlar as ações do governo para desconcentrar o poder e combater o clientelismo. Para Ilze Andrade (2004), a noção de controle social está diretamente vinculada à idéia de constituição e uma esfera pública democrática que passa a viabilizar o controle dos governantes pela sociedade. A idéia básica reside na

possibilidade dos grupos organizados influírem e decidirem sobre o tipo de sociedade e de ação governamental necessários ao bem estar da coletividade, além de manter mecanismos de avaliação das ações governamentais.

Dentro do espírito da Carta Magna criou-se, então, uma nova relação entre os movimentos e os partidos políticos por um lado, e entre os movimentos e o estado, por outro. Para Vanessa Pinto (2004), a democratização do Estado, a descentralização político-administrativa é um meio de operar transformações socioeconômicas e de promover a socialização dos grupos sociais mais excluídos, isto é; ampliar direitos e autonomia, revalorizar os poderes locais e a participação cotidiana dos cidadãos na gestão pública.

Após esse momento, leis orgânicas específicas passariam a regulamentar o direito institucional à participação. No que diz respeito aos municípios, afirma: “o Município, reger-se-á por Lei Orgânica, tendo como um dos princípios a cooperação das associações representativas no planejamento municipal” (Art. 29, Inciso XII).

Tal prerrogativa é inovadora para a consolidação do Estado Democrático de Direito, pois, com a Lei Orgânica Municipal (LOM) toda cidade passou a ter garantia legal da participação popular na elaboração do orçamento municipal. Mesmo que, para além da legislação, se deva investigar até que ponto isso é aplicável na prática, políticas dos municípios. O poder local assumiu papel central como nível de operacionalização das políticas. “O município, então, ressurge como campo de poder, de desenvolvimento e de inovações por meio de iniciativas, ora promovidas e lideradas pelas administrações públicas [...] ora pela própria sociedade civil, com propósito de instituir uma cultura política mais participativa e democratizante” (PINTO, 2004, p. 67-68).

Diferentemente da década anterior (1980), nos anos noventa do século XX, a participação social e coletiva foi sendo modificada. Se durante os anos 1980 deste mesmo século, tem caráter mais reivindicativo no controle social sobre o Estado, junto aos movimentos sociais; nos anos 1990, é deslocada em virtude da confluência desse novo tipo de participação; ou seja, deixa de ser de confronto com o Estado e passa a ser uma participação negociada na disputa entre projetos distintos, em processo de co-gestão entre o Estado e a sociedade, nos novos espaços públicos. Ocorre o que se denominou de institucionalização da participação. Nos documentos do Banco Mundial, por exemplo, percebe-se uma euforia na ênfase à participação da sociedade civil, que evidencia a apropriação do conceito e a destituição de seu significado político, ao mesmo tempo em que afasta o Estado do papel de regulador das políticas sociais. Esse tipo de participação, presente nos documentos do BM e do BIRD, pode ser definido como liberal.

É interessante notar, no entanto, que as experiências participativas só ganhariam notoriedade nos marcos do projeto neoliberal, principalmente, a partir de 1995, com a Reforma do Estado, onde a descentralização se constituiu em princípio ordenador da nova realidade institucional. Entre os espaços implementados durante esse período, destacam-se os Conselhos gestores de Políticas Públicas, instituídos por lei, e os Orçamentos Participativos, que, tomando-se por base a experiência pioneira implantada na prefeitura de Porto Alegre, em 1989, foram disseminados para outros governos locais e estaduais.

Isso conferiu aos cidadãos a oportunidade de exercer um papel mais efetivo de fiscalização e controle, imprimindo uma lógica mais democrática na definição da prioridade na alocação dos recursos públicos, de compartilhar com o poder público a tomada de decisões dos projetos de interesse coletivo, e de assumir a co-responsabilidade nas decisões governamentais (PINTO, 2004, p.73).

Os Conselhos Gestores ou Setoriais foram saudados por estudiosos como uma mudança de padrão no âmbito das relações estado e sociedade, posto que sinalizaram mudanças significativas no campo das práticas institucionais e da cultura política dos governantes. Para Andrade (2004), eles são os sinais mais visíveis da mudança de um padrão de gestão governamental (onde as decisões são tomadas no interior dos governos), para um padrão de gestão social que, em última instância, derruba as fronteiras anteriormente existentes entre o Estado e a sociedade. Fazem parte do novo modelo de “governança” democrática que vem sendo implementado ao nível mundial mediante sistema de parceria entre o poder público e a sociedade civil organizada, objetivando o controle e formulação de políticas sociais. Foram concebidos para funcionar como “instituições híbridas”, isto é, “instituições mistas, formadas em parte por representantes do Estado, em parte por representantes da sociedade civil, com poderes consultivos e/ou deliberativos, que reúnem, a um só tempo, elementos de democracia representativa e da democracia direta” (AVRITZER, 2000, p. 18 apud ANDRADE, 2004, p. 233).

Ilze Andrade, ao fazer o balanço da literatura sobre Conselhos Municipais no Brasil, aponta para três tipos de problemas relativos à questão da participação nos fóruns de deliberação democrática: a precariedade do movimento associativista, a resistência dos setores organizados e a interferência de interesses político-partidários no interior desses fóruns; ou seja, a longa história de exclusão dos grupos organizados, das arenas decisórias, produziu no interior dos movimentos uma forte desconfiança em relação a apelos participativos característicos do novo modelo de gestão. O espectro da cooptação ou da utilização do movimento como mecanismo de legitimação dos grupos no poder, ainda é muito forte entre algumas organizações da sociedade. Existe ainda certa resistência dos movimentos organi-

zados, no Brasil, em relação à participação institucionalizada. Além disso, os espaços de participação tendem a ser “espaços em que o governo manipula a sociedade civil, tirando os ativistas das ruas, ocupando-os com atividades e agendas que o governo mesmo define e, no final, se utilizando destes espaços supostamente democráticos para legitimar suas decisões” (ABERS, 2000, p. 75-76 apud PINTO, 2004, p. 72).

São também enfatizados outros obstáculos que contribuem para a resistência dos movimentos não se associarem. A rigidez na montagem do arcabouço institucional, necessário ao funcionamento do modelo participativo de gestão dos conselhos, é um exemplo disso. Ou seja, a normatização dos mecanismos operacionais de implantação dos Conselhos, não deixa lugar para o espontaneísmo dos movimentos sociais. Além disso, a obrigatoriedade da existência de Conselhos Gestores, os arranjos político-institucionais decorrentes dela e a disputa pela hegemonização de posições por parte dos partidos políticos, acabam esvaziando os Conselhos da participação dos setores organizados.

Uma das razões mais importante desse esvaziamento, entretanto, está associada à situação da grande maioria dos municípios brasileiros que ainda convive com as dificuldades impostas pela herança autoritária de nossa cultura política.

Segundo Gonh (2001), a participação e a atuação de organizações autônomas da sociedade civil imbuídas de espírito público (com relações igualitárias e articuladas em redes horizontais que remetem aos movimentos sociais), também são valorizadas na discussão atual no campo da cultura política. Há, portanto, uma necessidade de superação da herança cultural do patrimonialismo, já que o mesmo tem se constituído em obstáculo para mudanças acentuadas na sociedade. A cultura cívica herdada do patrimonialismo colonial baseia-se em uma dinâmica social derivada de relações patriarcais de autoridade as quais foram determinantes na configuração dos padrões de comportamento da sociedade brasileira. Os valores da cultura liberal não se explicitam plenamente, o que produz uma certa clivagem entre o universo formal dos direitos e sua dimensão social.

Os estudos de DaMatta (1991), Reis (1995), Baiardi (1995), Martins (1999) e Laniado (2000) vão nessa mesma linha. A sociedade brasileira, apesar de ser dotada de um credo liberal invejável, opera com base nas relações pessoais e instrumentais que se baseiam no indivíduo isolado, portador de uma cidadania negativa. Trata-se do paradoxo institucional que se caracteriza, por um lado, pela existência de um Estado altamente regulador e intervencionista; por outro lado, pela existência de uma sociedade a qual privilegia o informal, o primado das redes sociais paralelas ao poder público. No fundo, trata-se de uma espécie de sociedade em que o mundo público das leis universais e do mercado convive com o universo privado da família, dos parentes e amigos. O comportamento

dos indivíduos se baseia numa lógica que foge completamente ao sistema de normas e regras em favor de uma cultura cívica a qual se estrutura e obedece a regras não institucionais. A baixa confiança da população nas instituições e a ineficácia das normas como determinantes da conduta individual, acabaram por instaurar uma dinâmica de descrença generalizada nas instituições; isto isola os indivíduos da sua interação social, fazendo com a sociedade retorne ao “estado de natureza hobbesiano, no qual inexistem normas gerais universalmente aceites” (SANTOS, 1993, p. 109).

Assim a temática da participação popular, sempre presente no ideário dos movimentos sociais, sinaliza, hoje, para determinadas mudanças no padrão de comportamento da cultura política, ao apontar para uma ação participativa dos cidadãos como elementos substantivo no processo de democratização da sociedade. Sua ação não se dá somente mediante a afirmação da subjetividade e da inclusão de direitos sociais não abstratos e universalistas, mas também, são resultantes da luta por direitos efetivos que expressem a necessidade de transformações concretas por intermédio do sujeito livre, disposto a operar mudanças. A utilização de uma pedagogia democrática se faz necessária, sobretudo, porque o ideário democrático liberal não se preocupou em criar mecanismos de participação que assegurassem minimamente, ao conjunto dos indivíduos, a igualdade de oportunidades, como explicita Heller (1998).

Conforme Laniado (2000), nota-se que a propagação das instâncias de mediação, que vem ocorrendo nas últimas décadas, desenvolve uma prática filantrópica e clientelista que não define sua identidade coletiva de forma cívica e universal. A cada dia, essa situação tem se agravado, aumentando o estado de alienação de grandes parcelas da população que se mantêm excluídas e sem nenhuma possibilidade de integração.

Os primeiros Conselhos foram instalados na área da saúde, a partir da promulgação da lei que regulamentou a Reforma Sanitária em 1990. Posteriormente, foram ampliados para outras áreas sociais: criança e adolescente, assistência social e educação. No meio rural, Favareto (2004) e Schneider (2004) refletem sobre a recente experiência dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRs que se multiplicaram tomando por base o Programa de Apoio à Agricultura Familiar - PRONAF (um dos 16 programas do governo federal privilegiado pelo Comunidade Solidária).

O PRONAF foi institucionalizado mediante Decreto Presidencial n. 1.946, datado de 28.07.96. Surgiu com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável deste segmento de agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, geração de empregos e renda. Hoje, é considerado uma das políticas públicas mais marcantes no meio rural. A execução deste programa de desenvolvimento rural baseou-se na criação de Conselhos Gestores, especificamente, a

linha Infra-Estrutura e Serviços, criada por Decreto Presidencial nº 1996, o qual vinculou os projetos à existência de CMDRs. Os conselhos, nos diferentes níveis, contam com a participação de representantes governamentais e da sociedade civil. A sua composição, no entanto, não se encontra definida em lei, variando de acordo com as diferentes realidades municipais e estaduais. Do ponto de vista legal, verificou-se que a grande maioria dos CMDRs foi regulamentada por lei e aprovadas pelas Câmaras Municipais. Os demais tiveram outras formas de regulamentação (decretos, portarias, etc).

Os conselhos do PRONAF foram criados com o intuito de promover a articulação e adequação de políticas públicas estaduais e federais à realidade municipal; se compõem de representantes do poder público, dos agricultores familiares e de entidades parcerias. Em 1999, foi criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) mediante o Decreto n. 3.200, em 6 de outubro de 1999. A partir de então, todas as ações do PRONAF estariam subordinadas aos CNDRS que foram introduzidos como mecanismo de gestão e desenvolvimento rural, dando origem aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável. A exigência de se constituir conselhos municipais surgiu mediante o artigo 9º da Resolução [...] de 1999, reforçada pela Resolução de 28 de fevereiro de 2002, que reafirmava a centralidade dos conselhos como instâncias de planejamento, coordenação e fiscalização³.

Com o decreto 3.508 de junho de 2000, foram criados os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS do PRONAF. Sua execução é calcada em três princípios: na descentralização institucional da esfera pública para estados e municípios; nas parcerias do setor público com a iniciativa privada e com entidades não governamentais, bem como no estabelecimento de processos participativos dos agricultores familiares e suas organizações na implementação do programa. A importância dos CMDRs, enquanto célula gestora de base do Programa, foi reforçada pela Resolução de 28 de fevereiro de 2002. Na ocasião, se estabeleceram as premissas para o reconhecimento e a valorização desses Conselhos, indicando a centralidade que essas instâncias de planejamento, coordenação e fiscalização passariam a assumir para o programa.

Em Sergipe, a proliferação dos Conselhos Gestores vai ocorrer no bojo da política neoliberal implementada pelo governador Albano do Prado Franco. Este, ao assumir o governo, em 1995, empregou as mesmas táticas de controle social que marcaram as gestões passadas. Sua estratégia para o campo se baseou na seguinte fórmula: “menos repressão” e “mais controle social”.

³ A partir dessa Resolução tornou-se obrigatório tornar disponível uma infra-estrutura mínima para garantir o funcionamento desses Conselhos, tais como a alocação de espaço físico identificado com os dizeres ‘Sala do Agricultor Familiar - PRONAF; um servidor para atendimento público; um técnico para acompanhar e supervisionar os beneficiários e a criação de um programa municipal de compras para a agricultura familiar (SCHNEIDER, 2004, p. 41).

Albano do Prado Franco encontrou um estado altamente fragilizado, fruto da retração dos investimentos públicos na década anterior (1985-1995). Por outro lado, existia uma situação de completo descalabro com relação à gestão da máquina pública. Conforme diagnóstico do seu plano de governo (1997, p. 118), 94% da receita líquida do Estado eram destinadas às despesas de pessoal e ao pagamento da dívida interna; os 6% restantes eram destinados a custear toda a máquina administrativa e a saldar compromissos de curto prazo com fornecedores e credores diversos.

Para corrigir tais distorções, aplicou o mesmo receituário neoliberal prescrito pelos seus correligionários, baseado nos paradigmas do estado “moderno”, “eficiente” e calcado no “equilíbrio” das contas públicas e na ação predominante regulatória. Seu programa de governo tinha como principais diretrizes: a privatização das empresas estatais, a participação da iniciativa privada no investimento público, mediante o incentivo à atração de capitais, do refinanciamento das dívidas fundiária e mobiliária do Estado, medidas administrativas voltadas para a redução das despesas correntes em um curtíssimo prazo e a adoção de novas formas de parcerias com a iniciativa privada.

Logo no início da gestão implementou a Reforma do Estado por meio da Lei 3.725 de 23 de maio de 1996. Foi privatizada a empresa de energia elétrica e terceirizado o serviço de transporte. Assistiu-se ao total sucateamento da assistência básica de saúde. Com a criação do PAS 24 horas, a rede básica foi privatizada, direcionando-se a assistência médica para o tratamento meramente curativo.

Seu principal programa dirigido para o campo foi o Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR), denominado de Projeto São José. Tinha como objetivo melhorar as condições de vida da população rural, em estado mais acentuado de pobreza, e incentivar a participação local, das comunidades e dos poderes públicos municipais para a definição dos investimentos prioritários. Segundo Magaly Nunes de Gois (2006), o PCPR é uma continuação do PAPP. Em termos específicos o PCPR visava ao auxílio na descentralização progressiva dos processos de decisão, fazendo da participação da população, o eixo central de estratégia de implementação dos investimentos financiados pelo Projeto; incentivar a participação local, das comunidades e dos poderes públicos municipais para a definição dos investimentos prioritários. A primeira etapa deste programa (1996-2001) foi executada com recursos do BIRD, em parceria com o governo estadual, municípios comunidades beneficiárias mediante Acordo de Empréstimo 3919-BR. A segunda etapa (2002-2006) sucedeu o Acordo anterior; foi financiada pelo Banco Mundial por meio de Contrato de Empréstimo 4649-BR. Ambos os contratos foram direcionados às comunidades pobres e sedes municipais com menos de 7.500 habitantes, e empreendimentos de interesses das comunidades rurais, localizadas nas áreas mais pobres do Estado.

O PCPR era constituído por três sub-projetos: PAC - Projeto de Apoio Comunitário, FUMAC - Fundo Municipal de Apoio Comunitário e FUMAC-P (Piloto). Estes projetos objetivavam a participação das comunidades e dos poderes públicos, na definição de projetos de infra-estrutura econômica e social básica, direcionados para pequenas comunidades e associações no âmbito do desenvolvimento local.

A estratégia de gestão do PCPR realizou-se mediante associações e conselhos gestores. Com o PAC, foram criados os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Comunitário - CONDEC e o FUMAC, os Conselhos de Desenvolvimento Municipais - CONDEM. Este último, criado em substituição ao anterior, foi instituído por meio do Dec. Municipal 171/93 de 10.08.93 com a finalidade de difundir o Programa Fundo Municipal de Apoio Comunitário. Ambos os Conselhos estavam inscritos dentro do espírito do Programa Comunidade Solidária.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Comunitário é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, constituído por representantes de associações comunitárias e do poder público. Sua composição é formada por representantes do poder público e da sociedade civil, com predominância deste último. É gerenciado por duas pessoas, o presidente e o secretário. Geralmente é presidido pelo prefeito e secretariado pelo vice-prefeito ou seus representantes.

De acordo com a norma prevista no Manual de Operações do PCPR II (2001, p.17) os conselhos municipais podem ter origem em iniciativas de grupos organizados da sociedade civil ou por iniciativa do poder municipal. Todavia, o artigo 2 do decreto nº 171/93 que criou o CONDEM, determina: O conselho a que se refere o presente artigo será presidido pelo Prefeito Municipal, e em sua falta ou impedimento assumirá a presidência o vice-prefeito. Para Magaly Nunes, o parágrafo 2 deste artigo prevê que as atividades de apoio administrativo e da secretaria executiva do Conselho serão desenvolvidas pelo gabinete do vice-prefeito. A secretaria executiva é diretamente vinculada ao gabinete do prefeito, devendo este fornecer recursos humanos, financeiros e materiais.

Atualmente, vem ocorrendo um processo de fusão entre os CONDEM e o CMDRs, resultando nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável - CMDS, coordenados pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável subordinado à Secretaria de Agricultura do Estado. Com o PCPR ocorreu a maior propagação de associações e Conselhos no meio rural. Hoje, em quase 100% dos municípios existem estes Conselhos, além de quase duas mil associações espalhadas no estado. Este tipo de enquadramento institucional resultou na apropriação dos Conselhos pelo poder local. Como observou Magaly Gois (2006, p. 55), dos 71 conselhos gestores do PCPR, apenas dois foram criados por estatuto. Os demais ficaram a critério da iniciativa do poder

municipal, uma vez que os conselhos criados por lei são obrigados a recorrerem ao executivo e legislativo local. Há casos de municípios como o de Salgado, por exemplo, onde se registra doze conselhos municipais⁴.

Os CONDEM embora tivessem nascidos com o objetivo de democratizar e dar maior transparência à gestão das políticas públicas, na prática, se transformaram num fenômeno inverso, ou seja, estes conselhos acabaram reforçando a submissão dos trabalhadores ao poder local.

É público e notório que os administradores municipais, em sua maioria, não possuem uma cultura democrática e uma postura de negociação, conseqüentemente, há uma tendência de se criar conselhos pouco representativos, tendenciosos, excluindo, de sua composição, as entidades que não fazem parte de suas bases eleitorais; como se diz popularmente, não reza na mesma cartilha” (GOIS, 2006, p. 55).

Seguindo a perspectiva traçada por Bresser-Pereira, o governo FHC acenou para os movimentos sociais do campo, abrindo a possibilidade de participação nos conselhos de desenvolvimento local sustentável (municipais) e nos conselhos gestores das políticas agrícolas de crédito e assistência técnica. O MST recusou-se a reconhecer e intervir no âmbito dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, para não reforçar a tendência de descentralização das políticas públicas ligadas à reforma agrária, mantendo o foco da sua pressão diretamente sobre a presidência da República. No entanto, aceitou participar das comissões estaduais e da nacional do PROCERA – Programa de Crédito Especial nas Áreas de Reforma Agrária

O PROCERA foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 30.01.1985, como instrumento para dinamizar o processo de reforma agrária mediante oferta de crédito especial aos assentados. Dentre as finalidades criadas pelo Programa, consta o apoio às cooperativas para integralização de quotas partes de capital e aquisição de bens para prestação de serviços. O atendimento às associações fica restrito àquelas constituídas formalmente, isto é, mediante contrato público ou particular, devidamente registrado no Registro Civil das pessoas Jurídicas.

A Comissão Estadual de Coordenação do PROCERA de Sergipe foi criada pela Portaria n 195 de 07 de março de 1991, publicada no Diário Oficial da União de 11 de março do mesmo ano. Tinha como objetivo coordenar e analisar as ações referentes à elaboração de projetos e à liberação dos recursos do PROCERA e dos fundos constitucionais. Era constituída pelo INCRA, EMDAGRO,

⁴ Saúde, Educação, Assistência Social, Tutelar, Criança e Adolescente, CMDRS, CONDEM, Paroquial, Entorpecentes, Idosos, Conselho de Defesa Civil CONDEC e Merenda Escolar. Ainda com relação à infra-estrutura organizacional, Salgado conta com o Comitê do Programa Fome Zero, instalado em novembro de 2003. (GOIS, 2006, p. 51).

SAGRI, BNB, BB, FETASE, Secretaria de Irrigação e MST. Posteriormente, essa comissão assumiu também o programa Lumiar de assistência técnica, tornando-se comissão do PROCERA/Lumiar. O MST, como também a FETASE participava com direito a voz e voto, exercitando essa modalidade de controle social até 1999, quando os dois programas foram extintos, sendo o primeiro substituído pelo PRONAF, no âmbito do qual o movimento participa até hoje, apenas do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. Desde o início do PRONERA - Programa Nacional de Educação (1998) o MST integra o Comitê estadual de Educação do Campo.

3.3 UMA RESPOSTA À INSTITUCIONALIZAÇÃO: A RETOMADA DAS OCUPAÇÕES, MARCHAS E PROTESTOS NA TRAJETÓRIA DO MST

Dois fatos políticos foram marcantes nesta fase da caminhada: a realização do III Congresso Nacional do Sem-Terra em 1995 e a tragédia de Eldorado dos Carajás em 1996.

O III Congresso Nacional dos Sem Terra transcorreu em meio à posse de FHC à Presidência da República. Trata-se do maior evento de massas realizado em tempos de descenso do movimento popular. Participaram 5.000 delegados dos vinte e dois estados da federação; dentre estes, cento e vinte eram de Sergipe. Este Congresso foi encerrado com a realização de uma grande passeata em Brasília, envolvendo todos os militantes presentes no mesmo. Com esse evento o MST passou a ocupar novamente as manchetes nos meios de comunicação.

A partir desse momento, FHC foi alterando sua estratégia no enfrentamento com o MST. No início, tentou ignorá-lo, por meio da mídia passou a idéia de que a reforma agrária seria coisa do passado. A indicação de José Andrade Vieira, dono do ex-Bamerindus, para ocupar a pasta do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária revela a pouca importância que FHC deu à questão agrária. Em seguida, com a nomeação de Francisco Graziano para a Superintendência do INCRA em substituição a Brasilino de Araújo Neto – representante da UDR (PR), o governo mudou de estratégia com o objetivo de cooptar o Movimento.

[O Governo] tentou nos cooptar nomeando Francisco Graziano presidente do INCRA, pessoa conhecida no meio acadêmico. Ele ia nos assentamentos e acampamentos e vivíamos de amores com ele. Aceitamos esse jogo. Uma vez o levamos para almoçar no assentamento de Sumaré, em São Paulo, mas também o levamos ao acampamento da Macaxeira, no Pará. ‘Quer ver como é? Então venha’, falávamos. O governo achava que nos contentaríamos com essa prosa toda. Enquanto isso, aproveitamos esse espaço para preparar para março ou abril de 1996 grandes ocupações de terra em todo o Brasil. Ora, já havíamos vivido experiência semelhante depois daquela onda de ocupações de maio de 1985, durante a Nova República (STÉDILE, 2005, p. 143).

Outro fato marcante daquela conjuntura está relacionado aos massacres de Corumbiara (RO) em 1995 e Eldorado dos Carajás (PA) em 1996, que revelaram ao mundo a existência dos problemas agrários no Brasil. Em Eldorado dos Carajás foram assassinadas por forças policiais 19 sem-terra. Essa tragédia teve forte repercussão nacional e internacional; o dia 13 de abril é comemorado internacionalmente, pela Via Campesina, como o dia de luta pela Reforma Agrária e contra a chacina de Eldorados dos Carajás.

O MST, tomando por base a tragédia de Eldorado dos Carajás, intensificou o seu combate. A resposta do governo à maior visibilidade do MST foi a nomeação de Raul Jungmann para o Ministério da Reforma Agrária, objetivando isolar o MST. Segundo Stédile, o ministro adotou a tática do “pau e prosa”: negociava de vez em quando e, se precisava, utilizava a força repressiva do estado.

A Marcha Brasil que engrossou o ato dos 100 mil em Brasília, em 1997, constituiu-se na contraposição do MST à ofensiva do governo Fernando Henrique Cardoso. Com a Marcha, os canais de mediação e negociação foram completamente fechados.

O objetivo era falar com o povo. Não temos a Rede Globo nem a Folha de S. Paulo nas mãos. Temos, porém, gente, criatividade e vontade. Então fizemos a Marcha para estabelecer um canal de comunicação com a população, num momento em que o governo de FHC procurava nos isolar da sociedade [...] Não tínhamos a preocupação de apresentar uma pauta de reivindicações ao governo. Pelo contrário, avaliamos que a apresentação de uma pauta de reivindicações diminuiria o significado daquela ação política [...] Na audiência que tivemos após a Marcha, FHC deve ter pensado: ‘Com essa comissão, vou enrolar esses caipiras por dois anos’, como aliás ele faz seguidamente. Tem comissão para a Light, comissão para a Petrobrás, comissão para tudo. Quando ele só quer enrolar, cria uma comissão e se exime da responsabilidade. Enquanto a comissão não apresentar o relatório, não faz nada. É a mesma atitude que ele tomou em relação ao massacre de Eldorado dos Carajás (PA), em abril de 1996. Afirma que não pode fazer nada enquanto o Poder Judiciário não julgar (STÉDILE, 2005, p. 152, 154 e 155).

Eldorado dos Carajás abriu uma nova vertente no campo da notícia e conseqüentemente do conhecimento em torno da violência institucional. O governo brasileiro, em face aos protestos internacionais, foi obrigado a adotar algumas providências relativas à Reforma Agrária. Nessa perspectiva, foi criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, ao invés do Ministério da Reforma Agrária que teve a cautela ideológica de descaracterizá-lo. Mas, para Miguel Baldez:

faltava ainda uma grande cobertura ideológica que alcançasse amplamente, pela emoção e pelo ritualismo, a grande massa popular. O papel coube à Rede Globo de Televisão. Entrou no ar, a nova novela com todos os requisitos de técnica e arte, a novela O Rei do Gado. Nenhum esforço foi poupado para fazer dela um grande acontecimento nacional: os melhores atores, linda mulheres, um autor de bom texto, um excelente diretor, primoroso trabalho de fotografia, escolha adequada de cenários e situações etc. Tudo para meter no coração e na mente do povo, sabidamente submisso às novelas

televisivas, uma recriação falsa e ideologizada do MST. E com grande competência, pois de um lado justifica o Movimento, deixa muito claro que ele não deveria ser como é na realidade; que o Movimento é bom, mas não deveria ocupar terras; não deveria, quando violentado, resistir; deveria respeitar as grandes fazendas de gado, de grande extensão territorial, porque em tais casos a terra é necessária para o gado, e o gado é necessário para a economia (BALDEZ, 2002, p. 102).

O MST de Sergipe, diante dessa nova onda de ocupações de terra, (que envolveu os estados de Pernambuco, Pará, Paraná, Mato Grosso do Sul) aproveitou o momento para retomar as ocupações após o longo período de descenso. Entre 1996/1997, foram feitas 18 ocupações em todo o estado envolvendo cerca de 2.400 famílias. O termo “renascer” foi cunhado pelas próprias lideranças dos sem-terra para definir o momento de superação da crise em que estava mergulhado. Nessa fase, o MST não apenas “renasceu”, mas territorializou-se, sobretudo no Alto Sertão Sergipano.



Figura 21 – Ocupação em frente ao Tribunal de Justiça e Aracaju, em protesto contra o massacre de Carajás no Pará.
Fonte – Jornal da Cidade

O marco referencial desse ciclo da caminhada é a ocupação da CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco, em Xingó, no dia 13 de março de 1996, que reuniu em torno de duas mil famílias. Esta ocupação teve um forte apelo político. A CHESF, simbolicamente, representava o poder instrumental do estado na defesa dos interesses do capital. Considerada pelos militantes do Movimento como a maior ocupação no estado, estava entre as quatro maiores do país pelas repercussões políticas que causou.

A ocupação da CHESF foi organizada mediante um trabalho paciente que envolveu alguns militantes de base durante todo o ano de 1995 e contou com o apoio dos STRs de Glória, Canindé, Monte Alegre e Porto da Folha na arregimentação e cadastramento dos trabalhadores. A Arquidiocese de Propriá, salvo a irmã Marlene e padre Pedral de Canindé, não se envolveu neste conflito. Como um ato de demonstração de força, o MST logo após a ocupação realizou uma marcha no local que contou com a participação de cerca de sete mil pessoas. A partir daquele momento, foi reorganizado o setor de Frente de Massas para planejar as novas ocupações e levantar os latifúndios improdutivos, composto de militantes conhecidos por: Bilisco, Dedê, Messias, Guido Branco, Elisabete, Roberto Araújo e outros. Antes participavam desse setor: Verinha, Zenaide, Madalena entre outros. E foi formada a nova coordenação estadual.



Figura 22 - Ato de cerimônia da nova direção estadual em janeiro de 1995, no 8º Encontro Estadual do MST.

A ocupação da CHESF simbolizou o “renascimento” do MST; pelos desdobramentos que teve, representou um duro golpe na oligarquia e nos planos do estado de transformar as áreas em disputas num território do capital. Nesta área estava sendo implantado pelo governador João Alves Filho, o projeto empresarial de irrigação Jacaré-Curituba que foi ocupado pelo MST em outubro de 1996. O Alto Sertão era uma

região controlada basicamente pelo latifúndio e o coronelismo; por outro lado, havia a necessidade de chamar a atenção da sociedade sergipana para a situação de miséria, fome e falta de trabalho que assolava a população sertaneja por conta da conclusão da barragem. Para tanto, as famílias acampadas exigiam a desapropriação das Fazendas Cuiabá e Bela Vista, além da desapropriação de 15 mil hectares nos municípios de Poço Redondo e Porto da Folha, para serem transformadas em projetos de irrigação. Passados trinta dias da ocupação, os sem-terra se deslocaram, no dia 12 de abril, para a Fazenda Cuiabá onde iriam permanecer por um período de oito meses até a promulgação da emissão de posse. Um fato marcante que serviu para dar visibilidade aos Sem-Terra foi a exposição fotográfica de Sebastião Salgado denominada “Terra” cujas fotos foram tiradas do Acampamento Cuiabá e expostas no Brasil e no exterior. O Assentamento Cuiabá é considerado pelos Sem Terra o assentamento “mãe” da região.

O INCRA, que caminhava a reboque dos fatos, foi impulsionado pelos movimentos sociais de forma crescente. De posse do levantamento cadastral, se posicionou favorável à desapropriação de dezesseis fazendas que foram posteriormente negociadas. Da Fazenda Cuiabá, os sem-terra partiriam para a Fazenda Alto Bonito onde ocuparam os atuais assentamentos Modelo, Currálinho, Queimadas Grandes, São José de Nazaré, Flor da Serra, Gualter, Pinhão, Lagoa das Areias, Cajueiro, Canadá, Maria Feitosa e outros. Em março de 1997, aconteceu a Marcha de Canindé para Aracaju com participação de cerca de duas mil pessoas as quais reivindicavam a desapropriação do Jacaré-Curituba. Foram dez dias de marcha e dez dias de ocupação na sede do INCRA. Esta manifestação culminou com uma audiência com FHC, em 15 de março de 1997, para assinar o Acordo do Jacaré Curituba.

Com essa vitória, o MST conseguiu reverter o projeto de perímetro irrigado, que era destinado aos empresários, para os trabalhadores sem-terra. A área de aproximadamente quatro mil hec-

tares foi repartida para cerca de 800 famílias e divididas em pequenos lotes para irrigação, onde estão implantados os oito assentamentos que formam o complexo do Jacaré-Curituba. É o maior assentamento no estado e o primeiro projeto de irrigação em processo de implantação pelo Incra (98/99). As ocupações de terra estender-se-iam pelo estado inteiro. Nos primeiros anos de mandato de Albano Franco, ocorreram cerca de trinta conflitos. Datam desse período: Em 1995, Usina Santa Clara; em 1996 (Pedrinha, Cabocla, Gualter, Alto Bonito, Queimada Grande); em 1997 (Água Vermelha, Campo Alegre, Fogão, Bela Vista, Franco, Saco do Moreira, Lagoa da Mata, Piranhas, Quijimbe, Esperança); em 1998 (Várzea Grande, Platô de Neópolis, Quixaba, Tapera do Nico, Consulta, Lagoa das Areias), entre outras. Até o final de 1997, foram implantados quarenta e dois assentamentos quase todos sob a iniciativa do MST⁵.

O último Relatório Sintético dos Conflitos Agrários INCRA/SE (2004) destaca 72 conflitos envolvendo 9.405 famílias. No que diz respeito aos agentes sociais que participaram desses conflitos, o quadro é o seguinte: STR (02); FETASE (03); Movimento de luta dos Camponeses (01); Cáritas (02); MST (62). Em dois conflitos, a FETASE e o MST atuaram conjuntamente. Os STRs embora estejam presentes em quase todos os municípios, sua ação sempre foi voltada prioritariamente para as políticas agrícolas junto aos segmentos de agricultores familiares.

A acusação dos fazendeiros era de que o Movimento estava trazendo gente de fora, para engrossar as ocupações no sentido de justificar a necessidade da reforma agrária. Esse tipo de acusação que geralmente é feita, não encontra respaldo nos dados do I Censo Nacional da Reforma Agrária (1996). Com relação à procedência dos assentados nos projetos de reforma agrária no estado de Sergipe, o resultado apresentado pelo Censo foi o seguinte: 80,41 são oriundos do próprio estado e 42,05% do município (o restante é da Bahia, Alagoas e Pernambuco). Com relação à ocupação anterior do assentado, a situação é a seguinte: agricultor/camponês (43,18%), trabalhador rural (13,07%), diarista (6,25%), parceiro (13,57%) e assalariado (47,86%). A atividade principal desenvolvida no assentamento é a agricultura (91,92%); destes, 21,88% desenvolvem outras atividades.

Embora se vivesse um clima de distensão política no estado, as ocupações ocorreram num ambiente altamente repressivo, tanto por parte do patronato quanto por parte de setores ligados ao

⁵ As ações de redistribuição fundiária do governador Albano do Prado Franco é completamente nula. Ele não criou nenhuma colônia apesar de ter se comprometido em seu programa de governo realizar investimentos para aquisição de vinte mil hectares de terras, visando o assentamento de 1.500 famílias. Isto mereceu do senador José Eduardo Dutra de Sergipe o seguinte comentário: "O governador Albano Franco não tem uma política para a reforma agrária. Não poderia ser diferente, pois sua família é proprietária de quase um terço das terras de Sergipe. Desta maneira não há nenhum interesse de romper com a estrutura perversa de exploração e miséria patrocinada pelas atividades de sua família no vale do Cotinguiba e regiões vizinhas", conforme entrevista ao Jornal Sem Terra (março/96).

judiciário e à mídia; entretanto, os trabalhadores não se intimidaram. Os depoimentos a seguir, colhidos por Edilúzia Santos (2005), mostram o nível de radicalização que atingiu a luta de classes naquele dado momento.

Os trabalhadores decidiram que deveriam tomar uma atitude contra as ameaças constantes do delegado “Cardoso”, conhecido como ‘Satanás Brabo’, pelos trabalhadores: a solução seria agir de uma forma que ele sentisse na pele como era difícil a vida debaixo de uma lona e também mostrar que os trabalhadores estavam unidos na luta. Um dia, o delegado se dirigiu ao acampamento, parou o carro e começou a ameaçar os acampados. As mulheres se reuniram e pediram que ele descesse do carro, porque queriam uma informação. O delegado prontamente desceu e seguiu as mulheres. Quando adentrou num barracão, foi trancado e mantido preso por duas horas. Ele assustado, pediu até por Nossa Senhora para ser solto e garantiu não iria mais ao acampamento. Quando saiu do barraco, estava muito suado e nervoso, correu para o carro, foi embora e não voltou mais (Depoimento de Dona “Lau” – assentada do Jacaré-Curitiba a SANTOS, 2005).

Em outro depoimento colhido pela autora, vê-se que o confronto se estendeu ao poder judiciário e militar.

Numa tarde, chegou a juíza de Canindé do São Francisco com três policiais no carro ameaçando de prisão os trabalhadores caso eles não desocupassem a fazenda. Os trabalhadores cercaram o carro, fizeram ela e um policial, descerem. Ele, assustado com a situação passou a chorar e os outros dois continuaram no carro e um sem-terra passou a guiar o carro. A juíza foi forçada a subir num palanque que tinha no acampamento para fazer reuniões a assinar um documento prometendo parar de ameaçar os trabalhadores e depois foi caminhando e pés descalços até Canindé. Outra vez o governo do estado enviou um ônibus cheio de policiais, os trabalhadores fecharam a estrada fizeram os policiais descerem e seguirem caminhado até Canindé (Depoimento de Zé Bento a SANTOS, 2005).

Conforme atesta Cintra (1999, p. 74), a mídia não deu trégua ao MST. Qualquer ação executada por este, era motivo de notícia. O caso típico é a realização do Curso Prolongado e Integrado à Produção, no período de 23 de abril a 24 de julho de 1995, realizado no Assentamento Quissamã. A este respeito, o Jornal Folha de São Paulo do dia 16 de julho de 1995, veiculou a seguinte manchete “Governo financia experiência socialista”. A reportagem tratava da experiência de trabalho coletivo que acontecia no PA Moacir Wanderley.

Um dos fatos mais chocantes dessa época é a morte do trabalhador rural José Emídio, em 1996, morto com tiros de escopetas nas imediações do acampamento da Usina Santa Clara. O segundo crime aconteceu quando o líder sem-terra, Ciro Luis Sampaio foi assassinado a golpes de foice no município de Malhador. Estes crimes até hoje permanecem impunes.

Com o Programa Segurança Cidadã, porém, os conflitos no campo passam a ser tratados não mais como caso de polícia. Com isso, as ações judiciais de despejos passaram a ser realizadas de forma negociada, evitando-se, o uso da violência⁶.

O governador Albano Franco embora fosse defensor da propriedade privada, não negava o princípio constitucional da função social da terra. Ao longo dos oito anos de mandato, ele adotou uma estratégia baseada na “negociação” política, em detrimento da “repressão” policial, o que conferiu ao momento uma singularidade em relação ao período anterior. Esta nova percepção no tratamento do conflito social marca um divisor de águas em relação ao governo anterior que nunca reconheceu os direitos dos pequenos camponeses⁷.

Para ocupar a pasta da Secretaria de Segurança Pública foi designado o nome do ex-comunista, Wellington Mangueira – prisioneiro político na Operação Cajueiro e exilado na União Soviética. E, para fazer a mediação com os movimentos sociais foi, inclusive, criada a figura de um negociador de conflitos rurais, cuja missão foi delegada ao capitão da PM Luis Fernando de Almeida. Com essas nomeações, o governo esperava que o conflito fosse administrado, e que o grau de radicalização fosse contido. O conflito social passou a ser tratado não mais como uma questão de polícia, mas de “cidadania”, ou seja, os sem-terra não podiam ser tratados como marginais, mas, como portadores de direitos.

Entre 1997 a 2002, as ocupações de terra realizadas pelo MST se davam, concomitantemente, com ocupações em agências bancárias, saques e interdição de pistas. Neste período, as ações do MST se concentraram basicamente no Sertão porque era lá que o quadro social se tornava cada vez mais dramático, devido à seca que afetou cerca de 30 municípios da região. As exigências dos trabalhadores



João Roberto: Albano mata a gente ruralista

Albano quer tomar área dos sem-terra para entregar a uma empresa privada

Figura 23

Fonte: Cinform

⁶ Segundo Eliano Lopes, a posição a respeito da Política de Segurança Pública como questão de cidadania foi sistematizada no II Seminário Nacional de Segurança e Cidadania em Aracaju, em 1996, promovido pelo governo estadual. Foi aprovada pelos participantes a “Carta de Aracaju”, cujos principais pontos são os seguintes: 1) garantir a aplicação de políticas públicas de segurança com cidadania mediante o esforço incessante pela formação de uma nova concepção de ação policial, baseada no respeito incondicional aos direitos fundamentais da pessoa humana; 2) a filosofia de policiamento comunitário interativo deve dar base para a nova estratégia organizacional norteadora das políticas de Segurança Pública; 3) a intervenção das forças de Segurança Pública no que tange às ocorrências geradas pelos conflitos agrários, deve ser a negociação, procurando a participação dessas relações, afastando-se o emprego da força, de modo coerente com a construção e uma polícia cidadã e socialmente responsável.

⁷ Um dos líderes nacionais do MST, José Rainha, em entrevista a um jornal de Aracaju, atribuiu o bom relacionamento entre o governo e os trabalhadores rurais, à “mentalidade urbana, industrial, do governador, o que tem facilitado o diálogo entre autoridades e os sem-terra” (Jornal Cinform, 9 a 15 de junho de 1997) citado por Eliano Lopes.

passavam pela abertura de crédito emergencial, aquisição de cestas básicas para população carente, garantia de água para consumo humano e animal. O alvo também das manifestações eram as agências bancárias, local onde se costumava fazer vigílias. Nem os supermercados escaparam dessas ações.

Em novembro de 1997, cerca de 700 integrantes do MST ocuparam a sede do INCRA na capital sergipana. O ato fazia parte de uma movimentação nacional que objetivava pressionar o governo federal a resolver o problema das famílias acampadas em todo o país. Dentre as reivindicações apresentadas à direção do órgão, apontava-se para o aumento do valor destinado ao crédito do PROCERA, para a implantação de infra-estrutura nos assentamentos e o apoio formal para a liberação de recursos de um convênio do Ministério da Educação e Cultura, destinados à educação e alfabetização de jovens e adultos das áreas de reforma agrária (Jornal da Manhã, 25.11.97).

Para João Daniel, “os procuradores jurídicos do INCRA de Sergipe têm dado o mínimo de atenção aos casos”. O líder dos sem-terra do estado assinalou, dizendo que um bom advogado que recebe dinheiro público tem, no mínimo, um compromisso com a instituição e com o povo brasileiro de realizar tarefas que lhe foi designada de forma digna, acompanhando e viabilizando-as para que assim possa ser dada a emissão de posses. Na sua avaliação isso não está acontecendo.

Ainda em 1997, dois dias que antecederam o dia da criança, 12 de outubro, cerca de 400 sem-terrinhas (denominação do MST para os filhos dos trabalhadores rurais sem terra) ocuparam a Secretaria da Educação do Estado de Sergipe. As crianças, entre 7 a 13 anos, protestavam, com cartazes e refrão exigiam material didático para as escolas dos assentamentos do MST. “Che, Zumbi e Antônio Conselheiro na luta por escolas, nós somos companheiros”. Era um dos refrãos de ordem que alegrava o protesto mirim. Estavam no protesto

crianças representando assentamentos do Centro Sul, Norte e do Sertão Sergipano. Ainda de acordo com as lideranças do MST, “não adianta comemorar o Dia da Criança se elas sequer têm condições dignas de vida. Não é um dia de alegria, trata-se de um dia de luta por escolas e por terras”.



Figura 24 – 11º Encontro Estadual do MST, 1998. Destaca-se no primeiro plano Roberto Araújo, seguido de Reginaldo e Esmeraldo da direção estadual.

Os editoriais continuavam enfatizando a violência dos sem terra nas ocupações:

Os atos de violência praticados na quinta-feira por membros do MST em Canindé do São Francisco transcendem os limites da luta social pela terra [...] Desta vez os trabalhadores rurais assentados do MST foram longe demais e passaram de agentes de uma luta sensata a autores de atos de banditismo. Isso mesmo: isto que eles fizeram é banditismo puro. Sob a alegação de que o Projeto Jacaré-Curituba não anda bem na implantação da infra-estrutura de irrigação, eles foram à beira da estrada armados até os dentes para roubar e pilhar quem passasse. Já fizeram isso antes, roubando não comida, mas eletrodoméstico de um caminhão do G. Barbosa. Na quinta, como não conseguiram roubar gêneros alimentícios, porque os motoristas de caminhões foram alertados dos riscos que corriam e desviaram suas rotas, passaram a agredir pura e simplesmente a todos os que, por obrigação, teriam de passar pela SE - 206, entre Canindé e Poço Redondo. E aí, não pouparam polícia, promotor de Justiça [...] O Cinform, embora seja simpático e defensor da reforma agrária justa e decente, não aceita que, para fazê-la, tenha que se exercitar o banditismo. Reforma agrária, sim. Bandidagem, não! (Semanaário Cinform, edição de 25 a 31.10.99).

Em maio de 2000, os sem-terra voltam a fazer ocupação em Aracaju. Cerca de mil integrantes do MST ocupou a sede do INCRA de Sergipe. Um dos itens da pauta era a defesa de concurso público para aumentar o número de funcionários do órgão e os que eram contra a reforma agrária, fossem remanejados. No mês de agosto deste ano, um grupo de 500 sem-terra invadiu a agência do Banco do Nordeste, em



Figura 25 – Ocupação do Banco do Nordeste.

Fonte: Jornal da Cidade

Nossa senhora da Glória, em protesto pela demora na liberação do dinheiro do PRONAF (Jornal da cidade, 17.08.2000).

Freqüentemente, nas manchetes de jornais circulavam notícias, do tipo: “MST perdeu o controle da situação” ou o “Sertão virou uma terra sem lei” (Jornal da Cidade nov/2000). Para Frei Enoque Salvador, prefeito de Poço Redondo, o problema já foi longe demais porque os dirigentes do MST perderam o controle da situação. Para ele: “os aproveitadores infiltrados no movimento, inclusive ex-presidiários e, suspeita-se, gente envolvida com a pistolagem – estão agindo à vontade, colocando o movimento em risco e agredindo gente séria, honesta e boa”, observa. E complementa: “Para se locomover no sertão, representantes da Justiça mandam pessoas ir à frente para ver se não há interdição da pista”(Jornal da Cidade, nov/2000). E no ano seguinte, ainda se encontrava nos jornais manchetes tais como “Poço Redondo e Canindé nas mãos do MST” (Jornal da Cidade, 19.08.01).



Figura 26 – Trabalhadores sem terra em frente ao Banco do Brasil.
Fonte: Jornal da Cidade

Em sincronia com a programação nacional, o MST costuma comemorar com manifestações de ruas, datas históricas importantes: o oito de março, dia internacional da mulher; o 17 de abril, dia internacional da luta camponesa; o 25 de julho, dia do trabalhador rural e o 12 de outubro, dia da criança. Em 2001, cerca de 2.500 trabalhadores rurais acamparam durante três dias na praça, Ranulfo Prata. Eles vieram de vários municípios do interior do Estado para Aracaju, a fim de comemorar o Dia do Trabalhador rural (Jornal da cidade, 27.07.2001).

Em 06 de março 2002, cerca de quinhentas mulheres trabalhadoras rurais, ligadas ao MST sergipano, acamparam na praça da igreja dos Capuchinhos, no bairro América, com a intenção de protestar em prol de melhores condições sociais para as mulheres. Elas permaneceram no local até o dia 08 quando se comemora o Dia Internacional da Mulher. O movimento que pretendia marcar o Dia Internacional da Mulher tinha como tema: “Trabalhadoras: gerando vida, semeando a terra, construindo a nova sociedade”. Foi realizada uma marcha pelas ruas centrais de Aracaju, por meio da qual as trabalhadoras rurais reivindicaram direitos trabalhistas, escolas nos assentamentos rurais ou em áreas próximas, e assistência médica para a grande quantidade de jovens e adultos que precisavam de atendimento oftalmológico e não tinham acesso aos centros urbanos (Cf. Jornal Correio de Sergipe, 7 de março de 2002).

Quando se compara a trajetória do MST nessas duas primeiras fases, observa-se que seu processo de territorialização é relativamente recente, tendo como marco a ocupação da Chesf em 1996. Nos doze anos do processo anterior de hegemonia do PFL, no bojo do qual se dá a implantação do movimento, sua ação é caracterizada pela resistência à ofensiva do governo, que tinha como objetivo destruí-lo na origem, tanto disseminando a violência, como dividindo o movimento social rural por meio dos mecanismos clientelistas e de controle social, via programas especiais. Dessa forma, ressaltamos que o contexto estadual foi mais desfavorável e por um período mais longo do que o contexto nacional, que ainda se beneficiou dos ventos da transição democrática até Collor. O processo político em Sergipe foi de tal maneira conservador, que a Comissão Pastoral da Terra e o próprio Comitê de apoio à reforma agrária não tiveram sobrevida. No primeiro caso, pela mudança da corre-

lação de forças internas da igreja com a hegemonia da ala conservadora e, no segundo caso, porque suas principais lideranças ligadas aos movimentos sociais foram absorvidas pelo esforço de construção do PT. Esse processo de institucionalização da luta política teve início, portanto, com o próprio PT, que já nasceu marcado pelo estigma da institucionalidade, enquanto agremiação legal e de massas. Os movimentos sociais urbanos e sindicais lançaram-se nas tarefas da consolidação da estrutura partidária, criando diretórios no maior número possível de municípios; nas candidaturas proporcionais e majoritárias para concorrer às eleições em todos os níveis, tendo como marco desse processo, as eleições de 1982 para governador do Estado (Tânia Magno, uma das figuras de expressão no movimento docente e no referido comitê, foi candidata a governadora em 1988); na representação e assessorias parlamentares e, posteriormente, no preenchimento nos cargos das administrações das prefeituras de Propriá (1996), Japaratuba e Aracaju (2000).

Dessa mesma forma, a CUT foi diretamente afetada pela lógica institucional. Criada em 1983 já nasceu fortemente ligada ao PT posto que seus principais dirigentes, ao longo dos anos oitenta, eram os mesmos que participavam da direção deste partido. A divisão da classe trabalhadora na questão partidária e sindical gerou uma disputa com os setores ligados ao PC do B e à CGT, contrários à formação da CUT e à fundação do PT, pois achavam que isso podia levar as lutas ao retrocesso.

Segundo Rômulo Rodrigues, presidente estadual da entidade por cerca de doze anos, a CUT desempenhou um papel bastante destacado até a greve geral em 1991, quando se realizou o V CECUT – Congresso Estadual da CUT, que elegeu a chapa “construir a CUT: Pela Base com Independência e Democracia”. Conforme ata do evento, foi aprovado o caráter da Central Única, a partidária classista e de conteúdo revolucionário, apontando na direção do socialismo como alternativa para superar a sociedade de classes. Todavia, três anos depois, no VI CECUT, o presidente Paulo Roberto Ferreira Aragão é reeleito, porém, não mais pela “Esquerda Sindical”, mas, pela sua concorrente, a tendência Articulação Sindical. Este, depois de deixar a presidência da CUT em 1997, vai ser o novo presidente do PT.

O crescimento desta entidade credenciava-a diante da opinião pública; a imprensa, inclusive, pautava-se na CUT para saber o que estava acontecendo. Contudo, no contexto das políticas neoliberais que teve início nos anos noventa, a CUT concentrou-se na luta institucional. No curso da sua trajetória, a CUT foi paulatinamente sendo instrumentalizada pelo PT, com o objetivo de projetar lideranças para a atividade político-institucional. Neste estágio, as ações da CUT e do PT confundiam-se. A história brasileira revive a contraditória relação entre sindicato e partido que foi objeto reiterado pelos vários clássicos do marxismo: Luxemburgo denunciou os indícios de que o partido mataria a organização de base dos *soviets*, centralizando o poder no comitê central e Gramsci denunciou essa mesma

tendência do partido absorver todas as energias, em função da participação no Parlamento, e se utilizar das organizações sindicais de base para a luta institucional.

É neste panorama político que se inscreve a luta dos Movimentos Sociais no Campo. As lideranças do MST filiadas ao PT alinhavam-se com os setores ligados à Opção de Esquerda, denominado no movimento sindical MTR - Movimento Tendência Socialista. Mas não foi sem conflito e momentos de embates. Um dos dilemas do Movimento, nesse sentido, sempre foi o apoio a lideranças de outras categorias sociais ou lançamentos de candidaturas próprias.

As alianças do MST com o movimento popular e sindical, no período em questão, ocorreram em torno de uma agenda comum contra as políticas neoliberais. Desde o início da última década do século XX, o movimento popular liderado por setores da Igreja Católica promoveu várias edições conjuntas do Grito dos Excluídos. Houve também a realização de dois plebiscitos contra o pagamento da dívida externa e a privatização da Vale do Rio Doce. Desde o final dos anos noventa, o MST realizou diversas tentativas para articular a Consulta Popular, enfrentando a desconfiança e resistência dos setores ligados ao PT que pudesse se transformar num novo partido político.



Figura 27 – Representantes dos movimentos sociais em reunião com Dom José Palmeira Lessa discutem a preparação do Grito dos Excluídos. Gileno de boné representa a direção estadual do MST.

Fonte: Jornal da Cidade, 1995.

3.4 O INÍCIO DAS PARCERIAS ENTRE O ESTADO E O MST

O INCRA teve os direitos, competências, atribuições e responsabilidades estabelecidas na Lei n 4.504 de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra) e legislação complementar, em especial, a promoção e a execução da reforma agrária e da colonização.

O funcionamento do INCRA está configurado pela estrutura organizacional aprovada pelo Dec. 966, de 27 de outubro de 1993 e a legislação complementar que disciplina as suas atividades. Suas diretrizes são as seguintes: efetivo atendimento à sua finalidade/missão; valorização das atividades fins, centradas no Cadastro Rural; aquisição e legalização de terras; assentamentos de famílias pela observância de critérios pré-estabelecidos; abertura à participação de entidades civis organizadas engajadas ou com responsabilidade no processo de reforma agrária; organização sistêmica, cabendo aos órgãos descentralizados a execução das atividades fins e às unidades centrais a função de normatizar, supervisionar, orientar, acompanhar e controlar a modernização do sistema técnico-administrativo (II PRRA, p. 72)

É sabido que os primeiros dez anos de implantação da política de assentamentos a ação do Estado caracterizou-se por ser pontual e sempre sob a pressão dos movimentos sociais, não apenas na questão da desapropriação da terra, mas também com relação às demais ações complementares indispensáveis à consolidação dos assentamentos.

A questão relevante para esse estudo, é que, diante da desarticulação total da ação do Estado em políticas consideradas cruciais para o desenvolvimento rural, o MST aceitou paulatinamente a possibilidade de parcerias com o Estado para gestão e até mesmo execução direta de serviços e obras nas áreas de reforma agrária. Dentre os principais convênios firmados nesse período entre o governo federal, mediante o INCRA e as instituições públicas e não-governamentais, enfocando o MST, destacam-se os serviços de assistência técnica (Projeto Lumiar) e de educação (PRONERA - Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária) e os projetos de infraestrutura básica. Tais programas se revestem em espaços privilegiados de análises, não só pela importância que representam nas áreas de Reforma Agrária, mas, sobretudo, porque a execução, o gerenciamento e o desempenho dos mesmos passam também a ser objeto de responsabilidade do próprio movimento social, que é induzido a institucionalizar-se.

Como já foi mencionado, o ministro Raul Jungmann afirmou em 2000 que o INCRA seria transformado num órgão “modelo” da reforma administrativa de FHC, dentro de uma concepção descentralizada, mencionando explicitamente a interseção com os governos estaduais e municipais, para agilizar a reforma agrária, visando à emancipação dos assentamentos em três anos. Não se define com clareza o papel que a sociedade civil desempenharia nesse processo de descentralização. Com a implantação da nova estrutura do INCRA, foi definido o que compete ao órgão realizar, para consolidar o Projeto de Assentamento: a realização da infraestrutura mínima (básica) a qual compreende a construção da estrada de acesso aos lotes, água para consumo humano e energia elétrica para todos os assentados. O ministro considera o Projeto Lumiar, em 1997 como um marco da materialização dos

princípios da reforma do Estado. Desde então, o INCRA vem passando por um brutal processo de transferência de suas competências para a sociedade civil, primeiramente nos serviços, e posteriormente nas obras de infraestrutura.

O argumento do INCRA era de que essa forma de parceria propiciaria uma maior agilidade e melhor acompanhamento na execução dos serviços, uma vez que os assentados acompanham com maior interesse, agilizando a sua execução. Nota-se, inclusive, que as entidades podiam fazer subcontratações para os referidos serviços e obras, que passam a se responsabilizarem diretamente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários e tributários que incidem sobre cada convênio. Essa nova situação vai exigindo a alteração dos estatutos e/ou regimentos internos e/ou normas dos grupos informais, para se tornarem aptas a responder. Nesses convênios, há explicitamente a abertura para a subcontratação dos serviços. Esse é o sentido da descentralização normatizada pelo INCRA (instrução normativa INCRA 02 de 20/03/2001).

3.4.1 Convênios de serviços.

3.4.1.1 Convênios de assistência técnica: Projeto Lumiar

O Projeto de assistência técnica - Lumiar surgiu em 1997 no bojo da reforma administrativa, e com o “Novo Mundo Rural” em 1999 terá outros desdobramentos. O Lumiar foi conquistado pelo MST e viabilizado pelo convênio entre o Incra e o Banco do Nordeste a partir da denominada experiência do Contacap/BNB, entre julho de 1995 e julho de 1996, que em Sergipe contou com cinco técnicos os quais atuavam em alguns assentamentos no estado. Apesar das dificuldades do projeto piloto no Nordeste, essa proposta foi estendida para todo o país, dando origem ao Projeto Lumiar. Iniciou-se a fase de implementação em todos os estados. Em Sergipe, o Lumiar foi viabilizado mediante parcerias entre o INCRA, a FETASE, o MST e a UFS⁸.

Na sua concepção básica, o Lumiar procurou expandir por todo o País a experiência do Contacap⁹. Ao incorporar a participação dos movimentos sociais no campo, tanto no nível de coordenação

⁸ A Universidade Federal de Sergipe – UFS através da Pró-Reitoria de Extensão representava no Estado o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB que firmou convênio com o INCRA/Ministério Extraordinário de Política Fundiária para três projetos nacionais: I Censo Nacional da Reforma Agrária, em 1996, Projeto LUMIAR, em 1997 e o PRONERA - Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária, em 1998.

⁹ No caso de Sergipe essa experiência denominada CONTACAP se desenvolveu no Alto Sertão onde foi criada uma equipe para atuar no assentamento Cuiabá. Em 1998, além da equipe de Cuiabá que incorporou o assentamento Modelo houve o acréscimo de três equipes: duas, em Poço Redondo, para atender ao complexo Jacaré-Curituba I e V e a outra para cobrir os assentamentos menores espalhados na região.

nação, quanto ao nível de execução, este programa tornou as ações de políticas agrícolas passíveis de disputas nas comissões nacionais estaduais. O Projeto Lumiar visava à implantação de um serviço descentralizado e terceirizado de apoio técnico às famílias dos agricultores assentados nos Projetos de Reforma Agrária, de forma que os serviços de assistência técnica dos assentamentos fossem contratados pelas próprias associações dos assentados. Foi viabilizado por meio das parcerias entre o INCRA, Federações de Trabalhadores na Agricultura, o MST e Universidades Federais com o objetivo de preencher as lacunas da extensão oficial, garantindo assistência técnica nas áreas de assentamentos de reforma agrária.

O Projeto Lumiar era coordenado pela Comissão Estadual do PROCERA/Lumiar/CEPROL, composta pelos seguintes órgãos: INCRA, Secretaria de Agricultura - SAGRI, Empresa de Desenvolvimento Agropecuário - EMDAGRO, COHIDRO, BNB além de representantes dos beneficiários do programa (FETASE e MST). A Equipe de Supervisão Estadual era formada por três técnicos, sendo um agrônomo do INCRA e dois representantes de outros órgãos.

A execução da assistência técnica ficava a cargo dos técnicos das Equipes Locais das prestadoras de serviços: Centro de Capacitação Canudos - CECAC (ligado ao MST) e Coopertal - Cooperativa de Assistência Técnica (ligada à FETASE) para quem eram repassados os recursos do INCRA.

O CECAC é uma ONG, ligada ao MST. Foi fundado em 29 de agosto de 1994 no Projeto de Assentamento Moacyr Wanderley – povoado de Quissamã – município de Nossa Senhora do Socorro-SE, e objetiva oferecer cursos profissionalizantes e dar assessoria técnica, social e ambiental aos trabalhadores rurais das áreas de reforma agrária. Além destas funções, este Centro desenvolve projetos no âmbito da produção, educação, saúde, meio ambiente e outros, em parceria com a UFS e outras instituições.

A Coopertal - Cooperativa de técnicos de nível superior, foi criada como desdobramento de um movimento cooperativista, estimulado ao nível do Nordeste pela Assocene, que preencheu o espaço de trabalho profissional diante da inexistência de concursos públicos e multiplicação de convênios terceirizados. Estreitou relações com a FETASE quando um dos seus assessores fundou a entidade para prestar serviços de capacitação com recursos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Quadro 1 - Assistência técnica do Lumiar em Sergipe – 1998.

REGIÃO	EQUIPE	ASSENTAMENTOS	MUNICÍPIO	FAMILIAS	N.S	N.M
SERTÃO	Nº 1	Cuiabá	Canindé do S.	200	1	2
		Modelo	Francisco	30		
	Nº 2 e 3	Jacaré Curitiba I a V	Poço Redondo	549	2	4
	Nº 4	Queimada Grande	Poço Redondo	150	1	2
		Pioneira	Poço Redondo	21		
		Fortaleza	N.Sª Glória	50		
Bom Jesus		Monte Alegre	28			
Subtotal	4 equipes	11 P.A(s)	4 municípios	1.028	4	6
LITORAL NORTE	Nº 5	Padre Cícero	Própria	41	1	3
		Santana dos Frades	Pacatuba	93		
		N. Sª Santana	Pacatuba	36		
		Cruiri	Pacatuba	35		
		Três Cancelas	Japoatã	19		
Subtotal	1 equipe	5 P.A(s)	3 municípios	224	1	3
METROPOLITANA	Nº 6	Flor do Mucuri (de cima)	Divina Pastora	25	1	1
		Flor do Mucuri (de baixo)	Divina Pastora	55		
		Moacyr Wanderley	São Cristóvão	37		
		Maravilha	Estância	23		
Subtotal	1 equipe	4 P.A(s)	3 municípios	140	1	1
CENTRO/SUL	Nº 7	22 de Novembro	Lagarto	50	-	3
		Che Guevara	Lagarto	80		
		Antônio Conselheiro	Paripiranga*	23		
		São Roque	Cristinápolis	51		
Subtotal	1 equipe	4 P.A(s)	3 municípios	204	-	3
TOTAL EM SE.	7 equipes	24 P.A(s)	13 municípios	1.028	6	13

Fonte: Extraído de relatórios da equipe de supervisão do Lumiar.

A equipe do Lumiar era composta pelos seguintes membros: Região Norte: Marcelo Alves, Marcos Cezar, Euler, Verinha e Gismário Nobre; região Sul e Agreste: Manoel, Edvaldo Francisco Flamarion. A equipe de supervisão era composta pelos professores da UFS, Givaldo Hipólito e Theresa Cristina Tanezini e um médico Veterinário, hoje, ligado à empresa oficial de assistência técnica do estado.

O Lumiar, apesar dos limites de um programa recém-implantado, teve um papel importante naquele momento. Segundo um técnico do CECAC, havia uma interação constante entre equipe técnica, equipe de supervisão, de coordenação, assentados e movimentos sociais. Para ele, só não foi melhor porque a supervisão levava as demandas para o INCRA, mas geralmente faltavam recursos para a capacitação, transportes e outras necessidades básicas. O programa foi inclusive apelidado de “lamparina” porque o INCRA só liberava as coisas por prestação. A equipe técnica recebia três meses e passava mais três meses sem receber. O prejuízo maior para o Movimento é a perda dos técnicos depois de um longo processo de formação e capacitação na medida em que o MST capacita e o pessoal acaba indo prestar serviços em outras entidades pela descontinuidade do programa¹⁰.

¹⁰ Conforme entrevista concedida em 26.03.2007

O Lumiar foi alvo de críticas severas da imprensa conservadora que o acusava de ser um programa para extrair dinheiro dos cofres do governo a fim de financiar as atividades do MST. Segundo notícias da FSP, o “pedágio financeiro” do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) recolhia 3% do dinheiro enviado aos assentamentos controlados pelo movimento. Os técnicos do Lumiar eram profissionais autônomos, pagos pelo INCRA, em convênios com bancos oficiais. Mas era o MST quem os indicava. “E são eles, na maior parte dos casos, que abrem os cofres do Tesouro Nacional para o movimento dos sem-terra” (FSP, 14.05.2000).

O MST do estado de Sergipe fez parte da relação dos treze estados que foram investigados pela Procuradoria Geral da República. Segundo apurou o Jornal da Cidade, a diretoria estadual do MST via na medida, mais uma forma do governo federal em querer desmoralizar o movimento. Para Roberto Araújo, da direção do MST, a denúncia sobre o “pedágio” é mais uma forma encontrada para denegrir a imagem do MST, passando para a sociedade que o movimento está sob suspeita. “Como o governo federal não faz reforma agrária mente com a clara intenção de desmoralizar o MST” (Jornal da cidade, 12.10.2000)

O Projeto Lumiar teve uma sobrevivência bastante efêmera, de 1997 a 1999. Foi extinto sem qualquer avaliação dos parceiros envolvidos; ao invés disso, foi aberto processo de auditoria do INCRA, envolvendo a polícia federal para apurar supostas irregularidades. Os técnicos da supervisão foram intimados a depor na Polícia Federal, sob a alegação de que o programa vinha cometendo irregularidades, a exemplo, do “pedágio”. Para o MST, deve ter ficado a aprendizagem dos dilemas que os cercam nas relações conflituosas que estabelece com o estado.

3.4.1.2 Convênios na área de educação: O Pronera

O tema da educação do campo emergiu na agenda governamental graças às experiências alternativas de alfabetização de jovens e adultos desenvolvidas pelo MST nos assentamentos e acampamentos, a partir de meados da década de 1980.

A interação campo-cidade faz parte do desenvolvimento da sociedade brasileira só que via submissão. O camponês brasileiro foi estereotipado pela ideologia dominante, como fraco e atrasado, portanto, precisa ser redimido pela modernidade para se integrar à totalidade do sistema social. Trata-se de uma percepção idealizada das condições materiais de existência na cidade e de uma visão particular do processo de urbanização, no qual a especificidade do campo constitui uma realidade provisória que tende a desaparecer em tempo próximo, face ao inexorável processo de urbanização, que deverá homogeneizar o espaço nacional.

Somente na Constituição de 1988, (à luz dos artigos 208 e 210 da Carta Magna, e inspirada, de alguma forma, na concepção de mundo enquanto espaço específico, diferenciado e, ao mesmo tempo, integrado ao conjunto da sociedade) a educação é, finalmente, promulgada como direito de todos. Ou seja, nascia ali a perspectiva de construção de uma educação do campo livre do jogo das elites. No dizer de Roseli Caldart, a pedagogia oficial além de não reconhecer o povo do campo como sujeito da política, tenta sujeitar o camponês a um tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos. Para a autora, é por isso que logo o Movimento foi descobrindo que não bastava simplesmente ocupar latifúndio da terra porque é necessário ocupar, também e simultaneamente, o latifúndio do saber. Hoje existe a compreensão de que o MST deve lutar contra três cercas: a do latifúndio, a do capital e a da ignorância. Estas três coisas caminham *pari passu* – pilares fundamentais da luta pela reforma agrária. Mas, para os Sem Terra não basta uma escola para os camponeses; eles querem uma escola dos camponeses, que respeite sua luta, sua identidades, seus valores, sua mística.

O marco dessa caminhada é o I ENERA - Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (1987). Este evento, promovido pelo MST em parceria com a UnB e o UNICEF, reuniu seiscentos delegados de vinte e três estados e o Distrito Federal, além de convidados e especialistas (Jornal da UnB, 12 de agosto de 1997). Essa articulação interinstitucional culminou com a realização da I Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo em 1998, dando origem ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

Essa Conferência teve o mérito de recolocar sob outras bases, o rural, e a educação que a ele se vincula; por meio dela, os movimentos sociais do campo vão inaugurar uma nova referência de educação do campo e “não educação rural ou educação para o meio rural”. Suas resoluções serviram de base para a elaboração do Parecer (2001) e a Resolução 001/2002, chamada Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. O Parecer reafirmou as especificidades do campo em termos da sua particularidade histórica, econômica e sócio-cultural; ou seja, a conferência se pronunciou pela necessidade de políticas públicas específicas para o campo e por um projeto educativo próprio que leve em conta essa realidade. Com isso, demarcou posição face à maneira estereotipada como sempre se enxergou a realidade do campo; nas estatísticas oficiais sobre educação no Brasil, a população rural aparece apenas como um dado ou no máximo, como referências marginais e pejorativas. É como se a diferenciação entre o rural e o urbano não fizesse mais sentido, uma vez que a morte do primeiro já estaria sendo anunciada.

O PRONERA surgiu nesse contexto. A parceria constitui o principal princípio operacional e metodológico do Programa. Os principais parceiros são os movimentos sociais e sindicais de trabalha-

dores rurais, o INCRA e as instituições públicas de ensino superior sem fins lucrativos. Essas instituições criam, por meio dos projetos, a oportunidade de exercitar e realizar ações com a co-participação dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais; instituições de pesquisa, governos estaduais e municipais, em prol do desenvolvimento sustentável no campo, da construção da solidariedade e da justiça social.

A gestão do PRONERA fundamenta-se na participação e descentralização das ações. No plano nacional, a gestão é exercida pela direção executiva responsável pela administração e gestão do Programa e pelos colegiados: executivo (instância que aprecia, acompanha e supervisiona a gestão e a operacionalização do Programa) e da Comissão Pedagógica (a instância responsável pela orientação e definição das ações político-pedagógicas do Programa). Nos estados, ele é operacionalizado por um colegiado executivo estadual. As instituições de ensino superior, além de mediar a relação entre movimentos sociais e o INCRA são responsáveis pela coordenação pedagógica dos projetos. Os movimentos sociais respondem pela mobilização e seleção do público beneficiário enquanto as superintendências regionais do INCRA desempenham funções de acompanhamento financeiro, apoio logístico e articulação interinstitucional. Em princípio, compete às secretarias estaduais e municipais de educação, a função de apoiar a implantação dos projetos, assegurando sua continuidade. Os projetos habilitados são conveniados entre o INCRA e a instituição de ensino superior proponente¹¹. Mas esse processo também revela muitas tensões e problemas. Há uma forte discriminação com relação ao MST na academia. Há universidades públicas, por exemplo, que não aceitam fazer convênios para ministrar cursos. Há casos, em que só aceitam oferecer cursos de extensão e há situações em que querem impor os temas e as disciplinas.

¹¹ “Quase desde o seu nascimento, o MST inicia parcerias com diversos espaços do saber acadêmico. De início, são as parcerias com os cursos de magistério e de técnicas agrícolas, para a formação dos seus próprios educadores de primeiro grau. Mas, em 1994, o MST faz sua primeira parceria com uma universidade, a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, para o curso de Pedagogia, destinada a formar educadores graduados para suas próprias escolas de segundo grau. Hoje, 2007, segundo entrevista que me concedeu a historiadora Maria Gorete de Souza, da coordenação da ENFF, o MST possui 40 convênios de graduação com universidades federais e estaduais, para os cursos de geografia, letras, pedagogia, agronomia, gestão e cooperativas, administração, história e direito. Tem convênios de especialização, em nível de pós-graduação, para as áreas de estudos latino-americanos, saúde popular, direito dos povos do campo, economia política e educação do campo. Mantém um convênio de mestrado, em sociologia, em Campina Grande, com cinco alunos neste ano e mais cinco, no próximo. Ademais, firmou convênio com Cuba e com a Venezuela. Neste ano de 2007, o MST está com 90 jovens fazendo medicina, veterinária e história da arte, em Cuba. Atualmente, o MST tem 18 jovens já formados em medicina, em Cuba, que estão fazendo residência em Fortaleza, para obter o reconhecimento de seu título. O convênio com a Universidade Bolivariana, na Venezuela, ofereceu aos movimentos populares do Brasil, 100 bolsas custeadas pelo governo venezuelano, para fazer agronomia, agro-ecologia e medicina; e, neste ano de 2007, o MST já está enviando 23 jovens. Sem mencionar que 18 militantes do MST estão fazendo mestrado na Espanha”. Conforme Heloisa Fernandes, in palestra “Em busca da universidade pública e popular: a Escola Nacional Florestan Fernandes”, realizada pelo DCE da Universidade Federal do Rio grande do Sul em 27 de março de 2007

Em Sergipe, as experiências de educação do campo, desenvolvidas pela UFS, em parceria com os movimentos sociais, ocorreram antes mesmo da existência do PRONERA. Já em 1992, o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alfabetização (NEPA) do Departamento de Educação da Universidade, iniciou uma experiência no assentamento Vitória da União, em alfabetização de jovens e adultos. Em 1995, ou seja, três anos depois, essa experiência foi estendida para 14 assentamentos do MST por meio de convênios firmados com o NEPA e FNDE para realização de dois cursos de capacitação. Em 1996, este projeto com financiamento do FAT foi ampliado, envolvendo o Ministério do Trabalho, a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe, a UFS, a Secretaria de Ação Social e do Trabalho, o NEPA e o MST. O plano de trabalho, apresentado inicialmente, tinha como finalidade alfabetizar 940 alfabetizandos e capacitar 50 monitores no período de quatro anos, sob responsabilidade direta de alfabetizadores. O PRONERA serviu de combustível para o incremento desse programa de alfabetização de jovens e adultos, e de formação do educador popular no estado de Sergipe, sendo a UFS uma das referências pioneiras do mesmo.

O Projeto do curso de formação do educador popular das áreas de assentamentos e acampamentos de reforma agrária surgiu da necessidade de escolarização dos educadores que atuam nas classes de alfabetização de jovens e adultos, pelo fato de não possuir professor com formação de magistério nos assentamentos. Daí a proposta de se criar um curso supletivo, a fim de que monitores pudessem concluir o segundo ciclo da educação fundamental, numa perspectiva de trabalhar a formação básica. A demanda desses projetos se pautava em uma avaliação que tinha como base o diagnóstico levantado pelo Censo do INCRA nas áreas de Reforma agrária, realizado no estado, em 1997, no qual se constatou um quadro crítico de educação nessas áreas.



Figura 28 – Acácia Feitosa, coordenadora estadual do setor de educação do MST em Sergipe. **Fonte:** Jornal da Cidade, 13/09/2004.

Em 2000, o MST solicita a continuidade das ações de formação de monitores de alfabetização, que resulta no convênio do curso de formação do educador popular em áreas de reforma agrária de Sergipe, para formação de educadores em nível de magistério. Teve seu início em 2001 e o seu término em 2003. Da meta de formar 870 monitores de vários assentamentos/acampamentos de Sergipe, dado a um conjunto de dificuldades apresentadas, apenas 60 educadores foram diplomados. Foram criadas outras organizações para dar-lhes suporte jurídico: o Centro Comunitário de Formação em Agropecuária Dom José Brandão de Castro - CFAC (2001); Associação de Cooperação Agrícola do Estado de Sergipe - ACASE; Instituto Patativa do Assaré (2004).

Com o Novo Mundo Rural (1999) as parcerias iniciais do INCRA na assistência técnica e educação, com as entidades não governamentais tiveram diversos desdobramentos para outros tipos de serviços: elaboração de Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos, demarcação das parcelas urbanas e dos lotes rurais (serviços topográficos), assistência jurídica conforme mostra o quadro seguinte:

3.4.1.3 Outros convênios: Serviços Topográficos, elaboração de PDAs, assistência jurídica, Capacitação.

Quadro 2 – Convênios de serviços entre o INCRA e entidades parceiras (2001-2002)

ANO	Tipo de serviço	Nº do Processo	Entidade executora	Beneficiárias
2001	Assistência jurídica	54370.000940/2002-34	Federação dos trabalhadores na Agricultura do estado de Sergipe	Acampados da reforma agrária no estado de Sergipe
2001	Elaboração de Planos de Desenvolvimento do Assentamento	54370.000590/01-62	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe – FAPESSE	PAs de Campo Alegre, Novo Mulungu, Cabocla, Titara, Nossa Senhora da Glória, Serra do Rio Real e São José de Nazaré.
2001	Acompanhamento da assistência técnica em 62 projetos de assentamentos	54370.000838/2001-11	Associação dos Engenheiros agrônomos de Sergipe	Supervisão da assistência técnica em 26 projetos assistidos pela Emdagro – Empresa de Desenvolvimento Agropecuario de Sergipe e 36 projetos assistidos pelo CECAC.
2001	Assistência técnica	54370.000687/2001-93	CECAC	Diversos PAs no estado
2001	Assistência técnica	54370.000569/01-31	EMDAGRO	25 PAs no estado
2002	Demarcação de parcelas urbana e dos lotes	54370.000905/2002-71	Associação do Projeto de Assentamento Campo Alegre	PA Campo Alegre
2002	Demarcação de parcelas urbana e dos lotes	54370.000867/20002-56	Associação do Projeto de Assentamento Fortaleza	PA Fortaleza
2002	Demarcação de parcelas urbana e dos lotes	54370.000956/2002-01	Associação do Projeto de Assentamento Camilo Torres	PA Camilo Torres
2002	Demarcação de parcelas urbana e dos lotes	54370.000978/2002-62	Associação do Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares	PA Zumbi dos Palmares
2002	Demarcação de parcelas urbana e dos lotes	54370.000903/2002-81	Associação do Projeto de Assentamento 22 de novembro	PA 22 de novembro
2002	Elaboração de Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos- PDA	54370.001224/2002-20	Associação dos Engenheiros Agrônomos de Sergipe	Diversos assentamentos
2002	Elaboração de PDA	54370.001154/2002-18	CECAC	Diversos assentamentos
2002	Assistência Técnica	54370.004274/2002-15	Associação Comunitária Nossa Senhora do Carmo	PA Nossa Senhora do Carmo
2002	PDAs, Serviços topográficos de demarcação de parcelas rurais e urbanas		CECAC	Diversos PAs

Fonte: Dados fornecidos pelo INCRA.

Observa-se que os convênios dos anos 2001 e 2002 são realizados, majoritariamente com as associações, grupos de produtores e a entidade ligada ao MST – CECAC envolvendo um ou mais assentamentos.

Para ilustrar esses serviços foram destacados dois convênios do INCRA com duas associações - do Projeto de Assentamento Camilo Torres e do PA Fortaleza para obras de demarcação de parcelas urbanas e rurais. Em ambos os casos afirma-se que no Convênio, a Associação dos Assentados irá contratar as empresas para a execução dos serviços. “Assim este procedimento vai de encontro como que consta na IN/Incra/n 02 de 20.03.01 em seu art 9º onde cita: A implementação do Projeto de Assentamento será realizado de forma descentralizada com a efetiva participação dos beneficiários”.

3.4.2 Convênios de infra-estrutura.

No quadro 3, observa-se o conjunto dos convênios realizados pelo INCRA nos anos 2001 e 2002, relativos às obras de infraestrutura para os projetos de assentamento (PAs). Ressalta-se a extensão das parcerias com as entidades não governamentais, principalmente as associações dos assentamentos, grupos informais de produtores e o CECAC/MST, também para as obras de energia, sistema de abastecimento de água e estradas que eram atribuições exclusivas do INCRA.

Desse quadro, o caso firmado com o Grupo de Produção e Prestação de Serviço Chico Mendes é ilustrativo dessa nova forma de gestão das obras públicas, porque evidencia que até mesmo um grupo informal de produtores passa a ser tratado como ente jurídico, proponente de um convênio, responsável pela construção de estradas, distribuição de água e energia. Os próprios termos do convênio deixam transparecer a institucionalização desse grupo social de beneficiários: “Quanto à obra a ser realizada através do Grupo de trabalho, é este procedimento que estamos adotando noutros Projetos, as obras estão sendo realizadas via associação. Neste assentamento, as famílias resolveram denominar a sua organização como Grupo de Trabalho. Sendo este grupo uma entidade jurídica com os mesmos objetivos de uma associação, conforme consta em seu estatuto, desta forma não vemos impedimento de realizarmos o contrato com o Grupo de Trabalho e Prestação de Serviço/Chico Mendes que irá contratar as empresas para execução dos serviços”. (Conforme cláusula do convênio)

Antecipa-se que no capítulo seguinte esse processo de descentralização das ações da reforma agrária, ou seja, de desresponsabilização do Estado, com o repasse dessas ações para as entidades da sociedade civil, será ampliado e aprofundado no governo Lula.

Quadro 3 – Convênios de infra-estrutura entre o INCRA e entidades parceiras (2001-2002)

ANO	Tipo de serviço	Nº do Processo	Entidade executora	Beneficiárias
2001	Instalação de rede monofásica de energia elétrica	54370.000543/01-37	Associação dos Produtores Rurais do Projeto Comunitário Caipe	Projeto Comunitário Caipe
2001	Instalação de rede de energia elétrica	54370.000544/2001-81	Associação do Projeto de Assentamento Água Vermelha	PA Água Vermelha
2001	05 km de estradas	54370.000546/2001-71	Associação de Cooperação Agrícola do Projeto de Assentamento Flor do Mucuri	PA Flor do Mucuri
2001	04 km de estradas no PA Chico Mendes e sistema de distribuição de água e obras de energia no PA Bom Jesus	54370.000532/20001-57	Grupo de Produção e Prestação de Serviço Chico Mendes	PA Chico Mendes e PA Bom Jesus
2002	06 km de rede de elétrica	54370.001306/2002-74	Associação de Cooperação Agrícola do Projeto de Assentamento 22 de novembro	PA 22 de novembro
2002	02 km de estrada no PA São Francisco, 4 km de estrada no PA 8 e março e 3,3 km de estrada no PA Nova Esperança	54370.001281/20002-17	Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento 08 de março	PA São Francisco, PA 08 de março e PA Nova Esperança
2002	Construção de 400 cisternas	54370.0001274/20002-15	CECAC	Diversos PAs
2002	06 km de eletrificação no PA Dondora e Drenagem da várzea do PA Ivan Ribeiro	54370.0001546/2002-79	CECAC	PA Ivan Ribeiro e PA Dondora
2002	Construção de 400 cisternas	54370.0001254/2002-36	Centro de Assessoria e Serviço Dom José Brândão de Castro – CDJBC	Diversos PAs

Fonte: Dados fornecidos pelo INCRA.

CAPÍTULO IV

O MST EM SERGIPE: 2003-2007 (caminhando no fio da navalha)

Esse capítulo tem como objetivo central contextualizar a luta dos sem-terra no estado de Sergipe no quadro de polarização entre o PT e o PFL, principais forças que protagonizaram a luta político-ideológica no período em análise.

Trata-se de um contexto singular das lutas sociais no Brasil. A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República constituiu-se um fato histórico na política brasileira, tanto pela sua biografia, quanto pela característica do seu Partido e dos movimentos que o apoiavam. O operário presidente encarnava o sonho, a esperança, a ética e a utopia da classe trabalhadora. A empolgação dos movimentos populares não deixa de ser compreensível, uma vez que foram estes mesmos movimentos, os quais ao longo de quase vinte e cinco anos de luta ajudaram a construir a sigla do PT e a projetar Lula como a maior liderança popular brasileira. Embora essa vitória eleitoral não se tratasse de uma mudança revolucionária do poder, pelo menos os movimentos sociais esperavam que com ela o Brasil pudesse entrar na era pós- neoliberal.

O MST não acreditava que Lula fosse capaz de executar um programa de governo avançado e radicalizado, contudo teria apostado na vitória eleitoral como fator de reanimação da luta política. Segundo João Pedro Stédile: “nós nos reanimamos, tanto que, em 2003, botamos 200 mil famílias acampadas, mas o resto do povo não se mobilizou”¹. Na Carta ao Povo Brasileiro aprovada no encontro da direção nacional em Caruaru (nov/2002), logo após as eleições, o Movimento dizia estar esperançoso e confiante na possibilidade de ver um Brasil onde mulheres, homens, crianças, jovens e idosos pudessem viver uma vida digna e feliz. A Carta reafirmava a necessidade de manter a autonomia frente ao Estado, mas, ao mesmo tempo, comprometia-se em contribuir com tudo que fosse possível com o novo governo, para ajudá-lo a realizar a tão sonhada reforma agrária. Esse otimismo também era compreensível uma vez que Lula, antes mesmo de galgar a presidência, já dizia que a prioridade do seu governo seria fazer a Reforma Agrária, conforme o cartaz que se segue.

Todavia – como observou Emir Sader (2004) – o fracasso prematuro do processo de democratização conservadora projetou o PT precocemente para o centro da luta hegemônica. Já para Ricardo

¹ Trecho da entrevista concedida por João Pedro Stédile à Revista Época, edição de 01 a 06 de julho 2007.

Antunes (2004), a eleição que levou Lula ao poder foi uma vitória política tardia porque, quando, finalmente, Lula venceu as eleições em 2002, o país estava de cabeça para baixo. O cenário, como se dizia, era de estancamento das forças sociais do trabalho, embaralhadas na chamada “desertificação neoliberal”, provocando uma mistura no campo político e ideológico, representando a visceral e completa negação de todo seu passado, gerando frenesi e catarse junto aos novos operadores e analistas simbólicos dos fundos de previdência, que vislumbraram sob a batuta do PT, a feliz confluência do mundo financeiro com o sindicalismo de negócio. Essa avaliação aproxima-se da feita por João Pedro Stédile, segundo o qual as elites brasileiras transformaram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, numa espécie de produto transgênico: “sua origem vinculada à

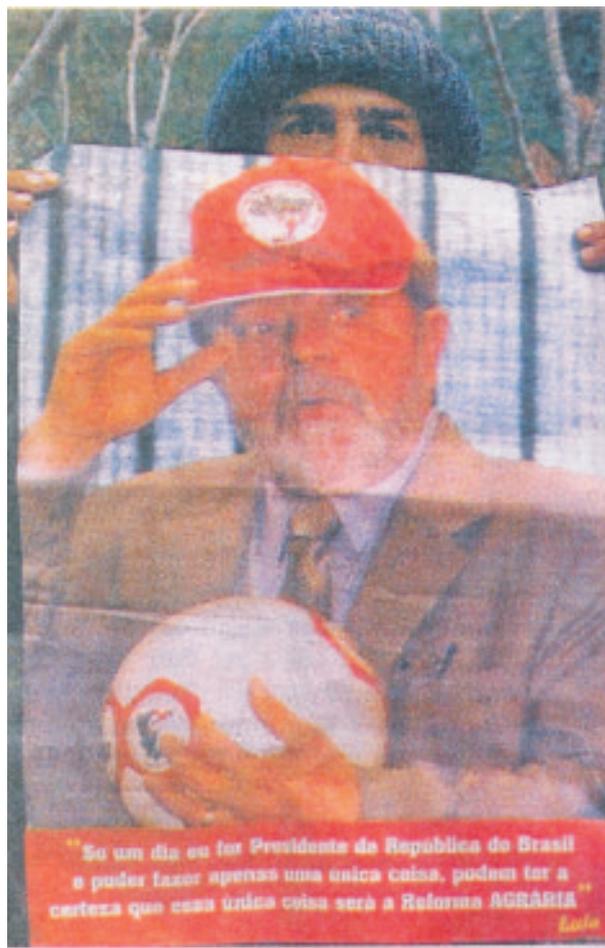


Figura 29 – Cartaz com frase sobre a prometida reforma agrária.

classe trabalhadora foi geneticamente modificada pelas forças conservadoras no governo federal”².

4.1 O NEOLIBERALISMO SOCIAL PETISTA

Lula assumiu a herança “maldita” de FHC, simplesmente, deixando tudo como estava. Rigorosamente, importou a mesma lógica e a aprofundou, para surpresa de todos: negou recursos para os serviços públicos de educação, saúde, aposentadoria, reforma agrária, mas, cumpriu religiosamente os seus compromissos com os banqueiros de *Wall Street*. Para Cesar Benjamin (2004), ex-dirigente petista, Lula ao legitimar e considerar intocável o ambiente criado pelo neoliberalismo foi mais realista do que o “rei” na aplicação da ortodoxia econômica. Não tomou nenhuma iniciativa de ordem política e legal para modificar acordos e contratos feitos no período anterior. Ou seja, Lula aceitou mover-se dentro dos marcos estruturais previamente fixados.

² As declarações foram dadas em Maceió, onde Stédile se reuniu com lideranças de movimentos sociais. Notícia transcrita no *Jornal Gazeta de Sergipe*, 08.10.03.

Com a globalização, evidencia-se um expressivo aumento da participação do capital internacional na economia brasileira aprofundando o processo de centralização e concentração dos capitais e financeirização da economia. Hoje não se encontra mais o capital financeiro em situação de oposição (não antagônica) ao capital produtivo³. A adesão de Lula às teses neoliberais aproximou-se do ideário dos antigos partidos da ordem PSDB e o PFL, como afirma Luiz Filgueiras (2007) “a diferença entre esses partidos é simplesmente quanto ao nível do aperto: a lógica da política econômica é a mesma, ou seja, eles concordam de A-Z. A crítica passa pelo campo moral e pelo critério de saber quem é mais eficiente”⁴. Ou seja, “a grande política” desapareceu e prevalece a questão Renan, da CPMF, do cartão corporativo.

Para Francisco Oliveira, o aparente paradoxo da atuação do governo Lula, realizando o programa do seu antecessor, e até mesmo radicalizando-o, não é equívoco, nem simples tomada de empréstimo de outro programa.

Há uma rigorosa simetria entre os núcleos dirigentes do PT e do PSDB no arco político [...] Ideologicamente também são muito parecidos: o núcleo formulador das políticas de FHC proveio da PUC - Rio, o templo do neoliberalismo, a começar pelo inarredável ministro Pedro Malan, e o núcleo formulador do PT passou pela Escola de Administração de Empresas da FGV em São Paulo [...] é isso que explica as recentes convergências pragmáticas entre o PT e o PSDB. A nova classe [de dirigentes] tem unidade de objetivos, formou-se no consenso ideológico sobre a nova função do Estado, trabalha no interior dos controles de fundos estatais e semi-estatais e está no lugar que faz a ponte com o sistema financeiro (OLIVEIRA, 2003, p. 147-148).

A política macroeconômica do governo ao privilegiar o agro-negócio caminha em direção oposta à da reforma agrária, inclusive com o incremento de atividades que provocam o aumento da concentração da terra, tais como projetos de mono-cultivo de eucalipto, soja e cana-de-açúcar. No plano ideológico, a mudança de posição do governo é confirmada por elogios aos usineiros: “[...] que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agro-negócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais, porque todo mundo está de olho no álcool. E por quê? Porque têm políticas sérias”⁵.

³ O processo de financeirização é mais amplo do que a questão dos bancos. A lógica capitalista exige resultados imediatos nas disputas intercapitalista: o setor financeiro pressiona as empresas para dar resultados imediatos, enxugando-as para baixo. Isto se manifesta na busca de grandes empresas pelos bancos: hoje, o banco Votorantim é o décimo no ranking dos grandes bancos; a Gerdau, tem banco; Silvio Santos tem banco. Esta lógica que impregnou todas as relações econômicas e sociais manifesta-se de forma arrasadora e redefine os grupos de hegemonia. Enquanto o Banco Votorantim emprega 250 trabalhadores, a empresa de Alumínio, do mesmo grupo, emprega 15 mil e os resultados econômicos são os mesmos.

⁴ Palestra do autor sobre Conjuntura econômica, hegemonia e comportamento político, no Auditório da Escola de Ciências Sociais, em Salvador (BA), em 20/11/2007.

⁵ Lula, discurso em Mineiros (GO), 20.03.07

Trata-se de uma declaração inédita. Como ressaltou Maria Cristina Gonzaga (2006), pois tal afirmação não encontra precedente na história do país, sobretudo em um período no qual foram reveladas relações de produção do tipo escravista na agroindústria operada por este segmento da classe dominante⁶. Segundo ela, no ano de 2006, morreram 450 trabalhadores do setor sucro-alcooleiro nas usinas. A causa mortis? Acidentes de trabalho, principalmente durante o transporte, assassinatos, queimadas. Nos últimos cinco anos, o trabalho na lavoura de cana ceifou a vida de 1.383 trabalhadores. A expansão do agro-negócio da cana, na verdade mascara a intensificação da super exploração e o agravamento das condições de vida e de trabalho de centenas de milhares dos chamados bóias frias. De acordo com observações de analistas, a política do etanol (Proálcool II), ao adentrar nas áreas antes cultivadas com milho e soja (produtos que compõem a cesta alimentar), poderá repercutir de maneira profundamente negativa nos rumos da reforma agrária e na política de segurança alimentar.

Do ponto de vista da política social, o governo optou por uma política compensatória que “funcionaliza” a pobreza, mas, não a reduz. Para Chico de Oliveira, as políticas como Bolsa Família, Fome Zero e outras coisas afins não funcionam, para o que seria seu objetivo principal, melhorar a distribuição de renda; funcionam enquanto focalização e manutenção da pobreza que para cada carência, há uma política de Estado, para cada grupo social, há uma política específica na qual estão todos pendurados. Como o Estado tem que se legitimar, o governo faz políticas excepcionais para cada caso excepcional. O estrato mais pobre da sociedade tornou-se dependente de políticas de exceção, revitalizando o clientelismo.

O programa Bolsa-Família atende 20% dos mais pobres. Isto ameniza um problema social porque essas famílias estavam na miséria absoluta, mas, os seus beneficiários tornam-se completamente dependentes. Com a “filantropização”, o proletariado ao invés de ser identificado como classe lutadora passa a ser tratado como pobre, por isso demandante de políticas compensatórias e assistenciais as quais atingem a sua capacidade de mobilização social e política. Na mesma direção, Ricardo Antunes (2008) afirma que o sindicalismo brasileiro atravessa um momento “triste”, com uma dependência da máquina do Estado que não se via desde os tempos do getulismo, quando os sindicatos livres foram suprimidos. O governo atrai a cúpula dos sindicatos, federações e também centrais sindicais com convites para cargos no governo e a manutenção do imposto sindical – que no passado foi condenado pela CUT⁷.

⁶ Técnica da Fundacentro (órgão do Ministério do Trabalho) em declaração à revista Isto É Online de 28.03.07.

⁷ Entrevista de Ricardo Antunes pelo jornalista Roldão Arruda em o Estado de São Paulo de 2 de maio de 2008.

Hoje, mais do que em épocas anteriores, há uma incapacidade das próprias direções dos sindicatos, de identificar a opositora relação capital e trabalho que passa a ser substituída pela ideologia da responsabilidade social. Para Anselmo Ruoso (2007), “há uma esquizofrenia dentro do movimento sindical: num momento, você luta por questões do interesse dos trabalhadores, enquanto em outro essa luta não pode ir contra o governo que representa o interesse dos trabalhadores”. Isso tem dificultado o próprio entendimento do princípio da autonomia e independência sindical. A situação é agravada pela complexidade no interior da empresa que detém um forte poder de comunicação: “o trabalhador não é só mais um trabalhador, mas sim um colaborador”. Sofre todo um processo de cooptação dos sujeitos e nisso perde o conceito de operário e do entendimento de que sempre há disputa na relação capital e trabalho. Para Ruoso, “a participação nos lucros da empresa - PLR desperta um interesse maior do que a reposição salarial. A construção neoliberal desse processo de cooptação do trabalhador é a de dar um quinhãozinho da lucratividade, para gerar uma monstruosidade de lucro”. É esse o processo de cooptação que domina o trabalhador. É toda uma lógica sistemática, um processo muito harmonioso que a empresa faz. “Quanto mais produzirem quanto maior for a produção que conquistarem para a empresa os trabalhadores sairão ganhando. Vocês também são a empresa! Esse é o discurso”⁸.

Com a estatização do PT, termo utilizado por Chico de Oliveira e Ricardo Antunes, houve um forte deslocamento dos quadros sindicais dirigentes. Estes passaram a identificar-se com o governo afastando-se da sua base social dos sindicatos. Esse grau de dependência do sindicalismo tem levado setores sindicais a admitirem publicamente a necessidade de rever as relações com o governo. Para o tesoureiro da CUT, Antonio Carlos Spis, o mesmo que liderou a famosa greve dos petroleiros no regime de FHC, as facilidades de interlocução com o governo do PT dificultaram a própria ação dos sindicatos. Por isso, ele considera que é preciso recuperar a massa crítica e retomar as mobilizações. A autocrítica feita por Spis e Ruoso, revela não apenas os dilemas da CUT, mas, as próprias contradições vivenciadas pelo conjunto dos movimentos sociais. Essas lideranças expõem as mazelas de uma entidade que se amoldou à ordem do capital e transformou-se em uma instituição burocrática.

É tomando por base esses dados, que as relações do Estado com o MST são colocadas em questão. “Pede-se que o MST seja contido: mais repressão, maior agilidade na desocupação de terras, maior firmeza na ação policial” (SADER, 2004, p. 69).

⁸ Entrevista de Anselmo Ruoso, presidente do sindicato dos petroleiros do Paraná e Santa Catarina, Usininos, em 30.08.07.

A ação política do MST encontra sua contra-ofensiva nos ruralistas e outros setores conservadores da sociedade civil (da mídia, da academia, da igreja) e também da sociedade política, tanto no poder judiciário quanto no Congresso e no executivo.

Como parte da contra-ofensiva ideológica, o Congresso criou a CPMI da Terra. Era a total negação do princípio constitucional da função social da terra. Qual a primeira consequência observada dessa contra-ofensiva ideológica? O nítido recuo do governo em termos das metas de reforma agrária propostas no PNRA oficial, em relação à proposta original apresentada. A idéia inicial era assentar um milhão de famílias durante os quatro anos de governo, mas, essa meta foi reduzida para 400 mil famílias, via desapropriação, mais 100 mil famílias, via crédito fundiário. Por outro lado, reforçou-se uma visão estereotipada do MST junto à população. Segundo pesquisa encomendada ao *Vox Populi* pela CNA, 58% viam o MST como um movimento violento que pensa mais nos resultados políticos de suas ações; 23% achavam que ele é pacífico e outros 15% acreditavam que ele não é nem pacífico nem violento (CORREIO DE SERGIPE, 17.12.2003).

Para Sérgio Sauer et al (2006, p.62), pela primeira vez o produto da comissão – relatório final paralelo – voltou-se exclusivamente para a investigação e responsabilização das vítimas, diferentemente das CPIs anteriores que buscavam apontar causas da violência no campo para proteger as vítimas. Conforme o autor, o principal argumento repetido à exaustão, era de que o MST é “um movimento revolucionário de esquerda com meta e filosofia revolucionária”.

O movimento vai responder com mais ocupações de terra, de prédios públicos e com as tradicionais marchas e jornadas de Abril. Porém, daquele momento em diante, o MST passaria a ser chamado a atenção pelo próprio presidente da República, que pouco a pouco foi alterando o discurso. Dizendo-se um verdadeiro “amigo” dos movimentos sociais, o presidente começou a pedir aos “apressados” e “nervosos” líderes sem-terra que não se “precipitassem” e somente o “julgassem” no final do seu mandato.⁹ Valendo-se de sua experiência de sindicalista enfatizou:

Se quiserem radicalizar, as pessoas sabem que isso não as ajuda. Já fui dirigente sindical, radicalizei muitas vezes e tive bom senso em outras vezes. E toda vez que prevaleceu o bom senso, eu ganhei. Toda vez que prevaleceu o radicalismo, eu perdi (FSP, 20.04.04).

Lula reportava-se às ocupações de prédios públicos feitas pelos sem-terra durante o Abril Vermelho, quando João Pedro Stédile teria ameaçado através da imprensa, “infernizar” a vida do

⁹ Declaração feita por Lula em 2003 no pavilhão da CONTAG, em Brasília, diante dos quatro mil sem-terra ligados, em sua maioria, ao MST.

governo. Tratava-se de um momento difícil na relação entre o MST e o poder executivo que não aceitou a simbólica “invasão” da fazenda Veracel Celulose, na Bahia, considerada produtiva e de investimento externo bilionário. Na época, Lula considerou ruim para a imagem do Brasil perante os investidores estrangeiros. Do outro lado, o MST reclamava o não cumprimento das metas de assentamentos definidas no PNRA. Em maio daquele ano, em seu programa quinzenal de rádio, Lula passou a cobrar responsabilidade dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, pedir que evitassem a “radicalização” das manifestações, pois, a reforma agrária seria feita de forma “tranqüila” e “pacífica”.

A postura ideológica do governo em relação aos movimentos sociais, criticando-os por agirem com mais radicalidade, não aparecia no entanto de forma inequívoca, pois o próprio Lula, em outras ocasiões toma para si a tarefa de elogiar os sem terra, a exemplo da sua declaração em um assentamento no Sul da Bahia, em janeiro de 2005:

É muito importante ter essa relação de amizade porque eu sei de onde vim, eu sei quem são os meus amigos; eu sei quem são os meus amigos de ontem, hoje e sempre; eu sei quem são os meus amigos eventuais; eu sei quem são os oportunistas (FSP, 22.01.05).



Figura 31 – Agricultura, Benedita dos Santos, do Sul da Bahia seca o rosto do presidente após discurso favorável aos sem-terra. **Fonte:** Folha de São Paulo, 22/01/2005.



Figura 30 – O presidente abraça trabalhador durante visita à Veracel Celulose, na Bahia.

Fonte: Folha de São Paulo, 22/01/2005.

Mas a cada declaração de Lula favorável aos Sem-Terra, os representantes da UDR aparentava indignação e sinalizava para ações de “defesa” da propriedade privada. A CNA e a UDR, nessas ocasiões, acusavam o Palácio do Planalto de ser “inerte” e “leniente” com as ações dos sem-terra, conforme sentenciou o então presidente nacional da UDR, Luiz Antonio Nabhan Garcia:

Temos um governo, um presidente que chama os criminosos [sem-terra] de meus amigos. São criminosos mesmos, porque quem invade, depreda, queima propriedades é bandido, é vagabundo. Que o senhor, presidente determine às nossas instituições para não agir com ideologia anacrônica espelhada em Fidel Castro, Che Guevara e Hugo Chávez. Isso acabou há muito tempo. Essa lixaria vai vir para cá agora. Chega de vandalismo (FSP, 29.05.04).

Inconformados com o discurso do governo federal, que afirmava serem as ocupações parte da normalidade democrática, essas lideranças ruralistas ameaçavam dizendo que a paciência dos fazendeiros estava no limite: “o lamentável é que mais cedo ou mais tarde alguém [entre os fazendeiros] vai reagir. Por enquanto, tem havido um bom senso para evitar o sangue no campo. Mas há um limite”, disse o presidente da CNA, Antônio Ernesto de Salvo, conforme a mesma fonte. A partir daquele momento, a UDR passou a instruir os seus associados a aderirem ao SAI - Serviço de Atendimento a Invasões. Tratava-se de um serviço de monitoramento, em tempo real, que tinha por finalidade não apenas registrar as áreas já invadidas, mas também identificar as áreas ameaçadas, avisando à polícia para que as ações do MST pudessem ser abortadas (FSP, 06.09.04).

O MST, para contrabalançar a ofensiva ruralista, realizou a Marcha Nacional pela Reforma Agrária em maio 2005, reunindo mais de 12 mil pessoas que caminharam de Goiânia à capital federal, com o objetivo de pressionar o governo a acelerar o processo de reforma agrária e promover mudanças no modelo de política econômica. Em Brasília, com o reforço de estudantes, militantes de partidos de esquerda, sindicalistas percorreram a esplanada dos ministérios e se reuniram com o presidente. Após a reunião o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto anunciou um pacote de medidas dentre as quais se destacavam a garantia de cumprimento das metas de assentamento, a revisão dos índices de produtividade e a realização de concurso público para contratação de servidores para o INCRA. O governo se comprometeu também assegurar uma cesta básica mensal para cada uma das famílias acampadas no país, de acordo com os números oficiais (FSP, 17.05.05).

Para João Pedro Stédile, o balanço da reforma agrária no Brasil, na primeira gestão do governo Lula, foi bastante negativo porque as medidas tomadas ao longo dos quatro anos só beneficiaram o agronegócio e não a reforma agrária. Não conseguimos avançar em nada, ressaltou ao afirmar que o governo não teve coragem sequer de atualizar os índices de produtividades que medem se uma fazenda pode ou não ser desapropriada (JORNAL DO DIA, 26.07.06). Segundo ele, apenas cerca de 150 mil famílias foram realmente assentadas via desapropriação e, a maioria delas colocadas em terras públicas na região Amazônica, onde não haveria estrada, escola ou hospital e muito menos comércio para a venda da produção. Nessas condições, o agricultor não seria assentado, praticamente estaria indo para o exílio.

Essa trajetória do MST encerra-se com o 5º Congresso, como nos referimos no primeiro capítulo. Ao concluir que se esgotou o modelo de reforma agrária pelo qual sempre lutou, o MST inaugura um novo ciclo da sua trajetória. As manifestações nas galerias do Ginásio soaram como um “grito de guerra”. A direção do MST, como insinuava os meios de comunicação, não aceitou a idéia de rompimento com o governo Lula porque se considera uma força autônoma. No ato do congresso, por exemplo, notícias plantadas pela imprensa procuravam mostrar à opinião pública um suposto veto da direção do MST à presença de Lula, no local onde estava se desenvolvendo o evento. Contudo, o Congresso ao elevar o tom das críticas ao governo, evidenciou uma tendência para o distanciamento do governo federal. O seu conteúdo, a forma como foi abordado e os objetivos explicitados nas conferências, místicas, nas mensagens, marchas, carta e outros meios de expressão, sinalizou para um momento de mais radicalização do movimento na relação com as forças inimigas e com o Estado que lhe dá sustentação. Qual é a questão central exposta no Congresso sobre os próximos caminhos a seguir pelo MST? “Acomodar-se, e assumir a cumplicidade com o ciclo que se fecha ou ser o primeiro movimento social a abrir um novo ciclo”. Isto não deixa de ser outro dilema para o MST. O Congresso, ao apontar para a necessidade de radicalizar a luta pela reforma agrária, entrou em descompasso com a base social do Movimento - que avaliou positivamente as políticas sociais do governo: Bolsa Família, Pró-Leite, Erradicação de casas de taipa, Construção de cisternas, Micro-crédito, Crédito amigo, Cestas básicas, Programa de construção e recuperação de habitação.

Isso ficou demonstrado em Sergipe na pesquisa de campo realizada entre novembro de 2006 e fevereiro de 2007 com 311 famílias que declaram pertencer ao MST, assentadas em projetos de reforma agrária, antigos e novos (criados até outubro de 2006) situados no Alto Sertão Sergipano.

Os dois gráficos seguintes ilustram as opiniões positivas e negativas dos assentados. Ao compararmos as respostas acerca da atuação dos dois governos nos assentamentos, encontramos os seguintes percentuais: dos 107 entrevistados que avaliou o governo FHC (34,9% da amostra total) a opinião positiva e negativa foi respectivamente de 49,57% e 50,43%. Esses índices, com relação ao governo Lula, sofreram a seguinte inversão: dos 129 entrevistados que respondeu a questão (42% da amostra total), a opinião positiva e negativa foi respectivamente de 78,33% e 21,67%. Fica evidente que o governo Lula foi avaliado de modo mais positivo do que o seu antecessor.

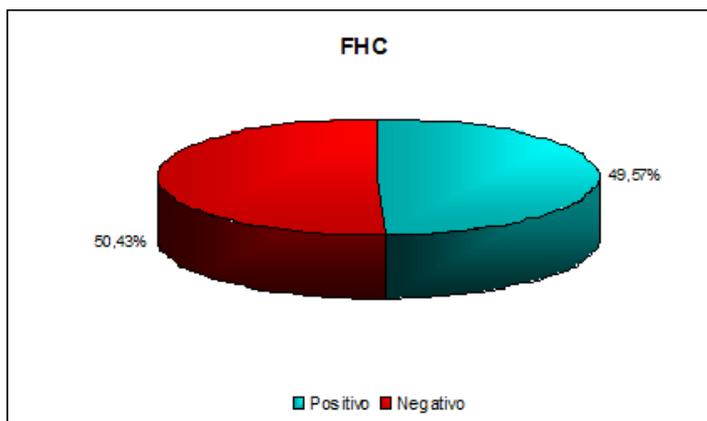


Gráfico 1 – Avaliação da atuação do governo FHC na reforma agrária.
Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006-2007.

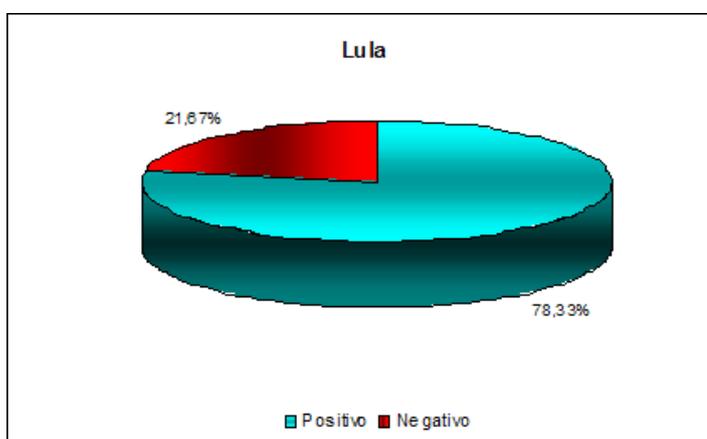


Gráfico 2 – Avaliação da atuação do governo Lula na reforma agrária.
Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006-2007.

Dos 194 entrevistados que responderam a questão sobre atuação dos órgãos públicos e entidades não-governamentais que apóiam os projetos de reforma agrária, 89,18% (173) identificam positivamente uma ou mais instituição, enquanto 10,82% não identificam nenhum órgão de apoio.

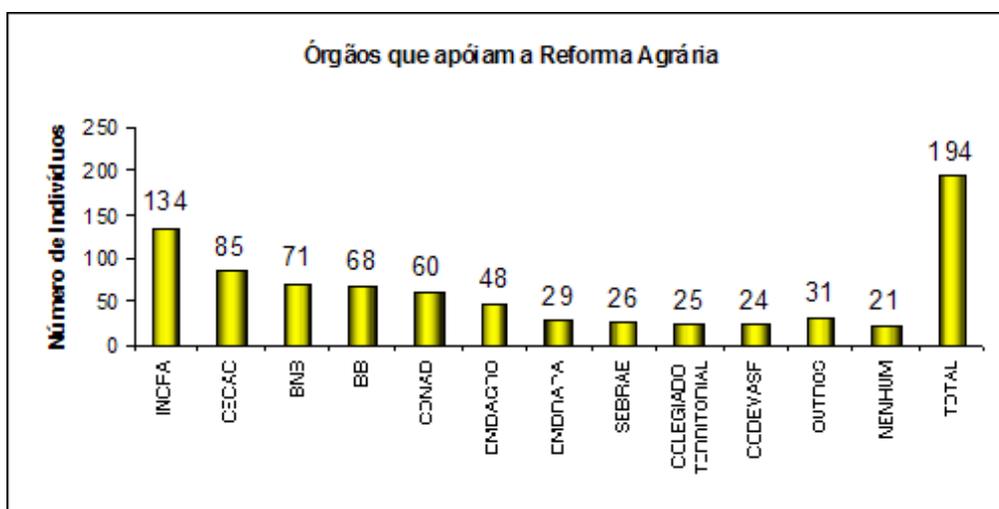


Gráfico 3 – Órgão citados como apoio à reforma agrária.
Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006-2007.

O INCRA foi mencionado pelo maior número dos que responderam positivamente à referida questão (69,07%). A segunda observação é que o CECAC é a segunda presença mais mencionada. Cabe ressaltar que a surpresa positiva nesses dados, referiu-se à atuação da CONAB pela curta presença na área.

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA implementado pela CONAB se caracteriza mais como uma linha de crédito desburocratizada para a pequena agricultura familiar, mediante contratos de compra e venda antecipada da produção, inclusive em Sergipe, com a distribuição simultânea para as entidades cadastradas no Programa Fome Zero. Nesse programa, o Estado passou a assumir sua responsabilidade de interferir no mercado, estabelecendo um preço referencial para os produtos com impactos positivos nos preços praticados pelos atravessadores. Nos casos em que há distribuição simultânea, a avaliação dos assentados é a de que a relação direta com os gestores (escolares, hospitais, asilos), como fornecedores, reforçou a autonomia dos pequenos agricultores e lhes deu maior visibilidade e valorização da qualidade dos produtos regionais. Outro dado, que merece registro, é o reconhecimento da atuação do Colegiado Territorial, apesar de ter surgido, recentemente (2004), em comparação às instituições tradicionais no estado, como no caso do SEBRAE, EMBRAPA, CODEVASF.

4.2 OS MAIS RECENTES MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SERGIPE: O CASO DOS TERRITÓRIOS E CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL.

A desarticulação do Estado em quase duas décadas de política neoliberal desvalorizou a atividade de planejamento. Com isso, o que marca as políticas públicas é a descontinuidade, a superposição, a pulverização, o pragmatismo, a ausência e/ou insuficiência de recursos. Nesse mesmo contexto, incrementam-se as experiências de descentralização administrativa, fundada num discurso de gestão democrática, transparência e participação. As primeiras experiências de planejamento participativo de alguns municípios, administrados por partidos progressistas impulsionados pela Constituição de 1988, generalizaram-se no governo FHC com os Conselhos gestores de políticas públicas em âmbito local. No governo Lula, a experiência de gestão participativa alastrou-se e intensificou-se nos diversos níveis de governo. Para Ciconello (2008), atualmente, apenas na administração pública federal, contabilizam-se 35 Conselhos Nacionais ligados aos diversos segmentos¹⁰.

¹⁰ Estão presentes nesses colegiados mais de 400 organizações representativas de diversos segmentos da sociedade civil. Dessas, 31% são ONGs que têm como área de atuação a defesa dos direitos humanos; 23% são entidades que representam os interesses patronais ou empresariais; 14% são vinculadas aos movimentos sociais do campo e do meio ambiente; 14% são entidades sindicais de trabalhadores urbanos; 8% movimentos populares urbanos; e, 10% de outros (religiosas, culturais, educacionais).

O discurso oficial, com forte apelo social, procura passar a idéia de que nunca na história brasileira a sociedade teve tanta vez e voz: a ideologia da “participação” e do “empoderamento” foi levada ao extremo. Ao lado dos Conselhos, foi criado outro espaço institucional participativo, de natureza distinta, mas, complementar, as Conferências. Nos últimos anos, tem aumentado, e muito, o número de conferências realizadas em todo o país, em razão do maior estímulo do governo federal a esse mecanismo de participação¹¹.

Essas propostas de ampliação da participação democrática, no caso do meio rural, chocam-se com uma cultura política tradicional oligárquica. O poder local, através do clientelismo, tem se apropriado desse discurso para transformar as políticas públicas em sua base de sustentação e reprodução. Da mesma forma, os Conselhos, criados como mecanismos de governança democrática e de participação popular, ficaram submissos à mesma lógica.

Com base na crítica das limitações do desenvolvimento rural sustentável tratada em bases locais, o governo Lula se voltou para construção de territórios rurais incentivados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Afirma-se a necessidade de superação das distorções geradas pelo clientelismo, as quais são marcantes na realidade brasileira, particularmente no Nordeste.

A noção de território, na visão do MDA, está associada ao espaço geográfico, a fatores ambientais, sócio-culturais e à complexa teia de laços com raízes históricas, políticas e de identidades diversas; e também à capacidade organizativa e existência de redes públicas e privadas que ampliam as possibilidades de valorização da produção e do “capital social” existente na região. A gestão social desses territórios é efetivada mediante Conselhos gestores, enquanto espaços de mediação, que se propõe oportunizar o exercício e aprendizado da auto-gestão de projetos econômicos pautados na cooperação e transparência, que são valores característicos da economia solidária. São vistos como importantes instrumentos para viabilizar maior acesso às políticas públicas; em especial, encarrega-se da gestão do PRONAF/infraestrutura.

Em Sergipe, dentro da estratégia do II PRRA, foram criados os Colegiados de desenvolvimento territorial, como instâncias de mediação com o Estado, sendo o do Alto Sertão e do Sertão ocidental criados em 2004 e, posteriormente, os da região sul e baixo do São Francisco. Ressaltam-se as seguintes atribuições desses Colegiados: planejamento e coordenação das ações das entidades

¹¹ De acordo com as mesmas fontes, entre os anos de 2003 e 2006 foram realizadas cerca de 40 conferências nacionais que envolveram mais de 2 milhões de pessoas, entre representantes da sociedade civil (sindicatos, ONGs, movimentos sociais, entidades de profissionais, empresários, igreja, etc) e dos poderes públicos municipal, estadual e federal. Somente nas etapas nacionais dessas conferências foram produzidas Por volta de 5.000 deliberações públicas. Grande parte delas foi incorporada no desenho de diversas políticas públicas setoriais.

parceiras do desenvolvimento territorial; oportunização e troca de experiências; integração de políticas; definição, monitoramento e execução de projetos; promoção, disseminação de informações e capacitação permanente dos agentes de desenvolvimento, além da gestão da linha de crédito PRONAF/Infraestrutura – que prevê o financiamento de empreendimentos produtivos e equipamentos às entidades ligadas aos movimentos sociais, às secretarias de agricultura das prefeituras e órgãos de desenvolvimento rural das esferas estadual e federal.

O território do Alto Sertão Sergipano é destacado nesse trabalho, não apenas porque vem sendo reconhecido como palco das principais ações dos sem-terra no estado, e como tal, foi delimitado pelo INCRA como área reformada, mas também por ser lá onde a nova mediação territorial está mais avançada em face do grau de organização dos movimentos sociais, tendo o MST como o protagonista central. Finalmente, a inserção especial do pesquisador nesse processo, na condição de articulador do território, permitiu acompanhar essa experiência interiormente, mediante observação participante.

O território localiza-se na microrregião Sergipana do Sertão do São Francisco onde se situa a barragem e usina hidrelétrica do Xingó, na divisa com a Bahia e Alagoas. Abrange os municípios de Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Monte Alegre de Sergipe, Gararu e Nossa Senhora da Glória. Trata-se de uma região estratégica do ponto de vista da luta social, pois, segundo a SEPLAN (2008), abriga a 5ª população do Estado (137.926 habitantes). É o maior território em área (4.900 km²), possui o segundo maior PIB do Estado (reflexo da produção de energia da Usina Hidroelétrica de Xingó), é a maior bacia leiteira de Sergipe (responde por 46% da produção) e concentra importantes programas governamentais. Porém, mesmo com o elevado PIB, o território apresenta baixos indicadores de desenvolvimento social: mais baixo IDH entre os territórios (0,575) e maior taxa de analfabetismo do estado (37% dos analfabetos). Ainda registra a existência de um grande número de camponeses e pescadores pobres, além das comunidades quilombolas Mocambo/Serra da Guia e a tribo indígena Xocó.

Historicamente, é uma região ocupada por tradicionais latifúndios de pecuária extensiva. E, por conseguinte, constitui-se uma região de relações oligárquicas e clientelísticas predominantes. Desde 1979, tem se tornado o principal palco de disputas pela terra e água no Estado, sendo que o domínio do latifúndio vem sendo minado pela reforma agrária na região. Atualmente concentra cerca da metade dos assentamentos e acampamentos de reforma agrária do Estado.

O Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Alto Sertão Sergipano foi criado em abril de 2004, com uma composição de vinte e sete entidades governamentais e não governamentais. Partici-

param da sua fundação o INCRA e o MST, entidades chaves pelas ações de reforma agrária que vinham desenvolvendo na área, além de outros parceiros; Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Empresa de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Empresa de assistência técnica oficial (DEAGRO), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), FETASE, Federação das Associações de Porto da Folha (FEACOM), Cáritas, Cooperativas, associações, conselhos municipais. Destaca-se nessa composição, a proporção de 1/3 de representantes de órgãos governamentais e 2/3 de organizações não governamentais. A superação da usual paridade dando maior peso à sociedade civil é uma característica que diferencia este colegiado de outros conselhos.

O processo de desenvolvimento do território ocorreu com as fases: a) sensibilização, internalização e implantação; b) a fase de reconhecimento a partir da luta pelo zoneamento da cultura do milho (atividade tradicional do sertão); c) elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial; d) celebração de parcerias para execução de políticas públicas ligadas às áreas de educação, comercialização, previdência e assistência social; e) definição de eixos estratégicos da política territorial para a construção de alianças; f) gestão e execução dos programas e ações.

Observa-se que houve uma evolução substantiva da participação dos movimentos sociais entre o momento da criação do território e o estágio atual. A fase inicial se confundia com a própria gestão do PRONAF/infraestrutura, que se constituía no principal atrativo às entidades da sociedade civil, em busca de financiamentos que reforçassem seus projetos e a própria estrutura das organizações. Naquele momento o território conseguiu levantar recursos em torno de 1,5 milhões de reais para os seus empreendimentos.

A fase seguinte do Colegiado, que fortalece o processo de articulação, não só entre os movimentos, mas, inclusive, com os prefeitos e outras forças, inicia-se com a luta pelo zoneamento da cultura do milho, quando o Ministério da Agricultura divulga portaria oficial, na qual o Sertão Sergipano não poderia mais ser considerado área de plantio dessa cultura tradicional, por razões de ordem climática, que implicaria a recusa de financiamento pelas linhas de crédito do PRONAF. Essa luta se iniciou com a formação de uma comissão mista que foi à Brasília, desdobrando-se num forte processo de mobilização na região, que culminou com a reversão da medida oficial, já publicada em Diário Oficial pelo Ministério da Agricultura. Isso aumentou a visibilidade, a credibilidade e a confiança dos parceiros nessa instância de mediação com o estado, ganhando fôlego para ações posteriores.

Nessa trajetória estabeleceram-se diversas parcerias com apoio de um técnico ligado ao grupo que elaborou a proposta do II PNRA, CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento da Agricultura e Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão.

Isso resultou na formulação participativa do Plano de Desenvolvimento Territorial; no funcionamento do Armazém da CONAB, em Glória, hoje gerido pela cooperativa do MST e na implantação da Escola Agrotécnica Dom José Brandão de Castro em Poço Redondo, onde estão funcionando os cursos de agropecuária e agroindústria. Também foi recém-inaugurado o Centro de Formação Política Ana Patrícia, em homenagem a uma assentada da reforma agrária. Está em fase de negociação, a Escola Técnica ligada ao sistema CEFET com cursos que foram definidos no Colegiado em audiência pública: Agroecologia, Cooperativismo e Tecnologia do Leite. Os respectivos projetos pedagógicos estão voltados para a realidade sertaneja e direcionados para a formação dos filhos de assentados, pequenos agricultores, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, indígenas.

A fase atual caracteriza-se pelo início da experiência de gestão social dos projetos de agroindústrias associativas conquistados pelo Colegiado e repassados para as próprias entidades dos movimentos sociais: laticínios, unidades de processamento de mel, abatedouros de pequenos animais, unidades de beneficiamentos de pescados, fábricas de ração, unidades de beneficiamento do milho e feijão.

Mais do que os números ou empreendimentos físicos realizados, no entanto, as lições mais importantes que podemos extrair dessa experiência territorial estão relacionadas com a criatividade que os movimentos sociais vêm conseguindo imprimir na dinâmica e na natureza desse Colegiado. Cada tentativa de institucionalização da luta social, por meio desse mecanismo de mediação por parte do Estado, tem sido recusada pelos movimentos sociais. O Colegiado até o presente momento não se curvou às fortes pressões que recebeu do governo federal para a sua formalização no sentido de constituir estatuto, regimento interno, registro em cartório ou qualquer outra instrução normativa de enquadramento. De igual forma, não tem sede, secretaria ou qualquer conta de luz e de água para pagar e nenhum outro tipo de encargo. Apoiando-se na estrutura dos parceiros, reforça sua natureza como instância de articulação. Sua legitimidade foi conquistada a partir de discussão e de decisões coletivas baseadas no consenso das mobilizações conjuntas das bases sociais dos movimentos, da convergência dos projetos locais, para uma visão de desenvolvimento territorial e de parcerias bem sucedidas em políticas públicas, voltadas para os segmentos excluídos. Também da necessidade de maior transparência e participação efetiva dos movimentos e entidades populares, na definição de políticas de desenvolvimento territorial. A resposta dos diversos segmentos que compõe o colegiado tem sido caracterizada pela frequência constante de um número expressivo de participantes em todas as reuniões e eventos; pelas intervenções críticas e propositivas que qualificam o debate; por reuniões exaustivas para esgotar cada tema em discussão; por comissões representativas para garantir os enca-

minhamentos; pela agilidade em responder às convocações e pela grande capacidade de mobilização de massa quando se faz necessário.

A pauta das reuniões é construída em função das demandas que saem da base social do território e se coaduna com o Plano territorial (2006), no qual os diversos atores reconhecem-se tanto pelo processo participativo de sua elaboração, quanto pelo diagnóstico da realidade sócio-econômica, política e cultural da região. E também suas diretrizes apontam para projetos “estruturantes” de um desenvolvimento regional, centrado no fortalecimento da agricultura camponesa e da reforma agrária. Os projetos propostos visam a atacar os pontos críticos que tornam a realidade sertaneja tão adversa e ao reforço das demandas da população pobre: abastecimento de água e recursos hídricos, irrigação, pecuária, agricultura, agro-industrialização, assistência técnica, educação, saúde, saneamento básico, previdência e assistência social como direitos, habitação, estradas e rodagem, segurança pública, ações afirmativas para índios, quilombolas, pescadores. Essas ações vão ao encontro dos sonhos e expectativas levantados pela pesquisa de campo que serão evidenciados adiante.

No balanço interno das atividades do Colegiado, realizado em 2006, os atores sociais foram unânimes ao afirmar que se trata de uma experiência positiva. Há um reconhecimento público de que no Alto Sertão vem se concretizando uma concepção de território, onde não só o MST, como os demais movimentos populares, descobrem-se enquanto sujeitos territorializados. A experiência em curso evidencia um processo coletivo de aprendizagem na gestão dos recursos públicos, no sentido da transparência e do exercício da participação democrática. Há de se ressaltar nessa aprendizagem, o esforço dos prefeitos, independentemente da agremiação partidária a qual pertencem, que acabaram por se envolver nesse processo coletivo, tanto participando das reflexões e mobilizações quanto das contrapartidas exigidas. O conceito de área reformada também é reforçado visto que o território passa a integrar e convergir todas as ações de políticas públicas municipais, estaduais e federais.

A presença dos movimentos sociais nesse fórum, inclusive, o MST, não comprometeu a sua autonomia. Pelo contrário, esses movimentos, ao se apropriarem do território, concentram suas demandas no reforço das suas estruturas operacionais. As motos, os computadores, os veículos, os empreendimentos produtivos que foram adquiridos individual ou coletivamente, têm servido não para acomodar ou cooptar os movimentos, mas, representam, no plano econômico, iniciativas que agregam valor à produção e coloca o desafio da gestão colegiada dos mesmos; no plano político, reforçam a construção uma ampla aliança dos pobres do campo, expressão de Lênin. A superação da concepção de desenvolvimento local está em curso nesse coletivo. Em

particular, para o MST de Sergipe, diferentemente da postura majoritária em nível nacional, de recusa em participar dos conselhos territoriais, essa nova institucionalidade tem se constituído, conforme suas lideranças, numa ferramenta importante de inclusão social. Por isso, elas têm investido nessa experiência que começa a ser mencionada em diversos assentamentos da região, conforme a pesquisa de campo detectou.

As condições do Alto Sertão tornaram essa instância de mediação uma realidade singular. Isso nos permitiu observar que vem se alterando a relação estado/sociedade, constatando-se que os movimentos sociais no campo são capazes de fazer prevalecer seus interesses, impor seu poder de decisão e envolverem-se num processo local de formação de sinergias de forma autônoma. No cômputo geral, se caminha em uma direção onde a identidade fundamental do território é resgatada, dando-se voz aos atores sociais para expressar seus valores, seu modo de vida, suas simbologias e linguagens na relação com a natureza a qual faz parte da história da ocupação do espaço, e do processo de resistência à exclusão sócio-econômica, política e cultural de cada grupo social. O Colegiado tem-se mostrado um espaço fomentador da organização dos diversos segmentos populares (tribo indígena, comunidades quilombolas, grupos camponeses, pescadores, sem terra), e acolhedor dessas representações, levando-se em conta o peso e a representatividade real de cada segmento, permitindo-lhes o exercício do controle social democrático. Esses parceiros se comprometem em resgatar o papel do Estado como agente indutor e promotor do desenvolvimento, mas, redirecionando-o na perspectiva da interiorização e da inclusão social mediante distribuição da renda que se inicia com a distribuição da riqueza. Por fim, querem construir e/ou reforçar alianças da sociedade civil organizada e se transformarem nos principais sujeitos políticos das mudanças, apontando para a construção do projeto popular para o Brasil.

O acompanhamento desse processo, contudo, também evidenciou os limites da experiência: entraves da reforma agrária (base de sustentação da proposta de desenvolvimento territorial); fragilização das políticas públicas decorrente de prioridades orçamentárias; falta de pesquisa agropecuária voltada para o campesinato; sucateamento de órgãos públicos; escassos recursos para o PRONAF/Infraestrutura face à magnitude das demandas e expectativas alimentadas; persistência da tradição oligárquica e clientelista do poder local que opera na contramão dessas novas experiências. Por fim, as verdadeiras decisões são tomadas em outras esferas de poder e sobre as quais a sociedade civil, no plano territorial, não tem nenhuma influência. Ou seja, a sinergia entre atores locais do território não tem encontrado correspondência no âmbito das políticas macro-estruturais de desenvolvimento que superem a perspectiva neoliberal.

4.3 O APROFUNDAMENTO DO PROCESSO DE DESRESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO: PRINCIPAIS CONVÊNIOS ENTRE O INCRA/MST NO ÂMBITO DO II PRRA

O II PRRA do INCRA estrutura-se, tomando-se por base, três grandes diretrizes: Reordenamento Fundiário, Desenvolvimento Rural Sustentável e Universalização do Acesso a Direitos Sociais e à Segurança Alimentar, que se desdobram em vários subprogramas.¹²

Esses subprogramas envolvem um conjunto de ações dentre as quais ressaltam as seguintes:

1) Ações preparatórias para obtenção de imóveis rurais; 2) Obtenção de imóveis rurais para a reforma agrária; 3) Concessão de Crédito – instalação às famílias assentadas (implantação); 4) Projetos de Assentamento Rural (em implantação); 5) Assistência técnica e capacitação dos assentados (em fase de implantação); 6) Gestão e Administração do Programa; 7) Concessão de crédito-instalação aos assentados (recuperação); 8) Recuperação, Qualificação e Emancipação de Projetos de Assentamentos Rurais; 9) Fomento à agroindustrialização, à comercialização e às atividades pluriativas; 10) Titulação, concessão e destinação de imóveis rurais; 11) Assistência técnica e capacitação de assentados (recuperação); 12) Consolidação e emancipação de assentamentos de reforma agrária; 13) Gestão e Administração do programa.

Este último tópico, reflete sobre o dilema do MST em manter sua autonomia diante dos riscos de institucionalização quando se torna um dos prestadores de serviços responsáveis pelas ações de reforma agrária. O objetivo permanente de um movimento de trabalhadores como o MST é lutar por políticas sociais favoráveis, sem se deixar organizar pelo Estado, inclusive, concernente ao padrão ideológico. Essa dimensão, às vezes, é confundida simplesmente pelo fato do Movimento está conseguindo angariar recursos para implementar seus projetos. Como observou Lúcio Flavio, em entrevista à Revista Sem-Terra, a verba que vem do Estado não é dádiva, pois são recursos produzidos pelos

¹² O Programa Desenvolvimento Sustentável visa recuperar e consolidar assentamentos da reforma agrária criados até 2002, de modo a proporcionar a população assentada a capacitação e os meios para gestão e estruturação dos processos organizativos e produtivos. Objetivando-se sua inserção econômica, social, cultural e política, respeitando as diversidades regionais com melhoria de qualidade de vida e cidadania.

O Programa Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária têm como objetivo conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse uso da terra, de forma a permitir a gestão da estrutura fundiária para o atendimento da demanda social.

O Programa Paz no Campo tem como objetivo reduzir a violência no campo com mecanismo de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

O Programa Educação do Campo tem como objetivo promover ações educativas por meio de metodologias específicas à realidade sócio-cultural do campo e propiciar capacitação profissional aos egressos dos cursos de ciências agrárias.

O Programa Brasil Quilombola tem como objetivo assegurar as comunidades remanescentes de Quilombos, desenvolvimento econômico sustentável e justiça social bem como a propriedade das suas terras.

O Programa Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário tem como objetivo coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento agrário.

trabalhadores. Mas esse não deixa de ser um dilema dos movimentos sociais, pois, quando conquistam esses recursos, instaura-se o risco de acomodação, de desenvolver relações de dependência em relação ao poder público. Em comparação com governos anteriores, na conjuntura do governo Lula há mais espaço de participação, negociação e acesso aos recursos públicos.

Mas a lógica neoliberal tem se mostrado persistente. Em Sergipe, segundo dados da Ouvidoria Agrária Regional, na atualidade existem 147 acampamentos, totalizando 13.340 famílias representando uma demanda explícita e emergencial por terra. Essas famílias não têm sido atendidas porque a reforma agrária esbarra nos contingenciamentos, aumento das exigências burocráticas para as desapropriações, no processo de licenciamento ambiental, na resistência implacável dos latifundiários a qualquer alteração nos índices de produtividade e na utilização de mecanismos como o desdobramento de imóveis e impetração de recursos durante o moroso processo judicial. O mecanismo do crédito fundiário (compra de terra) vem se fortalecendo em relação ao instrumento de desapropriação por interesse social, o que estimula o mercado de terra. Esse fraco empenho, no aspecto da obtenção da terra, é justificado pelos gestores do MDA e do INCRA pela necessidade de suprir o déficit de investimentos, para cobrir o passivo de infra-estrutura e garantir a “qualidade” dos assentamentos. Em Sergipe, existem 153 projetos de assentamentos criados pelo INCRA, distribuídos em todo o Estado, totalizando 7875 famílias.

É fato que o governo Lula atuou em assentamentos antigos com base em ações de recuperação e de consolidação dos projetos de reforma agrária. Todavia, o que interessa enfatizar aqui, é que essas políticas públicas estão sendo cada vez mais realizadas por meio de convênios e parcerias de prestação de serviços que vêm ampliando o processo de institucionalização dos movimentos, com o agravante de se consumir a tendência de inversão de papéis. Ao invés das organizações populares exercerem o controle social sobre o Estado, que é o verdadeiro responsável pela execução dessas políticas, são os próprios órgãos governamentais que passam a assumir uma postura fiscalizatória sobre os contratos, deixando os movimentos num impasse inusitado: aderir à suposta competência técnico-burocrática (atendendo aos requisitos fiscais do direito público – procuradoria, corregedoria, consultoria) ou se expor a constrangimentos públicos e à criminalização. Como o MST enfrenta esse dilema sem se deixar cooptar?

Dentre os principais convênios firmados nesse período entre o INCRA e MST, destaca-se a continuidade dos projetos de infra-estrutura,¹³ assistência técnica – através do Programa Regional de

¹³ O Programa de construção de habitação nos assentamentos junto com a Caixa Econômica e o INCRA é o mais recente convênio que envolve o MST na execução direta das obras. Contudo, não será tratado aqui por sua recente implementação a partir de 2007 fugindo do período em foco.

Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATES e o PRONERA. Estes programas são exemplos privilegiados para análise, não só pela importância que representam nas áreas de Reforma Agrária, mas, sobretudo, porque a sua execução, gerenciamento e o desempenho passam a ser também objeto de responsabilidade do próprio movimento social. Além desses, registra-se, a partir de 2003, o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, em parceria com a Conab, que não será objeto de análise desta tese porque tem características distintas em sua execução, que será comentado mais adiante.

Na gestão do governo Lula, o INCRA vem passando por um acentuado processo de transferência de competências na execução dos programas, que antes eram realizados por seus servidores, para os parceiros, dando continuidade à política de descentralização, iniciada no governo anterior, ou seja; de terceirização das obras e serviços públicos, para órgãos do governo estadual e, sobretudo, para entidades da sociedade civil, conforme demonstram os convênios listados nos quadros seguintes.

4.3.1 Convênios de infra-estrutura.

O termo Convênio e o quadro 4 que seguem, apresentam uma visão de conjunto da nova forma de relacionamento entre Estado e sociedade civil, demonstrando o mecanismo utilizado para o repasse de atribuições executivas do INCRA, aos próprios beneficiários, com ênfase para as associações ligadas ao MST, entre 2003 e 2005. Isto é, no período Lula, para a gestão e/ou execução de obras públicas de infra-estrutura básica nos assentamentos (estradas, cisternas e sistemas de abastecimento de água).

Esse termo de convênio é representativo do conjunto, enfatizando a inversão de papéis que vem ocorrendo.

Convênio: CV/SE 1000/2005 entre o INCRA e o Instituto Patativa do Assaré visando à implantação de infraestrutura física em projetos de assentamentos do Estado de Sergipe.

Cláusula 2ª. – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

I – CONCEDENTE (INCRA)

a) Fornecer à Conveniente as normas, instruções para prestação de contas dos recursos financeiros a ela transferidos;

b) Orientar, supervisionar e cooperar com a implantação das ações objeto deste Convênio;

c) Acompanhar as atividades de execução, avaliando seus resultados e objetivos;

d) Analisar os relatórios de execução físico-financeira e a Prestação de Contas objeto do presente Convênio;

e) Exercer a autoridade normativa, o controle e a fiscalização sobre a execução deste Convênio.

II - CONVENENTE

a) Executar todas as atividades inerentes à implementação do presente Convênio, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;

b) Movimentar os recursos financeiros liberados pela Concedente em conta vinculada ao Convênio, junto ao Banco do Brasil;

c) Não utilizar os recursos recebidos da concedente em finalidades diversas da estabelecida neste Convênio, ainda que em caráter de emergência;

d) Apresentar relatório de execução físico-financeiro e prestar conta dos recursos recebidos na forma prevista na instrução normativa IN01-STN/97;

e) Adotar os procedimentos legais, necessário à contratação de empresa e /ou profissional prestador de serviço e/ou compra através de terceiros, observada a legislação federal vigente, especialmente a Lei 8.666/93, decreto no. 5.504/2005 e instrução normativa IN/STNno.01/97;

f) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária decorrente dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como, por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Convênio;

g) Elaborar e submeter ao INCRA, quando exigida, a relação dos recursos humanos e materiais necessários à consecução do objeto.

Figura 32 – Representação do termo de convênio.

Fonte: Dados do INCRA.

Quadro 4: Convênios de infra-estrutura entre o INCRA e entidades parceiras (2003-2005)

Ano	Tipo de serviço	Nº Convênio	Entidade executoras	Beneficiárias
2003	Sistema de abastecimento de água.		Associação do Assentamento Independência Nossa Srª do Carmo e Santana dos Frades	PA Independência Nossa Senhora do Carmo e Santana dos Frades
2003	Sistema de abastecimento de água		Associação dos Assentados da Velha Cruíri	PA Nossa Senhora Santana
2003	Sistema de abastecimento de água		Associação Nossa Srª Santana, no assentamento Santana dos Frades	PA Santana dos Frades
2003	Sistema de Abastecimento de água, rede de eletrificação rural, construção de cisternas e estrada vicinal		CECAC	PAs de Novo Mulungu, São José do Nazaré, Padre Ciceiro, Paulo Freire, Cajueiro, Serra do Rio Real, Maria Vitória, Flor da Índia, José Unaldo de Oliveira, Edmilson Oliveira, Pioneira.
2004	Estrada		Associação de Cooperação Agrícola Edmilson Oliveira – ACAPAE	PA Edmilson de Oliveira
2004	Estrada		Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Nossa Senhora da Boa Hora	PA Nossa Senhora da Boa Hora
2004	Construção de cisternas e estradas	12.000/2004	Associação do Projeto de Assentamento Quingibe Floresta do Projeto de Assentamento 08 de outubro	PAs 08 de outubro, Camilo Torres, Mártires do Eldorado, Luiz Carlos Preste, 27 de outubro e Maria Bonita
2004	Sistema de abastecimento de água e estrada	17.000/2004	Associação Grupo de Cooperação Agrícola 27 de abril	PAs 27 de abril, João do Vale, Raimundo Monteiro, Jacaré Curitiba e Moacir Wanderley
2004	Construção de estradas		Associação Comunitária dos Assentamentos Monte Santo I e II	PAs Monte Santo I, Nova Vida e Fortaleza
2004	Construção de estradas		Associação Comunitária dos Assentados de Pedrinhas – ACASPE	PA Caldeirão
2004	Construção de cisternas	10.000/2004	Associação de Desenvolvimento Comunitário dos trabalhadores do Assentamento Carlos Lamarca	PAs Antonio Conselheiro, João Amazonas e Carlos Lamarca
2004	Construção de estradas, cisternas, sistema de abastecimento de água e	18.000/2004	Associação Grupo de Cooperação Agrícola Cleonice Alves – GCAL	PAs Paulo Freire II, Dorcelina Follador, Campo Alegre, 08 de Março, Cleonice Alves, Santa Maria da Lage, Cleonice Alves, Bela Vista, 27 de abril, Paulo Freire II
2004	Construção de estrada	16.000/2004	Grupo de Produção e Prestação de Serviço Chico Mendes	PA Chico Mendes
2004	Construção de cisternas		Associação de Cooperação Agrícola – ACAPAN	22 de novembro
2004	Sistema de abastecimento de água	15.000/2004	Associação de Cooperação Agrícola do Estado de Sergipe – ACASE	PA Cajueiro
2005	Construção de estradas e sistema de abastecimento de água	1.000/2004	Instituto Patativa do Assaré	PAs Tapera, Antonio Conselheiro, Flor do Mucuri, Maria Feitosa, Santa Rita, Nova Vida, Novo Paraíso, Santa Maria, Maria Bonita, Independência Nossa Senhora do Carmo, João Amazonas, Vitória d União, 13 de maio, Terra Prometida, Tapera, São Raimundo, Monte Santo I e II.

Fonte: Dados fornecidos pelo INCRA.

Como observamos, a implementação desses contratos ocorreu principalmente por meio de associações e das entidades ligadas ao MST: Centro de Capacitação Canudos - CECAC, Associação Comunitária e Agrícola de Sergipe - ACASE e Instituto Patativa do Assaré, além de grupos de produtores que também se tornam prestadores desses serviços nos assentamentos.

A justificativa do INCRA, para a realização desses convênios, continua sendo a descentralização, maior agilidade, melhor acompanhamento da execução das obras públicas pelos interessados, como está explicitado nos próprios convênios. Da parte do MST, as lideranças afirmaram informalmente que esses convênios são necessários para que as obras sejam efetivamente concretizadas e para evitar vícios dos processos licitatórios e superfaturamentos.

A investigação empírica apontou que da amostra estudada, 139 entrevistados mencionaram a infra-estrutura entre os seus sonhos e expectativas, refletindo as carências dos assentamentos com destaque para a água, estradas, moradia e transporte, demonstrando que a argumentação do movimento está sintonizada com as reais demandas da sua base social.



Gráfico 4

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006-2007.

Ao correlacionarmos esse resultado com a discussão a respeito da forma privilegiada pelo INCRA de execução dessas obras, apoiando-se em parcerias, e ao levarmos em conta a multiplicação de assentamentos, fica evidente as dificuldades e a impossibilidade do Movimento em chamar para si a responsabilidade do INCRA de atender a essa crescente expectativa dos assentados.

Observamos o dispêndio de energia da organização, com o envolvimento de militantes com a contratação de pessoal na coordenação e/ou execução direta das obras e serviços. Há também o ônus financeiro com os encargos trabalhistas, previdenciários e tributários, e o desgaste político com atraso das obras, descumprimento por parte de empreiteiros e prestação de contas junto aos órgãos de controle e auditoria.

Com relação à energia elétrica, o baixo índice de respostas dessa infraestrutura básica entre os sonhos dos assentados, como ilustra o gráfico, bem como a inexistência de convênios para este tipo de obra no quadro analisado, é explicado pelo Programa Luz Para Todos que atendeu praticamente a toda a demanda da região pesquisada.

Os serviços de eletrificação rural foram assumidos enquanto responsabilidade direta do governo, priorizados no âmbito federal e executados por um comitê intergovernamental que garante o suporte técnico e financeiro, com caráter interministerial, envolvendo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério de Minas e Energia (MME). Em diversos fóruns, dentre as ações de infra-estrutura, esse programa tem sido apresentado como o mais bem avaliado no meio rural sergipano, pela abrangência, rapidez e efetividade do mesmo, causando um grande impacto nas condições de vida e trabalho das famílias rurais. Nesse aspecto, se coloca como um contraponto à tendência de terceirização neoliberal, por demonstrar a eficiência da ação direta na execução de obras públicas pelo Estado, quando há vontade política.

4.3.2 Convênios na área de serviços: assistência técnica e outros serviços de apoio ao produtor assentado e de educação.

O quadro seguinte apresenta uma visão de conjunto dos convênios entre o INCRA e vários prestadores de serviços – tanto empresas públicas do governo estadual quanto entidades da sociedade civil, com destaque para o MST, realizados no estado entre 2003 e 2006. Dentre as atividades relacionadas destacam-se as de assistência técnica e de educação, tratadas em sub-tópicos distintos. Outros convênios de elaboração de PDAs, capacitação dos produtores foram agrupados com a assistência técnica enquanto atividades correlatas da mesma.

Quadro 5 – Convênios de serviços entre o INCRA e entidades parceiras. (2003-2006)

Ano	Tipo de serviço	Nº do Processo	Entidades executoras	Beneficiárias
2003	Assistência técnica e extensão rural		CECAC	Famílias assentadas nos PAs no estado
2003	Curso de Engenharia Agrônômica	54370.000	FAPSESE	60 filhos de assenados
2003	Elaboração d PDA		FETASE	PAs Currealinho, Pioneira, Flora da Serra e Manoel Ferreira
2003	Elaboração de PDA		CECAC	PA do Cuiabá
2004	Assessoria Técnica, Social e Ambiental	13.000	CECAC	66 PAs no estado de Sergipe
2004	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Alto Sertão Sergipano e elaboração do Plano de Consolidação do Projeto de Assentamento Jacaré Curitiba	14.000	CECAC	Território do Alto Sertão Sergipano e PA Jacaré-Curitiba
2004	Acompanhamento e fiscalização dos serviços de assessoria técnica, social e ambiental a trabalhadores rurais no estado de Sergipe	19.000	Centro de Formação e Assessoria Técnica na Agricultura Familiar de Sergipe – CEFASE	PAs no Estado de Sergipe
2004	Assessoria Jurídica aos assentados e acampados do estado de Sergipe	11.000	Associação de Cooperação Agrícola do Estado de Sergipe - ACASE	Acampados e Assentados no estado
2004	Capacitação dos assentados em comercialização, estáo e cooperação		Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA	Realização de 40 oficinas
2006	Demarcação de projetos de assentamento e regularização fundiária	03.000	Instituto para a Preservação do Meio Ambiente e Promoção do Desenvolvimento Sustentável	PAs no estado
2006	Elaboração de PDA	04.000	Instituto Patativa do Assaré	PAs no estado

Fonte: Dados fornecidos pelo INCRA.

Mais uma vez procuramos realizar uma análise dessas ações com base nas justificativas dos dois atores principais envolvidos na parceria – o INCRA representando o governo, com base na normatização existente e as lideranças dos Sem-Terra.

Como observamos, a implementação desses contratos ocorreu principalmente por meio das entidades ligadas ao MST: Centro de Capacitação Canudos - CECAC, Associação Nacional de Cooperação Agrícola - ANCA, Associação Comunitária e Agrícola de Sergipe - ACASE e Instituto Patativa do Assaré. Evidencia-se como mudança significativa, tanto em relação ao momento anterior, no período FHC, como em relação à infra-estrutura do período Lula, que a ação descentralizada das associações e grupos de produtores vai sendo substituída pela atuação de entidades que respondem por diversas atividades voltadas para o conjunto dos assentamentos.

4.3.2.1 Programa de Assistência Técnica - ATES

O Governo Lula em cumprimento às diretrizes do II Plano Nacional de Reforma Agrária (2003), alicerçado no Programa Vida Digna no Campo (2002) e consoante ao II Plano Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA, mediante Norma de Execução/INCRA/SD/ nº 39/04 e Manual Operacional de ATES, implantou o Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATES – que estabelece os princípios e as diretrizes da política nacional de assistência técnica e extensão rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Do ponto de vista institucional, é parte de um programa mais amplo de qualidade e produtividade nos assentamentos da reforma agrária, cujos serviços visam à implantação de uma ação descentralizada de apoio às famílias dos agricultores dos projetos de reforma agrária e de outros reconhecidos pelo INCRA. O seu objetivo geral é assessorar os assentados no processo de conversão dos seus lotes (individual e coletivamente) em unidades produtivas, social, ambiental e economicamente sustentável, respeitando a estratégia de produção diversificada para o auto-consumo e para a venda de excedentes, procurando inseri-los de forma mais competitiva no mercado, e integrá-los à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional¹⁴.

A coordenação do programa é composta por representantes do governo estadual, representações estaduais ou regionais dos trabalhadores(as) rurais e outras entidades ligadas ao serviço de assessoria técnica. A paridade se dá com a seguinte composição: 50% de representantes do governo federal, órgão de assistência técnica estatal e instituições financeiras públicas; 50% de entidades de representação ou coordenação de trabalhadores e de ONGs.

¹⁴ Os objetivos específicos do programa são os seguintes: Subsidiar a contratação, coordenação e supervisão dos serviços de ATES, com base nas áreas territoriais estabelecidas pelo MDA e/ou áreas prioritárias definidas pelo INCRA; participar do levantamento das demandas dos serviços de ATES para o planejamento das ações, com vistas ao acompanhamento eficiente eficaz das fases de implantação, desenvolvimento e recuperação dos Projetos de Assentamento da Reforma agrária; subsidiar a celebração de convênios plurianuais e/ou outros instrumentos similares, dentro do que encerra o princípio da reciprocidade de interesses, entre o Incra e os organismos a serem contatados para execução dos serviços de ATES, bem assim para elaboração e implementação do Projeto de Exploração Anual; orientar a entidade representativa dos assentados para acompanhar, controlar e avaliar a eficácia dos serviços de ATES, incluindo os PEA, PDA e PRA; avaliar, juntamente com os beneficiários, as prestadoras dos serviços de ATES, o processo de desenvolvimento das ações e qualidade dos serviços executados, mediante visitas periódicas; emitir parecer para o pagamento dos serviços efetivamente prestados atendidas as exigências legais; articular-se com as Câmaras Técnicas, com os Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, tendo em vista a integração dos mesmos com o processo de execução e avaliação dos serviços de ATES; autorizar as substituições de famílias nos convênios e contatos, quando estas foram contempladas com recursos do Pronaf A, e exigir a contratação dos profissionais em relação ao aumento de número de famílias a serem atendidas; deliberar sobre regras de funcionamento para a Coordenação Regional; propor estudos e medidas que visem a qualificação e ampliação do Programa de ATES em nível regional e nacional; avaliar as propostas de conteúdo e metodologias para os programas de capacitação dos técnicos em nível do Regional; assegurar o desenvolvimento de metodologias e procedimentos adequados às diversidades locais; monitorar e avaliar o programa, assegurando a consecução dos seus objetivos; orientar a constituição dos núcleos operacionais de ATES, contribuindo para as decisões da SR/Incra; serão responsáveis pela seleção, orientação e parecer técnico do plano de trabalho para contratação, apoio técnico, supervisão e avaliação sistemática das Equipes de articuladores. Manual de Ates, p. 12

A prestação de serviços de ATEs será contratada/conveniada, através de entidades de personalidade jurídica de direito privado; integrantes dos movimentos sociais ou das organizações representativas dos trabalhadores rurais; governos do estado, prefeituras municipais e entidades civis sem fins lucrativos, tendo o INCRA como principal provedor de recursos e supervisor e os bancos oficiais, operadores dos recursos (Manual ATEs, 2003, p. 20).

Os recursos do ATEs tem como principal fonte o orçamento do INCRA podendo ainda ser apoiado por outras instituições, conforme seja definido em convênios específicos. Em Sergipe, o INCRA foi designado como órgão executor, enquanto no âmbito da sociedade civil, ficou a critério do MST operacionalizar o programa de ATEs, dando continuidade ao CONTACAP/LUMIAR. O CECAC é a principal entidade prestadora de serviços do ATEs na maioria dos assentamentos, enquanto o órgão estadual de assistência técnica (Deagro) restringe-se a alguns assentamentos de reforma agrária, criados por meio do Banco da Terra e do Crédito Fundiário, bem como pequenos agricultores familiares não assentados (ATER).

Tabela 1 – Composição das equipes de núcleos do ATEs em Sergipe, assistidos pelo CECAC.

NUCLEOS	NUMERO DE FAMILIAS	NECESSIDADE DE TÉCNICOS	CORPO TÉCNICO			
			CIÊNCIAS AGRÁRIAS		OUTRAS ÁREAS	
			NÍVEL MÉDIO	NÍVEL SUPERIOR	NÍVEL MÉDIO	NÍVEL SUPERIOR
SIMÃO DIAS	356	4	3	-	-	1
LAGARTO	357	4	3	-	-	1
PROJ. LADEIRINHA	359	4	2	1	-	1
MOACIR WANDERLEY	268	3	1	1	-	1
ESTANCIA	316	3	2	-	-	1
JACARÉ – CURITUBA	759	8	4	2	2	-
CANINDÉ S. FRANCISCO	391	4	2	1	1	-
POÇO REDONDO	519	5	3	1	1	-
NSA SENHORA DA GLÓRIA	424	5	3	1	1	-
TOTAL	3.749	40	23	7	5	5

Fonte: Convênio de ATEs – CECAC/INCRA (2005).

Os dados mostram que o CECAC/MST atua em todas as regiões do Estado atendendo as 3.749 famílias. Coordena um corpo técnico de vinte e oito profissionais de nível médio e doze de nível superior. São profissionais de Agronomia, Veterinária, Zootecnia, Pedagogia, Sociologia.

A pesquisa de campo, realizada um ano depois, confirma a tendência mencionada acima. Da amostra, 306 entrevistados responderam a questão sobre a assistência técnica sendo que 202 declararam que recebem este tipo de serviço. O gráfico a seguir, dimensiona o peso em termos de frequência de cada entidade responsável pelo mesmo.

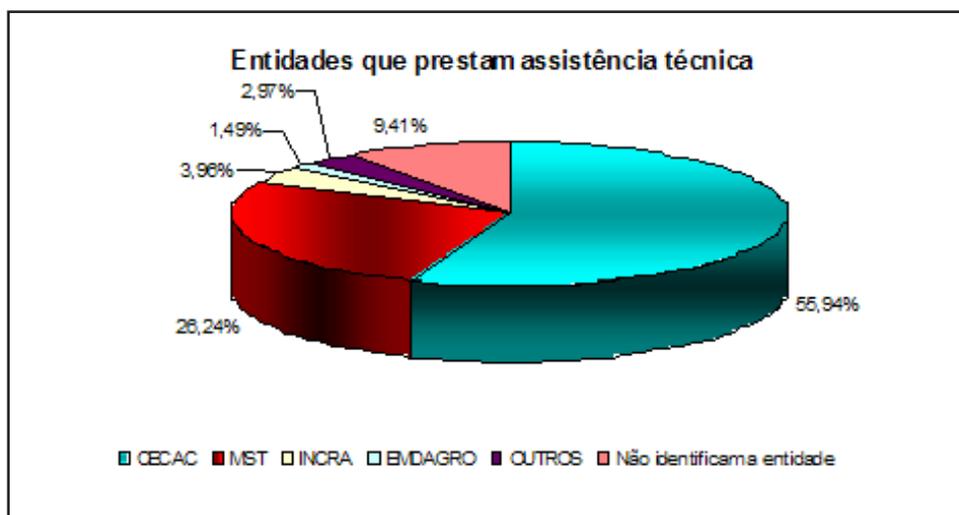


Gráfico 5

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006-2007.

Observa-se, ao somar a frequência de respostas dadas ao CECAC/MST que em 82% dos que recebem assistência técnica, os serviços são prestados pela entidade ligada ao movimento social. A EMDAGRO - empresa oficial de assistência técnica do governo do Estado apresenta índice insignificante.

Termo de Convênio entre o INCRA e o CECAC (Processo: 13.000/2004):

Objeto: Prestação de serviços de assessoria Técnica, Social e Ambiental a trabalhadores rurais no Estado de Sergipe.

O presente Convênio tem por objeto a execução dos serviços de assessoria técnica, social e ambiental, a serem prestados em 66 projetos de assentamentos totalizando 3.749 famílias de trabalhadores rurais dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária do estado de Sergipe.

Parágrafo primeiro – A Assessoria Técnica, referida no caput desta cláusula, dar-se-á conforme as modalidades especificadas no Manual de Assessoria Técnica Ambiental e Social – ATES e no Plano Básico que abrangerá os Projetos de Assentamentos constante no referido Plano.

Ficam designados como executores deste Convênio, o Superintendente Regional do Incra no Estado de Sergipe, que representará o Incra, e o coordenador geral da Conveniente, que representará o Cecac.

Das obrigações:

Incra: “Prestar orientação e informações”; “prover o Cecac, nas épocas próprias de recursos financeiros, nos termos do Cronograma de Desembolso, consoante no Plano de Trabalho”; “Acompanhar e orientar os trabalhos conveniados”; “prestar ao Cecac orientações técnicas e informações”; “analisar a prestação de contas apresentada pelo Cecac”; “monitorar e acompanhar a execução das ações”.

Cecac: “Executar, direta ou indiretamente, as atividades previstas na Cláusula Primeira deste Convênio, observando os critérios de qualidade técnica, metas, etapas, cronograma, estratégia de ação, prazos e custos previstos no Plano de Trabalho”; “garantir os recursos humanos, materiais e financeiros indispensáveis à execução das atividades previstas neste Convênio”; “fornecer ao Incra a relação das instituições e respectivos responsáveis envolvidos no presente convênio, especificamente o tipo de evento e forma de participação”; “prestar contas ao Incra dos recursos financeiros locados, observando a Legislação Federal pertinente e os prazos estabelecidos neste Convênio”; “apresentar ao Incra, na Divisão Técnica, relatório trimestral de suas atividades para fins de acompanhamento, controle e avaliação”. O Cecac dará livre acesso aos servidores do Sistema de Controle interno do Incra, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados, direta ou indiretamente, com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

Parágrafo Único – Independentemente de autonomia administrativa, financeira e operacional das partes, a supervisão e o controle da execução deste Convênio, poderão ser exercidos a nível Ministerial, através de seus órgãos centrais de controle.

Fica assegurada ao Incra através dos seus órgãos responsáveis, a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e o exercício do controle e fiscalização sobre a execução deste Convênio (INCRA, 2004).

Figura 33 – Representação do termo de convênio.

Fonte: Dados do INCRA.

Observa-se nas cláusulas do contrato que o MST, além da condição de representante dos beneficiários da reforma agrária, passou, mediante suas entidades, a assumir um novo papel de responsável direto pela execução dos serviços de assistência técnica. Pelos termos do convênio, o INCRA e não o MST passa a ter a prerrogativa de exercer o controle, o acompanhamento e a fiscalização da execução do programa, embora as duas partes contratantes tornem-se alvo de futuras auditorias e controle pelo CGU - Controle Geral da União e instituições similares.

Essa nova situação constitui-se num dilema para o Movimento o qual vem sendo debatido em suas instâncias e denunciado publicamente pelas suas lideranças. Qualquer ação judicial sobre erros de prestação de contas (sem qualquer assessoria especializada do Estado) passa a ser tratado como irregularidade, desvio de funções. A consequência imediata é a interrupção do programa por meses ou anos a fio. No fundo, em nome da moralidade administrativa, se oculta mais um mecanismo de criminalização, atrelamento dos movimentos sociais e paralisação das políticas públicas de apoio aos assentados da reforma agrária.

O controle do estado atinge um grau de sofisticação sem paralelo. O fato digno de registro foi a contratação da entidade ligada à Federação dos Trabalhadores na Agricultura, a CEFASE - Centro de Formação dos Trabalhadores de Sergipe para fazer o acompanhamento e fiscalização dos serviços de assessoria técnica, social e ambiental cujo técnicos são ligados ao CECAC, o que acabou fomentando a divisão interna do movimento social agrário.

Esse mecanismo de fiscalização de uma entidade civil sobre outra já havia sido utilizado na fase anterior, quando a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Sergipe tinha sido contratada em 2001, para acompanhar a assistência técnica em 62 projetos de assentamentos assistidos pela EMDAGRO e o CECAC.

4.3.2.2 O trabalho dos setores de educação e de formação do MST e os convênios na área de educação¹⁵

Entre os especialistas nacionais e internacionais, há uma unanimidade acerca da importância fundamental da formação de capital humano, por meio da educação nas políticas públicas de efetivo combate à pobreza em direção a um desenvolvimento com inclusão social. Muitos restringem esse processo educativo a programas de qualificação profissional de curta e média duração a exemplo dos

¹⁵ Esse tópico foi construído a partir de fontes documentais e jornalísticas, e, sobretudo, pela entrevista com Acácia Daniel, coordenadora do setor de educação do MST pela direção estadual e por Sônia Meire (ex-membro da coordenação nacional do programa) na exposição que fez sobre os dez anos do PRONERA.

oferecidos pelas Centrais Sindicais, pelos movimentos sociais do campo e outras entidades, com recursos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador. No entanto, no debate travado sobre esse tema no seminário sobre Desenvolvimento com Distribuição de Renda promovido pelo DIEESE, em 2005, os conferencistas e debatedores foram consensuais quanto ao caminho que deveria ser trilhado para alcançar o desejado capital humano. Segundo os mesmos isto só seria possível com investimento de longa duração e qualidade no processo de escolarização da população.

Para enfrentar esse desafio o MST sempre apostou na escolarização da sua base social. No início da luta (I ENERA, 1997), a reivindicação era por uma “educação básica no campo”; ou seja, pela alfabetização de jovens e adultos e pelo ensino fundamental para crianças e jovens rurais. No governo Lula (II ENERA, 2004), essa luta ampliou-se para a “educação do campo” em todos os graus de escolarização. Além das modalidades de atuação mencionadas: alfabetização de jovens e adultos assentados e acampados (EJA) e capacitação técnica e qualificação de militantes por meio de cursos informais e/ou convencionais nas mais diversas áreas e em diversos níveis. Foi criado no Rio Grande do Sul, o ITERRA - Instituto de Terras para promover a educação de técnico em cooperativismo em nível médio. O MST desenvolve ainda uma terceira vertente no seu trabalho político pedagógico, coordenado pelo setor de formação, que consiste em cursos de capacitação política de quadros promovidos de forma descentralizada nos Estados, na Escola Nacional de Formação Florestan Fernandes (homenagem ao sociólogo, professor da USP e socialista) em Guararema, São Paulo, ou ainda, cursos sobre a realidade brasileira e latino-americana em universidades conveniadas.

Com relação à educação das crianças, o MST luta para que as secretarias municipais e estaduais de educação implantem escolas nos assentamentos, ao invés de colocar transporte para levá-las para as cidades. Defende o cumprimento de uma das diretrizes da LDB, de educação adaptada ao contexto sócio econômico e cultural das comunidades. Nesse sentido, defende que a “educação do campo” seja a tônica dos currículos da pré-escola e das séries do nível fundamental oficial no meio rural. Enquanto prosseguem essas negociações para influenciar a educação formal de suas crianças junto às autoridades, contextualiza a formação dos “sem-terrinha”, organizando atividades com maior ou menor duração e continuidade, paralelas a todos os eventos nos quais as mães militantes se fazem presentes (a partir da evolução das creches de apoio). As crianças que nascem e crescem nos acampamentos envolvem-se cotidianamente na “escola da luta” e participam de ocupações, manifestações e eventos da mística ou apresentam os resultados de suas atividades, com destaque para a presença dos 1 500 “Sem-Terrinhas” no V Congresso Nacional do MST em julho de 2007, em Brasília.

No capítulo anterior, foram analisadas as primeiras parcerias em educação entre o MST, INCRA e a Universidade Federal de Sergipe com base no PRONERA. Nesse tópico, a reflexão se desdobra em duas vertentes: a luta pela inclusão da sua base social em cursos de nível médio e superior (PROQUERA), que mais se relacionam com as demandas da Reforma Agrária; e em segundo lugar, o MST apresenta-se como parceiro, dando continuidade a programas de alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos e acampamentos.

Dada a inter-relação entre os dois caminhos, essa parceria em educação tem nuances que a diferenciam das demais analisadas anteriormente e variam em função do grau de inserção de cada instituição parceira na implementação do programa. Como vimos nos tópicos anteriores, nas ações de infra-estrutura e assistência técnica realizadas pelo MST, celebradas mediante convênios entre o INCRA e outras instituições parceiras, há um nível de total envolvimento e responsabilização dos Sem-Terra na execução das atividades conveniadas. Contudo, aqui, esse envolvimento é relativizado posto que a responsabilidade com a execução das tarefas passa a ser das instituições responsáveis pela educação, tanto no aspecto estritamente pedagógico como de suporte material para viabilizar as turmas, embora com a interferência do movimento nas definições dos projetos pedagógicos. Exceção feita no EJA - Educação de Jovens e Adultos, tarefa levada praticamente pelo próprio setor de educação do Movimento.

As ações do PRONERA são desenvolvidas por meio de parcerias entre os órgãos governamentais, instituições públicas de ensino e instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e as comunidades assentadas. A indicação das demandas educativas é feita pelas comunidades das áreas de Reforma Agrária e suas organizações, que em conjunto com os demais parceiros, decidirão sobre a elaboração, execução e avaliação – dos projetos. A educação dos assentados visa à ampliação, não só no número de pessoas alfabetizadas e formadas em diferentes níveis de ensino, mas também no número de Educadores/Agentes educadores/Mobilizadores nas áreas de reforma Agrária:

O MST tem cerca de 40 assentamentos com escolas em Sergipe. Diferente do que acontece em outros Estados brasileiros, aqui as escolas não são geridas pelos sem-terra, são consideradas extensões das escolas dos povoados e, na sua grande maioria, os professores são de fora do movimento – ou concursados das prefeituras ou do governo do Estado. Mesmo assim, o MST tem uma pedagogia diferente, voltada para o conceito de lutas por terra para a reforma agrária e de mudanças no país. Os professores ligados ao movimento procuram passar às crianças a importância da identidade dos sem-terra e a luta pela dignidade dos trabalhadores, para formar pessoas que possam influir nas mudanças do país. Para isso, o MST tem um calendário histórico próprio e trabalha conceitos diferentes dos que são passados às crianças nas escolas urbanas (Jornal da Cidade, 12 e 13.09.04).

A proposta do PRONERA é desenvolver, por meio de uma gestão participativa, cujas responsabilidades devem ser assumidas por todos os parceiros, a elaboração dos projetos, e o acompanhamento na avaliação. Porém, na prática, essa aprendizagem coletiva enfrenta problemas que serão avaliados no final desse tópico. Os principais momentos da trajetória do Programa no estado de Sergipe estão enumerados a seguir:

Quadro 6

2001 - A UFS participa da discussão da elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para as Escolas do campo e na coordenação nacional do Pronera.

2002 - UFS/MST/SINTESE/INCRA/FETASE/EAFC/SACI e ME C, realizam o II Encontro Estadual de Educação do campo.

2005 – Instalação do Comitê Estadual de Educação do Campo. Ocorrem vários cursos financiados pelo poder público federal sobre a educação do campo.

2007 - III Encontro Estadual de Educação do Campo promovido pelo Comitê Estadual de Educação do Campo; Colegiado do Alto Sertão apóia e passa a incorporar a educação entre as dimensões prioritárias do desenvolvimento territorial.

2008 - IV Encontro Estadual de Educação do Campo promovido pelo Comitê Estadual de Educação do Campo.

Na seqüência, serão apresentados os convênios que se subdividem nas seguintes áreas: alfabetização, supletivo do primeiro grau, magistério em nível médio e curso de graduação em pedagogia, os três últimos voltados para a qualificação dos monitores de alfabetização.

• Alfabetização:

Em Sergipe, foram alocados recursos para o PPA 2004-2007, e para o Programa 1060 Alfabetizado na Ação 4474 – Alfabetização de jovens e adultos nas áreas de Reforma agrária – Trabalhador Rural Alfabetizado. Conforme Acácia Daniel, a operacionalização do Programa começou em 2004 com sessenta turmas; em 2005 foi ampliado para cento e vinte turmas e, em 2006, para trezentas turmas. Naquele ano, um mil e duzentas pessoas; cumulativamente, foram alfabetizados em torno de cinco mil pessoas.

O movimento tem autonomia para cadastrar os monitores e adaptar o método às condições das áreas de reforma agrária. Utilizando a metodologia do Brasil Alfabetizado, o MST realiza a alfabe-

tização de adultos em sete meses, atendendo trezentas turmas, com média de doze educandos por turma. Isso contabiliza mais de três mil pessoas sendo alfabetizadas em sete meses. Destas turmas, quarenta e três adotam experimentalmente o método cubano “Sim, Eu Posso”, que alfabetiza em três meses, com reforço de recurso áudio-visual.

A idéia força ainda é a escolarização, e este é o foco da ação do MST; o Movimento percebeu que tinha de ousar em busca de alternativas para escolarização da sua base social. Para Acácia Daniel, o PRONERA é a ferramenta mais adequada e mesmo com toda dificuldade, é a única oportunidade do pessoal estudar. A experiência do movimento está servindo de referência para outras entidades. A educação proposta amplia a visão de mundo dos militantes.

- Supletivo do primeiro grau

A primeira experiência de conclusão do ensino fundamental contou com a participação de 30 a 40 monitores de alfabetização que eram, em sua grande maioria, professores leigos com escolarização menor do que a quarta série. Esse curso foi ministrado pela UFS e os formandos receberam seus diplomas das mãos do Reitor. O MST além da mobilização dos monitores arcou com a hospedagem e alimentação.

- Nível Médio e Superior (graduação e pós – graduação)

A conquista do nível médio e superior de escolarização ocorreu mediante duas estratégias: a participação nas primeiras turmas nacionais negociadas com diversas instituições e os cursos oferecidos no próprio Estado, o que permitiu a ampliação do número de alunos (cumulativo nos dois períodos).

Quadro 7 - Participação de militantes de Sergipe em cursos de nível médio e superior

Curso	Instituição/Ano	Nº de estudantes	Observações
Cursos de nível médio			
Técnico em agropecuária	UFPB	24 a 30	02 turmas, 12 a 15 alunos por turma
Técnico em saúde comunitária	ITERRA	03	-
Formação de professores	UFS/SEED/MST	30	-
Subtotal de estudantes de N. médio	-	57 a 60	-
Cursos de nível superior			
História	UFPB	04	Turma nacional
Ciências agrárias	UFPB	03	Turma nacional
Direito	UFG	02	Turma nacional
Pedagogia	Unijuí	01	Turma nacional
Pedagogia	UFRN	08	Turmas NO e NE
Engenharia agrônoma	UFS/FAPESE/INCRA 2003	38	Turma NO e NE
Residência Agrária	UFS/ 2004	-	Turma SE
1º Curso de Licenciatura em Pedagogia “Educação do Campo”	UFS/MST/FETASE 2007	Aprovação do curso	Turma SE
Graduação em Medicina	ELAM – CUBA 1999	09	Turma latinoamericana
Graduação em Medicina	ELAM- CARACAS 2007	-	Turma latinoamericana
Subtotal estudantes graduação	-	65	-
Cursos de Pós Graduação (lato sensu)			
Educação do campo	Brasília	01	Turma nacional
Especialização em agroecologia	Paraná	03	-
Especialização em economia política	Espírito Santo	02	-
Mestrado em sociologia	Campina Grande	01	Convênio com a via campesina
Subtotal estudantes de pós-graduação	-	07	-

Fonte: Dados da entrevista com Acácia Daniel

O Curso de graduação em engenharia agrônoma, para beneficiários da reforma agrária, é o primeiro do país, abrindo uma turma para o Norte e Nordeste. Esse convênio foi elaborado mediante contrato de nº 54370.000/2003 (PROQUERA). Foram oferecidas 60 vagas, 38 delas foram preenchidas por sergipanos. O restante das vagas foi destinado para os estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. A formatura dessa turma está prevista para agosto de 2008.

O desenvolvimento da proposta de Curso Superior para professores/educadoras das áreas de Reforma Agrária em 2004, o 1º Curso de Licenciatura em Pedagogia “Pedagogia da Terra”; a UFS é convidada pelo MEC para elaborar a proposta da Licenciatura em Educação do Campo, aprovada pelo Conselho Superior da Universidade de Sergipe em 2007 e em 2008, foi realizado o vestibular de Licenciatura em Educação do Campo.

O PRONERA enfrenta duas ordens de problemas e limites que já são avaliadas pelo MST. Em sua entrevista, a educadora Acácia Daniel afirma que o setor de educação do Movimento afirmou ter clareza de que a educação é uma política social pública, portanto, é uma obrigação do Estado. Ela reconhece os limites e o desgaste em manter a experiência educativa no campo alternativo. Essa luta pela inclusão da educação do campo na política oficial de educação passa pela necessidade do governo fazer previsão orçamentária, a qual assegure os recursos humanos e materiais na proporção adequada à qualidade que essa demanda exige.

O MEC, porém, não vê com bons olhos o programa de educação do campo porque o PRONERA está na alçada do MDA. “Foi uma briga dos movimentos sociais para o programa ficar no MDA porque o MEC é um elefante branco”. Agora, o MEC está “obstruindo”. Esta é a avaliação das pessoas ligadas ao programa. O movimento não tem nenhum interesse em transferir o programa para o MEC, que deseja aloca-lo na SECAD- Secretaria de Educação Continuada. Segundo a entrevistada, o MEC estaria inconformado por ter perdido o controle dos cursos. Embora “não tenhamos conseguido romper a grade curricular oficial, mesmo assim, incomodamos”. Os “espaços que estamos ocupando incomodam a universidade”. Por esse motivo, em Sergipe foi criado o núcleo de Educação do Campo na Secretaria Estadual de Educação; tal núcleo não foi efetivamente implantado.

A segunda ordem de questões suscitadas pela educação no campo, decorre das dificuldades e limites de operacionalização do PRONERA na forma como está estruturado. Sofre problemas de contingenciamento de recursos, caracterizado pela descontinuidade e rotatividade das equipes de coordenação dos parceiros responsáveis. O fato de o Programa ter estabelecido, um incentivo financeiro em caráter de bolsa, para os professores universitários que ministram os cursos, tem gerado ações por parte do próprio TCU e CGU. O que acaba exigindo do Movimento, assumir tarefas e custos que não são seus para evitar a interrupção do programa. As negociações da Universidade com o MST em torno da continuidade do PRONERA, têm permitido investir em cursos de nível médio e superior. Além disso, o MST também tinha assumido a posição de abandonar o PRONERA, mas ao avaliar a proposta governamental do Brasil Alfabetizado lançado em 2003, considerou que esta era inferior à do PRONERA, por isso resolveu reativá-lo.

Fica evidente, pelo depoimento da representante dos Sem-Terra, que também na luta pela educação pública e de qualidade o Movimento depara-se com a tendência da desresponsabilização do Estado com as políticas sociais, o que expressa a opção neoliberal dos governos do PT, perpetuando o dilema do MST: ou assume a execução direta da ação ou ela não acontece.

Quando o movimento social encontra parceiros dispostos a enfrentar o desafio de romper a cerca do latifúndio da ignorância, na linguagem do MST, encontra fortes resistências dos segmentos elitistas da sociedade, tanto dentro como fora da Universidade, como ocorreu com os cursos de Agronomia e Pedagogia na UFS.

O curso de Agronomia para filhos de assentados em Sergipe entrou em funcionamento em fevereiro de 2004. Nesse mesmo mês, houve a suspensão das aulas, por meio de ação judicial de um grupo de agrônomos ligados à Associação dos Engenheiros Agrônomos de Sergipe - AEASE, contrários ao vestibular restrito para um grupo social. No documento encaminhado ao PRONERA pelo representante daquela entidade, afirma-se: “o curso era um caça-níquel, onde a universidade pública perde totalmente a função social, deixando-se ser levada por determinados grupos, abrindo o caminho para a universidade paga, através de venda de cursos de graduação” (Jornal da Cidade, 14.01.04).

O Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Sergipe (CREA) também não aceitou a implantação do referido Curso, alegando que iria “formar pessoas não aptas para desenvolver a profissão corretamente, uma vez que estudarão apenas quatro meses por ano, tendo, portanto, carga horária e conhecimentos reduzidos”. Além disso, este órgão considerou que esta era apenas “uma maneira de arrecadar dinheiro para os professores da instituição envolvidos no processo” (Jornal da Cidade, 14.01.04).

O Curso só foi reiniciado a partir da decisão favorável à sua manutenção tomada na tarde de sexta-feira, 30 de abril, pelo desembargador Marcelo Navarro, da 5ª Região de Justiça Federal, em Recife. O membro da coordenação nacional do MST em Sergipe, João Daniel Somariva, recebeu a notícia de que o curso de Agronomia específico para 60 trabalhadores rurais sem terra, criado na UFS, foi suspenso pela Justiça. Ele considerou que esta seria uma demonstração clara do compromisso com o atraso, pois ocorreu logo após a juíza substituta da 3ª Vara da Justiça Federal, Telma Santos, ter concedido liminar favorável à Associação (Cinform, 23 a 29.02.04).

4.4 O IMPASSE NA REFORMA AGRÁRIA EM SERGIPE

A fórmula: “pressão nas ruas” e “diálogo” tem inspiração assumida no MST, se no plano federal ainda havia uma conjuntura favorável ao diálogo, à participação, às parcerias entre Estado e movimentos sociais, em Sergipe, o contexto político era completamente adverso. O retorno do governador João Alves Filho ao Palácio dos Despachos provocou uma verdadeira “quebra de braços” entre

os Sem-Terra e o governo estadual, resultante do relativo quadro de equilíbrio entre as chamadas forças de direita e de esquerda, levando a reforma agrária ao impasse.

Nessa fase da luta pela terra, é importante também ressaltar a guerra ideológica mediante o papel que a imprensa local desempenhou no sentido de desqualificar a ação do MST por meio dos seus editoriais. O Jornal da Cidade e o Correio de Sergipe são os dois matutinos de maior circulação no Estado. O primeiro é de propriedade da família mais tradicional e poderosa do Estado de Sergipe, a família Franco; o segundo pertence a João Alves Filho.

Diante desse quadro desfavorável, a estratégia do MST baseou-se na seguinte fórmula: “resistência” para enfrentar as ações de despejos com ou sem notificação judicial e “negociação” permanente ao nível do governo federal.

O estranhamento entre João Alves e o MST remonta desde meados da década de 1980, fase de hegemonia política do PFL no Estado. Conforme notícias veiculadas pela mídia, a primeira ocupação do MST, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), aconteceu no Estado de Sergipe. A trégua durou apenas nove dias: no dia 09 de janeiro de 2003, cerca de 150 membros do MST dos assentamentos Curralinho/Bonsucesso e comunidades de Poço Redondo, ocuparam a agência do Banco do Nordeste de Nossa Senhora da Glória. Tal protesto foi motivado pelo fato de o Banco não ter liberado recursos do PRONAF.

O Sertão mais uma vez será o palco privilegiado dos futuros embates. Naquele ano, essa região enfrentava uma grande seca, deixando grande parte das famílias numa situação de fome e de falta d’água. Havia casos onde as pessoas tinham que caminhar quilômetros de distância para conseguir o acesso à água. Também durante um longo período não se conseguia colher nada naquela região. O crédito que já era pouco acessível tornou-se praticamente impossível, pois os bancos bloquearam qualquer possibilidade de acesso ao mesmo. Para o líder estadual do MST, João Somariva Daniel, as obras importantes que resolveriam de fato o problema na região não foram efetivadas, a exemplo, do Projeto de irrigação Jacaré-Curituba (CINFORME, 12 a 18.01.03).

Em setembro de 2003, cerca de nove mil sem-terra realizaram uma grande manifestação em Canindé do São Francisco para chamar a atenção das autoridades com relação à seca e à violência policial que vinham assolando o sertão sergipano. De acordo com a imprensa local, a intenção do MST era ocupar terras, órgãos públicos, bancos e rodovias estaduais em Canindé e nos municípios de Poço Redondo, Monte Alegre, Porto da Folha, Nossa Senhora da Glória e Gararu. Ao desencadear a ação no sertão, o MST apresentou três reivindicações: alimentação e água para as famílias que sofriam de fome e sede; crédito emergencial para compra de ração animal e manutenção das famílias

no campo, liberando os recursos do Orçamento Geral da União de 2003 que continuavam “engavetados”.

Enquanto o MST ameaçava ocupar Prefeituras do interior do Estado, o governador João Alves endurecia o tom das ameaças e afirmava que não iria permitir “badernas”, “invasões” de Prefeituras, bancos, depreciação de prédios públicos e privados patrocinados pelo MST ou qualquer outro movimento social. Afirmava que não iria permitir que Sergipe se transformasse num novo Pontal do Paranapanema. Do outro lado, o MST denunciava que o diálogo não estava sendo possível.

Essa relação conflituosa agravou-se depois que as 560 famílias que ocupavam as margens da rodovia SE-245, entre os municípios de Riachuelo e Malhador (região do Continguiaba) foram retiradas do local. O mandado de reintegração expedido pela juíza da Comarca de Riachuelo, Anuska Rocha Souza, foi cumprido por 350 policiais militares, interrompendo o longo processo de negociação. O diretor do movimento em Sergipe, Esmeraldo Leal, referiu-se à retirada dessas famílias da seguinte maneira: “Mais uma vez estamos vendo que o governador não quer negociar conosco. Já estávamos dispostos a sair pacificamente” (JORNAL DA CIDADE, 02.09.03).

O grau de violência praticado pelos policiais sergipanos contra os sem terra foi denunciado pelo vereador Antônio Góis (o Goisinho do PT) junto ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. No dia 11 de setembro de 2003, na sede do sindicato dos bancários, foi lançado um movimento denominado “Frente Contra a Violência” da qual participavam populares, sindicais, estudantis, partidos políticos e parlamentares. “A iniciativa de formar essa frente, é em consequência das operações realizadas pela Polícia Militar no despejo de trabalhadores rurais sem terra no interior do Estado, cumprindo mandados de reintegração de posse em favor do governo estadual”, disse o vereador (JORNAL DA CIDADE, 11.09.03).

O canal de diálogo estava praticamente fechado. Diante da situação em que se encontravam os trabalhadores (seca, fome) o tratamento dispensado pelo governo resumia-se à repressão policial. A atuação dos movimentos sociais era comparada com a atuação dos marginais. Como disse o deputado Ulices Andrade, enquanto “os bandidos agem à vontade em muitas áreas de Sergipe os perseguidos são os militantes dos movimentos sociais. É lamentável que o governo do Estado pense assim” (JORNAL DA CIDADE, 29.09.03).

Para João Daniel, as autoridades estaduais davam sinais de que não pretendiam evoluir nas conversações com o Movimento, como também não conseguiam esconder sua intenção de persegui-lo. Por exemplo, “sem motivos justificáveis, a polícia prendeu dois vereadores que eram ligados ao MST, Roberto Araújo, em Poço Redondo e Marcos Xavier Porto, de Cristinápolis. O primeiro era

acusado de comandar um saque que não houve e o segundo, de atropelar crianças quando o culpado devia ser outro”, disse João Daniel. O caso de Poço Redondo assustou bastante os moradores, pois a polícia fez a prisão na madrugada e sem uma justificativa plausível. “A prisão de Marquinho, também foi assim, sem motivo. Acusaram o vereador de atropelar e matar três crianças, quando todo mundo sabe na região quem era o dono do carro e quem estava dirigindo” (JORNAL DA CIDADE, 30.10.03).

Em 2004, o vereador Roberto Araújo foi preso novamente junto com oito integrantes do MST no estado (Maria Inês dos Santos, Etevaldo Nunes da Silva, Jucélio Gomes dos Santos, Joe Gomes Lima, Geraldo Faria da Silva, Derivan Correia de Lima, Edivan Gomes dos Santos e José Correia de Lima). Eles foram acusados pelo juiz substituto de Canindé do São Francisco, Rinaldo Salvino do Nascimento, de roubo qualificado, formação de quadrilha, seqüestro e cárcere privado. A Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Sergipe revogou o habeas-corpus expedido pelo desembargador Cláudio Deda e manteve a prisão preventiva.

O clima de confronto ocorria de forma freqüente. A única trégua noticiada durou pouco tempo, ocorreu justamente no momento em que o governador convidou o MST para participar de uma audiência em Brasília com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, para tratar do Projeto de irrigação Jacaré-Curituba. Justamente como fez o ex-governador Albano Franco quando os sem-terra começaram a fazer ocupações em Sergipe (1996).

Em março de 2004, o MST realizou uma manifestação em Poço Redondo para comemorar os oito anos de ocupação da Usina Xingó, reafirmando sua disposição em continuar as ocupações. Esse evento reuniu cerca de cinco mil integrantes do movimento de diversos municípios do sertão, que chegaram em caravanas para comemorar os avanços alcançados na reforma agrária. A ocupação da Usina Xingó no dia 13 de março de 1996, considerada o segundo maior acampamento do Brasil, formado por 1.817 famílias, representou uma significativa mudança para o MST no estado. Diversas entidades sociais, lideranças políticas e do MST de Sergipe e Alagoas, além de prefeitos de municípios da região que participaram do referido ato público.

Manifestação como esta prenunciava novas lutas. Na seqüência das manifestações características das Jornadas de Abril que rememoram o massacre de Eldorado dos Carajás em todo o país, cerca de 1,5 mil trabalhadores ocuparam a agência do Banco do Brasil de Canindé do São Francisco. Os sem-terra exigiam da gerência a liberação de recursos para serem aplicados nos projetos de infraestrutura em assentamentos na região (JORNAL DA CIDADE, maio de 2004).

O trecho do editorial do Jornal da Cidade abaixo, mostra o modo virulento como a imprensa passou a encarar o movimento. Vejamos:

As constantes invasões promovidas em Sergipe nos últimos meses deixam transparecer o desejo de setores do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra fazerem a reforma agrária na marra. Esses apressados e algumas pseudo-lideranças políticas acham que só porque é Lula quem está presidindo o país está permitido cortar cercas, matar criações, pilhar produções e afugentar os empregados das fazendas. Como se vê, estão esquecendo que desde as Ligas Camponesas de Francisco Julião até hoje muita coisa mudou nesse brasilzão (JORNAL DA CIDADE, 18.06.04).

É importante lembrar que historicamente as Ligas Camponesas nem sequer conseguiram ser implantadas no Estado, mas ainda é lembrada como se algum dia tivesse atuado. O discurso ideológico tinha o objetivo claro de indispor o MST contra a população sob o pretexto de estar fomentando a luta de classes no campo. O referido editorial chamava ainda atenção para o seguinte fato:

De lá para cá, [das Ligas] a legislação evoluiu muito, passamos a respirar democracia, a imprensa está bem mais livre, o povo aprendeu a reclamar saúde, educação, saneamento e a ser mais ético. Portanto, o MST – movimento oriundo dessa fantástica mudança de comportamento – não deve se insurgir contra a lei. Não pode jogar o jogo dos que defendem o confronto, o retrocesso, a violência pela violência. Tomara que tanto em Sergipe quanto no resto do Brasil as verdadeiras lideranças do MST e os políticos comprometidos com as mudanças que se processam no país consigam frear extemporâneos levantes e manter afastados da luta aqueles que, infiltrados no movimento, trabalham pelo quanto pior melhor. O vermelho do MST está menos para o sangue derramado em vão e mais para o efervescente e apaixonante diálogo dos que apostam num Brasil menos miserável e violento (JORNAL DA CIDADE, 18.06.04).

O questionamento sobre a legalidade ou não das ações visava a enquadrá-las no terreno do aceitável pela elite. Na verdade, mascarava-se esse discurso, escondendo-se os interesses de classes; o que estava em jogo era a propriedade privada da terra. Os diversos despejos veiculados pela imprensa contrariavam a visão ideológica, propagada por esses editoriais que afirmavam o diálogo como instrumento de negociação para solução do conflito. Ao contrário, a ocupação ocorria como momento de muita tensão e exigia uma tomada de posição dura e radical, como ilustra Figura 35 próxima página.



Figura 34 – Desalojamento de 220 famílias que ocupavam a área da Escola agrotécnica.

Fonte: Jornal da Cidade.



Figura 35 – Depois de horas de tensão e negociação, o Movimento conseguiu o direito de manter lavoura na área da Escola Agrotécnica Federal de Sergipe.
Fonte: Correio de Sergipe, 21/06/2004.

O Grito dos Excluídos, realizado na semana da pátria, era um ato que fazia parte de uma programação conjunta com os outros setores da sociedade civil: Igreja, CUT, Conselhos de Negros, Movimento de Evangelização Popular, Central de Movimentos Populares, entre outros. Para os participantes dos movimentos sociais, este tipo de evento é de suma importância para gritar e abrir espaços de participação efetiva dos excluídos incentivando seu protagonismo na construção de um projeto popular para o Brasil. Mediante o Grito dos excluídos foram realizados dois plebiscitos oficiais: um contra a ALCA, 2003 (Área de Livre Comércio das Américas) e outro contra a Dívida Externa, 2004. Na 10ª edição do Grito dos Excluídos de 2004, “Brasil: Mudança para Valer. O Povo faz Acontecer”, o objetivo era denunciar o modelo político econômico vigente, e propor caminhos para desenvolver uma política de inclusão social, com participação ampla do cidadão.

Outras datas históricas incorporadas ao calendário de luta do MST são 08 de março (dia internacional das mulheres), 25 de julho (dia do trabalhador rural) e 15 de outubro (dia “sem-terrinha”).

Para o Movimento, o ano 2004 encerrou-se com um resultado medíocre em termos da concretização da reforma agrária. No balanço geral, apenas 09 assentamentos novos foram agregados aos demais. Para as lideranças dos sem-terra os baixos resultados registrados dizem respeito ao conservadorismo e morosidade da justiça no julgamento dos processos de desapropriação.

A crise instalada no Planalto com as denúncias do “mensalão” marcou o ano de 2005, fortalecendo os opositores do governo Lula e, por conseguinte, agravaram-se as dificuldades enfrentadas pelos sem-terra. O governador João Alves Filho, aproveitando-se da fragilização do executivo federal, cada vez mais foi endurecendo o jogo. Por outro lado, o Ministério da Fazenda promoveu um corte no valor de R\$ 2 bilhões na reforma agrária.

O MST de Sergipe para contrabalançar a correlação de forças desfavoráveis realizou três grandes marchas. No dia internacional da mulher, tradicional dia de manifestações e reivindicações para diversas categorias, integrantes dos MST e dos MPA acamparam na Praça da Cruz Vermelha, no Siqueira Campos. De lá, seguiram em marcha pelas ruas do centro de Aracaju Centenas de manifestantes seguiram em fileira gritando palavras de ordem e entoando canções de luta, culminando com a concentração na Praça Fausto Cardoso, para sensibilizar as autoridades sobre questões ligadas aos direitos previdenciários; escolas nos assentamentos; casas para morar; lotes para plantar; além de mais respeito para as mulheres do campo.

Nossa principal luta no dia da mulher é regularizar o cadastro do INCRA que hoje só consta, em sua maioria, o nome dos homens. No termo de posse do assentamento, a mesma coisa, o homem é o titular. A mulher também pode ser titular, destacou Acácia Feitosa Daniel, diretora de educação do MST em Sergipe (CORREIO DE SERGIPE, 09.03.05).

O segundo grande evento ocorreu no mês de maio quando cerca de 450 trabalhadores rurais do MST de Sergipe participaram da Marcha Nacional pela Reforma agrária de Goiânia a Brasília, somando-se aos cerca de doze mil trabalhadores. O terceiro momento marcante do ano aconteceu no dia 25 de julho quando mais de quatro mil trabalhadores sem-terra participaram da marcha e atos públicos em Aracaju como parte da mobilização nacional em comemoração ao dia do trabalhador rural. Os manifestantes vindos de acampamentos de várias regiões do Estado aproveitaram a data para reivindicar agilidade no processo de assentamento das famílias acampadas.

Um fato, todavia, evidenciou a fragilidade do processo de alianças, quando na preparação do Grito dos Excluídos, a Igreja resolveu antecipar o ato para o dia 06 de setembro, divergindo do MST, da CUT e de sindicatos de diversas categorias. Mesmo apoiando a iniciativa da Igreja, garantiram a realização da Marcha tradicional no dia 07 de setembro. De acordo com Gileno Damasceno, dirigente do MST, “a idéia de fazer duas manifestações surgiu depois que a Igreja Católica considerou mais eficaz, por causa do momento político do país, protestar um dia antes do habitual. E para não criar problemas, o MST decidiu apoiar a movimentação de hoje [do dia 06] e realizar a sua amanhã [no dia 07]” (JORNAL DA CIDADE, 06.09.05).

No dia 22 daquele mês, o juiz estadual da Comarca de Japaratuba, Paulo Marcel Silva, expediu termo de reintegração de posse aos proprietários das fazendas Topo e Bury da Usina Santa Clara. As 350 famílias que estavam acampadas às margens da BR-101, desde o dia 9 de junho, foram retiradas do local e instaladas na mesma rodovia, porém, desta vez no trecho próximo ao acesso à Japaratuba. Por conta disso, cerca de quinhentos trabalhadores sem-terra realizaram outra marcha pela rodovia que dá acesso àquela cidade. De lá seguiram em passeata pelas ruas, por mais de duas horas passando pelo fórum, Câmara de Vereadores e prefeitura, para protestar contra a ordem de despejo das famílias do acampamento Nova Esperança e também em defesa de agilidade no processo de reforma agrária.



Figura 36 – Marcha contra ordem de despejo das famílias sergipanas do acampamento Nova Esperança, em Japaratuba.

Fonte: Jornal da Cidade em 29/06/2005.

Apesar do balanço negativo, do ponto de vista da conquista de novos assentamentos, o MST considerou ter obtido uma grande vitória para a reforma agrária no Estado, naquele ano, com a emissão de posse da Usina Santa Clara em dezembro de 2005. Os sem-terra haviam montado no local três acampamentos: Analício Barros, Santa Clara e Junco. Foi quando se iniciou uma série de conflitos violentos pela posse da terra que resultou na morte de um membro do MST, o agricultor José Emídio dos Santos, em 1996. Chegava ao fim uma espera de dez anos. Esta conquista por seus efeitos simbólicos constituiu-se em um dos fatos mais importante segundo lideranças do MST, permitindo elevar a auto-estima dos militantes do MST.

Outro fato importante que também teve relevância foi a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o governo federal e estadual, a fim de garantir a realização das obras do Projeto Jacaré-Curituba. Em abril de 2005, o Projeto Jacaré-Curituba voltou novamente à mesa de negociação.

Naquela ocasião, o presidente do Incra, Rolf Hackbart, assinou no Palácio de Despachos, com o governador João Alves Filho, um Termo de Cooperação Técnica a fim de garantir a realização das obras do referido projeto. Este Termo de Cooperação, segundo os seus promotores, era para beneficiar diretamente os trabalhadores rurais dos municípios de Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Monte Alegre, Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha e Gararu. As partes comprometeram-se em adquirir imóveis rurais para desapropriação no Alto Sertão Sergipano. Dentro da área programada, ficou assegurado que no mínimo 80% da parte irrigável seriam destinadas às três mil famílias de trabalhadores rurais da região: sem-terra, posseiro e pequenos proprietários, público alvo do PNRA (Jornal da Cidade, 15.04.05).

A foto seguinte mostra o momento de negociação quando estavam reunidos no Palácio dos Despachos, o governador João Alves Filho, o presidente do INCRA, prefeitos do Sertão e representantes dos sem-terra, entre outros. Nota-se que o governador é obrigado a ceder, mesmo, que depois, rompa o acordo e continue a hostilizar as lideranças do MST e tente cooptar alguns dos seus membros para enfraquecer sua organização.



Figura 37 – Representantes do Movimento reunidos com o governador João Alves Filho.

Fonte: Jornal da Cidade em 15/04/2005.

A constante criminalização e a crescente repressão levaram o embate político-ideológico entre os sem-terra e o governo do estado ao extremo. O MST, ao tempo em que procurava administrar a resistência, não deixou de fazer ocupações aproveitando-se do ano eleitoral. No mês de março, já contabilizavam-se vinte novas ocupações no Estado, feitas por cerca de duas mil famílias. As ocupações faziam parte da 'jornada de luta', iniciada desde fevereiro daquele ano, para pressionar o cumprimento das metas do programa da reforma agrária.

O Sertão novamente passou a ser o centro dos principais confrontos entre João Alves Filho e o MST. O governador corria contra o tempo tentando implantar o Projeto de Irrigação Nova Califórnia que negociava junto ao Banco Interamericano. Sua estratégia para colocar o Movimento na defensiva combinava: ações de despejos violentos com tentativas de inserção na base social do movimento, sobretudo, entre os assentados do Jacaré-Curituba. Acenava-se com a possibilidade de implantação da irrigação no setor Zero do Projeto, com vistas a favorecer parte das famílias existentes no comple-

xo dos assentamentos. A divulgação na imprensa de versões oficiais sobre os motivos do atraso das obras de irrigação, visavam a responsabilizar o movimento e o governo federal para confundir a opinião pública e dividir os assentados.

O secretário de infra-estrutura do Estado, Luiz Durval, em entrevista coletiva à imprensa, afirmava que “vândalos” do MST teriam sabotado o sistema de fornecimento de água para moradores do Jacaré-Curituba, fechando o registro e quebrando os equipamentos.

[...] ação criminosa está impedindo que as famílias de 30 agrovilas sejam beneficiadas com o projeto de abastecimento de água Jacaré-Curituba. Segundo o secretário, o sistema de abastecimento não está funcionando por causa de uma ação política do MST em Canindé do São Francisco, e não por erro do projeto. [Afirmou] ter uma fita em que integrantes do MST em Sergipe dizem que não querem que a obra, que beneficiaria 700 famílias, aconteça caso seja executada pelo governador João Alves filho - PFL (JORNAL DA CIDADE, 29.03.06)

O líder do MST, João Somariva Daniel, rebateu as acusações afirmando que o “Secretário é mentiroso e irresponsável. Ou não sabe que o problema é da própria obra ou quer jogar a falha para cima do MST. Vamos entrar hoje mesmo com uma ação conta Luiz Durval” (JORNAL DA CIDADE, 29.03.06).

Em maio de 2006, o governador João Alves Filho esteve no assentamento Jacaré-Curituba, para encontrar com dissidentes do MST e aproveitou o encontro para fazer uma série de esclarecimentos sobre a situação dos assentados, o andamento das obras e o posicionamento do governo de Sergipe diante do projeto

Fico feliz por contar com o apoio da comunidade, pois isso é indispensável para driblar as interferências que há tanto tempo dificultam a execução das obras aqui no Jacaré-Curituba. Esse encontro, por exemplo, por mim já teria acontecido há muito tempo, mas foram criadas diversas barreiras para impedir. Na verdade, queriam instalar um clima de revolta entre os assentados, induzindo todos a acreditar que o governo do Estado não dava importância à causa, só que nós estamos mostrando, juntos, que isso não é verdade (JORNAL DA CIDADE, 03.05.06).

O confronto repetiu-se ao longo de todo período. A direção estadual do movimento denunciou noventa e oito despejos em 2006 no estado de Sergipe. “Esta é uma constatação negativa, principalmente se levarmos em consideração a forma truculenta e violenta como acontecem”, disse o coordenador estadual do movimento João Somariva Daniel (JORNAL DO DIA de 19 e 20 de 11.2006).

Diante do impasse, o governo federal mediante Portaria nº 435 transferiu a responsabilidade da execução do projeto Jacaré-Curituba para a Codevasf. Cada ocupação de terra era acompanhada em média por três ações de despejos, praticamente uma a cada mês. As desocupações passaram a acontecer com ou sem ordem judicial, e em muitos casos, a autorização partia diretamente do gabinete do governador para a tropa de choque da polícia militar. Normalmente, eram utilizadas máquinas do DER-Departamento de Estradas e Rodagem para derrubar os barracos e retirar as famílias acampadas nas estradas federais ou municipais nas proximidades das áreas reivindicadas para a reforma agrária. As fotos expostas evidenciam o grau de truculência da ação militar.



Figura 38 – Trator destruindo barracos erguidos por trabalhadores sem-terra na fazenda Gavião, em Indiaroba – SE. Fonte: Jornal da Cidade em 20/10/2004.

O governador, por meio da imprensa apresentou outra versão sobre os fatos, como mostra o noticiário abaixo:

No início do atual governo, em 2003, chamou as lideranças do MST, colocou-se à disposição para ajudar os sem-terra, mas deixou claro que não aceitaria agressão à propriedade privada e cumprirá os mandados judiciais de desocupação de terra, sem o uso de violência. ‘Recebi as lideranças do MST no Palácio com cordialidade quando foi apresentada as reivindicações deles. Disse na ocasião que queria ajudá-los, mas não aceitaria invasão de propriedades, violência, destruição de fazendas, reforçou ao sugerir que fosse feito um diagnóstico da situação das famílias acampadas para que o problema fosse resolvido’ [...] Lembrou ainda, durante a entrevista, que na ocasião da reunião com o MST, solicitou aos líderes que não invadissem as rodovias estaduais, porque deixariam as pessoas numa situação de risco, podendo ser atropeladas. Depois do encontro no Palácio, as lideranças resolveram me testar. Invadiram áreas às margens da Linha Verde, no sul do Estado e passaram a cobrar pedágio na rodovia um absurdo. Não tive outro jeito senão mandar desocupar a área. Eles também invadiram terras no alto sertão sergipano. A PM cumpriu todos os mandatos judiciais, sem o registro de um único caso de violência (JORNAL O DIA, 21.1L.06).

O governador admitiu ordenar o cumprimento de todas as ordens de despejos para fazer cumprir a “lei”, diferentemente de outros governadores que “fecham os olhos aos mandados judiciais”. Embora reconheça que o despejo realizado pela polícia era “algo desagradável” reiterava que a ação se dava de forma “pacífica”, essa afirmação contrasta com as imagens mostradas pela própria imprensa.



Figura 39 – Destroços dos barracos derrubados durante reintegração de posse.
Fonte: Jornal da Cidade em 25/11/2004.

Outro mecanismo adotado nessa “quebra de braço” entre o governo de Sergipe e o MST foi o “jogo de empurra” das responsabilidades entre as esferas estadual e federal, tendo como foco de acirramento das tensões, o Projeto de irrigação Jacaré-Curituba, sonho de um projeto considerado como uma espécie de salvação para o semi-árido de Sergipe. O Nova Califórnia era a “menina dos olhos” do governador João Alves Filho, considerado por ele como ‘o maior projeto criado no sertão nordestino nos últimos 35 anos’. Esse *cluster* empresarial começou a ser frustrado pelo MST quando conseguiu transformar o Jacaré-Curituba numa área de reforma agrária.

Nesse jogo travado na imprensa, o governador tentava formar uma opinião pública desfavorável ao Movimento e ao próprio governo Lula, ora denunciando publicamente a falta de medidas concretas para viabilizar a reforma agrária, a exemplo da denúncia de descaso com o Projeto de irrigação Jacaré-Curituba como um caso “vergonhoso”; ora parecendo vincular a imagem do presidente Lula com influências “malignas” dos sem-terra. Por seu turno, o MST buscava apurar a responsabilidade pela paralisação das obras do referido projeto.

Conforme o Jornal da Cidade, o governador afirmou que apresentou projeto ao governo federal visando ao assentamento, em um ano, de todas as famílias do Jacaré-Curituba.

Esse projeto contava com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e o ministro do presidente Lula não fez nada, afirmou, adiantando que todos os contatos feitos com o governo foram documentados e protocolados. Eu passei dois anos nessa pendenga e nada saiu do papel, afirma João Alves, acrescentando que no poder, o governo do PT não consegue resolver as situações, principalmente no que se refere aos assentados em todo o País. O PT só é bom fazendo oposição, cutucou (JORNAL DA CIDADE, 21.II.06)

Na comparação com as ações do INCRA, o governador avalia que assentou muito mais trabalhadores nas colônias estaduais e perímetros irrigados e que iria “ultrapassar mais uma vez essa marca, não fossem as dificuldades criadas pelo governo Lula, incentivado pelos seus aliados políticos locais e, no caso específico dos projetos Nova Califórnia e Jacaré-Curituba, instigados pelo líder local do movimento, João Daniel” (JORNAL DO DIA, 21.11.06).

O terceiro componente da estratégia do governo estadual é a tentativa de dividir a base social do MST, extremamente vulnerável nesse assentamento, porque recebeu lotes de apenas 04 hectares, quando o módulo na região é de cerca de 70 hectares; o tamanho médio dos lotes na área é de 30 hectares, aguardando uma irrigação que não chega nunca, o que caracteriza essa situação como explosiva e ao mesmo tempo favorável a manipulações e cooptação. O governador acusou as lideranças do MST em Sergipe de manter os sem-terra na miséria semi-escravizados, para tirar proveito deles. O MST de Sergipe “aproveita dos trabalhadores sem-terra, pessoas humildes que vivem na miséria, para utilizá-los como massa de manobra [...] traz famílias de outros estados, as coloca em situação de miséria terrível, embaixo de lonas quentíssimas, pois a partir desses acampamentos as lideranças recebem os recursos do governo federal. Só que esses líderes vivem muito bem, em boas casas, tem camionetes de último tipo, mas os assentados não” (JORNAL DO DIA, 21.11.06).

Essa mesma notícia foi também veiculada pelo Jornal da Cidade na mesma data, além de denunciar que esses dirigentes não se preocupavam com a real situação das famílias assentadas. O governador também denunciou que líderes do MST invadiram áreas no estado, inclusive ocupando a rodovia estadual na divisa com a Bahia, onde cobravam “pedágio”. Para João Alves Filho, a polícia atuou em cumprimento às ordens judiciais.

Em resposta, representantes do MST lembravam que o governo estadual nos quatro anos da administração não teve qualquer interesse na questão da reforma agrária, limitando-se simplesmente a transferir toda a responsabilidade para o governo federal. O secretário de Estado da Infra-Estrutura, Luiz Durval Machado, em entrevista concedida à imprensa, confirmou que o empreendimento estava parado desde o mês de outubro e que até o final desse governo a obra não seria retomada. “Não temos condições de continuar. Fizemos aquilo que foi possível. Daqui para frente, a responsabilidade será do

próximo governo” (CINFORM 04 a 10.12.06). Ele tentou responsabilizar o governo federal, por meio do tesouro nacional, pela suspensão dos recursos, que segundo ele, estariam assegurados pelos BID.

De acordo com depoimentos de acampados da Fazenda Floresta, conhecida como Poço da Quixabeira, às margens da rodovia entre Canindé do São Francisco e Paulo Afonso (BA), as obras foram suspensas uma semana antes da eleição de 3 de outubro. O canteiro lembra um depósito abandonado a céu aberto. Centenas de tubos em ferro fundido de várias espessuras estão amontoados entre o mato que cresce em volta. Para o acampado José Íris, antes o movimento era intenso e diário, agora, paralisaram tudo e começaram a levar as máquinas. O mais grave é o abandono de vários equipamentos de distribuição de água de grande porte, como bombas, conexões, tubos, válvulas, entre outros. Alguns ainda estão nos plásticos ou encaixotados com data de envio de maio desse ano. Outros materiais já apresentam sinais de deterioração, como ferrugens ou empenados, em virtude da poeira, da chuva e das más condições de armazenamento. O dirigente do MST, João Gomes, comenta:

O que a gente vê hoje é um monte de material, que custa rios de dinheiro, indo por água abaixo. Falta fiscalização e responsabilidade para pegar esses equipamentos e guardar dentro de um galpão onde podem ficar seis meses, um ou dois anos. Isso é recurso público que está sendo jogado fora (CINFORM, 04 a 10.12.2006).



Figura 40 – Materiais novos e caros abandonados ao relento em razão da paralização das obras do Nova Califórnia. **Fonte:** Jornal Cinform em 10/12/2006.

4.5 A VOZ DA BASE – O SENTIMENTO DE AUTONOMIA E A UTOPIA PRESENTE NOS SONHOS E EXPECTATIVAS DOS ASSENTADOS

Na amostra de 311 entrevistados ligados ao MST, a questão dos sonhos e expectativas era aberta, permitindo a livre expressão dos assentados nas respostas, sendo essas categorizadas em três dimensões diferentes.

4.5.1 Sonhos e expectativas dos assentados

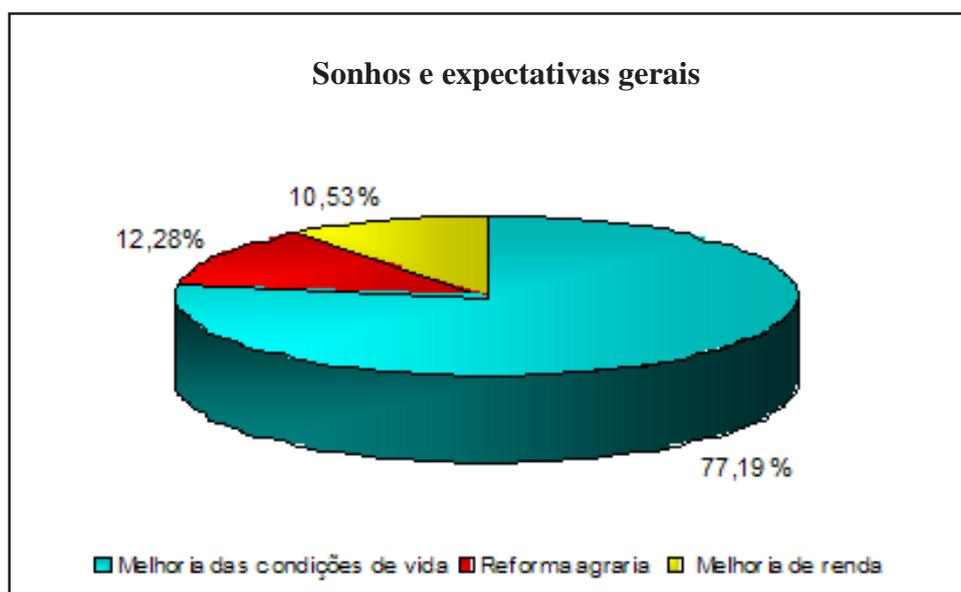


Gráfico 6

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006-2007.

Dentre os 57 entrevistados que responderam sobre seus sonhos e expectativas nos três aspectos gerais, a maioria absoluta sonha com a melhoria das condições de vida, parte deles especificando que a melhoria da renda possibilitaria alcançá-las. Os assentados que fizeram referência à reforma agrária, não estavam tratando de sua situação, mas do conjunto dos trabalhadores rurais que ainda permanecem lutando pela terra, demonstraram um sentimento de solidariedade ainda incipiente. E que o sonho para os assentados é uma referência individual e não coletiva.

Ainda 229 pessoas entrevistadas, especificaram determinados aspectos das condições de vida sonhadas, refletindo as carências atuais dos assentamentos que serão apresentados no gráfico seguinte. Cada entrevistado pode ter mencionado um ou mais aspectos específicos. Os percentuais referem-se à frequência em que cada dimensão aparece nos sonhos. Mesmo de forma indireta, tais respostas significam uma avaliação realista do que falta para a família alcançar uma vida digna, representando indiretamente uma avaliação da atuação do Estado.

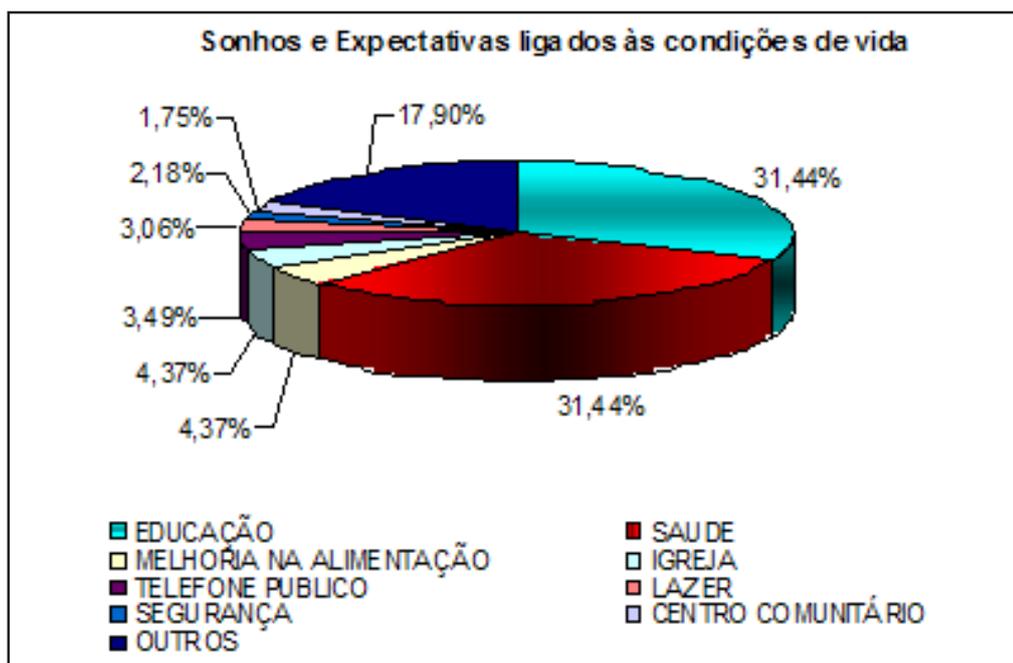


Gráfico 7

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006-2007.

Observa-se que educação e saúde se igualam na menção dos sonhos e expectativas para a maior parte dos assentados. O terceiro aspecto ressaltado é quanto ao item segurança, mostrando uma tendência que se expressa também na cidade.

No gráfico seguinte, 274 entrevistados especificaram determinados aspectos das condições de trabalhos em seus sonhos e expectativas.

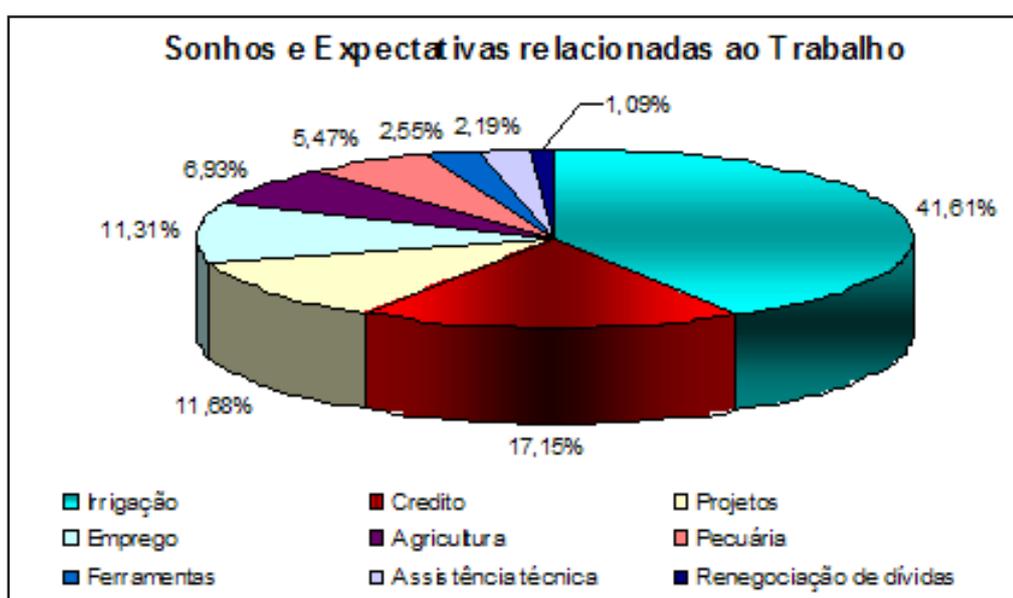


Gráfico 8

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006-2007.

A primeira observação pertinente a esse gráfico é que a maioria absoluta dos assentados relaciona o trabalho com projetos produtivos no seu lote na medida em que apenas 11,31% fazem referência explícita a “emprego”, em geral, representando famílias com filhos jovens. Em segundo lugar, eles têm clareza dos projetos produtivos que precisam ser implementados para que a família alcance uma vida digna, ou seja, além de apontar as carências, as respostas têm cunho “propositivo”. Pelas características do Alto Sertão Sergipano, a irrigação está presente nos sonhos e expectativas da maioria dos assentados. O fato do crédito, dos projetos, da assistência técnica e da renegociação de dívidas serem mencionados nos sonhos, sinaliza para o caráter pragmático das expectativas. O aspecto da infra-estrutura mostrado no gráfico 4, e analisado no tópico 4.3.1 também foi mencionado nos sonhos e expectativas por 139 assentados, com destaque para água (41,01%), seguido de estrada (18,71%), moradia (15,11%), transporte(10,07%) e energia (9,35%).

4.5.2 Inserção dos assentados na estrutura orgânica do MST

Dos trezentos e onze entrevistados, a composição é a seguinte: 66,56% são membros de base, 16,40% são dirigentes, e 17,04% não responderam. Dentre os dirigentes, foi encontrado apenas um de nível estadual, um regional (o MST em Sergipe se subdivide em 5 regiões), dois microrregional (o MST se subdivide em 16 microrregiões) e quarenta e sete dirigentes locais, dentre os quais, quatro coordenadores de setor e quinze coordenadores de grupo de produtores. Outros vinte e oito são ligados à direção de associações dos assentamentos.

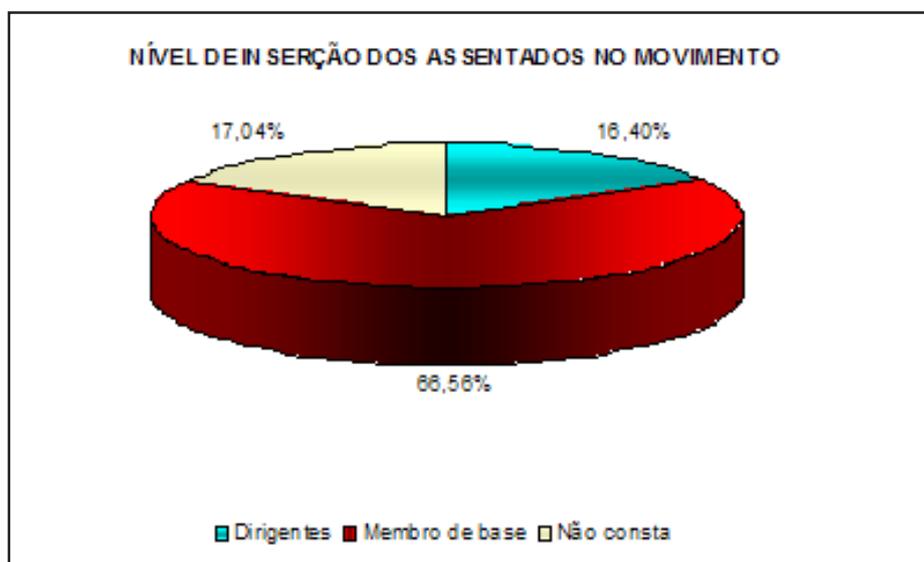


Gráfico 9

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006-2007.

O interesse deste tópico da pesquisa está centrado nos membros de base, e tentou qualificar o grau de participação política dos mesmos, tanto nos momentos de discussão e decisão internas em assembléias, quanto nos momentos externos de negociação e mobilização, conforme os gráficos seguintes ilustram. Dentre os membros de base, a maioria declara que participa eventualmente, seguido dos que se definem como militantes que participam sempre. Se forem somadas esses dois tipos de resposta, o MST conta com mais de 90 % de participação em suas atividades, embora em graus diferenciados.

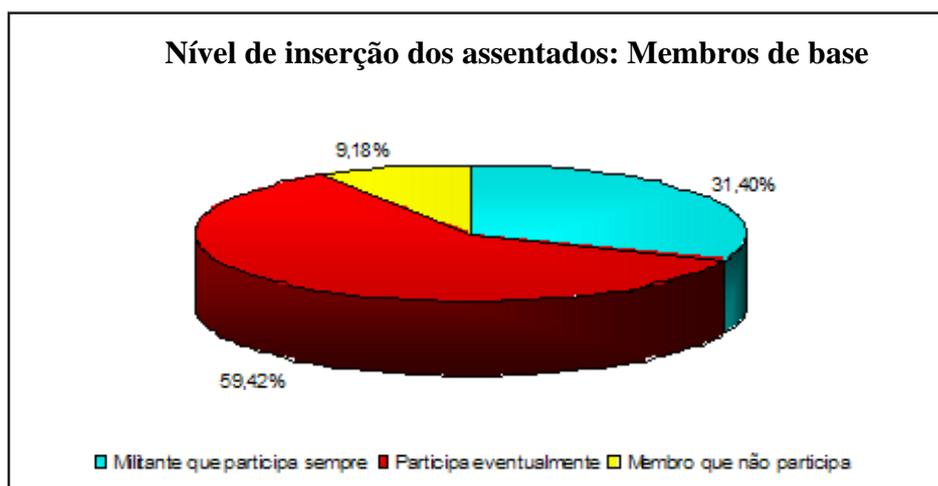


Gráfico 10

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006-2007.

A primeira evidência a ressaltar é que apenas 4,72% declaram não participar das assembléias, o que demonstra uma base social ativa que acompanha as discussões coletivas sobre o seu destino. Essa prática de decisão em assembléias inicia-se nos acampamentos e tem continuidade nos assentamentos. As respostas se igualam entre os que se expressam oralmente e os que são apenas ouvintes, com ligeira predominância para os primeiros. Todavia, um baixo percentual menciona ter direito de voto, ou seja, declara-se ativo nos processos decisórios.

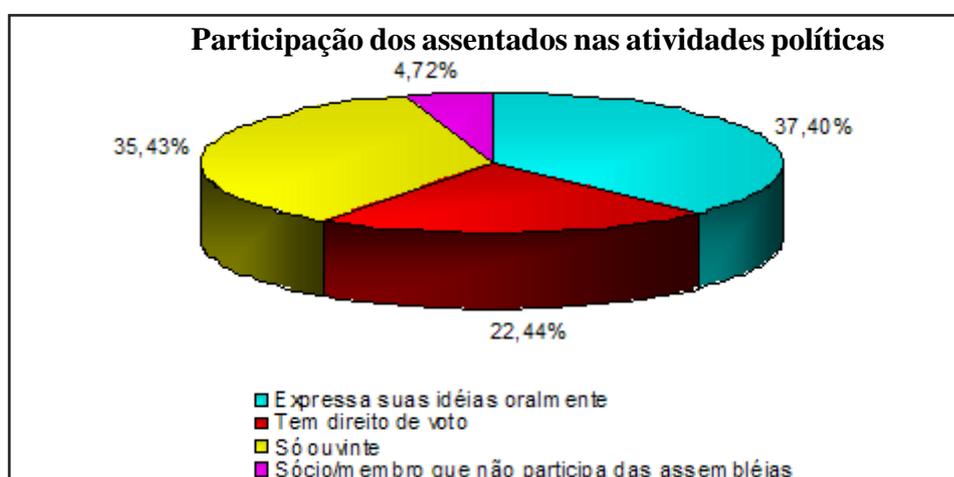


Gráfico 11

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006-2007.

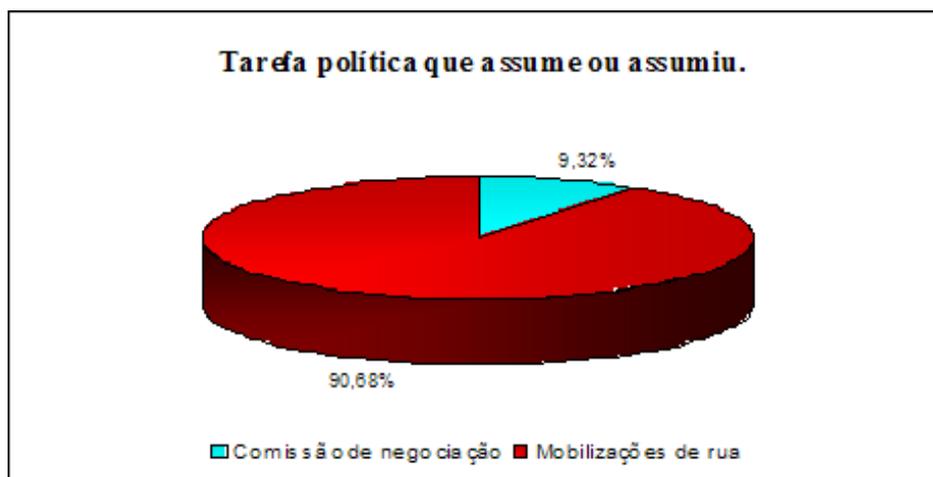


Gráfico 12

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006-2007.

Observa-se claramente que a maioria dos membros de base participou de mobilizações de rua, o que significa uma adesão da base às formas de luta de massa, adotadas pelo MST de forma autônoma. O fato de menos de 10 % ter declarado ter participado de comissões de negociação, indica que essa tarefa tem sido mais dos dirigentes, com algum espaço para representantes da base.

4.5.3 Grau de confiança dos membros de base no movimento para alcançar seus sonhos

As respostas a essa questão foram analisadas exclusivamente com relação aos membros de base do MST, o que implica indiretamente uma avaliação do seu grau de confiança no movimento. Qualitativamente, as respostas indicaram que o movimento é identificado com suas lideranças, pois raros assentados se incluíram nas respostas formuladas.

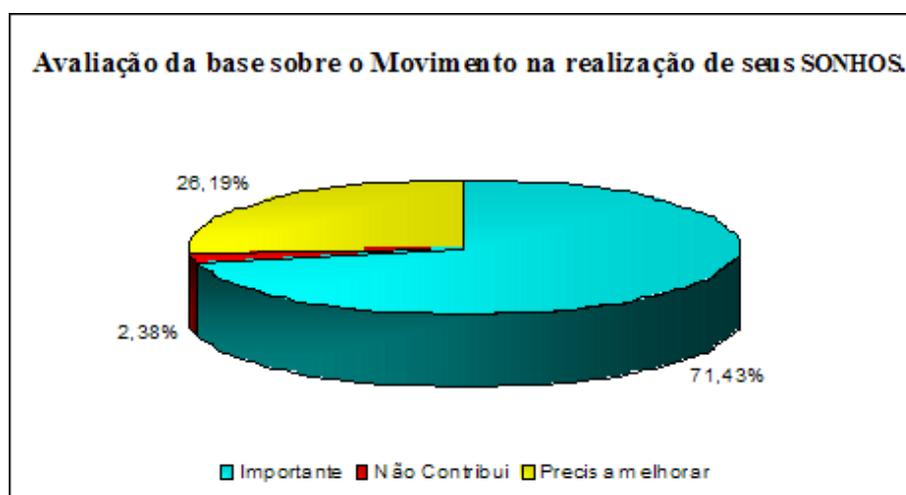


Gráfico 13

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006-2007.

O primeiro aspecto a ser destacado é que praticamente a totalidade da base social do movimento confia na organização, ou seja, nas suas lideranças para alcançar os seus sonhos, já que apenas 2,38% afirmam que o movimento não contribui na luta do assentado para alcançar a vida digna. Esses dados contrariam as observações que apontam para uma perda de influência do MST nos assentamentos, que constituem em espaços sociais abertos, freqüentados por diversos atores sociais, religiosos e políticos. Isso significa que apesar das demais influências, o sentimento de identidade com o movimento social ao qual se liga, permanece não apenas expresso em termos de gratidão com relação às conquistas a partir da terra, mas em termos de futuro para perseguir os seus sonhos. Outro elemento importante que esse gráfico demonstra é que essa base social é crítica e, apesar do reconhecimento, aponta falhas na atuação das lideranças, pertinentes, em relação às observações realizadas pelo pesquisador.

Em relação à reflexão inicial, presente na introdução desse trabalho, ao dar “voz” à base social do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, percebe-se que se mantém forte o sentimento de pertencer a identidade ao mesmo. Isto encontra respaldo em declarações de participantes em diversos eventos, nos quais o boné e a camisa do MST são portados com orgulho por acampados e assentados. Os dados empíricos indicam permanência da confiança dos militantes de base nos seus dirigentes, para alcançar seus sonhos e expectativas. Esses militantes parecem acreditar efetivamente no reconhecimento do MST como espaço político de mediação não institucional dos interesses dos “sem terra”.

É inegável que o MST avançou na formação da subjetividade sócio-política e na construção da identidade desse segmento popular-rural, antes absolutamente excluído. No entanto, o Movimento encontra dificuldades concernentes aos comportamentos individuais, nem sempre em sintonia com os princípios coletivos, bem como na inserção de sua base nos momentos decisivos internos e de negociação externa. Enfim, parece que a confiança depositada pela base, tem sido, até o momento, importante elemento de preservação da autonomia, face às negociações e mesmo participação em Conselhos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as relações entre o MST e o Estado nas diversas fases da sua trajetória, observamos que a autonomia sempre foi um elemento importante nas suas preocupações, embora se expressando ora com maior ora com menor intensidade, sempre influenciada pelo contexto sócio-político. O movimento, desde o início da sua formação, manteve sua autonomia preservada na relação com o estado, a igreja, o movimento popular e sindical e a esquerda que se organizava em partidos políticos de massa. Em alguns casos, para garantir essa autonomia foi rompendo com os próprios aliados. Isso não se deu apenas externamente, mas, com suas próprias lideranças originadas do movimento sindical que traziam para dentro do MST uma cultura cupulista – que divergia da visão da militância forjada na luta pela terra.

A segunda observação importante é que mesmo diante de um contexto adverso, no qual se instaurou política e teoricamente a era do diálogo, negociação e consenso, o MST se mantém fiel aos princípios que sempre defendeu. Sua visão de mundo se baseia em valores socialistas e humanistas. Sua utopia socialista é uma mistura de marxismo com doutrinas libertárias e certo messianismo religioso, herança da teologia da libertação. É uma utopia concreta, um futuro construído com base na conquista da terra palmo a palmo e dos ganhos de consciência da realidade e da importância do combate. Situa-se, portanto, no campo do marxismo heterodoxo, corrente quente do marxismo, na expressão de Bloch, que se diferencia da corrente fria dos marxistas ortodoxos, economicistas, estruturalistas e deterministas.

O MST valoriza a ação do sujeito consciente, a dimensão ideológica. De Marx e Engels, herdou o método dialético de análise da realidade, isto é, a apropriação do conhecimento científico, o debate na sociedade por meio da imprensa, a organização e a passagem da consciência de classe “em si” “para si” na luta. De Lênin, a importância da organização hierarquizada e disciplinada na criação de condições subjetivas, para fazer acontecer a transformação e que “sem utopia revolucionária não há prática revolucionária”. De Rosa Luxemburgo cultivam a crença na consciência das massas, ampliando o investimento em formação para além dos quadros dirigentes. Com Gramsci aprenderam a importância dos aparelhos ideológicos de Estado, como instrumentos de hegemonia burguesa e a necessidade de construção da contra-hegemonia – por meio da educação, da imprensa autônoma de classe, do papel e formação dos intelectuais orgânicos, da estratégia da revolução cultural e da tática de guerra de posição, participando das instâncias de mediação do Estado ampliado. Apesar de não encontrar

referências explícitas, a Escola de Frankfurt percebe-se na práxis do MST preocupações com a ideologia, utopia, cultura e mídia. De Bloch, identifica-se uma aproximação do movimento com a visão otimista de futuro, colada à experiência do passado e construído a partir da ação no presente

A terra se constitui no foco central da luta, pois a contradição objetiva fundamental é a existência da grande propriedade fundiária capitalista e de uma massa de “sem terra” no país; todavia, o movimento valoriza a subjetividade. As tarefas políticas de organização e mobilização estão mescladas com a consciência de classe, a mística, os símbolos, as diversas linguagens, a cultura, o conhecimento, a arte, enfim, a *práxis* transformadora. Essa *práxis* não visa apenas à transformação social, mas também a alteração de comportamentos individuais. Novas sociabilidades alimentam a luta de resistência nos acampamentos materializando o valor da solidariedade. A terra não é vista apenas como meio de produção, mas, como base de um modo de vida e trabalho diferente das relações capitalistas. O modo de ser camponês se compatibiliza com a vida comunitária em agrovilas. As famílias assentadas assumem a gestão desse espaço e experimentam variadas formas de cooperação agrícola, com maior ou menor dificuldade. Marcam um ponto de ruptura com as relações sociais de produção anteriores, de absoluta dependência de um patrão; formas de trabalho marcadas pela precarização e insegurança, superando a condição proletária ou de “lumpen proletariado”. É o sentimento de liberdade contra a situação anterior que eles definem como escravidão.

Apesar de fortemente enraizada no pensamento clássico, a concepção do MST é atualizada na medida em que incorpora os temas da contemporaneidade e as demandas postas pelos “novos” movimentos sociais. Ou seja, a luta pela reforma agrária se articula com a luta das mulheres (setor de gênero); dos jovens (setor de juventude); dos negros, dos índios e contra todo tipo de opressão e discriminação da sociedade atual. Embora a questão racial não se coloque no âmbito interno do movimento, que iguala todos os pobres, a problemática da raça e etnia é incorporada na luta geral contra a discriminação, pela solidariedade aos povos e respeito ao multiculturalismo. No caso da violência doméstica, embora ocorra no espaço privado não é admitido pela comunidade, a qual pressiona para a solução ou pune com a saída do assentamento. Todavia a luta pela liberdade de expressão sexual encontra maior dificuldade de superação da discriminação que reflete as características culturais do meio social rural.

O que marca a relação entre o MST e o Estado na fase da transição democrática é o tratamento violento dispensado pelos governos do PFL - Partido da Frente Liberal aos Sem-Terra. Esses governos adotaram a tática do confronto, não deixando nenhum espaço para o diálogo. Para o Movimento, a única alternativa era “resistir” ou “morrer”. Essa conjuntura de hegemonia política liberal no estado de Sergipe, nos doze anos de reinado, sob o comando do ex-governador João Alves Filho, quase desmontou o

incipiente movimento. Mas, a repressão não era a única arma. Simultaneamente, o Estado foi desenvolvendo outros mecanismos de controle sociais mais eficazes que a pura e simples ação policial. Em substituição ao assistencialismo desenvolvido pela Igreja, em épocas anteriores (na criação de sindicatos e cooperativas) foram implantados diversos programas sociais de combate à pobreza e à seca que reforçaram o clientelismo, traduzido na política do voto de “cabresto”. Mediante o Projeto Nordeste (o Nordesteão) o Estado passou a incentivar a criação de associações como representantes das comunidades parceiras.

O MST surge no bojo do processo de articulação, mobilização e autonomização das lutas sociais na cidade e no campo que renovam as práticas políticas e sociais, destoando, portanto, desse processo colaboracionista e a-classista. A novidade trazida pelo movimento é a tática de ocupação de latifúndios improdutivos, o que extrapolava a ordem da institucionalidade burguesa e desafiava os limites da transição democrática ao denunciar o caráter de classe da ação estatal. O exemplo mais ilustrativo foi o esvaziamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária no processo constituinte o qual imprimiu uma fragorosa derrota à emenda popular da reforma agrária massiva e imediata.

O período subsequente, da trajetória do MST em Sergipe, é marcado pela distensão política. A estratégia adotada pelo governador Albano do Prado Franco do PSDB é a “negociação”. Com isso, os conflitos de terra passam a ser tratados não mais como caso de polícia, dentro do Programa Segurança Cidadã da Secretaria de Segurança Pública, que tem à frente o ex-militante do PCB, Wellington Mangueira. O fato de sair da posição defensiva permanente (administração de despejos) faz com que o Movimento canalize as energias na busca de políticas públicas, orientadas para a reforma agrária, ao invés do enfrentamento com o aparelho repressivo do Estado. Nesse novo contexto, multiplicam-se as conquistas da terra com a criação de vários assentamentos. Isso, por um lado, fortalece o movimento e por outro lado, coloca novos desafios criados por uma base social diferenciada – acampados e assentados que têm interesses imediatos distintos. O movimento estimula a articulação dos dois segmentos, tratando os assentados como exemplo da luta bem sucedida para os que se iniciam e a solidariedade, inclusive, participando conjuntamente de ocupações, marchas e protestos. A relação entre a direção e a base torna-se mais complexa porque ela é escalonada em novas instâncias posto que o movimento amplia a descentralização da estrutura orgânica com criação das regionais e microregionais. Simultaneamente, estruturam-se os coletivos e setores que vão projetando novas lideranças. Há grande investimento na formação dos quadros dirigentes e militantes e os encontros estaduais tornam-se massivos. Nesse momento, registra-se um avanço na democratização das instâncias deliberativas e fortalece-se a identidade com o movimento. “Antes dava medo usar o boné vermelho, agora dá orgulho”.

No entanto, a nova realidade dos assentamentos, com a qual o movimento passa a lidar, traz um primeiro dilema quando o estado passa a induzir a criação de associações e cooperativas nos projetos de reforma agrária para acessar convênios e créditos especiais. A partir daí, começa-se a perceber indícios dos dilemas. A estrutura hierárquica dessas entidades começa a se chocar com a proposta de direção colegiada do movimento, ao pôr em evidência os presidentes das associações, o que facilita o processo de cooptação dos mesmos pelo poder local. Em muitos casos, ocorre a negação dessas entidades formais pelo MST que passa a estimular a criação de grupos de produtores informais. Isso demonstra uma tentativa de resistência às relações autoritárias e hierárquicas prevalentes na sociedade e aos esquemas oligárquicos clientelísticos.

Os assentamentos, diferentemente dos acampamentos, são espaços sociais abertos onde freqüentam técnicos do INCRA, de empresas de assistência técnicas, do SEBRAE, líderes religiosos, cabos eleitorais. Eles procuram, respectivamente, manter a tutela e o controle, difundir a coresponsabilidade, a parceria, o empoderamento, o empreendedorismo, compromissos políticos partidários ou personalizados. E, em quase todos os casos, procuram quebrar a influência do MST junto aos assentados.

O processo de institucionalização avança com a disseminação de conselhos de desenvolvimento local sustentável em cada município – caracterizados como instâncias legitimadoras do poder local. No entanto, o MST se recusa a esse nível de participação, preferindo manter a pressão diretamente sobre governadores e presidência da República, responsabilizando-os pela execução da reforma agrária. Mais uma vez se coloca o dilema em participar ou não das instâncias de mediação estadual e nacional dos programas de crédito e assistência técnica, considerados cruciais para a viabilidade dos assentamentos, na condição de representante dos beneficiários. Ao decidirem participar dessas instâncias em Sergipe, seus representantes se comportam como portadores das demandas da base, sem diluir a pressão e levam para a mesa de negociação o mesmo tom reivindicatório. Até esse ponto, a participação do MST em distintos contextos de confrontos institucionalizados – formação de associação, comissão de Procerá, conselhos estaduais de desenvolvimento rural – não alterou o seu sentido de liberdade e autonomia condicionada pela vivência institucional.

Com o novo mundo rural, está previsto o desmonte do INCRA, como órgão federal responsável pela execução da reforma agrária, tornando-se agência de regulação. Para o ministro do desenvolvimento agrário Jungmann, o INCRA seria transformado no órgão “modelo” de como tocar a coisa pública; o primeiro órgão a incorporar todas as mudanças da reforma administrativa, promovida desde o início pelo presidente FHC.

O Novo INCRA foi criado dentro de uma concepção descentralizada distinguindo uma área estratégica de planejamento e intersecção com os governos estaduais e outra operacional para execução, sendo a regularização fundiária e o Banco da terra, atribuições repassadas para órgãos estaduais. Nesse quadro de mudanças, certos servidores do órgão tornaram-se agentes de inclusão social nos assentamentos, para acelerar o processo de emancipação dos mesmos (desresponsabilização do estado).

O MST responde à descentralização com a proposta de fortalecimento do INCRA, reivindicando concurso público e equipamentos para aparelhar a instituição. Diante do sucateamento dos órgãos oficiais de assistência técnica no plano estadual, o INCRA é pressionado para assumir esse programa em caráter emergencial. É nesse contexto que surge o Projeto LUMIAR a partir da experiência bem sucedida do CONTACAP/BNB no Nordeste, com técnicos indicados pelo Movimento. Aí se inicia o processo de terceirização para os próprios beneficiários da execução de uma política pública, quando ONGs ligadas à FETASE e ao MST tornam-se prestadoras de serviços, se desdobrando em outros convênios e parcerias.

Ao mesmo tempo em que os educadores do MST, reunidos no ENERA, lutavam para transformar a educação básica no campo em uma política pública, iniciou-se uma parceria entre MST e INCRA na criação das turmas de alfabetização. A Universidade Federal de Sergipe vai ser chamada para capacitar os monitores de alfabetização mediante um Projeto de Extensão do NEPA. Foi firmado um grande convênio entre o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e o Ministério de Desenvolvimento Agrário/INCRA: o Censo de Reforma Agrária, as supervisões estaduais do Projeto LUMIAR e as ações ligadas ao PRONERA.

Concomitantemente, o INCRA começa a se desresponsabilizar de atribuições que antes eram suas, repassando a execução da infra-estrutura básica dos assentamentos para entidades da sociedade civil, com abertura inclusive para subcontratações. É aí que o MST se apresenta para prestar esses serviços. O Lumiar, o Pronera e os Convênios de infra-estrutura marcam o início do seu envolvimento na “teia de aranha” neoliberal montado pelo Estado, na qual os movimentos se aprisionam, e só será ampliado e aprofundado no governo Lula. No caso do MST, isso vai trazer “vantagens” e “ônus”, compondo o seu terceiro e crucial dilema.

No campo das alianças políticas, o movimento vai se deparar com a crise estrutural do movimento sindical, agravada pela repressão exemplar de FHC ao setor mais combativo do sindicalismo operário, os petroleiros. Seus aliados históricos da CUT começam a rever a eficácia das greves como forma de luta, passando a privilegiar as negociações nas câmaras setoriais. Os conselhos de fábricas autônomos tornam-se CIPAS regulamentadas, a “ilhas de produção” e as técnicas administrativas de

co-gestão, tornam os trabalhadores parceiros dos empresários capitalistas, diminuindo a influência dos sindicatos, no chão da fábrica. Por outro lado, o PT ao conquistar prefeituras, governos estaduais e tornar suas principais lideranças populares e sindicais em parlamentares, provoca um processo rápido e drástico de institucionalização, fechando os canais de expressão dos movimentos sociais.

As divergências de concepção e método entre MST e o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais se agravou quando FHC extinguiu o PROCERA e empurrou os assentados para disputar com a CONTAG os recursos do PRONAF, como forma dividir os movimentos sociais do campo. A resposta do MST foi reforçar a criação de novos movimentos sociais (MAB, MPA, MMC), que vão representar a Via Campesina no país e retomar a aliança com a CPT para juntos articularem o Fórum da Reforma Agrária. Com os novos aliados, realizam grandes marchas do interior para a capital, com destaque para a Marcha Brasil – do Rio a Brasília. Os caminhantes eram recepcionados em várias cidades por movimentos regionais e locais, que culmina com a assembléia dos lutadores do povo que se somam ao ato público dos 100 mil, contra as políticas neoliberais de FHC. De Sergipe, participaram 450 sem-terra nessa marcha. Foi experimentando uma nova forma de luta que retoma alianças onde participou a CUT, o PT, a CNBB, MST e diversos movimentos populares, na discussão de grandes temas estruturais na preparação dos plebiscitos. E com militantes de base da igreja, vão discutir a Consulta Popular, incentivando a organização dos segmentos mais excluídos, os sem teto, os desempregados e a juventude da periferia urbana, aproximando-se dos segmentos do povo brasileiro com potencial disruptivo mesmo que não estejam organizados. As manifestações sincronizadas em vários estados tornam as jornadas do Abril Vermelho, um evento com repercussão na mídia o que aumenta a visibilidade e o respeito ao movimento, ao ponto da opinião pública se manifestar favorável à causa da reforma agrária e também aos seus métodos de ocupação.

A última fase da trajetória do MST analisada, mostrou-se extremamente complexa pelas características da conjuntura. Todo projeto utópico, construído ao longo de duas décadas da classe trabalhadora, foi canalizado para eleição de Lula à presidência da República e do Partido dos Trabalhadores. Os seus aliados vão integrar o governo. O MST também criou uma grande expectativa com a possibilidade da reforma agrária massiva quando colocou cerca de duzentos mil acampados em todo o país. Em Sergipe, foram treze mil acampados que ficaram embaixo de lonas esperando por esse momento.

Da mesma forma que o Plano Nacional de Reforma Agrária, o II Plano estadual foi elaborado de forma participativa, comprometendo-se com os assentamentos de todos os acampados. Há uma democratização nos processos decisórios das políticas públicas através de conferências, conselhos, territórios. O “retirante do nordeste”, o “torneiro mecânico”, “líder sindical” encarnados na figura

do presidente da República, afora o carisma pessoal, gerou uma empatia com o povo brasileiro que só é comparada ao auge do populismo. Somados aos programas sociais, em especial, o Bolsa Família, a valorização do salário mínimo e a manutenção da previdência rural, o apoio popular vai se perpetuar desde a posse “osgâmica” até as pesquisas de opinião pública que aprovam o governo no final do primeiro mandato. Nesse contexto, a opinião da base social do movimento se divide: por um lado, os acampados que não se convencem com as cestas básicas, diante do não cumprimento das metas de desapropriação o que gera inquietações e reações de protestos; por outro lado, os assentados, como mostrou a pesquisa de campo, ampliou o apoio ao governo Lula em relação ao governo anterior.

Lula chega à presidência, entretanto, com a vitória do neoliberalismo e assume a herança deixada pelo seu antecessor. O MST fazia uma leitura de que sendo o estado não monolítico, o governo Lula estava em disputa. Essa análise se refletiu na postura contraditória do movimento na relação com o governo. Ora de trégua, ora de pressão mas, ao longo do primeiro mandato vai prevalecer a aliança com o governo: negociação, a parceria e a sustentação ao governo, sobretudo, nos momentos de crise, nos quais a direita ameaçava a governabilidade. A trégua inicial se repete no momento da crise do “Mensalão” e no apoio explícito à campanha de reeleição (ruim com ele pior sem ele).

Na perspectiva da luta de classes, ressalta-se o papel ativo da direita nessa conjuntura, antecipando-se e partindo para a ofensiva ideológica. Mais uma vez, o governo depende do agronegócio para financiar o déficit público. A direita tem posição consolidada no aparelho de estado. No parlamento, a bancada ruralista criminaliza o movimento (CPMI da terra) e Lula agrava quando faz a conciliação nos ministérios em nome da governabilidade. Não apresenta nenhuma mudança na correlação de forças, ao priorizar o pacto pelo desenvolvimento do país. A luta de classes se sofisticada. Há contratação de segurança privada, monitoramento de ocupações via satélite.

Em Sergipe, o quadro é ainda mais complicado porque coincide com o retorno de João Alves Filho, do PFL ao governo, o que resulta no recrudescimento da violência e da guerra ideológica na imprensa. A estratégia do movimento foi “resistir” à ofensiva do governador e “negociar” com o governo federal. Como Lula não enfrenta os latifundiários nem o agro-negócio, a luta pela terra do ponto de vista da desapropriação ficou travada, levando a reforma agrária ao impasse, gerando a decepção da base dos acampados e esvaziamento de acampamentos. O discurso e ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário se voltam para a “qualidade” dos assentamentos. Todavia, ampliando e aprofundando a tendência de terceirização o que terá impactos negativos na estrutura do movimento. Além da sobrecarga sobre a militância envolvida nas parcerias, há uma armadilha porque os programas são feitos para não funcionar: contingenciamento de recursos, interrupções burocráticas, auditorias gerando um desgaste na

relação com a base assentada, por se tornarem responsáveis pelos serviços públicos de assistência técnica, educação e infra-estrutura os quais não atendem quantitativa nem qualitativamente a demanda. Aí, é onde reside o terceiro e grande dilema pela inversão total de papéis entre o Estado e a sociedade civil. O Estado não executa mais as políticas públicas que passam a ser assumidas pelo movimento social e começa a exercer um controle financeiro, contábil e jurídico que se transforma em arma política e ideológica de criminalização do movimento, nas páginas dos jornais ou quando responde às auditorias.

O movimento despende muitas energias no cumprimento de prazos desses serviços e obras públicas que se somam às tarefas intrínsecas de um movimento social, que já são gigantescas, como se desprende da fala de João Pedro Stédile¹.

No MST de Sergipe há uma sintonia com as tarefas políticas definidas nacionalmente; embora com as fragilidades existentes nos movimentos populares e sindicais, no estado houve investimento na discussão de um novo projeto para o país, e atividades conjuntas quanto ao reforço à criação de novos movimentos sociais para alimentar a luta de classes (Movimento de Luta pela Moradia, MAB) e fomentar a formação política da juventude.

Internamente, no entanto, evidencia-se uma crise de crescimento. A base continua a crescer motivada pela grande expectativa de acesso à terra e outros bens e serviços, com o agravante de cada vez menos tornarem-se militantes, o que leva a uma centralização de tarefas e à ausência sentida pelos assentados, da presença das lideranças, captadas na pesquisa de campo. As instâncias diretivas intermediárias (regionais e micro-regionais) não são ressaltadas e os grupos de bases do MST perdem visibilidade dentro do assentamento, o que vai resultando em referências de um movimento que vem de fora e não deles próprios. A base social espera e cobra da liderança o atendimento das suas expectativas, ao invés de se comportar como massa consciente que atua com autonomia.

Quanto à elevação do nível de consciência dos seus quadros, houve uma aposta na educação dos seus dirigentes e militantes – que é uma luta ao longo prazo extremamente positivo mas que desfalca as atividades de formação da base social, de massa. Na prática, vai se reforçando uma concepção de organização calcada na “vanguarda”.

¹ Agora é hora de plantar árvores. Vai demorar a dar frutos, mas, quando eles surgirem serão duradouros [...] Primeiro, é preciso estimular um verdadeiro mutirão de debate de um novo projeto para o País, que supere o neoliberalismo e de fato aponte saídas para os problemas objetivos do povo [...] A segunda linha estratégica de plantar árvore é formar militantes. A esquerda social e os movimentos sociais abandonaram o processo de formação de quadros. E essa é uma tarefa permanente e demorada, e quem não fizer não vai adiantar porque não vai conseguir entender a história e não vai conseguir interpretar o presente. E a terceira vertente do nosso plantar árvores é estimular lutas sociais. Para que as lutas sociais gerem consciência nas pessoas e, sobretudo, possa ir acumulando força para um novo período histórico, para que o povo retome força suficiente para mudar a correlação de forças. E o quarto caminho é o da elevação do nível de consciência e de cultura do povo. (STÉDILE, Carta Capital, 21.09.2005)

Para concluir as nossas considerações, resgatamos a hipótese apresentada na introdução, confrontando-a com os resultados da pesquisa, a partir de várias técnicas e fontes. Não há nenhuma dúvida de que o MST vem se consolidando como sujeito coletivo autônomo. Tem o mérito de se constituir como principal alternativa para uma massa de excluídos, não só da terra mas, também, do saber e do acesso a outras políticas públicas. Impressionam os números de pessoas acampadas, assentadas, alfabetizadas, dos que alcançam nível médio e superior. A pesquisa de campo mostra o alto grau de confiança da base assentada no MST para a realização dos seus sonhos. Carece de avaliação as repercussões dos assentamentos ao nível dos municípios do interior (na dinamização econômica). Mas há indícios desse impacto ser positivo como se discute no Colegiado territorial.

Os dados coletados confirmam que o MST continua representando o primeiro e principal espaço de mediação não institucional dos interesses dos sem-terra, que continua apostando no processo de mobilização, formação com autonomia em relação aos partidos políticos e ao Estado.

O fato do Movimento participar do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e dos Colegiados Territoriais, não comprometeu sua autonomia. Pelo contrário, ampliou seu grau de articulação com outros setores excluídos, o que, no caso do Alto Sertão, essa aliança tem repercussões no estado de Sergipe e fora dele. Nesses novos espaços de mediação institucionais, o MST tem aumentado a pressão sobre o estado, na definição de um modelo de desenvolvimento o qual leve em conta os interesses dos camponeses, dos quilombolas e indígenas. A pesquisa refuta a suposição de que a participação nesses conselhos poderia institucionalizar o Movimento; ao contrário, sua presença e vigilância impediu a formalização burocrática do próprio Colegiado.

A terceira parte da hipótese merece uma reflexão, ou seja, ela se confirma em termos. Não se pode afirmar que o MST se burocratizou, perdendo capacidade de mobilização e formação de quadros e base, comprometendo sua autonomia, ou que as parcerias o lançaram no colaboracionismo a classista. Mas, sem dúvida, essa prestação de serviços e obras públicas introduz uma contradição na medida em que acarreta uma sobrecarga da sua militância e se torna fatalmente ineficaz com o crescimento das demandas, a partir das próprias vitórias e a desvia das tarefas fundamentais. E o mais grave, leva o movimento a se constituir num anteparo às críticas que seriam direcionadas ao Estado, despolitizando-as e tornando-se o alvo das mesmas com grande ônus político. Diante desse risco, o Movimento vai ter que fazer uma escolha; entre assumir funções precípuas do Estado, institucionalizando-se, ou aperfeiçoar-se nas grandes tarefas políticas, enquanto protagonista do projeto de transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: Fragmentos Filosóficos. Tradução Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

ALVES, Giovane. **A Natureza da Crise da Globalização**. O Debatedouro, ano II, n. 20, fevereiro de 2003. <http://www.revistaautor.com.br/artigo/2003/w20/gal-20.shtml>. Site no.62.

AMMANN, Safira B. **Movimento Popular de Bairro**. De frente para o Estado, em busca do Parlamento. São Paulo: Cortez, 1991.

ANDRADE, Ilza A. L. **Conselhos de Desenvolvimento Rural: um espaço adequado para pensar o desenvolvimento local?** In SCHNEIDER, S. ET al (orgs) Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. p. 233-250.

ANTUNES, Ricardo. **A Desertificação Neoliberal no Brasil. Collor, FHC e Lula**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

ARATO, Andrew. **Ascensão, Declínio e Reconstrução do Conceito de Sociedade Civil**. Orientações para Novas Pesquisas. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: ANPOCS, n. 27, ano 10, fevereiro 1995.

AZEVEDO, José Franco et al. **Associativismo e Políticas Públicas: Possibilidade de melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares de Nossa Senhora da Glória**. Revista da FAPES, v. 2 n. 2, Aracaju: Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão em Sergipe, 2006.

_____. **Associativismo e Agroecossistemas: Um estudo em Nossa Senhora da Glória**. São Cristóvão. Núcleo de Pós Graduação em Estudo de Recursos Naturais – Neren, Universidade Federal de Sergipe. Dissertação de Mestrado, 2006.

BABIANO, Rui. **Demanda da Utopia, Elogio da Errância.** *Magazine Litteraire*. n. 387, maio 2000. <http://www.udc.es/dep/lx/cacac/spirrait/sr079.hym>. Site no.24.

BAIARDI, Amilcar. **Padrões Culturais e Resistência a Mudanças: Obstáculos à Democracia e ao Desenvolvimento no Brasil.** In: *Organizações & Sociedade*, v. 1, n. 3, São Paulo, dez /1995.

BALDEZ, Miguel L. **A terra no campo: a questão agrária.** In: M. Molina et al *Introdução Crítica ao Direito Agrário*. Brasília: GTRA-DEX/FD/NEP/NED/ed.UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, p. 95-106.

BENJAMIN, César. Entrevista. In: DEMIER, F. (coord) **As Transformações do PT e os Rumos da Esquerda no Brasil.** Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.

_____ et al. **Política Econômica.** Governo Lula – Decifrando o Enigma. São Paulo: Viramundo, 2004, p. 119-190.

BESKOV, Paulo R. **Agricultura e Política Agrícola no Contexto Brasileiro de Industrialização do Pós Guerra.** *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro n. 12, abril 1999.

BLOCH, Ernst. **O Homem como possibilidade.** *Ruptura*. Ano IV, n.. 8. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, fevereiro 1966. <http://www.geocieties.com/rogelsamuel/bloch.html>. Site n. 8.

BOGO, Ademar. **O MST e a Cultura. Setor de Cultura do MST.** *Caderno de Formação* n. 34. São Paulo: ANCA, outubro de 2000.

_____. **O Vigor da Mística.** *Caderno de Cultura* no. 2. MST. São Paulo: ANCA, novembro de 2002.

_____. **Arquitetos de Sonhos.** São Paulo: Expressão Popular, 2003.

_____ (org) Apresentação, Introdução geral e a cada autor. **Teoria da Organização Política. Escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mão.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

BRASIL. **Constituição. República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural.** Brasília: MEPF/INCRA/MA/SDR, março 1999 (mimeo).

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Reforma do Estado para a Cidadania.** A Reforma Gerencial Brasileira na Perspectiva Internacional. São Paulo: ed. 34; Brasília: ENAP, 1998.

_____. **Sociedade Civil:** sua democratização para a Reforma do Estado In: L.C. Bresser Pereira et al (orgs). *Sociedade e Estado em Transformação.* São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 1999, p. 67-116.

BRONNER, Sephen Eric. **Da Teoria Crítica e Seus Teóricos.** Campinas: Papyrus, 1997.

BURZSTYN, Marcel. **O Poder dos donos. Planejamento e Clientelismo no Nordeste.** Petrópolis: Vozes, 1984.

CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Cadernos de Formação do MST.** n. 3. São Paulo: MST, [s/d].

CAMACHO, Daniel. **Movimentos sociais: algumas discussões conceituais.** In: I. Scherer-Warren e P. J Krischke (orgs). *Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina.* São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 214-245.

CARNEIRO, M^a José. **Camponeses Agricultores e Pluriatividade.** Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política.** 1983. Tradutores do Instituto de Letras da PUC – Campinas. 10. ed. Campinas: Papyrus, 2004.

CICONELLO, Alexandre. **A Participação Social como processo de consolidação da democracia no Brasil**. In: *From Poverty to Power: How Active Citizens and Effective States Can Change the World*, Oxfam Internacional, 2008.

CINTRA, M^a da Conceição B. **A Trajetória do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Sergipe: 1985-1997**. Recife, UFPE/CCSA/Mestrado de Serviço Social, dissertação de mestrado, 1999.

CNBB. **A Igreja e a Situação do Meio Rural Brasileiro**, 1961.

_____. **Análise de Conjuntura da 17^a Reunião da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**, Brasília, 27 a 29 de setembro de 2005.

COELHO, Eduardo P. **A Utopia do Mundo Imperfeito**. *Jornal do Brasil*, Caderno de Cultura. Rio de Janeiro, 19/08/1990.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Contra a Corrente. Ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político**. 2. ed nova ed. Ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **O conceito de Sociedade Civil em Gramsci e a luta ideológica no Brasil de Hoje**. In *Intervenções. O Marxismo na Batalha das Idéias*. São Paulo: Cortez, 2006.

CRUZ, Marta Vieira. **Igreja Católica e Sindicalismo no Campo: conservadorismo ou transformação?** Pós Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tese de Doutorado, 1992.

CUT, **Resoluções da 7ª Plenária Nacional**, 1989.

DAGNINO, Evelina. **Cultura, Cidadania e Democracia. A Transformação dos Discursos e das Práticas na Esquerda Latino-Americana**. In Alvarez, S. et al (orgs). *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-americanos*. Novas Leituras. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2000, p. 61-102.

DAMATTA, Roberto. **Cidadania: A Questão da Cidadania num Universo Relacional**. In *A Casa e a Rua*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DELGADO, Guilherme C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985**. São Paulo: Ícone/ed. UNICAMP, 1985.

DEMIER, Felipe (coord). **As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.

ENGELS, Friedrich. **As guerras camponesas na Alemanha 1525-1527**. (1850). Tradução Eduardo Lucio Nogueira e Conceição Jardim. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1975.

_____. **Prefácio para a Terceira Edição Alemã de O Dezoito Brumário de Karl Marx**. (1885) In: *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann de Karl Marx*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 11-13.

_____. **O problema camponês na França e na Alemanha**. (1894). In Graziano da Silva, J.; Stolcke, V.(orgs) *A Questão Agrária*. Tradução Edgar Afonso Malagodi et al. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 59-80.

FAO. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil**. Brasília: FAO/MIRAD,1996.

FAVARETO, Arilson; DEMARCO, Diogo. **Entre o Capital Social e o Bloqueio Institucional**: uma avaliação dos CMDR em cinco estados brasileiros. In: SCHNEIDER, S. et al (orgs). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Porto Alegre: ed UFRGS, 2004, p. 121-146.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST – formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A Formação do MST no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FERREIRA, Aurélio B. H. **Médio Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

FILGUEIRAS, Luiz. **Projeto Político e Modelo Econômico Neoliberal no Brasil**: Implantação, Evolução Estrutura e Dinâmica. 2005.

FONTES, Virginia. **A Sociedade Civil no Brasil contemporâneo**: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. [2005] mimeo.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREITAG, Bárbara; ROUANET, Sérgio Paulo. Introdução. In: **Habermas – Sociologia**. São Paulo: Ática, 1980.

FROMM, Eric. **Conceito Marxista do Homem**. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

GAIGER, Fernando (coord). **Plano Territorial do Alto Sertão Sergipano**. Aracaju: CECAC/ INCRA/SE, maio 2006.

GOHN Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **Movimentos Sociais no Século XXI**. Antigos e Novos Atores Sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOIS, Magaly N. **Os Conselhos de Desenvolvimento Municipal**. Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Dissertação de Mestrado, 2006.

GONÇALVES DA SILVA, Felipe. **Emancipação, esfera pública e direito. A teoria crítica de Jürgen Habermas**. In: *Mente, Cérebro & Filosofia – o século XX. Fundamentos para a Compreensão Contemporânea da Psique*. n. 8 – Teoria Crítica Hoje. São Paulo: Duetto, [2008], p. 7-15.

GRAMSCI, Antônio. **Escritos políticos 1910-1920**. v. 1. Organização e Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Escritos Políticos 1921-1926**. v. 2. Organização e Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Cadernos do Cárcere**. v. 1. Introdução ao Estudo da Filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho et al. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Cadernos do Cárcere**. v. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho et al. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Cadernos do Cárcere**. v. 4. Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José; CAMPANHOLA, Clayton. **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna, SP: EMBRAPA/Meio Ambiente, 2000.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro/Petrópolis: FASE/Vozes, 1987.

GUANZIROLLI, Carlos E. **Reforma Agrária e Globalização da Economia: O Caso do Brasil**. In: LEITE, Pedro S. et al (orgs) Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Pararelo 15/NEAD/MIRAD, 2000, p. 281-295.

_____. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GURVITCH, Georges. **As Classes Sociais**. São Paulo: Global, 1982.

HABERMAS, Jürgen. **Ernst Bloch – Um Schelling Marxista**. In: Habermas – Sociologia. FREITAG, B.; ROUANET, S. P. (orgs). São Paulo: Ática, 1980.

HELLER, Agnes. **O Conceito Ético – Político de Justiça e O Conceito de Justiça Dinâmica**. In: Além da Justiça. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 114-162.

HOBBS, Thomas. **O Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. (1651). Tradução João Paulo Monteiro. São Paulo: Nova Cultural, 2000. Coleção Os Pensadores.

IASI, Mauro Luis. **As Metamorfoses da Consciência de Classe**. O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IBASE. **Geração de Emprego e Renda: Proger, Proger Rural e Pronaf**. Democracia Viva. Edição Especial. Rio de Janeiro: IBASE, novembro 1999.

INCRA. **II Censo Nacional da Reforma Agrária**. Brasília: INCRA/MDA/NEAD, 1996.

INCRA/SE. **II Plano Regional de Reforma Agrária do INCRA**. Aracaju, CDROM, 2006.

IVO, Anete. **A Formação de um Novo Espaço Público: o papel do MST na formulação de políticas de cidadania**. Projeto de Pesquisa para o Programa do PIBIC. Salvador: CRH/UFBA. 2002/2003.

KONDER, Leandro. **A Utopia Hoje**. Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 30/10/1999. <http://www.intermega.com.r/mcsantos/cartas.htm>. Site n. 66.

LANIADO, Ruthy. **Desempenho Institucional e Justiça em Relação à Exclusão no Brasil Contemporâneo** in *Anais da XXII Reunião Anual da ABA*. Brasília: UnB, julho /2000.

LEITE, Sérgio P. **Políticas Públicas, Padrão de Financiamento e Agricultura no Brasil** (1980-1996) In Debates CPDA. Rio de Janeiro, n. 8, maio 1999.

LÊNIN, V. I. **Estado e a Revolução**. O que ensina o marxismo sobre o Estado e o Papel do Proletariado na Revolução (1905). São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **Um Passo adiante, dois atrás**. In: Partido de Massas ou Partido de Vanguarda. Polêmica Rosa/Lênin. Tradução Marisa M. Teixeira. São Paulo: Ched Editorial, 1981, p. 41-60.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo** – ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil (1690). São Paulo: Martin Claret, verão 2002.

LOPES, Eliano S. A. et al. **Um Olhar sobre os Assentamentos Rurais do Estado de Sergipe**. In: MEDEIROS, Leonilde; LEITE, Sérgio (orgs) *A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed.UFRGS/CPDA-UFRRJ, 1999.

LÖWY, Michael. **Marxismo e Utopia**. In: CORREIA LEITE, José. Michael Löwy e Daniel Bensaid. *Marxismo, Modernidade e Utopia*. São Paulo: Xamã, 2000 p. 124-130.

LUXEMBURG, Rosa. **Reforma ou Revolução?** 4. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1970.

_____. **Questões de Organização da Social-Democracia Russa**. In: Partido de Massas ou Partido de Vanguarda. Polêmica Rosa/Lênin. Tradução Marisa M. Teixeira. São Paulo: Ched Editorial, 1981, p. 9-40

MARCUSE, Hebert. **A Ideologia da Sociedade Industrial**. Tradução Giasone Rebuá. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Sagrada Família**. (1844). Tradução Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

_____. **A Ideologia Alemã e Teses de Feuerbach**. (1845/6). Tradução José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. (1848). São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl. **A Miséria da Filosofia**. (1847/8). São Paulo: Grijalbo, 1976.

_____. **As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850** (1850). In: Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-ÔMEGA. v. 1 (s/d), p. 111-198.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. (1852) In: O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 17-143.

_____. **Introdução à Crítica da Economia Política**. (1859). Contribuição à Crítica da Economia Política. Tradução Maria Helena B. Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. **Carta de Marx a Freud**. (1882). Revista de Medicina. s/d.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MATTOS, Patrícia. Axel Honneth. **Formas de Desrespeito Social**. In: *Mente, Cérebro & Filosofia – o século XX. Fundamentos para a Compreensão Contemporânea da Psique*. n. 8 – Teoria Crítica Hoje. São Paulo: Duetto, [2008], p. 58-67.

MEDEIROS, Leonilde. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MST. **Documento Básico**. São Paulo: MST, 2005.

_____. **Boletim especial do Jornal Sem Terra sobre o 5º. Congresso, 2007**.

MUNSTER, Arno. **Utopia, Messianismo e Apocalipse nas Primeiras Obras de Ernst Bloch**. São Paulo: UNESP, 1994.

NEVES, Ângela V. **Espaços Públicos Participativos, construção democrática e política pública: riscos de despolitização da participação da sociedade civil na cultura política brasileira**. Revista Ser Social. n.. 17. Questão Urbana e Políticas Públicas. Brasília: Pós Graduação em Política Social/Departamento de Serviço Social da UnB, julho a dez de 2005, p. 197-218.

NOBRE, Gismário F. **A Trajetória do Sindicalismo Rural na Paraíba**: um estudo sobre as relações entre o Estado e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais no período entre final da década de 50 e final da década de 70. Campina Grande: UFPB, Curso de Pós Graduação em Sociologia Rural. Dissertação de Mestrado, 1990.

_____. **Encontros, Desencontros e Reencontros nas Teorias Sociológicas**. Cadernos UFS - Serviço Social. v. VIII – Fascículo 2. São Cristóvão: edufs, 2006, p. 47-60.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. Temas Éticos e Políticos da Gestão Democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

NOVAES, Regina R. **Nordeste, Estado e Sindicalismo**. O PAPP em Questão. Rio de Janeiro: CEDI, 1994.

OLIVEIRA, Francisco. **O surgimento do antivalor** – capital, força de trabalho e fundo publico. Novos Estudos CEBRAP, n. 22, out 1988.

_____. **Crítica à Razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da S. **Direitos Sociais. Conflitos e Negociações no Brasil Contemporâneo**. In: ALVAREZ, S.E et al (orgs). Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-americanos – Novas Leituras. Belo Horizonte: ed.UFMG, 2000, p. 103-148.

PINTO, Vanessa Daniela S. **O exercício do direito de participar para democratizar a gestão pública municipal**. Ser Social. n. 15. Democracia e Participação Sócio-política. Brasília: Pós Graduação em Política Social/Departamento de Serviço Social da UnB, julho a dezembro de 2004, p. 57-84.

Partido dos Trabalhadores. **Manifesto de Fundação**, 1980.

REIS, Elisa. **Governabilidade e Solidariedade**. In: VALLADARES; COELHO (orgs) Governabilidade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 49-64.

ROSA, Sueli C. **Projetos de Assentamento**: Sugestão para o Debate. Brasília: UnB, s/d. mimeo.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do Contrato Social. (1757)** Tradução PietroNasseti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

SADER, Eder. **Quando os Novos Personagens entraram em Cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. **Governo Lula. Decifrando o enigma. Política Nacional**. São Paulo: Viramundo, 2004, p. 67-104.

SANTOS, Maria Edilúzia L. A Mística nos Acampamentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como processo de territorialização. Núcleo de Pós Graduação em Geografia, ano, Dissertação de Mestrado, 2005.

SANTOS, Wanderley G. **Fronteiras do Estado Mínimo**: Indicações sobre o Híbrido São Paulo, dez/1995.

SAUER, Sérgio et al. **O Parlamento e a criminalização dos movimentos de luta pela terra: um balanço da CPMI da Terra**. Reforma Agrária. v. 33 n. 2. São Paulo: ABRA, ago/dez 2006, p. 41-66.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais** – Um ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1987.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura Familiar e Industrialização: Pluriatividade e Descentralização Industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

_____. et al. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. In: SCHNEIDER, S. et al (orgs). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Porto Alegre: ed. UFRGS, 2004, p. 21-49.

SIGAUD, Ligia. **Os Clandestinos e os Direitos**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

SILVA, Maria Izabel L. **Sindicatos no Setor Público em Sergipe: O caso da Educação**. Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe. Dissertação de Mestrado. 1997.

SILVA, Rosemiro; LOPES, Eliano. **Conflitos de Terra e Reforma Agrária em Sergipe**. São Cristóvão: edufs 1996.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente. A Trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil**. 3ª Reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SOUZA, Maria Luiza. **Trajetória dos Movimentos Sociais em Sergipe nos anos 60,70 e 80**. Cadernos Movimentos Sociais. n. 1. Aracaju: CESEP, 1995.

VASCONCELOS, M^a da Conceição. **Ação Político-Sindical dos Petroleiros Se/Al nos anos 1980**. Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Sergipe. Dissertação de Mestrado, 1999.

VEIGA, José E. **Diretrizes para Uma Nova Política Agrária**. In: LEITE, Pedro S. et al. (orgs.). *Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: NEAD/MIRAD, 2000, p. 19-36.

VENTURINI, Walter. **No sindicalismo do ABC mudaram os métodos ou os parceiros?** Revista Sem Terra. ano III, n 11, abr/mai/jun 2000, p. 50-57.

WEFFORT, Francisco C. **Por que Democracia ?** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

WERLE, Denílson Luís. **Indivíduo e Sociedade**. Habermas e a Psicologia Social de Mead. In: *Mente, Cérebro & Filosofia – o século XX. Fundamentos para a Compreensão Contemporânea da Psique*. n. 8 – Teoria Crítica Hoje. São Paulo: Duetto, [2008], p. 40-47.

ANEXOS

ANEXO A

Entidades que prestam assistência técnica nos assentamentos

Entidades	Frequência	Porcentagem
CECAC	113	55,94%
MST	53	26,24%
INCRA	8	3,96%
EMDAGRO	3	1,49%
OUTROS	6	2,97%
Não identificam a entidade	19	9,41%
Total dos que recebem assistência técnica	202	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006-2007.

ANEXO B

Avaliação acerca do apoio dos governos FHC e Lula à reforma agrária

Governo FHC			Governo Lula		
Governo FHC	Frequência	Porcentagem	Governo Lula	Frequência	Porcentagem
Positivo	53	17,30%	Positivo	101	32,90%
Negativo	54	17,60%	Negativo	28	9,10%
Não respondido	200	65,10%	Não respondido	178	58,00%
Total	307	100,00%	Total	307	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa de campo , 2006-2007.

ANEXO C

Órgão que apóiam a reforma agrária

ORGÃO	Frequência	Porcentagem
INCRA	134	69,07%
CECAC	85	43,81%
BNB	71	36,60%
BB	68	35,05%
CONAB	60	30,93%
EMDAGRO	48	24,74%
EMBRAPA	29	14,95%
SEBRAE	26	13,40%
COLEGIADO TERRITORIAL	25	12,89%
CODEVASF	24	12,37%
OUTROS	31	15,98%
NENHUM	21	10,82%
Total	194	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2006-2007

ANEXO D

Sonhos e expectativas dos assentados relacionadas à infra-estrutura

INFRA-ESTRUTURA	Frequência	Porcentagem
Água	57	41,01%
Estradas	26	18,71%
Moradia	21	15,11%
Transporte	14	10,07%
Energia	13	9,35%
Telefone publico	8	5,76%
Total	139	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2006 – 2007

ANEXO E

Sonhos e expectativas dos assentados relacionados ao trabalho

Aspectos do Trabalho	Frequência	Porcentagem
Irrigação	114	41,61%
Credito	47	17,15%
Projetos	32	11,68%
Emprego	31	11,31%
Agricultura	19	6,93%
Pecuária	15	5,47%
Ferramentas	7	2,55%
Assistência técnica	6	2,19%
Renegociação de dívidas	3	1,09%
Total	274	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2006-2007.

ANEXO F

Sonhos e expectativas gerais dos assentados

Sonhos e expectativas	Frequência	Porcentagem
Melhoria das condições de vida	44	77,19%
Reforma agrária	7	12,28%
Melhoria de renda	6	10,53%
Total	57	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2006-2007.

ANEXO G

Sonhos e expectativas dos assentados ligados às condições de vida

Sonhos e expectativas	Frequência	Porcentagem
Educação	72	31,44%
Saúde	72	31,44%
Melhoria na alimentação	10	4,37%
Igreja	10	4,37%
Telefone publico	8	3,49%
Lazer	7	3,06%
Segurança	5	2,18%
Centro comunitário	4	1,75%
Outros	41	17,90%
Total	229	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2006-2007.

ANEXO H

Nível de inserção dos membros de base do Movimento

Membro de base	Frequência	Porcentagem
Militante que participa sempre	65	31,40%
Participa eventualmente	123	54,92%
Membro que não participa	19	9,18%
Total	207	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2006-2007.

ANEXO I

Nível de inserção dos assentados no Movimento

	Frequência	Porcentagem
Dirigentes	51	16,40%
Membro de base	207	66,56%
Não consta	53	17,04%
Total	311	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2006-2007.

ANEXO J

Participação nas atividades políticas

Tipo de participação	Frequência	Porcetagem
Expressa suas idéias oralmente	95	37,4%
Tem direito de voto	57	22,4%
Só ouvinte	90	35,4%
Sócio/membro que não participa das assembléias	12	4,7%
Total	254	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo , 2006-2007.

ANEXO L

Tarefa política que assume ou assumiu

Tarefa política	Frequência	Porcentagem
Comissão de negociação	15	9,32%
Mobilizações de rua	146	90,68%
Total	161	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2006-2007.

ANEXO M

Tarefa política que assume ou assumiu

Avaliação do Movimento	Frequência	Porcentagem
Importante	60	71,43%
Não Contribui	2	2,38%
Precisa melhorar	22	26,19%
Total	84	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2006-2007.

ANEXO N

Modelo do formulário da pesquisa

01 - APRESENTAÇÃO

DATA: / / ENTREVISTADOR HORÁRIO: INÍCIO FIM 01 - ENTREVISTADOS: 1.1. CHEFE FAMÍLIA NOME MÃE (PARA DIFERENCIAR HOMÔNIMOS DO MESMO PROJETO DE ASSENTAMENTO) 1.2. CÔNJUGE

02-ASSENTAMENTO

2.1. NOME: MUNICÍPIO

03 - RECEBE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

(NÃO) (SIM). ENTIDADE

04 – AVALIAÇÃO SOBRE ATUAÇÃO DO GOVERNO / INSTITUCIONAL

ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA ANTES / DEPOIS DO GOVERNO LULA

ÓRGÃOS QUE APÓIAM A REFORMA AGRÁRIA: INCRA, MDA, EMBRAPA, CONAB, CECAC, BNB, BB, EMDAGRO, CODEVASF, SEBRAE, COLEGIADO TERRITORIAL ETC

05 - ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS ASSENTADOS

PERTENCIMENTO AO MOVIMENTO SOCIAL MST	GRAU DE PARTICIPAÇÃO (PREENCHER NO. E LETRA)								
	TIPO DE MEMBRO			PARTICIPAÇÃO ASSEMBLÉIAS			TAREFAS QUE ASSUMIU/ASSUME		
	1- DIRIGENTE (A) NACIONAL, (B) ESTADUAL, (C) REGIONAL, (D) MICROREG 2- DIRIGENTE LOCAL (A) PRESIDENTE (B) DIRETORIA (C) CONFISCAL (D) COORD. SETOR (E) COORD. GRUPO PRODUÇÃO 3- MEMBRO DE BASE /SÓCIO: (A) MILITANTE QUE PARTICIPA SEMPRE (B) PARTICIPAÇÃO EVENTUAL (C) SÓCIO QUE NÃO PARTICIPA			1- EXPRESSA SUAS IDÉIAS ORALMENTE 2- TEM DIREITO DE VOTO 3- SÓ OUVINTE 4- NÃO PARTICIPA DE ASSEMBLÉIAS			1- PRODUTIVAS 2- COMPRA/VENDA COLETIVA 3- ADMINISTRATIVAS 4- POLÍTICAS: (A) COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO (B) MOBILIZAÇÕES DE RUA – QUAL A MAIS MARCANTE?		
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST	H	M	J	H	M	J	H	M	J

H – HOMEM, M – MULHER, J - JOVEM

06 – SONHOS E EXPECTATIVAS E GRAU DE CONFIANÇA NA ORGANIZAÇÃO/MOVIMENTO SOCIAL

SONHOS E EXPECTATIVAS / PROJETOS PRODUTIVOS PARA UMA VIDA DIGNA NO CAMPO / AVALIAÇÃO DA SUA ORGANIZAÇÃO (MST) PARA ALCANÇAR SEU SONHO